

*Av. Sr.  
Eduardo Cochara*

JOSÉ RICHÁ

**MENSAGEM**  
À  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**



**PARANÁ**  
1986

**GOVERNADOR**

José Richa

**VICE-GOVERNADOR**

João Elísio Ferraz de Campos

**SECRETÁRIOS DE ESTADO**

**CASA CIVIL** Euclides Girolamo Scalco

**CASA MILITAR** Aristides Garret do Prado

**ADMINISTRAÇÃO** José Olímpio de Paula Xavier

**AGRICULTURA** Claus Magno Germer

Francisco Antonio de Albuquerque Neto

**COMUNICAÇÃO SOCIAL** Luiz Alberto Dalcanale

**CULTURA ESPORTE E TURISMO** Fernando Eugênio Ghignone

**EDUCAÇÃO** Gilda Poli Rocha Loures

**FINANÇAS** João Elísio Ferraz de Campos

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO** Francisco Simeão Rodrigues Neto

**INTERIOR** Nelton Miguel Friedrich

**JUSTIÇA** Horácio Raccanello Filho

**PLANEJAMENTO** Otto Bracarense Costa

**SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL** Luiz Cordoni Júnior

**SEGURANÇA PÚBLICA** Luiz Felipe Haj Mussi

**TRABALHO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS** Antenor Ribeiro Bonfim

**TRANSPORTES** Deni Lineu Schwartz

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA.....	23
2.1 TRANSPORTES.....	27
2.1.1 Sistema Rodoviário.....	27
2.1.2 Hidrovias.....	31
2.1.3 Atividade Portuária.....	32
2.1.4 Infra-Estrutura Aeroportuária.....	35
2.1.5 Programas Complementares.....	35
2.2 ENERGIA.....	37
2.2.1 Eletrificação Rural.....	37
2.2.2 Distribuição Urbana.....	39
2.2.3 Ampliação e Manutenção do Sistema Estadual.....	40
2.2.4 Financiamento dos Programas.....	42
2.2.5 Programas de Energia Alternativa.....	44
3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS.....	49
3.2 EDUCAÇÃO.....	53
3.1.1 Ensino de 1o. Grau.....	53
3.1.2 Ensino de 2o. Grau.....	55
3.1.3 Ensino Supletivo.....	58
3.1.4 Ensino Especial.....	59
3.1.5 Ensino de 3o. Grau.....	60
3.1.6 Recursos Humanos no Ensino.....	62
3.1.7 Assistência Comunitária e ao Estudante.....	62
3.1.8 Política Administrativa.....	64
3.1.9 Distribuição de Material Escolar.....	66
3.1.10 Construções Escolares.....	66
3.2 SAÚDE, BEM-ESTAR SOCIAL E SANEAMENTO.....	69
3.2.1 Ações na Área de Saúde.....	69
3.2.2 Bem-Estar Social.....	74
3.2.3 Saneamento.....	78

3.3	HABITAÇÃO POPULAR.....	81
3.3.1	Fortalecimento da COHAPAR.....	81
3.3.2	Construções e Projetos.....	82
3.4	CULTURA, ESPORTE E TURISMO.....	85
3.4.1	Cultura.....	85
3.4.2	Esporte.....	89
3.4.3	Turismo.....	91
3.5	SEGURANÇA E JUSTIÇA.....	95
3.5.1	Política de Segurança.....	95
3.5.2	Diretrizes da Justiça.....	98
4.	FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	105
4.1	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.....	109
4.1.1	Política Agrária.....	109
4.1.2	Apoio ao Pequeno Produtor e ao Trabalhador Rural.....	110
4.1.3	Política Fundiária.....	112
4.1.4	Apoio Creditício e Financeiro.....	114
4.1.5	Comercialização e Armazenagem.....	116
4.1.6	Pesquisa Agropecuária.....	118
4.1.7	Política de Abastecimento.....	120
4.2	FOMENTO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS	123
4.2.1	Geração de Empregos e Mercado Informal..	123
4.2.2	Pequenas e Médias Empresas.....	126
4.2.3	Expansão Industrial.....	127
5.	OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BÁSICAS.....	133
5.1	MEIO AMBIENTE.....	137
5.1.1	Programa Estadual de Meio Ambiente.....	137
5.1.2	Ações no Meio Rural.....	138
5.1.3	Outros Programas e Projetos.....	139
5.2	PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO..	141
5.2.1	Planejamento Regional e Urbano.....	141
5.2.2	Ciência e Tecnologia.....	145
5.2.3	Outras Ações de Planejamento.....	146
5.3	POLÍTICAS DE MEIOS ADMINISTRATIVOS.....	149
5.3.1	Arrecadação Geral do Estado.....	149
5.3.2	Imposto sobre Circulação de Mercadorias.....	150
5.3.3	Transferências Federais e Outras Receitas.....	152
5.3.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	153

5.3.5	Administração da Dívida Pública .....	154
5.3.6	Administração Financeira de Programas Especiais.....	155
5.3.7	Servidores Públicos e Ações Administrativas.....	156
5.3.8	Participação Comunitária.....	158
6.	APÊNDICE ESTATÍSTICO.....	163
2.	Complementação da Infra-Estrutura Econômica...	165
2.1	Transportes.....	167
2.2	Energia.....	201
3.	Infra-Estrutura e Serviços Sociais.....	207
3.1	Educação.....	209
3.2	Saúde, Bem-Estar e Saneamento.....	220
3.3	Habitação Popular.....	241
3.4	Cultura, Esporte e Turismo.....	
3.5	Segurança e Justiça.....	249
4.	Fomento às Atividades Produtivas.....	251
4.1	Agricultura e Abastecimento.....	253
4.2	Fomento às Atividades Industriais e Terciárias.....	266
5.	Outros Programas e Políticas Básicas .....	307
5.1	Meio Ambiente.....	309
5.2	Planejamento e Orientação do Desenvolvimento.....	312
5.3	Políticas de Meios Administrativos.....	314

## 1. INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados:

O ano que passou foi um período singular da nossa história política.

Nele, vivemos as emoções de um instante mágico, de sonho e de esperança: a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, desfecho do movimento popular que culminou com a abolição do regime autoritário.

Nele, vivemos os 38 dias mais longos da experiência política recente do nosso povo e compartilhamos o pesadelo e a tragédia do episódio que comoveu a Nação e fraudou as expectativas dos brasileiros: a agonia e a morte do Presidente.

Nele, acompanhamos, passo a passo, o despertar da Nova República.

Testemunhamos a dedicação e o esforço do Presidente José Sarney para assegurar a tranquilidade que o País necessita, na difícil caminhada para a consolidação da democracia e da liberdade. Tranquilidade que é condição essencial para a normalidade do projeto político que empolga a sociedade brasileira: a conquista, na Assembléia Nacional Constituinte, dos avanços políticos indispensáveis à correção dos caminhos do nosso processo histórico de desenvolvimento.

No cenário nacional, não foi um tempo de colheita. Foi uma estação de sementeira. As medidas liberalizantes e revisoras da legislação autoritária, adotadas pelo Congresso Nacional, ainda são incompletas e não satisfazem às aspirações nacionais. A insuficiente redistribuição de tributos, entre União, Estados e Municípios, foi um exemplo dessa limitação. Mas foi um exemplo, também, embora tímido, do aprendizado que estamos iniciando, de convivência entre interesses divergentes e de diálogo entre opiniões contrárias, base e substância da vida democrática.

No âmbito do Executivo, as restrições da situação econômica, ainda difícil, agravada pela renitência do processo inflacionário, não diminuem os méritos da nova postura da administração federal, adotada por expressa determinação do Presidente José Sarney: concentrar esforços e recursos nas obras mais simples, aquelas que atendem às necessidades das populações carentes e desassistidas; descentralizar a execução, privilegiando a ação conjunta com os estados, mediante convênios e acordos.

Nesse processo, o Paraná está beneficiado, pois, aqui, estamos no começo da colheita. Semeamos, durante três anos, em terreno fértil, uma nova proposta de ação governamental. Abrimos caminho à participação comunitária nas decisões, no encaminhamento, na execução, na fiscalização e na cobrança dos projetos implementados em todas as áreas: na educação, nos serviços de saúde e de segurança pública, no sistema penitenciário, nas atividades de apoio à cultura e ao esporte, nos programas de habitação popular, na preservação do meio ambiente, no manejo integrado de solos e água, no fomento à economia, na complementação da infra-estrutura econômica e social, enfim, onde quer que se fizesse necessária a presença do Governo.



A experiência adquirida nesse contato permanente com os problemas, as necessidades e as aspirações das comunidades, tem feito do Paraná um parceiro ideal para o Governo da União, no momento em que ele adota um novo comportamento e define, como prioridade da administração federal, o ataque aos problemas sociais da população brasileira; principalmente de seus segmentos mais despossuídos.

Um dos exemplos mais expressivos desse trabalho conjunto, em nosso Estado, é o programa de ações integradas de saúde, em fase acelerada de execução. Trata-se da somatória de recursos de toda ordem - humanos, materiais e financeiros - da União, do Estado e dos municípios, mobilizados para atender, de maneira planejada, ordenada e racional, sem desperdícios e sem superposição de atividades, à demanda de serviços primários de saúde.

O Paraná teve grande facilidade para dar à execução esse programa, assumindo posição de vanguarda entre as demais unidades da Federação. O diferencial é a prática, em nosso Governo, do trabalho cooperativo entre os órgãos estaduais e as prefeituras, nas ações de saúde pública. Assim, de uma só vez, 278 municípios, que representam 95% da população paranaense, aderiram ao respectivo convênio, celebrado entre o Estado e o Governo Federal.

A gratificante experiência que temos vivido, na condução do Poder que a vontade soberana dos paranaenses nos confiou, tem demonstrado quão lúcida, alerta e penetrante é a inteligência do nosso povo. Os projetos participativos que implementamos têm alcançado rendimento além das expectativas, graças ao sadio entusiasmo com que as comunidades, solidárias e cooperativas, se juntam à presença catalisadora do Governo para torná-los realidade.

Assim, o projeto de mutirões habitacionais, idealizado para contornar a profunda

crise do Sistema Financeiro da Habitação, praticamente sem recursos quando assumimos o Governo, transformou-se em realidade. Enfrentando a descrença de muitos, no início de sua implementação, ele consolidou-se até ser reconhecido, hoje, pelo próprio BNH, como uma das soluções mais válidas para contornar o impasse entre a exigüidade dos recursos e as necessidades da população.

Edificamos, em 1985, com recursos exclusivos do Tesouro do Estado, com o apoio das prefeituras e das comunidades, e o esforço pessoal das famílias dos futuros proprietários, mais de cinquenta por cento, do número de casas populares que foi possível construir com os recursos destinados ao Estado pelo Banco Nacional da Habitação.

Milhares de famílias, de renda baixíssima, puderam realizar o sonho, até então impossível, da casa própria. Nesse programa, de grande significação social, conseguimos reduzir as prestações para um valor que varia de sete a oito por cento do salário-mínimo. Nos programas convencionais, financiados pelo BNH, as prestações para casas populares de idêntico nível chegam até a 45 por cento.

Prioridade para o social: uma escolha que implica, sem dúvida, um lugar de honra para a educação. Se estamos cumprindo o prometido, as dotações orçamentárias para o setor educacional farão prova. Vossas Excelências, Senhores Deputados, conheceram, discutiram e votaram o Orçamento do Estado, nos últimos dois anos. Estão bem a par do assunto. Credenciados, portanto, para dar testemunho do quanto temos agido, neste particular, estritamente à medida da vontade dos paranaenses.

Antes da regulamentação da Emenda Calmon já vínhamos aplicando, em educação, mais do que a Constituição Federal exige. As ações setoriais, nessa área, são de domínio público.

Iniciativas para democratização do ensino, aperfeiçoamento de currículos, suprimento automático às necessidades materiais das escolas, assistência e incentivo ao estudante e ao professor, ampliação da rede física escolar; e tantas outras, tiveram profunda influência no aperfeiçoamento do ensino, na rede escolar oficial do Estado.

Seria necessária, porém, uma avaliação dos resultados efetivos de todos esses esforços, para considerá-los válidos, perante as expectativas da sociedade. Nós já dispomos dessa avaliação. Os níveis de evasão e repetência, um dos indicadores usados pelo Ministério da Educação para avaliar a evolução da qualidade do ensino, caíram, em nosso Estado, de 40 para 30 por cento, desempenho excepcional em termos de Brasil.

Com esse resultado aquele Ministério atribuiu ao Paraná aproveitamento de cem por cento, na análise que realiza, anualmente, para avaliar a eficácia da utilização das verbas que repassa aos estados.

Além disso, recomendou aos órgãos estaduais responsáveis pela educação que visitassem o Paraná, para conhecer a experiência que aqui se realiza, no setor.

Não é diferente o que ocorre na área de segurança pública. Os esforços para reaparelhar os órgãos policiais e reciclar o pessoal, foram compensadores. Entre outras medidas, equipamos 160 delegacias que não dispunham de radiocomunicação, 111 que não possuíam telefone e 140 que não contavam com armamento de grosso calibre. Instalamos telex nas unidades regionais e nos comandos.

Criamos os conselhos de segurança, ao nível de municípios e de regiões, para promover uma integração cada vez maior entre o policial e a comunidade. Mas esta integração exige

preparo e qualificação. Para isso, proporcionamos aos nossos policiais 19 mil horas-aula, em cursos de aperfeiçoamento e especialização, o mesmo número que a Escola de Polícia havia ministrado em 30 anos - entre 1952 e 1982. Grande parte desse esforço educativo teve o propósito de criar uma consciência, nos efetivos das diversas corporações, de que o dever das instituições policiais é servir à comunidade e assegurar, ao cidadão, tranqüilidade e segurança.

Reestruturamos o DETRAN. Também nesse setor, avaliações neutras, objetivas, independentes, nos favorecem. As companhias seguradoras, que em 1982 consideravam o Paraná um dos estados de maior risco para estabelecer as condições de seus seguros, mudaram de critério. Hoje, estamos classificados entre os de menor risco. Esta atitude foi consequência da queda, de 25 para 4, na média diária de veículos furtados, em nosso Estado, entre 1982 e 1985.

As manifestações culturais do povo paranaense, incluindo-se o desporto, foram incentivadas, com a interiorização e a ampliação das oportunidades. Estruturamos, em 1985, a Orquestra Sinfônica do Paraná; instituímos o Festival de Música Antiga em Curitiba, e mudamos radicalmente a filosofia e a prática do Festival de Música de Londrina; criamos o primeiro centro de restauro de telas e papéis do Sul do País - um dos três existentes no Brasil. A reorganização dos jogos escolares ampliou, de uma média de 3 mil, para 50 mil, o número de participantes. Com esse esforço o Paraná tornou-se o terceiro mais importante pólo de desporto escolar do País, depois de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ampliamos a infra-estrutura econômica básica. Também aí predominou a preocupação com as implicações sociais das obras empreendidas.

No setor rodoviário, os principais programas em execução objetivam proporcionar, especialmente aos pequenos fazendeiros e sitiantes que trabalham e produzem em regiões afastadas das estradas-tronco, acesso mais fácil e mais econômico aos mercados e aos núcleos urbanos onde estão disponíveis serviços essenciais como escolas, unidades de saúde, centros comerciais e bancários.

No final de 1985 as obras concluídas, em construção e já licitadas para contratos representavam, em pavimentação, seis por cento a mais do que as metas estabelecidas até o fim do Governo; a construção de pontes ultrapassara em 65 por cento o previsto; os demais programas acompanhavam os cronogramas propostos.

No setor de energia, o programa de eletrificação rural prossegue como uma das principais prioridades do Governo. Estamos pagando, com ele, a grande dívida que o Paraná tem para com os seus produtores rurais, heróis que sustentaram, por muito tempo, a quase totalidade do esforço de desenvolvimento do Estado. A meta inicial, de 80 mil propriedades a serem eletrificadas até o fim do Governo, foi expandida, em uma primeira revisão, para 100 mil. Depois, reajustamos essa previsão para 120 mil. Conseguimos esse feito - construir mais, com os mesmos recursos - com o emprego de tecnologias alternativas mais simples nos projetos e escolha de materiais mais baratos, sem prejuízo da qualidade das obras. Obtivemos a concordância do Banco Mundial, financiador do programa, para que a economia obtida fosse aplicada no aumento das ligações.

A inédita campanha CLIC Urbana, para ampliar o suprimento de energia às famílias de baixa renda, na periferia das principais cidades do Estado, ultrapassou, também, a dimensão inicialmente prevista. A meta era atender em torno de 6 mil famílias. Só em 85 foram feitas 33.500 novas ligações e o número total de fa-

mílias beneficiadas, em dois anos de vigência do programa, é superior a 46 mil.

No momento de crise econômica em que vivemos, com os segmentos mais carentes das populações sofrendo em maior intensidade os problemas da inflação e da carestia, a dimensão social desse programa é de uma evidência indiscutível.

A COPEL oferece condições especiais para essas instalações. Os usuários que ganham menos de 2 salários-mínimos são financiados pela empresa sem juros e sem correção monetária. Vale destacar que, pela primeira vez em sua história, a empresa realiza investimentos de tal porte com objetivos nitidamente sociais.

No manejo integrado de solos e de água, programa que envolve vários órgãos da administração, mais de um milhão de hectares de terras já estão sendo beneficiados. Iniciativa também inédita, no País, já serve de modelo para projetos idênticos em outros estados. Atende a objetivos da maior significação, para o desenvolvimento futuro do Paraná: aumentar a produtividade das lavouras nas propriedades assistidas; educar o pequeno produtor rural e despertar sua consciência para a necessidade e as vantagens das práticas preservacionistas, mostrando que ele também auferir lucro pessoal, quando defende o patrimônio comum.

Em linha de ação semelhante, o programa de manejo integrado de pragas está revolucionando as práticas agrícolas no Estado. Nele estão envolvidas entidades estaduais de assistência rural, pesquisa, comercialização agrícola e fiscalização do meio ambiente. Participam, também, com grande entusiasmo, as cooperativas de produtores agrícolas. Sua dimensão pode ser avaliada por um único número: os produtores obtiveram, o ano passado, uma economia próxima dos 100 bilhões de cruzeiros - a preços de janeiro de 1986 - só com a diminuição

de agentes químicos normalmente usados nas lavouras, e que não tinham controle, antes da implementação do programa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Para alguns, pode parecer uma obsessão nossa a insistência em destacar, sempre, com tanta ênfase, as atividades e preocupações do Governo no campo social. Sei que, assim procedendo, dou a impressão de esquecer ou não levar em conta as atividades do Executivo que se desenvolvem em outras áreas fundamentais da administração, onde os recursos manejados, o volume das obras físicas realizadas e as dimensões dos projetos são muito maiores.

A razão é simples. Os paranaenses devem ter na memória a veemência com que falávamos quando, nas praças públicas, combatíamos os governos autoritários, criticávamos as prioridades atribuídas ao econômico, em detrimento do social; reclamávamos do desprezo com que as classes menos favorecidas, os cidadãos mais humildes, eram encarados nos planos, programas e ações governamentais. A grande temática da nossa pregação, naquelas oportunidades, foi a dívida social que penalizava, e ainda penaliza, os brasileiros, principalmente os desassistidos e marginalizados.

Não é de estranhar, portanto, que na chefia do Poder Executivo do nosso Estado, cumprindo um mandato que o povo paranaense houve por bem nos confiar, em decorrência, especialmente, daqueles princípios que defendíamos, assim nos comportemos. Não poderíamos renegar o discurso do passado, ao conduzir as ações do presente.

Na parte que se segue a esta Introdução, e que se constitui no essencial da Mensagem à Assembléia Legislativa, de acordo com que determina a Constituição do nosso Estado, Vossas Excelências irão encontrar, em detalhes, as

informações essenciais sobre os principais programas, projetos e planos que estão sendo conduzidos pelo Governo; as providências e ações básicas para realizá-los; os argumentos que, na visão do Executivo, justificam sejam acelerados ou reduzidos em seu ritmo de trabalho.

Lá, estão registrados acontecimentos de maior vulto: obras rodoviárias; empreendimentos nos sistemas de geração e transmissão de energia; reaparelhamento e reformas no Porto de Paranaguá; expansão das redes físicas de saneamento básico, movimento das principais contas do Estado, desempenho dos programas de fomento à economia, de responsabilidade das instituições financeiras estaduais, enfim, tudo aquilo que representa a continuidade da ação governamental, de governo a governo, com esta ou aquela diferença no enfoque, no ritmo, na maneira de trabalhar.

O que desejávamos ressaltar nesta Introdução, na oportunidade em que temos a honra de, mais uma vez, falar a Vossas Excelências, em uma solenidade de abertura dos trabalhos legislativos, é a lealdade e o empenho com que estamos procurando cumprir o compromisso de mudanças, assumido com o povo do Paraná nas praças públicas.

Mudanças. Principalmente, de conteúdo. Mudanças. Para aperfeiçoar o relacionamento entre o poder e a cidadania. Mudanças. Com o objetivo de levar à prática as formulações programáticas essenciais que apresentamos aos paranaenses, como proposta de Governo. No sentido da democratização do poder. No caminho da participação comunitária. Na prática da austeridade e do respeito pela coisa pública.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O mesmo povo que nos conduziu à chefia do Poder Executivo outorgou, a Vossas Excelên-



cias, o mandato para representá-lo nesta Casa. Temos certeza, portanto, de que as mudanças que os paranaenses exigem são, também, sagrado compromisso para cada um dos membros desta Assembléia. Estamos juntos, portanto, nessa grande caminhada. Mas há muito caminho, ainda, a caminhar.

Há problemas ingentes à espera de soluções. Entre eles, certamente o mais grave, o mais dramático, o mais urgente, é o das populações marginalizadas, as famílias dos sem-terra à procura de um chão, ou aquelas que, expulsas do campo, vegetam em condições sub-humanas de existência nas periferias das cidades.

Na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, estamos ameaçados de ver repetido o caótico processo que deteriorou e ameaça destruir a convivência entre os homens, na maioria das metrópoles do mundo.

Nos dois casos, o Governo esteve em permanente alerta, à procura de soluções. O Paraná inteiro conhece, e Vossas Excelências mais do que ninguém, tudo que até agora fizemos em programas de assentamentos rurais. Nesse particular, mesmo antes da Lei da Reforma Agrária, nenhum outro estado brasileiro realizou o que realizamos nessa área. Entretanto, conhecemos e reconhecemos as limitações do Poder Executivo estadual. Infelizmente, não são nossos os instrumentos capazes de oferecer soluções definitivas para questões dessa ordem.

Quanto à Região Metropolitana de Curitiba, estamos finalizando, após estudos e pesquisas realizadas com a maior competência pela Secretaria do Planejamento, um programa de grande porte com propostas para uma abordagem integrada dessa complexa problemática.

A implementação das ações previstas, nesse programa, exigirá, inclusive, financiamen-

tos de instituições internacionais, como o Banco Mundial e o BID, além das entidades federais pertinentes. Felizmente, para nós e para o Paraná, está nas mãos de um paranaense, probo, capaz, experiente, integrante da nossa equipe de Governo até dezembro passado - falo do Ministro Deni Schwartz - o mais importante órgão da administração federal nesse setor: o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

A presença do ex-Secretário dos Transportes do nosso Governo no mais alto escalão da República vai honrar o Paraná. Acompanha-o a experiência de um trabalho que sintetizou, com perfeição, a concepção que temos sobre o modelo de desenvolvimento que melhor atende às expectativas da Nação Brasileira: aquele que, privilegiando o domínio do social atribua ao econômico, ao tecnológico, ao científico e ao cultural papel decisivo, também, na construção de uma sociedade industrial moderna e socialmente avançada, único instrumento capaz, nas condições do mundo em que vivemos, de promover a justiça social que todos nós desejamos.

Temos a consciência tranqüila, Senhores Deputados, tanto sobre o que realizamos, quanto sobre o que nos foi impossível fazer, no exercício da missão que o povo paranaense nos confiou. Mesmo porque, na mente e no coração guardamos a dura advertência que, em nossa juventude, colhemos nos Sermões do Padre Antonio Vieira: "Sabei cristãos, sabeis príncipes, sabeis ministros, que se vos há-de pedir estreita conta do que fizestes, mas muito mais estreita do que deixastes de fazer."

Do que fizemos, temos o dever de agradecer a colaboração permanente do Governo Federal, concretizada através de inúmeros convênios, em todas as áreas da administração. Não poderíamos, entretanto, deixar de prestar especial homenagem - em nome do Paraná, tenho certeza - àquele paranaense que, tanto nos as-

suntos administrativos, como nos políticos, fez o possível e tentou, muitas vezes, o impossível, para servir o nosso Estado. Falo do ex-Ministro Affonso Camargo, a quem o Paraná tanto deve.

Desta Casa, jamais nos faltou, até agora, a compreensão, o respeito, o apoio nos momentos necessários. Temos a certeza de que, com a cooperação leal e franca, construtiva e, ao mesmo tempo, crítica, prene do espírito público e da generosidade cívica de Vossas Excelências, o nosso Governo desempenhará o seu ciclo final, consolidando o projeto renovador a que se propôs.

Idêntica confiança temos que manifestar ao Poder Judiciário do nosso Estado, exemplo da independência que devemos manter no cumprimento dos deveres que a Constituição e as leis nos impõem.

Os desafios que o País tem pela frente, graves, em todas as dimensões que os analisemos, vão exigir muito da capacidade de trabalho, de entusiasmo, e até de sacrifício, das gentes do Paraná. Cabe a nós, governantes, que integramos as diversas esferas do poder, lhes oferecer o exemplo.

O futuro caminha, acelerado, em direção ao presente. Tenho certeza de que nossas instituições estão preparadas para dignificar a missão que a sociedade lhes atribui e, a cada instante, lhes cobra.

Curitiba, 1º de março de 1986.

JOSÉ RICHA  
Governador do Paraná

## 2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

## 2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

O Paraná sofreu, em 1985, uma grave crise no abastecimento de energia elétrica. A escassez de chuvas, no segundo semestre, principalmente na bacia de acumulação do rio Iguaçu, onde se localizam as mais importantes usinas do sistema gerador da Região Sul, comprometeu, severamente, a produção da eletricidade requerida para o suprimento da demanda regional.

Nos meses de agosto a outubro, a COPEL chegou a receber do sistema interligado Sul-Sudeste mais de 60 por cento da energia utilizada para atender o mercado estadual. A situação agravou-se em novembro e dezembro, quando os efeitos da estiagem atingiram, também, a produção das usinas localizadas no Rio Grande do Sul. Nesse período, para manter o fornecimento mínimo indispensável ao prosseguimento das atividades produtivas, ao funcionamento dos serviços públicos e ao consumo domiciliar, foi necessário colocar em plena operação todo o parque gerador térmico (usinas alimentadas a carvão e óleo) do Sul do País e suprir a região com cotas substanciais de energia, transferidas da Região Sudeste.

A situação, no final do ano, configurava-se mais grave do que em 1978, quando, sob os efeitos de uma estiagem de menor duração, as empresas concessionárias da Região Sul foram obrigadas a adotar medidas restritivas ao consumo.

Além da queda na geração, consequência do regime hidrológico dos rios, comprometido pela seca - fator que reduz a flexibilidade operacional do sistema e amplia seu coeficiente de risco -, o mercado paranaense de energia elétrica registrou, em 1985, um crescimento de 14,5 por cento na demanda, o maior dos últimos anos.

O ano de 1985 encerrou-se, portanto, sob o impacto de condições extremamente adversas no setor de energia. Além da restrição da oferta, por força da estiagem, foi atingida a capacidade máxima de transporte nas linhas de transmissão que interligam Sul e Sudeste, fato que impede aumentar, além dos limites já utilizados, as transferências de energia das usinas da Região Sudeste para socorrer o mercado da Região Sul.

A despeito da intensa colaboração que caracterizou o trabalho das empresas concessionárias dos três estados da região e das campanhas de racionalização que desenvolveram nos últimos meses do ano, com vistas a uma redução voluntária do consumo de eletricidade, tornou-se imperativa a adoção, no início de 1986, de um esquema de racionamento que atingiu o Paraná com reflexos negativos para as atividades econômicas, os serviços públicos e a sociedade em geral.

Esses fatos demonstram a correção das diretrizes adotadas pelo Estado no que se refere à consolidação da infra-estrutura no setor energético. Nesse sentido, foram tarefas prioritárias em 1985: consolidação de medidas preliminares básicas para assegurar a construção da Usina Hidrelétrica Segredo, no rio Iguaçu; início de novos estudos de viabilidade e revisão de estudos já existentes, para futuros aproveitamentos hidrelétricos no Estado; continuidade das providências e intensificação dos programas destinados a identificar soluções energéticas alternativas.

No setor de transportes, igualmente, as prioridades do Plano de Ação do Governo têm-se confirmado, na prática, como adequadas ao estágio atual da economia paranaense e ao seu desdobramento futuro.

Assim, no ano de 1985, continuaram sendo executados, com toda a ênfase, os seguintes programas: de manutenção e restauração das estradas da extensa rede rodoviária em operação, importante patrimônio do Estado; de modernização da assistência rodoviária aos municípios, que objetiva assegurar melhor conexão entre as fazendas e a malha asfaltada - incluindo-se a construção de pontes - tendo em vista a necessidade de rápido e seguro escoamento da produção agropecuária, seja em direção às indústrias de transformação, como aos mercados que absorvem os produtos in natura; de construção de novas estradas pavimentadas, que se propõe estender a todas as regiões e municípios, ainda não integrados à rede rodoviária pavimentada, os benefícios econômicos e sociais dessa interligação.

O aproveitamento da potencialidade do rio Ivaí como hidrovia é da maior importância para a economia do Paraná. Os estudos já realizados, no atual governo, demonstram a viabilidade do empreendimento para ser incluído entre as prioridades da política de transportes e deverá constituir-se em preocupação permanente do Estado até a sua consecução. Se este projeto não se transformar em realidade a médio prazo será muito difícil aos produtos paranaenses, com o encarecimento dos fretes rodoviários, competir nos mercados nacional e internacional. A posição de desvantagem do Paraná deverá agravar-se, em futuro próximo, com a entrega ao uso público da hidrovia do Tietê, em São Paulo.

Os bons resultados financeiros obtidos pelo Porto de Paranaguá têm permitido substanciais investimentos na melhora de suas insta-

lações e no aperfeiçoamento operacional. Paralelamente, o Governo Federal tem acompanhado este processo com a realização de obras de importância fundamental para a consolidação do nosso terminal de exportações. Em 1985, mais uma vez Paranaguá atingiu volume recorde tanto nas exportações, com 9,6 milhões de toneladas, como na movimentação geral de cargas, que totalizou 12 milhões de toneladas.



## 2.1 TRANSPORTES

### 2.1.1 Sistema Rodoviário

A ação do Governo, no setor de transportes, obedeceu, rigorosamente, às diretrizes estabelecidas no Plano de Ação. Assim, o trabalho realizado em 1985 foi uma continuidade dos programas que já vinham sendo desenvolvidos em 1983 e 1984.

No setor rodoviário, onde se concentram as principais ações da Secretaria dos Transportes, foram concluídos, no exercício, 251 km de pavimentação, 3.755 km de revestimento primário, 464 km de restauração de pavimento e 4.638 m de pontes. Esses resultados, mais as providências encaminhadas, que asseguraram a continuidade das obras em 1986, viabilizam todas as metas estabelecidas para o setor de transportes no início do Governo.

As obras de restauração e o rejuvenescimento de rodovias em más condições de tráfego, que, na proposta original, deveriam atingir dois mil quilômetros, já foram realizadas em 50 por cento. Os recursos para a outra metade já estão assegurados de modo a cumprir-se, até o final da atual administração, o alvo previsto. O programa de assistência rodoviária aos municípios, envolvendo obras de revestimento primário, pavimentação rudimentar e construção de pontes de concreto, está em acelerado ritmo de trabalho. Em 1985, entraram em operação to-

das as patrulhas mecanizadas que darão suporte ao esforço final de construção das estradas restantes, para que sejam atingidas as metas propostas.

Os dez mil metros previstos para construção de pontes serão ultrapassados, até o final do governo, em mais de 50 por cento. No final de 1985, já haviam sido construídos 13 mil metros, incluindo-se obras como a ponte sobre o rio Iguaçu, em União da Vitória, com 474 m, apenas dez metros menor do que a ponte Tancredo Neves, entre o Brasil e a Argentina, inaugurada no fim do ano pelo Ministério dos Transportes. O terceiro grande objetivo do setor rodoviário, que é a construção de novas rodovias asfaltadas, também deverá ser ultrapassado em mais de 500 quilômetros. As obras já entregues ao tráfego, as em andamento e as licitadas totalizam 2.650 km, superando, portanto, os 2.500 km inicialmente previstos.

Esses resultados têm sido alcançados graças aos esforços desenvolvidos pela Secretaria dos Transportes para a racionalização de métodos e processos construtivos na condução das obras empreitadas ou sob administração direta e modernização administrativa em seu próprio trabalho. Um dos financiamentos do Banco Mundial, por exemplo, estava vinculado à construção de 700 km de novas rodovias. Com os mesmos recursos, estão sendo construídos 1.110 km, ou seja, 57 por cento a mais do que o previsto pelos técnicos do BID.

O testemunho maior, entretanto, do excelente rendimento obtido pelo setor de transportes, deve ser procurado no confronto entre os recursos orçamentários que lhe foram destinados nos últimos três anos e em administrações passadas. Entre 1983 e 1985, em função da difícil conjuntura econômica nacional e, também, da prioridade atribuída no Plano de Governo para a área social, apenas 12 por cento das dotações do Orçamento Geral

do Estado foram atribuídos à Secretaria dos Transportes. No período governamental, imediatamente anterior, essa dotação foi de 14,55 por cento e, no período antecedente, de 24 por cento. Houve, além do mais, redução no número de funcionários do órgão.

Para a realização das obras rodoviárias previstas para 1985, o Estado contou com financiamentos do Programa BID-3\*, cujo contrato foi assinado em fins de 1984, e com recursos do BNDES - Programa Paraná-4\*\* -, além dos recursos próprios.

O Governo Federal tem contribuído com cerca de 23 por cento dos investimentos, a título de fundo perdido. Estão assegurados, também, novos recursos do BNDES, constantes do Programa Paraná-5, financiamento já assegurado. Os recursos aplicados em 1985 foram da ordem de Cr\$ 389 bilhões em obras - construção, melhora e restauração -, Cr\$ 275 bilhões em serviços de conservação e Cr\$ 135 bilhões na área administrativa, totalizando Cr\$ 799 bilhões.

Para que o Paraná disponha de uma malha rodoviária à altura de suas necessidades ainda faltam algumas obras importantes. Entretanto, as realizações das administrações passadas, somadas às rodovias construídas ou iniciadas nos últimos três anos, já asseguram ao Estado posição de destaque no cenário do rodoviarismo nacional, principalmente porque o atual Governo assumiu a determinação de enfrentar verdadeiros tabus, como eram os casos da Estrada do

---

\* Programas BID - rodovias alimentadoras construídas com recursos do Tesouro do Estado e financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

\*\* Programas Paraná - rodovias vicinais construídas com financiamentos do Banco Mundial (BIRD), BNDES e recursos do Tesouro do Estado e do DNER.

Cerne, da estrada Reserva - Cândido de Abreu - Manoel Ribas, cortando o coração do Paraná, das rodovias São Mateus do Sul - São João do Triunfo - Palmeira e Paulo Frontin - Mallet - Rio Azul - Rebouças, ambas interligando o Sul à região de Ponta Grossa e Irati, e da estrada Marmeleiro - Barracão, que completará a ligação pavimentada entre o Paraná e a República Argentina, na divisa seca da cidade fronteiriça de Barracão.

Merecem destaque, ainda, no que se refere à situação atual do sistema rodoviário do Paraná, a duplicação do trecho São Luiz do Purunã - Ponta Grossa, da BR-376, com 67 km, que está sendo feita em ritmo acelerado, e o início da construção da estrada Marmeleiro - Barracão, com 72 km, que completará a ligação pavimentada entre o Sudoeste do Paraná e a República Argentina, em Barracão, obras do Ministério dos Transportes que demonstram o relacionamento existente entre o Governo do Estado e o da União. Este espírito de colaboração estreita foi também demonstrado por pedido feito pelo Ministério do Interior, no final do ano, ao DER do Paraná, no sentido de executar a duplicação do trecho da Estrada das Cataratas, em Foz do Iguaçu, que liga a cidade ao acesso da Ponte Tancredo Neves, sobre o rio Paraná, integrando o sistema rodoviário do Brasil e o da Argentina. Essa obra foi realizada em 45 dias.

A tentativa de incentivar programas alternativos de construção de trechos rodoviários com o uso de tecnologias mais simples - pedras irregulares ou poliédricas - prosseguiu, apesar de obstáculos difíceis de serem contornados, como a dificuldade de mobilização de mão-de-obra especializada nesse tipo de serviço. Em algumas regiões, projetos mais ambiciosos nesse sentido tiveram de ser desativados. Entretanto, prosseguiram, em diversos municípios, as experiências com pavimentação de ruas e estradas de acesso, principalmente

com o objetivo de assegurar trabalho aos desempregados.

As desapropriações das áreas de terras atingidas por faixas de domínio, para a construção de rodovias, totalizaram, em 1985, 5,6 milhões de metros quadrados, no valor de Cr\$ 2,5 bilhões. Com as indenizações complementares de benfeitorias existentes nessas áreas, avaliadas em Cr\$ 2,2 bilhões, o total despendido nesse setor foi de Cr\$ 4,6 bilhões. Em relação aos últimos anos, houve acentuado aumento no percentual de áreas obtidas por doação. Em 1982, apenas 37,6% das áreas exigidas para faixas de domínio foram doadas ao Estado. Em 1983, esse percentual elevou-se para 51,8% e, em 1984, ficou em 48,3%. No exercício de 1985, como resultado de um processo crescente de diálogo entre governo e proprietários, 71,8% das terras necessárias foram cedidas por doação - no valor de Cr\$ 14,5 bilhões - e só 28,2% adquiridas mediante pagamento de indenizações.

A antecipação de estudos e projetos é essencial para a continuidade dos programas rodoviários necessários ao desenvolvimento do Estado. Nesse sentido, foram concluídos, em 1985, projetos técnicos que correspondem a 1.740 km de futuras obras, assim discriminadas: 623 km de pavimentação e 73 km de restauração de rodovias, sob regime de empreitada, e 200 km de pavimentação e 485 km de restauração de pavimento, por administração direta. Estão em andamento projetos para outros 1.292 km de obras.

### 2.1.2 Hidrovias

Foi uma constante, nos últimos três anos, o empenho do Governo visando à criação de um sistema hidroviário capaz de integrar as regiões produtoras do Estado aos centros de industrialização, ao mercado nacional e aos ter-

minais de exportação. A primeira iniciativa nesse sentido, consubstanciada no projeto de aproveitamento hidroviário do rio Ivaí, teve extraordinário impulso em 1985, com a conclusão de um estudo de viabilidade que indicou amplas possibilidades de sucesso para o empreendimento, tanto sob o aspecto econômico como técnico. Confirmou-se o acerto da opção em favor de uma alternativa econômica de transporte em trecho de 277 km de extensão, desde a foz do Ivaí, no rio Paraná, até as proximidades de Doutor Camargo - onde os trilhos da RFFSA cruzam o rio Ivaí. O sistema proposto promoverá uma integração dos transportes em duas grandes vertentes: da parte Leste do território do Estado, que estará interligada à malha ferroviária da região de Maringá, que se bifurca, de um lado, em direção ao Norte Velho até Ourinhos, na divisa com São Paulo, e, do outro, em direção ao Porto de Paranaguá; da parte Oeste, que alcança a grande hidrovia do rio Paraná, navegável desde Itaipu até a Usina de Jupia, numa extensão de 700 km.

O movimento de cargas esperado para a hidrovia do Ivaí constituir-se-á, basicamente, de grãos, gado e madeira oriundos do Oeste paranaense, Oeste de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai, com destino a Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Paranaguá; em sentido contrário, combustíveis, fertilizantes e calcário, oriundos das regiões de Curitiba e Ponta Grossa, com destino ao Interior.

### 2.1.3 Atividade Portuária

Em 1985 - ano de seu cinqüentenário - foi dado um grande passo para solucionar os problemas de infra-estrutura ainda existentes no Porto de Paranaguá, cujas deficiências a Mensagem à Assembléia Legislativa, do ano passado, destacou. No decorrer do ano, a Secretaria dos Transportes concluiu o projeto de ampliação do cais comercial, e, no final do

exercício, a PORTOBRÁS abriu a concorrência para a execução das obras. Os 350 metros a serem acrescentados ao cais - 50 metros a mais do que o inicialmente previsto - permitirão a instalação de um moderno terminal especializado no embarque de containers, importante avanço no processo de compatibilização do principal terminal marítimo de carga do Estado com as exigências cada vez mais sofisticadas das operações de embarque, principalmente na exportação.

A movimentação recorde de cargas, com destaque mais uma vez para as exportações, e a manutenção dos critérios de austeridades administrativas, com a contenção de custos não-essenciais, permitiram à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) dar continuidade aos investimentos com recursos próprios para o programa prioritário de obras e a instalação de novos equipamentos e serviços de recuperação iniciados em 1984. Entre os empreendimentos mais importantes, destacam-se: restauração de berços do cais e seus pavimentos; continuação da dragagem dos canais de acesso e do cais comercial e início da dragagem da baía de evolução; reforma de guindastes, correias de expedição, silos, elevadores e subestações; montagem dos novos guindastes recebidos da PORTOBRÁS e adaptação do cais para a instalação; reparos em edificações.

Encontra-se, também, em adiantada fase de montagem, o quarto shiploader, adquirido pelo Porto em 1985. Esse equipamento ampliará a capacidade de carregamento de granéis em mais 6.000 toneladas/hora, o que fortalece a capacidade de competição dos produtos exportados por Paranaguá. O Porto foi beneficiado por um programa de reequipamento dos portos, da PORTOBRÁS, do qual recebeu dois guindastes: um de 16 e outro de 32 toneladas, destinados à movimentação de containers.

A movimentação de mercadorias atingiu 12,8 milhões de toneladas - mais um recorde na história do Porto -, com um aumento de 14,4% em relação a 1984. O comércio de cabotagem baixou 5,5%, e as exportações para o estrangeiro cresceram 20%, totalizando 9,6 milhões de toneladas. Esse acréscimo das exportações, entretanto, não correspondeu ao crescimento equivalente da receita cambial, que passou de US\$ 2,4 bilhões para US\$ 2,5 bilhões, de um exercício para outro. A queda no valor médio da tonelada exportada pelo Porto de Paranaguá tem-se acentuado nos últimos anos. Em 1981, para cada tonelada exportada, corresponderam 461 dólares, valor que caiu para 302 em 1984, e 201 em 1985. Entre as explicações para o fato, apontam-se o declínio das exportações de café, a estabilização de mercadorias classificadas como "carga-geral" - onde se incluem os manufaturados de grande valor unitário - e a crescente participação de granéis sólidos: soja em grãos e farelos, por exemplo, cujas exportações cresceram em 42,3% entre 1984 e 1985, passando de 5,2 para 7 milhões de toneladas.

Merece destaque, ainda, o crescimento de 40% na movimentação de containers. A preferência cada vez maior dos exportadores por essa modalidade de transporte, que oferece uma série de vantagens às mercadorias classificadas como "carga-geral", justifica os investimentos destinados a aperfeiçoar as condições de operação dos chamados "cofres de carga", no Porto de Paranaguá.

A movimentação do Porto de Antonina continua caindo. O recebimento de carvão - que representou 95 a 99 por cento da atividade portuária nos últimos anos - diminuiu de 314 mil toneladas, em 1983, para 271 mil, em 1984, e 208 mil, em 1985. O agravamento da situação decorreu, principalmente, da política adotada pelo Conselho Nacional do Petróleo, perante o qual o Governo do Estado vem desen-



volvendo gestões no sentido de que aquele órgão reexamine as decisões adotadas.

#### 2.1.4 Infra-Estrutura Aeroportuária

A expansão e melhora da infra-estrutura aeroportuária do Estado, possibilitando a integração dos aeroportos municipais ao sistema nacional e internacional de tráfego aéreo, é um fator essencial para o estímulo ao desenvolvimento de linhas aéreas regionais regulares no Paraná.

Com esse objetivo, intensificaram-se os estudos, projetos e obras. Em 1985, foram concluídas: a construção do aeroporto de Palmital; a recuperação do pavimento do aeroporto de Loanda; a ampliação da pista do aeroporto de Arapongas; a construção da pista do aeroporto de Realeza. Os investimentos totalizaram Cr\$ 2,6 bilhões.

#### 2.1.5 Programas Complementares

Diversas outras atividades, além das obras e serviços de grande porte, são desenvolvidas para manter e aperfeiçoar a infra-estrutura de transportes do Estado. Uma das mais importantes, entre as que tiveram curso em 1985, foi o redimensionamento, com base no sistema de análise de "pontos negros" - locais com maior incidência de acidentes rodoviários - do número de postos de pesagem de tráfego pesado. Essa fiscalização mais intensa dos transportes de carga objetiva coibir o abuso freqüente de excesso de peso em caminhões e carretas, um dos fatores responsáveis pela rápida deterioração e conseqüente encurtamento da vida útil do pavimento das estradas.

Outro programa de grande significação que se inicia com muito ímpeto, mobilizando setores representativos da comunidade empresa-

rial, com o apoio do Governo do Estado, diz respeito aos estudos preliminares sobre a viabilidade econômica e técnica de uma nova ferrovia, de Foz do Iguaçu a Paranaguá, já denominada "Ferrovia da Produção". Os subsídios levantados, na área do Governo, pelas entidades classistas, e encaminhados ao Governo Federal, levaram o Ministério dos Transportes a criar uma comissão para estudar e emitir relatório sobre o assunto.

## 2.2 ENERGIA

### 2.2.1 Eletrificação Rural

O Programa de Desenvolvimento do Sistema de Eletrificação Rural - PDER (CLIC Rural), iniciado em 1984, com a meta final prevista para atender a 80 mil propriedades rurais, continua sendo a principal prioridade da política de energia do Governo. No final de 1985, já haviam sido firmados contratos com 77 mil proprietários rurais, distribuídos em 306 dos 311 municípios do Estado. Para efetivar a ligação dessas propriedades ao sistema elétrico existente, 1.500 obras se fizeram necessárias, das quais 960 já estavam concluídas e 350 se achavam em execução, ao encerrar-se o ano, o que significa o atendimento a 61.500 propriedades e a extensão dos benefícios da energia elétrica para mais de 400 mil pessoas na área rural.

Com essa expansão, e com a soma das ligações efetuadas por outras pequenas concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, o número de propriedades rurais eletrificadas elevou-se a 149.950 em todo o Estado. Esse acréscimo de 35 por cento, em relação a 1984, refletiu-se no aumento, em 21 por cento, do consumo de eletricidade no meio rural - 375.082 MWh em 1984 e 455.396 MWh em 1985.

Apesar do caráter predominante de um programa de obras destinado a expandir a infraestrutura econômica, o CLIC Rural foi idealizado

zado, também, como um instrumento da política social do Governo. Assim, desde o início de sua implementação desenvolveram-se esforços no sentido de reduzir custos, de modo a ampliar o número de beneficiários com o mesmo volume de investimentos. A adoção de novos critérios na formulação dos projetos e a utilização de tecnologias simplificadas na construção das redes de distribuição elétrica foram opções que possibilitaram uma primeira ampliação da meta, de 80 mil ligações até o final do atual período de Governo, para 100 mil; novos estudos permitem expandí-la para 120 mil.

Prosseguindo na política de fortalecimento das cooperativas de eletrificação rural, como meio de consolidar o uso da eletricidade no campo, a COPEL adquiriu de duas instituições (CERJA e CERTOL) 566 km de linhas de alta tensão que estão atendendo a 1.298 consumidores. As cooperativas receberam ações da empresa do Estado em pagamento e passaram a realizar os serviços de operação e manutenção dessas linhas mediante remuneração correspondente a 53,4% do faturamento do consumo. Com essa negociação, os associados das referidas entidades irão pagar tarifas iguais às dos consumidores atendidos diretamente pela COPEL, quando de idêntica classificação.

Para evitar a continuidade do paralelismo de instalação nos sistemas elétricos em operação no campo, a COPEL assumiu redes de distribuição que pertenciam à CERJA, à CERTOL e à CERAL, em permuta por materiais que possibilitam às três cooperativas atender a maior número de proprietários rurais. Outras 6 cooperativas decidiram, em 1985, integrar-se ao CLIC Rural.

De modo geral, todos os usuários de eletricidade da área rural beneficiaram-se com importante medida adotada em 1985, para aperfeiçoar o sistema: foram instalados 276 novos equipamentos de comunicação na faixa de VHF -

aumento de 14% - o que propicia maior confiabilidade e segurança aos trabalhos de manutenção e diminui os períodos de interrupção do fornecimento, na eventualidade de defeitos ou acidentes.

### 2.2.2 Distribuição Urbana

A população urbana de menor poder aquisitivo foi beneficiada, em 1985, com o excelente desempenho da Campanha de Ligação de Consumidores (CLIC Urbana). Foram ligadas 33.500 novas residências em todo o Estado, o que representa o atendimento a cerca de 178 mil pessoas. Esse programa, iniciado em 1984, demonstra a possibilidade do uso de uma atividade econômica sofisticada - distribuição de energia - para compensar desequilíbrios sociais, quando uma empresa do Estado, como a COPEL, apesar de manter um rigoroso equilíbrio no seu desempenho econômico-financeiro, atua, também, como instrumento de uma política social do Governo.

A CLIC Urbana oferece aos usuários de baixa renda facilidades especiais - inclusive financiamento aos que ganham menos de dois salários-mínimos - para extensões de redes de distribuição, construção de entradas de serviço e instalações internas, abrindo possibilidade às famílias que não têm recursos para esses investimentos iniciais de desfrutarem, também, as comodidades que a energia elétrica propicia no cotidiano do lar.

O sistema de distribuição urbana foi ampliado com 23.800 postes de rede de distribuição e 1.000 km de linhas, além de outras obras que totalizaram investimento de Cr\$ 110 bilhões. Com o aumento de 119 para 131 agências e de 176 para 199 plantões, a COPEL expandiu, em mais de 10%, sua rede de unidades de atendimento no Estado. Em sua programação normal, 37 mil novos consumidores residenciais urba-

nos foram incorporados ao sistema. Somados os 35.500 da CLIC Urbana, o total de novos usuários urbanos da empresa, em 1985, foi 72.500.

A empresa instalou mais 5 microcomputadores e 4 terminais em nove municípios, medida esta que deu continuidade ao programa de desburocratização das atividades internas e redução dos índices de erros no faturamento. Hoje, a COPEL emite 99.977 faturas corretas em cada grupo de cem mil, mantendo a posição de destaque que já desfrutava entre as congêneres do País.

### 2.2.3 Ampliação e Manutenção do Sistema Estadual

O sistema elétrico estadual foi ampliado mediante a construção de 27 km de novas linhas de transmissão e reisolamento de linhas já existentes, de 69 kV e de 88 kV para 138 kV, num total de 264 km. Com estas obras, o sistema de transmissão de energia de responsabilidade da COPEL eleva-se a 5.170 km. O reisolamento permitiu aumentar em 100% a capacidade de transporte de energia nas linhas modificadas, a um custo bem reduzido em relação ao que seria necessário para instalação de novas linhas de 138 kV. Adicionalmente, foram construídas 16 novas subestações transformadoras, ou de chaves, e executadas ampliações em outras 75, totalizando aumento de 310.000 kVA na potência de transformação.

Com vistas a assegurar ao Estado um elevado nível de geração própria de eletricidade, a partir do início da próxima década, foi realizada, em 1985, a pré-qualificação dos consórcios para a licitação das "obras preliminares do desvio do rio Iguaçu para a Usina Hidrelétrica Segredo. As propostas apresentadas já se encontravam, no final do ano, em fase de análise e julgamento. Paralelamente, tiveram continuidade as seguintes obras de infra-es-

trutura: pavimentação da estrada de acesso, com 17 km; ponte de serviço sobre o rio Iguaçu; e hospital.

Ainda, no campo da geração de energia elétrica, foram iniciados, durante o ano de 1985, os estudos de revisão do projeto de viabilidade da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no rio Iguaçu, em função das cheias excepcionais ocorridas em 1983.

Em conjunto com a ELETROBRÁS, a COPEL também está procedendo a estudos de reavaliação do potencial hidrelétrico brasileiro, na parte referente ao Estado do Paraná. Tendo em vista as necessidades de atendimento, a longo prazo, do mercado estadual de energia elétrica, o Estado requereu autorização ao Ministério das Minas e Energia para executar os estudos de viabilidade técnico-econômica das usinas hidrelétricas de Foz do Alonzo, Bela Vista do Ivaí, Ivatuba e Três Figueiras, no rio Ivaí.

A operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas e os trabalhos de manutenção nas áreas de operação e distribuição de energia sofrem influência das variações do tempo. Assim, uma efetiva vigilância das condições meteorológicas é garantia para a confiabilidade e segurança desses serviços. Para assegurar ao sistema elétrico do Estado os benefícios dessa vigilância, a COPEL instalou uma unidade destinada a analisar as fotos recebidas de um satélite meteorológico geoestacionário. O equipamento permite prever as condições do tempo com 24 horas de antecedência e estabelecer a tendência das 24 horas seguintes.

A Usina Governador Bento Munhoz da Rocha, de propriedade do Estado, foi equipada com um moderno sistema de telessupervisão e controle automático de suas principais funções, para assegurar maior confiabilidade e segurança na

operação, principalmente em períodos de contingências.

A Usina Júlio de Mesquita Filho, paralisada em julho de 1983 com a inundação que sofreu em consequência das enchentes, foi totalmente recuperada. Em meados de agosto, o segundo grupo gerador voltou a operar, fazendo com que a usina retornasse à sua capacidade nominal de geração - 50.000 kw.

#### 2.2.4 Financiamento dos Programas

Para dar continuidade aos programas de investimento no setor de energia, o Estado captou recursos no exterior no valor de US\$ 29,5 milhões.

As aplicações de recursos provenientes do financiamento de US\$ 104,5 milhões, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), assinado em 1983, com interveniência da ELETROBRÁS, no programa de eletrificação rural, foram de US\$ 27,5 milhões em 1985. As simplificações obtidas nos padrões técnicos do programa, permitindo, entretanto, o mesmo desempenho, justificaram a iniciativa das negociações realizadas junto àquela instituição financeira internacional, no sentido de ampliar, para 120 mil, o número de consumidores rurais a serem beneficiados com a aplicação do mesmo volume de recursos no mesmo prazo do contrato inicial.

Foram contratados e utilizados, no ano, Cr\$ 736 milhões para as obras do sistema de linhas, subestações e sistemas de comunicação da COPEL, parte de um crédito autorizado pela FINAME, através do BADEP, com limite de até Cr\$ 2,3 bilhões.

O esquema financeiro que irá prover os recursos necessários à execução da Usina Hidrelétrica Segredo está assegurado. Encontram-



-se em fase final de negociações, financiamentos da ELETROBRÁS para as obras civis, e da FINAME para equipamentos nacionais. Os recursos para os demais investimentos deverão ser negociados em 1986. Entre eles, um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiamento este que já havia sido contratado e foi, posteriormente, cancelado em consequência de adiamento do início efetivo da entrada em operação da Usina.

O orçamento da COPEL para 1985 foi elaborado segundo orientação do Governo Federal, estimando-se uma taxa inflacionária de 137%, bem inferior, portanto, à realmente verificada, superior a 200%. Apesar dos reajustes tarifários terem sido contidos no primeiro semestre de 85, a receita de venda de energia foi superior à projetada, fruto dos reajustes autorizados no segundo semestre, o que permitiu a recomposição da base tarifária.

A comercialização do programa de eletrificação rural também ultrapassou o projetado, permitindo um ingresso de recursos, decorrentes da participação dos consumidores, 60% superior ao ingresso de recursos orçados para o exercício. Esse valor foi sensivelmente influenciado pelas antecipações dos pagamentos efetuados por grande parte dos consumidores que optaram pelo pagamento a vista, embora os contratos originais estipulassem parcelamento da participação financeira.

O serviço da dívida da empresa foi reduzido em Cr\$ 20 bilhões com relação ao orçado, devido às quedas das taxas da Libor e Prime-Rate.

Apesar da persistência do elevado índice de inflação, a exemplo dos últimos exercícios, a COPEL encerrou o ano com todos os seus pagamentos a empreiteiros e fornecedores rigorosamente dentro dos prazos contratuais. No decorrer do exercício, a empresa elevou seu capital

social de Cr\$ 218,6 bilhões para Cr\$ 719,0 bilhões.

### 2.2.5 Programas de Energia Alternativa

Na procura de soluções energéticas alternativas, quer no que se refere à substituição do petróleo importado e de seus derivados quer no aspecto da valorização dos recursos regionais e da viabilização do seu uso, o Estado avançou no campo da análise e dos estudos e logrou importantes resultados práticos. Foram concluídos, em 1985, o Balanço Energético do Estado do Paraná - 1980/84, o Fluxo Energético do Paraná e o Levantamento das Potencialidades Energéticas do Paraná. Encontram-se em elaboração a Articulação Sócio-Econômica e Energética do Estado e o Diagnóstico do Sistema Energético Paranaense.

De acordo com o Balanço Energético, o consumo de energia no Paraná, de 1980 a 1984, vem apresentando um crescimento médio anual de 3,5%. Colaborando com as diretrizes federais, o Paraná vem reduzindo, substancialmente, sua dependência dos derivados de petróleo, cuja participação baixou de 49,4 para 41,6% no período 80/84, compensada pelo aumento da participação de energia de origem hidráulica e de fontes renováveis, como a cana-de-açúcar.

A utilização contínua e racional do potencial energético dos rios paranaenses tem sido uma preocupação constante do Governo. Pesquisa para identificar as regiões mais favoráveis, no Estado, para a construção de pequenas centrais hidrelétricas, de modo a tornar possível a oferta de eletricidade nas áreas mais isoladas e assegurar o suprimento às regiões menos desenvolvidas, resultou na escolha de onze locais passíveis de pequenos aproveitamentos (até 10 MW). A COPEL já elaborou o anteprojeto de construção de uma pequena central hidrelétrica na Região Nordeste do Estado.

Os estudos sobre a utilização dos excedentes de bagaço de cana-de-açúcar, regionalmente, como substituto ao óleo combustível e à lenha, principalmente no Norte do Estado, foram concluídos com êxito. A primeira unidade de beneficiamento de bagaço, para fins energéticos, entrou em operação comercial no decorrer de 1985.

Também foram concluídos, em 1985, o estudo sobre os biodigestores rurais, destinados a definir os modelos mais adequados a cada região e os seus respectivos custos operacionais para o meio rural - em convênio entre o Estado e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - e o estudo - com apoio do IBDF - que quantifica a biomassa e o mercado de produtos florestais com destinação para energia, no Sudeste do Estado, região de maior consumo de energia de origem florestal.

### **3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS**

### 3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS

A prioridade para o social, definida no Plano de Ação do Governo como linha mestra para as iniciativas político-administrativas do período 1983-1986 e conduzida pelo Executivo nos últimos três anos, não foi uma opção adotada em círculo fechado pelos políticos ou pelos técnicos que elaboraram aquele documento. Foi, antes de tudo, uma decisão política dos paranaenses, amplamente manifesta pelas lideranças das comunidades e representações credenciadas dos mais diversos segmentos da sociedade paranaense.

Assim, a eleição direta para diretores das escolas estaduais era uma expressa aspiração de alunos, professores, pais e funcionários e, principalmente, das comunidades atendidas pela rede estadual de ensino; a expansão dos serviços básicos de saúde a todas as regiões do Estado, em lugar da concentração dos escassos recursos disponíveis em unidades grandiosas e equipamentos sofisticados, utilizados apenas por uma elite privilegiada, era uma exigência das vastas camadas da população que, no interior, não dispunham da mínima condição de atendimentos às suas necessidades primárias de saúde; a implementação dos projetos de mutirão habitacional, modalidade que propicia a participação das famílias dos futuros proprietários e a mobilização de recursos da comunidade na construção das casas, reduzindo a 8% do salário-mínimo o custo das prestações, responde às angústias das populações

de baixa renda, absolutamente impossibilitadas de arcar com os custos do BNH, que valem, nessa categoria de construção, de 40 a 45% do salário-mínimo; o redirecionamento das funções dos órgãos policiais, voltados para a segurança do cidadão, foi reclamo da sociedade que não aceitava a anterior postura dos aparelhos policiais, comprometidos apenas com a defesa do Estado, do poder e do regime; a revolucionária transformação no tratamento dos internos dos presídios estaduais, a quem se procura, hoje, assegurar os direitos básicos da pessoa, clamor que se fez ouvir de todos os setores comprometidos com os direitos humanos; enfim, cada proposta renovadora que se transformou em programa de governo, nesses três últimos anos, responde a uma instância popular que o Governo vem procurando atender nos limites dos recursos, de toda ordem, de que dispõe.

Em todas essas ações, que correspondem à determinação de democratizar o poder, procurou-se, igualmente, imprimir a marca da eficácia. Os resultados podem ser medidos por avaliações independentes, eximidas de qualquer comprometimento ou ligação com o Governo do Estado.

Na área da educação, por exemplo, um dos indicadores mais importantes da eficácia das ações pedagógicas é o de evasão e repetência. Todo o conjunto de medidas adotadas no campo do ensino, desde a democratização do processo de escolha das direções das escolas até os programas de aperfeiçoamento de professores, currículos e métodos didáticos, resultou na redução de 40 para 30% desse índice. Tal desempenho, avaliado pelo Ministério da Educação, valeu ao Estado o crédito de 100% na análise do aproveitamento dos recursos repassados para os programas em curso, nessa área. Em função desse resultado, o MEC indicou o Paraná como exemplo às demais unidades da Federação, recomendando, ainda, a visita de técnicos de outros Estados aos órgãos governamentais para-

naenses responsáveis pela educação, para que conheçam as experiências aqui desenvolvidas.

Na área de segurança pública bastaria destacar, como conseqüência de todo um processo de recuperação material e comportamental, um dos resultados obtidos pelo DETRAN, em outras épocas um dos órgãos mais desacreditados da administração pública estadual: a média diária de furtos de veículos no Estado diminuiu de 25 para 4 e as companhias seguradoras, que consideravam o Paraná o estado de maior risco em 1982, classificam-no, hoje, entre os de menor risco.

O Paraná teve significativa evolução, ainda, no campo da cultura e do esporte. O Festival de Música de Londrina já vem sendo considerado, no cenário artístico do Brasil e do exterior, entre os mais importantes eventos de música erudita do País; o Festival da Música Antiga, no terceiro ano de realização, assume, também, posição nacional de primeira plana; a Orquestra Sinfônica do Paraná, criada em 1984, começa a se destacar nacionalmente; a reestruturação do Teatro de Comédia do Paraná, que estava desativado, repôs o Estado no panorama das artes cênicas do País. Na área do esporte, contudo, podem ser assinaladas as mais evidentes conquistas no campo da cultura - pois esporte e cultura são indissociáveis. A reformulação dos jogos escolares estaduais ampliou, em curtíssimo prazo, o número de participantes, de uma média de 3.000 para 50.000, com repercussão imediata na projeção do Estado no cenário esportivo do País: somos, hoje, o terceiro centro nacional de desporto escolar, perdendo, apenas, para São Paulo e Rio de Janeiro.

Na área da saúde e saneamento, a expansão da infra-estrutura básica dos serviços, para atender às comunidades mais carentes e desassistidas, procura modificar o quadro de insuficiência que ainda caracteriza vastas re-

giões do Estado. A municipalização dos serviços de saúde e a prioridade absoluta atribuída ao atendimento primário, orientou a política do setor. Símbolo deste esforço é a extensão dos serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento da tuberculose e da lepra praticamente à totalidade dos municípios paranaenses. O Paraná tem mais de duas mil comunidades rurais, ao nível de distrito, sem as mínimas condições de saneamento básico; uma das formas de enfrentar este problema é a perfuração de micropoços e construção de microssistemas de abastecimento de água potável - que passam a ser mantidos pelas comunidades - programa que está completando a meta das 300 unidades.



### 3.1 EDUCAÇÃO

#### 3.1.1 Ensino de 1o. Grau

O ensino de 1o. grau continua sendo a prioridade máxima do Governo na área educacional. A destinação, em 1985, de mais de 56% da dotação orçamentária global da Secretaria da Educação, para expandir o atendimento e melhorar a qualidade dessa faixa de ensino no Paraná, demonstra a determinação governamental de manter essa precedência. Os recursos aplicados nos diversos programas totalizaram Cr\$ 600 milhões, dos quais 96,2% do Tesouro do Estado.

No ponto crítico, que é a passagem da 1a. para a 2a. série, a média nacional de reprovação está em torno de 50%, e o Estado do Paraná registrou, nos últimos dez anos, a média de 38,1%. Os esforços empreendidos desde o primeiro ano de atuação do Governo resultaram na melhora dessa performance para 29,9%, consequentemente 70,1% de aprovação. No cômputo geral voltou a crescer a proporção de aprovados na 8a. série, percentual este que vinha declinando desde 1978.

Dentre as ações desenvolvidas em 1985, voltadas à melhora da qualidade do ensino de 1o. grau, destacam-se:

- formação e ampliação de acervos bibliográficos, com o objetivo de consolidar a alfabetização. Foram distribuídos 181 mil exempla-

res de literatura infanto-juvenil, beneficiando 1.100 unidades escolares;

- fornecimento de material mínimo ao desenvolvimento das atividades escolares, tais como: caderno, lápis, borracha, régua, papel, cola, apontador, lápis de cor, giz, beneficiando cerca de 550 mil alunos de 308 municípios;

- atendimento à clientela potencial de 1a. série, com o fornecimento de material de consumo a 50 mil alunos;

- implantação de novas séries; criação e autorização de funcionamento de 364 unidades escolares da rede estadual e municipal, beneficiando 155 municípios, principalmente em distritos e conjuntos habitacionais;

- repasse de recursos financeiros a 300 municípios, através de convênios como o PRÓ-MUNICÍPIO, para o desenvolvimento de atividades junto às unidades rurais municipais e à comunidade;

- estímulo e apoio a projetos que apresentaram novas alternativas de trabalho, com características formais e não-formais, através de convênios que beneficiaram 130 municípios do Estado;

- repasse de recursos financeiros, através de convênios, a 1.294 classes pré-escolares, para pagamento de pessoal docente, e a 657 classes pré-escolares, para aquisição de material de consumo essencial ao desenvolvimento de suas atividades;

- realização da I Jornada Paranaense de Alfabetização, em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, visando aprofundar estudos e discussões sobre a alfabetização; participaram 129 unidades escolares, faculdades e universidades estaduais;

- retificação da Resolução no. 2.585/81, que aprovou o modelo de regimento escolar para escolas de 1o. e 2o. grau, com o objetivo de adequá-las às propostas e políticas educacionais do Governo;

- execução de projetos, resultantes de intercâmbio técnico-pedagógico com a Universidade Federal do Paraná, com os seguintes objetivos: prestar assessoria pedagógica aos municípios da Região Metropolitana de Curitiba; treinar professores e corpo técnico da Escola de 1o. Grau João Mazzarotto, em planejamento escolar; implementar projetos de estágio supervisionado na área de orientação educacional e projeto de análise de currículo para escolas localizadas na periferia urbana de Curitiba;

- desenvolvimento integrado de ações, objetivando resgatar o papel da educação física como agente da educação geral do indivíduo e redimensionar a participação dessa disciplina na rede escolar do Paraná;

- implementação do projeto "Repensando a Escola", com prática alternativa de alfabetização através de formas expressivas com crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem e vários anos de repetência; estão sendo beneficiadas 200 crianças, em 12 escolas, com 17 turmas.

### 3.1.2 Ensino de 2o. Grau

Melhorar a qualidade do ensino na rede pública foi, desde o início do Governo, uma das prioridades da Secretaria da Educação. Daí emergiu a política de reorganização do ensino de 2o. grau, na tentativa de corrigir problemas crônicos, tais como: proposta curricular descompromissada com as expectativas dos estudantes e com as aspirações da comunidade; indefinição quanto às funções do próprio ensino; escolha aleatória de habilitações e, conse-

qüentemente, oferta de um ensino de baixa qualidade, uma das causas dos elevados índices de evasão e repetência de alunos.

Na implementação desse programa, procurou-se, mediante levantamentos e pesquisas que mobilizaram toda a comunidade envolvida no processo educativo, diagnosticar e propor alternativas de solução para esses graves problemas educacionais.

Atenção especial para o curso de magistério foi uma das principais reivindicações que emergiram desse inquérito. Para atender essa aspiração da comunidade, foi proposto o projeto "Magistério em Nova Dimensão", mediante o qual todas as questões relacionadas com o curso foram debatidas exaustivamente nas áreas de jurisdição dos 20 Núcleos Regionais de Educação. Foram realizados 4 seminários, envolvendo 307 professores, 9 cursos de atualização, reunindo 784 professores, reunião com 40 docentes e encontro com 30 professores. O dispêndio com a execução de todas as fases do projeto totalizou Cr\$ 163,1 milhões. Desse processo amplo e democrático de discussão resultou um novo currículo que, a partir de 1986, vai ser utilizado nos cursos de magistério.

Outra decorrência da reorganização desse grau de ensino foi a continuidade do projeto de avaliação das diretrizes curriculares do curso de contabilidade. O grupo de trabalho que coordenou as atividades, centralizadas e regionalizadas, envolvendo docentes de educação geral e de formação especial, apresentou uma nova proposta de plano curricular destinada aos cursos de contabilidade, para implantação a partir de 1986. O custo global do projeto foi de Cr\$ 29,2 milhões.

Para ampliar a oferta do ensino de 2o. grau, foram criados, em 1985, 17 estabelecimentos de ensino na rede estadual e 7 na rede

particular. Foram implantadas, também, 42 novas habilitações na rede estadual, 12 na rede particular e reconhecidos oficialmente 61 estabelecimentos estaduais e 49 particulares. A ampliação da oferta da rede estadual beneficiou, principalmente, as populações jovens de distritos e periferias urbanas, carentes deste grau de ensino.

Na área do ensino profissionalizante, destacam-se os convênios assinados em 1984, resultantes do acordo MEC/BIRD - SEED/PR, que canalizam recursos para dois colégios industriais e dois colégios agrícolas. Em 1985, houve melhora no atendimento aos alunos internos dos colégios agrícolas, bem como desenvolvimento mais eficiente das atividades educativas, tanto nos colégios agrícolas como nos industriais, resultado da construção e reforma de instalações e da aquisição e distribuição de equipamentos para laboratórios e setores agropecuários.

A rede estadual de ensino agrícola - nível de 2o. grau - possui 29 cursos com habilitação básica em agropecuária, um curso de complementação de estudos para a habilitação plena de técnico em piscicultura, e 9 colégios que, sob a forma de internato, ofertam 8 cursos para técnico em agropecuária - colégios agrícolas - e um curso técnico florestal - colégio florestal. Os colégios agrícolas e o florestal ocupam uma área de 1.561 ha, dos quais foram explorados, em 1985, 300 ha com recursos do Tesouro do Estado e 127 ha com recursos da Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI). Em 1985, foram matriculados 1.339 alunos nos cursos de técnico em agropecuária, 165 alunos no curso técnico florestal e 12 alunos no curso técnico em piscicultura, no Colégio Estadual de Toledo.

Para implementar os currículos dos cursos técnicos agropecuário e florestal, foram instituídas cooperativas-escolas, formadas pe-

los próprios alunos, eleitos por assembléias e coordenados pelos professores orientadores. Atendendo reivindicação de professores e alunos, a SEED introduziu, em 1985, o processo de eleição direta para diretores dos colégios agrícolas e florestal.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural proporcionou, via FUNDEPAR, o preenchimento de 250 das 395 vagas nos colégios agrícolas de Rio Negro, Castro, Palmeira, Clevelândia e Colégio Florestal de Irati, e beneficiou 35 escolas rurais na região abrangida pelo projeto. A Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná ofereceu 32 vagas de estagiário, em diversos municípios do Estado, para os alunos dos colégios agrícolas da rede escolar oficial.

### 3.1.3 Ensino Supletivo

A nova proposta do ensino supletivo caracteriza-se pela atuação dos CES - Centros de Ensino Supletivo, verdadeiros pólos irradiadores regionais cuja estrutura e funcionamento dão ao ensino supletivo o caráter de ensino regular. A principal finalidade desses centros é dar oportunidade, ao aluno que não teve condições de freqüentar um curso regular, de se autoprogramar e organizar sua própria aprendizagem.

Nesse sentido, a ação do Governo se concentrou na implementação de programas de ensino público não-convencional de 2o. grau. Foi instalado o Centro de Ensino Supletivo de Maringá, expandindo a oferta de cursos de 2o. grau na região, e implantado o ensino de 2o. grau nos de Londrina, Cascavel e Ponta Grossa. Foram tomadas todas as medidas necessárias, com reuniões, pesquisas, divulgação e treinamento, para a efetivação, em 1986, de núcleos avançados em Foz do Iguaçu, Guaíra, Matelândia, Francisco Beltrão, Laranjeiras do Sul,

Cornélio Procópio, Jandaia do Sul, Sertãoópolis, Telêmaco Borba e Rio Negro. Merece destaque, nessa área, a instalação do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo do Sistema Penitenciário, onde se inscreveram, em 1985, para cursos equivalentes ao 1o. e 2o. grau, 916 alunos.

Entre outras atividades na área de ensino supletivo, destacam-se: realização de exames supletivos de educação geral, atendendo 3.012 candidatos; realização de cursos, mediante convênios com o SENAI, SENAC e ETECLA, de iniciação e qualificação profissional para 1.295 alunos de supletivo em situação de desemprego e subemprego; realização de exame de suplência profissionalizante - nível de 2o. grau - em 6 habilitações plenas, conforme interesse da clientela, com vagas para 1.075 candidatos.

#### **3.1.4 Ensino Especial**

O ensino especial, destinado a crianças e jovens portadores de excepcionalidade, expande-se, no Estado, de forma gradativa, porém vigorosa. Em 1985, pela primeira vez, o orçamento da Secretaria da Educação consignou dotação própria para essa área educacional tão importante.

As escolas especiais em funcionamento no Estado passaram de 70, em 1983, para 128, em 1985. Quase todas ainda são particulares. Atualmente, todas elas recebem apoio dos governos estadual e municipais, com a manutenção de professores, dirigentes e funcionários, além de material de consumo e de expediente.

Com essa forma de subsídio, o poder público tem procurado assegurar aos excepcionais e deficientes as mesmas condições de atendimento que são oferecidas nas escolas de ensino regular.

O ensino especial é uma responsabilidade social da comunidade, pois o problema de integração do excepcional extrapola a atividade especializada da escola. Por esse motivo, e também para propiciar condições à descentralização da ação governamental no setor, a Secretaria da Educação realizou seminários nas áreas de influência de 11 núcleos regionais de educação - abrangendo 206 municípios - com o objetivo de despertar a consciência das comunidades para os problemas da educação especial. Participaram prefeituras, clubes de serviço, escolas especializadas e de ensino regular, pais e lideranças das comunidades. Como resultado prático imediato dessas reuniões, aumentou o número de municípios com programas específicos de educação e assistência às pessoas portadoras de deficiência.

O Governo deu apoio à Pastoral da Criança, iniciativa da CNBB em conjunto com a UNICEF, que objetiva prevenir e identificar deficiências, principalmente nas áreas marginalizadas. Esse projeto desenvolveu-se em 30 municípios do Estado e, com a experiência adquirida no Paraná, está sendo implementado em 400 cidades de outros estados brasileiros.

Merece destaque, ainda, o trabalho de avaliação e diagnóstico psicoeducacional realizado de forma descentralizada pelos Núcleos Regionais de Educação, com o apoio de 250 profissionais, e a triagem de crianças com suspeita de algum tipo de problema, em 200 municípios do Estado.

### 3.1.5 Ensino de 3o. Grau

A política do Governo em relação ao ensino de 3o. grau tem sido, desde o início, muito clara. O parâmetro em que se assentam todas as providências e atitudes adotadas, em relação aos cursos mantidos nas instituições do Estado, é a qualidade do ensino. Para isso,



um amplo debate vem sendo promovido não só com a comunidade universitária vinculada aos estabelecimentos estaduais de 3o. grau como também com as prefeituras, justificadamente interessadas na instalação de cursos superiores nos municípios.

A criação de novos cursos, de forma isolada, não tem merecido estímulo, tendo em vista as dificuldades crescentes para assegurar um ensino de primeiro nível. A solução adotada para a criação de novas faculdades é a vinculação às universidades estaduais existentes. Assim, as faculdades de Cianorte e de Telêmaco Borba, criadas mediante convênios com as respectivas prefeituras, são, na prática, extensões das Universidades de Maringá e de Ponta Grossa, instituições que assumiram o compromisso de exercer um controle de qualidade adequado sobre o ensino ministrado nesses novos estabelecimentos de ensino superior, de responsabilidade do Estado.

Além disso, o Governo assumiu todos os problemas financeiros encontrados nas fundações universitárias estaduais, tão graves que ameaçavam inviabilizar a continuidade da existência dessas instituições.

Em 1985, as 13 entidades de ensino superior da rede estadual ofertaram 6.381 vagas nos 108 cursos de graduação disponíveis, o que representa 30% do total das vagas e 38% dos cursos superiores existentes no Estado. Os cursos de especialização, mestrado e doutorado, para professores, têm merecido apoio das autoridades estaduais de educação, pois se inserem no elenco de medidas destinadas a melhorar a qualidade do ensino.

Os recursos financeiros destinados pelo Tesouro do Estado, em 1985, para manutenção das instituições estaduais de ensino superior foram da ordem de Cr\$ 224 bilhões - 80,3% do total despendido: Cr\$ 279 bilhões. Os Cr\$ 55

bilhões restantes foram provenientes de contribuições acadêmicas, convênios e outras fontes. Além disso, Cr\$ 80 milhões foram aplicados em 21 projetos de qualificação de docentes de instituições de ensino superior estaduais e municipais. O Estado também destinou recursos para financiar dois projetos da União Paraense dos Estudantes - UPE.

### 3.1.6 Recursos Humanos no Ensino

Uma das mais importantes responsabilidades do Governo, na área do ensino, é promover o desenvolvimento de recursos humanos para a área da educação. Com esse objetivo, foram realizados, no decorrer de 1985, 590 eventos, envolvendo pessoal docente e técnico-administrativo da rede oficial de ensino, com a frequência de aproximadamente 63.829 participantes. Foram habilitados 356 professores da 1a. à 4a. série do 1o. grau - projetos Logos II e HAPRONT - a exercerem o magistério no nível de 2o. grau. Para atualizar docentes do 2o. grau, foram realizados 9 cursos com a participação de 740 professores. Outros 3 cursos de atualização foram ministrados para professores do ensino supletivo.

### 3.1.7 Assistência Comunitária e ao Estudante

A preocupação com a situação social do estudante orientou os critérios da assistência prestada nos programas de merenda escolar, material escolar, serviço médico-odontológico-sanitário, bolsas de estudo, livro didático e estímulo à participação comunitária, nos quais foram aplicados, em 1985, mais de Cr\$ 67,8 bilhões nas diversas metas, das quais se destacam:

- Programa de merenda escolar, com o objetivo de assegurar assistência e educação alimentar aos escolares de todos os segmentos

da rede pública de ensino, exceto do 3o. grau, e, também, mediante convênios especiais para escolares pertencentes a entidades particulares de ensino gratuito e filantrópico; foram beneficiados 1,6 milhão de alunos de 12,8 mil escolas. Merecem destaque dois aspectos especiais que diferenciam o atual programa de merenda escolar:

- o prestigiamento ao produtor paranaense com a elaboração de cardápios balanceados quanto a calorias e proteínas de acordo com hábitos alimentares regionais, o que permitiu adquirir, dentro do próprio Estado, em 1985, 1,3 mil toneladas de gêneros alimentícios e 2,4 milhões de litros de leite in natura, com recursos da FAE/MEC, que totalizaram Cr\$ 52 bilhões.

- todas as escolas de ensino especial, a partir de 1985, foram incluídas nos programas de merenda escolar, material de limpeza e de consumo, nos mesmos moldes das escolas de ensino regular. Elas recebem, também, material didático diferenciado para atender à especificidade dos educandos.

- Programas de saúde escolar, que atenderam, aproximadamente, a 1 milhão de escolares, com aplicação de verbas na ordem de Cr\$ 1,9 milhão. Esse dispêndio destinou-se ao pagamento de consultas médicas para alunos carentes não-previdenciários; fornecimento de óculos, prótese auditiva, aparelhos ortopédicos e cadeiras de rodas; realização de testes de acuidade visual e auditiva; aquisição de medicamentos de primeiros socorros para as farmácias escolares; elaboração do Manual de Orientações Sobre Cuidados Primários de Saúde; aquisição de equipamentos para instalação de quatro clínicas simplificadas de odontologia e um gabinete de oftalmologia.

- Programa de distribuição de bolsas de estudo, compra de vagas e bolsas de auxílio-

manutenção, para beneficiar a clientela carente da rede particular de ensino nos municípios onde não há ensino público suficiente para atender à demanda escolar; foram aplicados, em 1985, Cr\$ 3,3 bilhões.

- Programa de atendimento às necessidades básicas dos alunos e das escolas, em relação a material escolar, de higiene, e materiais destinados às práticas desportivas, além do transporte de estudantes de áreas rurais até as sedes dos municípios. Os recursos despendidos totalizaram Cr\$ 9,6 bilhões e foram beneficiados cerca de 1,4 milhão de alunos.

- Programa de distribuição às escolas de ensino de 1o. grau, de livros literários e didáticos para uso do aluno carente - exclusivamente da rede oficial estadual e municipal - e livros destinados ao aperfeiçoamento do padrão técnico-pedagógico dos professores; foram distribuídos 830.629 volumes de livros didáticos e 113.799 volumes da coleção "Os Livros Criam Asas" - livros literários. Neste projeto, que é pioneiro no Brasil, foram aplicados Cr\$ 733,8 milhões.

### 3.1.8 Política Administrativa

Para manter padrões de ensino compatíveis com as exigências e necessidades da sociedade paranaense, os órgãos da administração direta e indireta da área educacional desenvolveram uma série de atividades e adotaram medidas de âmbito interno, de relacionamento com órgãos correlatos de outras esferas de poder ou de mobilização popular, dentre as quais destacaram-se:

- apoio à promoção "Dia D" na Educação - de iniciativa do Ministério da Educação - com a mobilização de todas as escolas públicas de 1o. e 2o. grau e da comunidade, em torno do debate sobre o ensino básico; das conclusões

resultou um documento com propostas que foram encaminhadas ao Governo Federal.

- realização da Campanha "Educação e Constituinte", que envolveu os órgãos de administração descentralizada da SEED, escolas de 1o. e 2o. grau e a comunidade, com o objetivo de estimular a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade paranaense no debate da futura Constituição Federal.

- eleição direta de diretores em 1.732 escolas da rede estadual de ensino de 1o. e 2o. grau, regular e supletivo e em 7 colégios agrícolas do Interior do Estado, mobilizando cerca de 1,3 milhão de eleitores - professores, alunos, funcionários e pais de alunos.

- distribuição de auxílio financeiro a 309 prefeituras, para manutenção de pessoal da rede municipal - na área de educação - alocado à rede estadual, no valor global de Cr\$ 70 milhões; e repasse, com a mesma finalidade, de Cr\$ 7,4 milhões de recursos do PRORURAL e Cr\$ 3,1 milhões da quota estadual do Salário-Educação. Com recursos do Tesouro do Estado, foram destinados Cr\$ 792,5 milhões para assistência técnica e financeira a 50 entidades particulares e Cr\$ 77,5 milhões, para apoio financeiro a estudantes carentes;

- coordenação, elaboração, assistência técnica e acompanhamento da execução, no Estado, dos programas federais PRONASEC/PRODASEC, que subsidiaram, em 1985, em 10 municípios, a implementação de 7 projetos de caráter sócio-educativo-cultural. Foram aplicados recursos no valor de Cr\$ 141,0 milhões de cruzeiros em atividades que envolvem a comunidade no atendimento à população carente.

Outras ações de caráter administrativo, no setor educacional, envolveram a aplicação de recursos, da ordem de Cr\$ 10,3 bilhões

da quota estadual do Salário-Educação, na execução de pequenos reparos em 2.863 escolas; distribuição de material necessário à documentação da vida escolar de alunos da rede estadual de ensino, no valor de Cr\$ 517,8 milhões; elaboração da proposta global de médio prazo - 1986/1988 - que servirá de documento-base para as negociações de cooperação técnica e financeira entre a Secretaria da Educação e a Secretaria de Ensino de 1o. e 2o. Grau, do MEC.

### 3.1.9 Distribuição de Material Escolar

Os critérios de distribuição de material escolar adotados no atual governo, com remessas automáticas baseadas em programas de computador, de acordo com as necessidades das escolas, além de simplificar os processos burocráticos, eliminaram o perigo de discriminação e privilégios resultantes de influências estranhas à administração eficaz do ensino.

Em 1985, foram aplicados nesses programas Cr\$ 662,4 milhões do Tesouro do Estado e Cr\$ 194,5 milhões da quota estadual do Salário-Educação, para melhora das condições físicas dos colégios de 2o. grau da rede estadual - além do provimento de material de consumo e expediente, acervo bibliográfico e material esportivo; Cr\$ 1,6 bilhão do IV Acordo MEC/BIRD e do projeto PRORURAL/BID, para aquisição de equipamento, material permanente de grande porte, acervo bibliográfico de educação geral e formação especial e insumos agrícolas para instalação de projetos didáticos e econômicos para escolas agrícolas.

### 3.1.10 Construções Escolares

A melhora e ampliação da rede física escolar, com a construção de novas unidades, alcançaram novos níveis de eficiência.

A FUNDEPAR concluiu a construção de 447 prédios, com um total de 822 salas de aula - aumento da média de 2 salas por dia, obtida em 1984, para 2,3 em 1985 - e está administrando 500 outras obras em andamento, que acrescentarão mais 994 salas de aula à rede escolar estadual. O investimento total, nas obras concluídas e em andamento, é de Cr\$ 88 bilhões. Também já estão alocados os recursos para o início de mais 150 obras, com 330 salas de aula.

Além dos crescentes índices de eficiência obtidos, o programa de obras está sendo conduzido de forma descentralizada em convênios com as prefeituras municipais. Os projetos são adaptados às peculiaridades regionais, com a utilização de tecnologias apropriadas. A aquisição de materiais de construção na própria região e o emprego de mão-de-obra local dinamizam a atividade econômica dos municípios e possibilitam sensível redução de custos.

A conjugação de esforços da FUNDEPAR com outros órgãos do Governo possibilitou o desenvolvimento de programas especiais, como:

- construção de 39 quadras polivalentes de esporte, com a participação da Secretaria dos Transportes e dos 39 municípios beneficiados;

- execução de melhoramentos em sete prédios escolares, em conjunto com a Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, em um programa de auxílio a trabalhadores que necessitam de emprego.

Também foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 1,1 bilhão - obras de recuperação, melhora ou adaptação de 72 prédios escolares - em programas comunitários, envolvendo prefeituras municipais e grupos da população com representação constituída, tais como associações

de moradores, associações de pais e mestres e associações de mão-de-obra.

Para atender a outras necessidades de melhora da rede física do ensino de 2o. grau, foram realizadas obras de construção e adaptação de ambientes específicos no Colégio Agrícola Estadual Arlindo Ribeiro, de Guarapuava - investimento de Cr\$ 104,4 milhões do Tesouro do Estado e Cr\$ 527,5 milhões do IV Acordo MEC/BIRD (1985).



## 3.2 SAÚDE, BEM-ESTAR SOCIAL E SANEAMENTO

### 3.2.1 Ações na Área da Saúde

As principais propostas apresentadas à população paranaense no início do Governo, para serem implementadas na área da saúde e do bem-estar, tiveram significativo avanço em 1985. Elas se inserem na política global estabelecida no Plano de Ação e estão estreitamente vinculadas às diretrizes de participação comunitária, melhora do acesso da população aos serviços prestados pelo Governo e aperfeiçoamento crescente da qualidade desses serviços.

A meta da participação está sendo realizada na área da saúde por intermédio de um processo dinâmico e permanente de mobilização popular que objetiva discutir com as comunidades os reais problemas de saúde de cada região. Esse debate fornece, em contrapartida, subsídios aos órgãos executivos governamentais da área para corrigir suas próprias prioridades e os rumos de seu trabalho.

A metodologia adotada no processo é simples. Procura-se mobilizar as comunidades, principalmente as pequenas, onde o acesso aos serviços de saúde pública sempre foi difícil, através de todos os recursos possíveis: organizações de trabalhadores, órgãos públicos municipais e estaduais atuantes na área, entidades religiosas, meios de comunicação locais,

enfim, qualquer canal capaz de despertar o interesse da população pela problemática da saúde. Em seqüência a essa mobilização, realiza-se um grande encontro regional, incluindo todos os municípios da área de abrangência de cada distrito sanitário. Durante um dia inteiro, os técnicos da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - unidade responsável por todos os programas de assistência à saúde, da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social - discutem diretamente com a população os problemas de saúde da região. Ao encerrar-se o encontro, é elaborado um documento que registra as propostas exeqüíveis e mediante o qual comunidade e governo ficam comprometidos a enfrentar, solidariamente, os principais problemas detectados.

O resultado mais importante desses encontros é o interesse que despertam na região para os problemas mais graves de saúde pública. O coroamento da fase de mobilização comunitária é a constituição das comissões de saúde, grupos de pessoas eleitas pela própria comunidade e que passam a desenvolver um trabalho permanente de troca de idéias e de informações com a unidade sanitária - centro ou posto de saúde estadual ou municipal que serve a população. No final de 1985, mais de 15 mil pessoas haviam participado desses encontros, e 90 comissões locais foram organizadas no decorrer do ano.

A outra face do processo de participação é a mobilização interna dos funcionários dos órgãos da área de saúde, para análise do próprio trabalho e avaliação dos programas governamentais. Em 1985, mais de seis mil funcionários, em todo o Estado, participaram de reuniões orientadas por grupo de 50 coordenadores da administração central da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social. Essas reuniões também têm o caráter regional, envolvendo funcionários dos núcleos distritais, dos hospitais e de órgãos de apoio. Em debate

aberto, onde todos os problemas tanto administrativos como técnicos foram discutidos, realizou-se a mais completa avaliação de que se tem notícia no Paraná sobre o desempenho dos órgãos governamentais do setor de saúde do Estado.

A melhora na qualidade dos serviços de saúde vem sendo perseguida desde o início do Governo, principalmente através do aperfeiçoamento dos recursos humanos. A continuidade dos programas de qualificação do pessoal, intensamente implementados nos dois últimos anos, caracterizou a administração em 1985. Os cursos, seminários, treinamentos e encontros, centralizados e regionalizados, tiveram mais de 4 mil participantes de nível superior, médio e elementar, entre servidores do Estado e das prefeituras e representantes das instituições privadas e da comunidade.

Entre os principais cursos realizados, destacam-se:

- Curso de Saúde Pública, de nível superior, organizado em Curitiba e Londrina, mediante convênio entre a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social e o Ministério da Saúde, com 35 participantes;

- Curso de Introdução à Vigilância Epidemiológica, com 571 participantes, realizado em 12 municípios;

- Curso Básico de Vigilância Epidemiológica, com 69 participantes; Curso Técnico de Enfermagem, com 33 participantes; Curso Técnico em Higiene Dental, com 30 participantes; Curso de Atualização em Microbiologia de Alimentos, com 36 participantes (este com o apoio da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde) - todos realizados em Curitiba;

- Curso de Vigilância Epidemiológica nas Ocorrências Toxicológicas, com 60 participantes, em Campo Mourão.

O reequipamento da rede de serviços, capacitando-a a desenvolver programas cada vez mais adaptados às necessidades da população, é outra vertente da preocupação com a melhora desses mesmos serviços.

Destacam-se, nessa área, o trabalho desenvolvido em 1985, com os seguintes objetivos: atender aos problemas respiratórios das crianças, com o suprimento de nebulizadores nos postos e centros de saúde; ampliar a assistência aos escolares, a custo mais baixo do que o das clínicas convencionais, com o aumento de 36 para 58 clínicas odontológicas simplificadas; ampliar as atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento da hanseníase, com serviços que já beneficiam 309 municípios; ampliar as atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento da tuberculose, com serviços que já atendem a 296 municípios; ampliar as atividades de controle das doenças sexualmente transmissíveis, com aumento de 1 para 15 centros de saúde de referência e com a criação de uma comissão técnica para controle da AIDS.

Também na área de higiene e controle de alimentos houve avanços importantes, destacando-se a expansão dos serviços de inspeção dos locais que produzem, processam, armazenam, distribuem e comercializam alimentos - do ponto de vista de ameaça à saúde -, de 9 para 19 distritos sanitários. Implantaram-se, também, normas de higiene para abatedouros e estabelecimentos que processam produtos de origem animal em municípios não fiscalizados pelo Ministério da Agricultura.

Para melhorar o acesso da população aos serviços de saúde, a ação do Governo concentrou-se em ampliar o número de postos e centros de saúde, cuja deficiência foi uma das principais lacunas encontradas pela atual administração.

A área de assistência primária de saúde foi esquecida pela política nacional de saúde. Os governos autoritários se preocuparam com a avançada sofisticação tecnológica nos raros centros de atendimento e com a alta especialização do exercício da medicina. Esqueceram que os principais e mais graves problemas de saúde pública do País podem ser convenientemente resolvidos em pequenas unidades, distribuídas nas comunidades do interior ou nas periferias dos centros urbanos, próximas das camadas mais carentes da população, as que mais necessitam de serviços governamentais gratuitos.

Assim, a multiplicação dos serviços básicos de saúde, com a ampliação da rede de postos e centros, estabelecendo uma verdadeira rede de assistência primária que, ao fim do Governo, representará o aumento, em mais de três vezes, das unidades em funcionamento em 1983, foi o grande objetivo a ser alcançado nesse setor. Em 1985, foram construídas 222 unidades básicas - 41 centros, 180 postos de saúde e 1 hospital - e reformadas 77 - 68 centros, 7 postos e 2 hospitais - com prioridade para as regiões rurais e áreas periféricas urbanas.

Uma rede de serviços de saúde tão extensa, como a que está sendo montada no Paraná, não tem condições de ser convenientemente bem gerida exclusivamente pelo Estado. Assim, paralelamente à construção das novas unidades básicas desenvolveu-se um outro programa destinado a promover a gradativa municipalização dos serviços. O primeiro passo nesse sentido foi o estabelecimento de convênios com os municípios, mediante os quais a SESB repassou recursos e orientação técnica para a construção de unidades municipais. Já foram integradas 278 prefeituras a esse sistema. O custeio e a manutenção dessas unidades são viabilizados com recursos do programa denominado Ações Integradas de Saúde, resultante de um convênio

celebrado, em fevereiro de 1985, entre o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Estado do Paraná. Esse programa, que soma recursos do Governo Federal, do Estado e dos municípios, vai assegurar o funcionamento permanente dos serviços que deverão ser administrados pelas prefeituras.

Sob a coordenação de uma comissão constituída pelo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Reitor da Universidade Federal do Paraná, Superintendente Regional do INAMPS e pelo Delegado Federal de Saúde no Paraná, as Ações Integradas de Saúde envolvem todas as unidades ambulatoriais, 13 hospitais da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, o Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, da Universidade Estadual de Londrina, 19 hospitais municipais e 916 unidades básicas de saúde de 278 municípios do Estado.

### 3.2.2 Bem-Estar Social

As ações do Governo na área do bem-estar social sempre se caracterizaram por uma prática muito pouco sedimentada em procedimentos técnicos. Suas atividades, historicamente, vinham sendo conduzidas em caráter assistencialista e não-profissional.

A preocupação maior em 1985 foi a consolidação de um processo de profissionalizar o trabalho tanto do Instituto de Assistência ao Menor (IAM) como da Fundação de Promoção Social do Paraná (PROMOPAR), estabelecendo normas básicas de atuação e recompondo os quadros dessas instituições com pessoal de boa formação técnico-científica, principalmente mediante programas de treinamento.

Além desse objetivo de transformar cada vez mais a ação do IAM e da PROMOPAR em promoção social, em lugar de assistência social, o exercício de 1985 caracterizou-se pelas medidas adotadas no sentido de descentralizar essas instituições, criando escritórios regionais e dando dimensão regional a algumas estruturas que funcionavam, até então, como unidades locais. No final de 1985, a nova estrutura descentralizada no setor de bem-estar estava praticamente completa com a ampliação de 8 para 20 escritórios regionais do IAM e a transformação dos centros de triagem e atendimento social da PROMOPAR - de Cascavel, Londrina e Umuarama - em unidades regionais responsáveis pelas ações da Fundação nas áreas de influência dos distritos sanitários correspondentes.

Paralelamente à descentralização física e operacional, iniciou-se a introdução, também no setor de bem-estar social, da municipalização dos serviços, adotando-se critérios idênticos aos do setor de saúde. Os escritórios regionais têm-se encarregado de transferir tecnologia às prefeituras - instruindo, dentro de parâmetros tecnicamente bem definidos, os órgãos municipais correlatos - para que elas possam dar assistência e se encarregar da promoção social de adultos e menores carentes no próprio município, de modo a reduzir, substancialmente, o deslocamento de pessoas necessitadas desse apoio para a Capital.

Entre as principais ações desenvolvidas em 1985, de acordo com essa nova filosofia de trabalho, destacam-se as de:

- cessão de parte da Casa do Pequeno Jornaleiro, mediante termo de uso, à Prefeitura Municipal de Curitiba, para triagem e atendimento ao menor de rua, e de parte das instalações do CEDIT, de Curitiba, à Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, para implantação de um Centro de Formação para o Trabalho

e Cidadania, destinado a menores e famílias carentes;

- apoio técnico e financeiro à Prefeitura Municipal de Londrina, para prosseguir na implementação do Projeto Futuro, possibilitando a 4.000 menores carentes a prática de várias modalidades esportivas em 20 quadras especializadas, sediadas na periferia da cidade;

- assessoramento técnico e apoio financeiro, para a criação de estruturas de atendimento social, às Prefeituras Municipais de Balsa Nova, Jussara, Ibituva, Francisco Beltrão, Santa Terezinha do Itaipu, Umuarama, Santa Cruz do Monte Castelo, Sarandi, Itambé, São Jorge do Ivaí, Santa Fé, Peabiru e Medianeira;

- apoio técnico e financeiro a 245 unidades sociais comunitárias de 141 municípios e a 37 prefeituras municipais que atenderam a 36.268 menores carentes em regimes de semi-internato e externato - 5.474 a mais em relação a 1984 -, caracterizando a diretriz adotada: utilizar a solução de internamento como medida de último recurso;

- atendimento a 3.820 menores órfãos, abandonados e ou infratores, em regime de internato, através de 20 unidades sociais oficiais - 2.180 a menos do que em 1984;

- preparação, colocação e acompanhamento profissional de menores, mediante cursos profissionalizantes, em convênio com o SENAI, SENAC e outras instituições, bem como cursos de iniciação profissional, dentro das unidades sociais oficiais, com apoio da FUNABEM. Merece destaque o estímulo à prática da educação pelo trabalho - dos 579 menores da Guarda-Mirim, 572 trabalharam e perceberam um salário; destes, 135 que completaram 18 anos foram efetivamente contratados por várias empresas;



- apoio financeiro e orientação técnica a 638 entidades sociais particulares, de amparo social à velhice, albergaria, ação assistencial comunitária, reabilitação social e de proteção à maternidade, à infância e a deficientes físicos e mentais, que atenderam a 1.840.887 pessoas, e a 46 Centros Sociais Urbanos, que assistiram a outros 1.037.337 necessitados; apoio financeiro aos Albergues São João Batista e Noturno, de Curitiba, que atenderam a 82.192 pessoas, e a 43 centros sociais urbanos, para manutenção das suas unidades de produção.

O resultado da ação descentralizadora e de interiorização no campo da assistência ao menor pode ser avaliado pela diminuição do número de crianças internadas na Escola Queiroz Filho, na Região Metropolitana de Curitiba, tendo em vista que maior número de menores infratores foram atendidos em seus municípios de origem, não se desvinculando da família e do meio social em que vivem, fator de reintegração mais fácil na sociedade.

Também, na área da PROMOPAR, registrou-se praticamente a eliminação das filas nos centros de atendimento da Capital, o que reflete não só a diminuição do deslocamento de outros municípios como a maior rapidez na solução dos casos.

Merece destaque, ainda, a reversão registrada na maneira de atender àqueles que são encaminhados às entidades assistenciais do Estado. No trato com o menor, por exemplo, foi abolida a estrutura militarizada que existia tanto no relacionamento entre eles como com os dirigentes e funcionários das instituições. Também foram democratizadas as práticas autoritárias tradicionalmente mantidas com os adultos carentes. Nas campanhas de inverno, por exemplo, as pessoas encontradas nas ruas eram recolhidas compulsoriamente aos albergues, a maioria dos quais sem a infra-estrutu-

ra necessária mínima para atender com dignidade aos desabrigados. Era comum o recém-chegado ver-se obrigado a vestir um pijama que já havia servido a diversas pessoas, sem ser lavado. Até certo ponto, era natural que reagissem contra a idéia de internamento nos albergues, apesar da situação de extrema penúria em que normalmente se encontravam. Hoje, adota-se, no recolhimento dessas pessoas, o método da persuasão, não o arbítrio. Elas são geralmente convencidas a aceitar o internamento depois de conhecerem as condições de atendimento oferecidas.

### 3.2.3 Saneamento

Em dezembro de 1984, o Paraná contava com 495 sistemas de abastecimento de água, 449 dos quais sob responsabilidade da SANEPAR e 46 administrados pelas prefeituras. Dos sistemas da empresa do Estado, 264 atendiam a sedes municipais, enquanto 185 serviam a distritos. Quanto aos primeiros, não houve mudança em relação a 1984; no segundo caso, registrou-se um acréscimo de 53 novos serviços em uso. Estima-se em 4,5 milhões o número de pessoas beneficiadas com as 901.436 ligações aos sistemas da SANEPAR, 53.831 a mais do que em 1984.

Os serviços de esgotos não tiveram nenhuma alteração quanto ao número de sistemas existentes - 37 da SANEPAR e 5 das prefeituras -, mas as obras de expansão de redes realizadas no exercício beneficiaram mais de 63 mil pessoas, aproximadamente, com acréscimo de 9.308 novas ligações.

Os investimentos realizados em 1985 totalizaram Cr\$ 168,8 bilhões em obras de abastecimento de água - cinco vezes mais do que no ano anterior - e Cr\$ 56,4 bilhões em esgotos - mais de oito vezes as aplicações em 1984. Tais inversões não se refletem no número de novos serviços concluídos em 1985, pois significati-

va parcela desses recursos se destinou a projetos de grande porte que continuam em andamento, como o subsistema Passaúna, destinado a reforçar a captação e ampliar a distribuição de água na Região Metropolitana de Curitiba e os projetos de expansão do serviço de abastecimento de água de Ponta Grossa e dos sistemas de esgotos de Ponta Grossa e Londrina.

O Programa Estadual de Fluoretação estendeu-se a mais 19 localidades - 70% a mais do que em 84 - totalizando 46 serviços de abastecimento de água a contar com essa melhora e beneficiando cerca de 3,2 milhões de habitantes. A continuidade do programa de controle de perdas, uma das prioridades da SANEPAR, já permite que seja evitado o desperdício de mais de 1,1 milhão de metros cúbicos mensais, quantidade suficiente para abastecer uma cidade de 380 mil habitantes. Deve ser destacado que, para obter a mesma disponibilidade de água tratada, com a ampliação dos sistemas existentes, a SANEPAR seria obrigada a realizar pesados investimentos.

### 3.3 HABITAÇÃO POPULAR

#### 3.3.1 Fortalecimento da COHAPAR

Os esforços do Governo, em 1985, na área de habitação popular, foram orientados no sentido de compatibilizar a estrutura funcional e financeira da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), vinculada à Secretaria do Interior, segundo as demandas de produção e pesquisa habitacional e em consonância com as imposições de ordem econômica geral.

A providência mais importante foi a liberação pelo Tesouro do Estado de Cr\$ 12,8 bilhões, com o objetivo de fortalecer a empresa, capitalizando-a, e de assegurar condições para a continuidade dos programas alternativos de construção de residências de baixo custo para famílias mais carentes, sem as exigências e os compromissos do Sistema Financeiro da Habitação. Além disso, as medidas de saneamento e austeridade administrativa adotadas desde o início do Governo repercutiram de maneira favorável no desempenho financeiro daquela empresa, ampliando, em 1985, sua capacidade de investimento. Paralelamente, os elevados encargos ainda pendentes com o Banco Nacional da Habitação (BNH) e com a Caixa Econômica Federal (CEF), provenientes de compromissos assumidos anteriormente à atual administração, foram renegociados, propiciando melhores condições para o retorno dos empréstimos correspondentes.

### 3.3.2 Construções e Projetos

Os programas alternativos instituídos pelo Governo do Estado compensaram, em parte, as restrições que dificultam, atualmente, a expansão dos programas vinculados ao SFH. Além disso, o programa Mutirão Habitacional objetiva criar condições de emprego para a mão-de-obra não-especializada, reduzir a proliferação de habitações em condições sub-humanas, minorar as conseqüências do problema migratório das populações e servir de instrumento para o reaquecimento de economias regionais. Dentro desses parâmetros, as ações do Governo, em 1985, na área de habitação popular, atenderam às exigências de:

- dar prioridade ao atendimento das famílias de baixa renda;

- procurar novas alternativas, tendo em vista a redução do custo das habitações;

- melhorar as condições de moradia das famílias atendidas, através da implementação de adequada infra-estrutura social;

- buscar, continuamente, o acesso a fontes de recursos de baixa remuneração, para reduzir o impacto do custo total das residências e, conseqüentemente, das prestações para os beneficiados.

Nesse contexto, a ação do Governo, na área da habitação popular, procurou equilibrar, dentro das condições conjunturais do País, a realização de obras convencionais, com financiamentos vinculados ao SFH, e daquelas em regime de mutirão, construídas com recursos próprios do Estado e apoio das comunidades e das prefeituras municipais.

No final do ano, registraram-se os seguintes resultados:

- construção de 1.198 residências em 9 municípios, sob o regime de financiamento do SFH;

- construção de 1.726 casas com recursos do programa Mutirão Habitacional, em 48 municípios.

Na mesma época, encontravam-se em andamento outras 1.071 residências, em 7 municípios, pelo SFH, e 1.276 casas, pelo Programa Mutirão, em 34 municípios. Outros projetos habitacionais, totalizando 8.062 residências, em diversos municípios, já haviam sido aprovados pelo BNH.

### 3.4 CULTURA, ESPORTE E TURISMO

#### 3.4.1 Cultura

Em 1985, a meta de interiorização das ações do Governo, na área cultural, experimentou um grande impulso, mediante uma série de projetos que levaram às diversas regiões do Estado os mais importantes programas conduzidos pela Secretaria da Cultura e do Esporte. Entretanto, para consolidar esse processo e implementar seu desenvolvimento futuro, o acontecimento mais importante foi a reativação do Museu da Imagem e do Som, instituição que terá, entre suas atribuições, a de fazer o registro e realizar a divulgação da memória cultural e do patrimônio cultural do Estado, além de promover a interação do acervo cultural paranaense, através de multimeios. Por esse motivo, dar ao Museu as condições materiais e estruturais para consolidar-se continua sendo uma das principais prioridades da área cultural.

Uma das mais destacadas iniciativas no setor foi a criação do primeiro centro de restauro de telas e papéis do Sul do Brasil - uma das três únicas entidades do gênero no País. Simultaneamente, com o lançamento do primeiro número da série "Cadernos do Patrimônio", foi assinado um protocolo de intenções para implementação do projeto interestadual "Caminho das Tropas", que objetiva recuperar a memória de um dos mais importantes momentos da história econômica de quatro Estados: Paraná, São

Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O também chamado "Caminho do Viamão" teve importante papel no povoamento do Paraná. Era a trilha percorrida pelos tropeiros que tangiam cavalos e mulas dos campos de criação em Viamão, no Rio Grande do Sul, até a Feira de Sorocaba, em São Paulo.

O apoio aos museus do Interior tem sido uma das metas da política estadual de cultura. No início do Governo, só 4 instituições fora da Capital recebiam assistência; hoje, são 39. A valorização do artista paranaense tem sido apoiada em dois extremos: de um lado, pelo importante trabalho de divulgação do Museu de Arte Contemporânea, que promove, fora do Estado, os artistas já consagrados; de outro, pelo Centro Juvenil de Artes Plásticas, que também realiza tarefa de valorização, iniciando os jovens nos caminhos da arte. Esse Centro deixou de atuar exclusivamente em Curitiba, para desenvolver, também, no Interior, seu trabalho de identificação de novos valores.

Para divulgação e valorização do patrimônio cultural do Paraná, foram realizadas, em 1985, 69 exposições e mostras, assistidas por aproximadamente 200.000 pessoas, e um curso de noções básicas de museologia, ministrado pelo Museu Paranaense para 72 participantes de 15 municípios. Foram tombados a Ilha do Superagüi, no Município de Guaraqueçaba, a Praça Eufrásio Correia e quatro edifícios na Rua Barão do Rio Branco, em Curitiba.

Iniciou-se o processo de tombamento da Igreja de São Benedito, em Morretes, e da Serra do Mar. Foram restaurados o edifício do Mercado Municipal de Palmeira - com recursos do município - e a primeira etapa de obras na Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, da ilha do Mel - com recursos da SECE/SPHAN.

O Governo tem motivado a criação de associações preservacionistas no Estado, ação esta



associada a uma campanha educativa da Curadoria do Patrimônio Histórico, a qual procura demonstrar que o agente principal da manutenção, do restauro e dos cuidados com o patrimônio cultural é a comunidade - para cujas iniciativas nesse sentido contam com o apoio financeiro e técnico da Secretaria da Cultura e do Esporte. Na mesma linha de preocupação com o patrimônio histórico do Estado, foi reativado o Parque Histórico do Mate.

Dentre as mais importantes realizações da área cultural, destaca-se o início, em maio, das atividades públicas da Orquestra Sinfônica do Paraná. Ainda na área musical, o Festival de Música de Londrina consolidou sua posição entre os principais eventos do país, no setor da música erudita, com a participação de músicos de todos os estados brasileiros e do exterior. O Festival de Música Antiga, criado no atual Governo, atingiu o seu terceiro ano de sucesso, com uma experiência de descentralização em Maringá. Os músicos do interior - principalmente de bandas, fanfarras e corais - receberam apoio e orientação: foram doados instrumentos, arranjos e partituras e promovidos cursos em várias cidades. A Ópera ganhou um novo espaço com o projeto Viva a Ópera. A música sertaneja foi promovida com o Festival Paranaense de Música Regionalista, que atingiu todas as microrregiões do Estado.

A Biblioteca Pública do Paraná aumentou consideravelmente seu acervo e descentralizou suas atividades através de caixas-estantes e do carro-biblioteca. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais realizou cinco seminários para os responsáveis pelas bibliotecas mantidas pelas prefeituras, com a participação de 119 municípios, e efetuou visitas de assessoramento técnico em planejamento, organização e administração a 64 municípios.

No campo das artes cênicas, destaca-se a criação do setor de ópera, no Teatro Guaíra,

que já ensejou a montagem da ópera "Fausto", de Gounod, integrando o trabalho da Orquestra Sinfônica do Paraná e do corpo de balé.

Em 1985, foram criados os cursos de dança e artes cênicas, em nível de terceiro grau. Durante o ano, nos três auditórios daquele Teatro e em outros espaços, foram apresentados 1.285 espetáculos, assistidos por mais de 566 mil pessoas.

Outras importantes atividades que caracterizaram o desempenho do setor cultural foram: o repasse de mais verbas para continuidade da co-produção dos filmes "Guerra del Paraguay", de Silvio Back, "O Contestado", de Ruy Vezzano, "A Guerra do Pente", de Nivaldo Lopes, e "Guaraquecetuba", de Sérgio Bianchi; a edição de quatro volumes da série "Idéias em Debate", de cinco títulos da "Chamada Geral", "Os Governantes" e "Documentação Paranaense III", além de quatro volumes da série "Um escritor na Biblioteca"; prosseguimento do projeto "Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País" - em andamento nos Municípios de São Mateus do Sul e Cerro Azul - com visitas técnicas e reuniões bimensais efetuadas com professores das escolas envolvidas; apoio ao artesanato paranaense, com pesquisa in loco e documentação em audiovisual e caderno próprio, no litoral, e expansão dos projetos de pesquisa a outras regiões do Estado; realização do 24o. Festival Folclórico Internacional do Paraná; apoio a co-produções com grupos independentes do teatro profissional e à realização do Festival Internacional de Teatro de Bonecos, com a participação de 30 grupos nacionais e internacionais; realização de diversos cursos no Interior do Estado, para grupos amadores de teatro; apresentações de shows, teatro, dança e outras variedades pelo projeto "Espaços Móveis", levado às comunidades dos centros e bairros da Capital e do interior do Estado.

### 3.4.2 Esporte

Na área do esporte, destacaram-se os programas que objetivam utilizar as atividades esportivas, de recreação e lazer, como instrumentos eficazes de promoção e integração social. Buscou-se a massificação do esporte, com programas voltados especialmente às crianças e jovens residentes em regiões periféricas dos municípios, e deu-se atenção especial às atividades para deficientes.

Três programas de grande alcance social foram implementados com êxito: o Projeto Esporte/Recreação, em conjunto com a PROMOPAR e a COHAPAR, lançado experimentalmente em cinco municípios, que se propõe a utilizar as instalações ociosas dos centros sociais urbanos - para atender às populações residentes nos conjuntos habitacionais e nos bairros periféricos; o Projeto Futuro e o Projeto Núcleos Poliesportivos, destinados a incentivar atividades de esporte, recreação e lazer e orientados para crianças na faixa etária de 6 a 16 anos. Mais de 30.000 crianças participaram, em 1985, desses três programas.

O programa de pólos esportivos foi consolidado e ampliado com a inclusão de pólos de basquetebol e vólibol em outros, já existentes, de ginástica artística, ginástica rítmico-desportiva e atletismo. No final do ano, 23 novos pólos haviam sido instalados e 14 ampliados, propiciando a prática esportiva orientada a mais de 10 mil crianças em 31 municípios, a mais de 10 mil crianças. Foram realizadas 22 competições interpólos e 23 intrapólos, com mais de mais de 3 mil crianças.

Dos XXVIII Jogos Abertos do Paraná, na cidade de Cascavel, participaram 6.890 atletas e dirigentes de 80 municípios, e foram disputadas 19 modalidades esportivas. Mais de 500 mil pessoas assistiram às competições. Os JAPs serão regionalizados a partir de 1986, o que

proporcionará a participação da quase totalidade dos municípios do Estado.

Os Jogos Escolares do Paraná também atingiram números recordes com a consolidação da forma de disputa regional. Participaram da fase municipal, regional e final 203 municípios, 715 escolas e mais de 50 mil estudantes-atletas. Deve ser destacado o caráter formativo e educativo de que se reveste a nova filosofia implantada no Desporto Escolar.

Nos Jogos Escolares Brasileiros, o Paraná alcançou significativos resultados na fase regional sul, envolvendo os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na fase final, realizada em São Paulo, atletas paranaenses conquistaram os títulos brasileiros de basquete feminino e vôlei masculino; foram vice-campeões em vôlei feminino e obtiveram a quarta colocação em basquetebol masculino. Além disso, ganharam diversas medalhas em modalidades individuais.

Foram promovidos, ainda, o Torneio Intercolegial Itaú, que reuniu 26 estabelecimentos de ensino da Capital e 1.600 estudantes-atletas de 14 a 18 anos, e a V Olimpíada do Trabalhador do Paraná, com a participação de 59 empresas e 1.800 atletas-trabalhadores.

A atividade desportiva para deficientes foi incentivada com a realização, em Curitiba, dos IV Jogos Nacionais dos Deficientes Visuais e do Campeonato Sul-Brasileiro de Basquetebol Sobre Cadeiras de Rodas, reunindo o Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. A SECE participou da organização, em São Paulo, dos Jogos Nacionais Sobre Cadeiras de Rodas. Diversas outras competições locais para deficientes visuais, auditivos e físicos foram promovidas.

Outras atividades que merecem registro são os VIII Jogos Abertos do Vale do Ivaí, com

a participação de 2.589 atletas de 21 municípios, os II Jogos Abertos Regionais do Vale do Pirapó, com a participação de 17 municípios e 882 atletas; o Programa Verão 85, realizado no litoral, com um elenco de atividades esportivas, de recreação e lazer, orientado em todos os balneários paranaenses, promoções como Domingo Alegre, Ruas de Recreio, Passeios Ciclísticos, Corridas Rústicas e outras, realizadas em mais de 200 municípios, e o Campeonato Paranaense de Truco, realizado em todas as microrregiões.

Cabe ressaltar, ainda, o papel da SECE na transferência de material esportivo para mais de 200 municípios e no repasse de verbas para construções esportivas, através do PRAM, a mais de 100 municípios. A criação do Fundo de Apoio ao Esporte Amador e o apoio financeiro dado às federações amadoras do Estado tiveram decisiva influência no aumento da massa crítica de atletas que têm representado o Paraná, com destaque, em competições esportivas nacionais e internacionais.

### 3.4.3 Turismo

A política do Governo, de incremento e desenvolvimento do turismo, deu ênfase, em 1985, às atividades de divulgação e promoção e ao aperfeiçoamento da infra-estrutura, visando oferecer melhores condições receptivas à prática do turismo em nosso Estado.

O Paraná foi divulgado em feiras e congressos de turismo do Brasil e do exterior. Foram confeccionados folders e posters dos principais pontos turísticos do Estado e folhetos sobre a erva-mate e o barreado e sobre os eventos Pescatur e Roteiro das Águas. Foram realizadas várias promoções com o objetivo de aumentar o fluxo turístico paranaense, destacando-se os projetos "Verão 85" e "4 Giorni in Italia", e apoiados mais de 60 eventos

constantes do Calendário Turístico do Estado. A PARANATUR apoiou durante o ano mais de 50 eventos entre congressos, simpósios, seminários e encontros de classe, com destaque para o Congresso Nacional de Lions Clubes do Brasil, Congresso Nacional de Botânicos e Conferência Panamericana de Anatomia e Curadores de Herbário.

Para dotar o Estado de melhores condições receptivas, foram realizadas obras de manutenção e recuperação, do teleférico e do restaurante do Parque Estadual de Vila Velha; de manutenção dos Parques do Monge da Lapa e Campinhos; e de paisagismo e lazer no Parque Turístico de Capivara. Foram instalados postos de informações junto à Ponte da Amizade e no Centro Fronteiriço Brasil-Argentina, em Foz do Iguaçu.

Foram iniciadas as obras de recuperação e reconstrução do Hotel Cassino de Foz do Iguaçu, que será transformado em terminal central de turismo, abrigando vários setores ligados à atividade turística. Para criar novas oportunidades de lazer e desenvolver o turismo de curta distância, foram firmados convênios de cooperação técnico-financeira com os Municípios de Tomazina, Jaguariaíva, Ibiporã e Santa Terezinha do Itaipu, visando ao aproveitamento das potencialidades turísticas regionais. Um convênio de cooperação técnico-financeira, entre o Estado e o Município de Londrina, promoverá a recuperação do Parque Arthur Thomas e o seu aproveitamento como área de lazer. Antecipando-se ao inevitável aumento do fluxo de turismo que deverá resultar com o asfaltamento da rodovia Marmeleiro - Barracão, interligando, em divisa seca, o Brasil e a Argentina, a PARANATUR já está providenciando a instalação, na cidade fronteiriça de Barracão, de um posto de informações turísticas.

Cursos para aperfeiçoamento do pessoal de hotelaria, pesquisas sobre o turismo emissivo

e receptivo em Foz do Iguaçu e a execução do Projeto Sanestrada - que controla as condições de saneamento das lanchonetes, sanitários e restaurantes dos postos de gasolina que margeiam as rodovias BR-277 e BR-376 - completam as principais providências adotadas, no exercício, para o desenvolvimento do setor.

### 3.5 SEGURANÇA E JUSTIÇA

#### 3.5.1 Política de Segurança

A mudança essencial no comportamento dos órgãos estaduais de segurança pública, realidade que tem marcado a administração do Estado nos últimos três anos e da qual toda a sociedade paranaense é testemunha, decorre da proposta política do atual Governo para o setor: reverter a prática, até então vigente, baseada numa postura de governo que atribuía à área da segurança pública o papel de guardião do regime, do poder e do estado, em favor de uma nova atitude, fundamentada na concepção democrática de que as estruturas policiais devem estar comprometidas com a comunidade e preocupadas, portanto, com a segurança do cidadão, da sua tranqüilidade e dos seus direitos.

Essa mudança de enfoque e de comportamento exige, para surtir efeitos permanentes, um processo educativo de longo prazo. O desencadeamento desse processo exigiu dos dirigentes dos órgãos de segurança do Governo do Estado um trabalho, permanente e gradativo, de reformulação de práticas e procedimentos dos organismos policiais e, concomitantemente, de esclarecimento e aproximação com as comunidades.

Internamente, desenvolveu-se um intenso trabalho de reeducação do policial, fazendo-o compreender que respeitar os direitos humanos



do cidadão - mesmo os criminosos - não quer dizer acovardar-se; que agir com energia no estrito cumprimento do dever legal, enfrentando marginais, não significa abusar do poder e usar indiscriminadamente a violência; que o direito ao uso da força, prerrogativa do poder de polícia, em qualquer sociedade, não se deve confundir com impunidade.

Esse processo educativo, que foi objeto de cursos, debates e treinamento constante, completou-se com a ação enérgica no combate à transgressão desses princípios. Todas as vezes que, comprovadamente, ocorreu o envolvimento de policiais ou funcionários dos órgãos de segurança com abusos de autoridade, corrupção, torturas, conivência com o crime ou outro ato atentatório aos direitos da cidadania ou de transgressão da lei, houve punição exemplar contra os responsáveis - obedecidas, evidentemente, as garantias constitucionais, legais e regulamentares.

A mudança de comportamento, entretanto, por si mesma não assegura modificações estáveis na ação policial se não houver transformações estruturais significativas. Nesse sentido, medidas relevantes, embora, inicialmente, sem muita repercussão visível, foram adotadas. Dentre elas, destacam-se:

- a mudança de critério para a designação de inspetores de quarteirão, cujo número passou a ser proporcional à população de cada município - segundo o censo de 80 - e que só podem ser nomeados pelo Delegado-Geral da Polícia Civil; antes, as nomeações eram feitas a bel-prazer de cada delegado local, de maneira que não existia nenhum controle centralizado nem sobre o número nem sobre a identidade desses auxiliares da polícia;

- a supressão, nas principais cidades, do cargo de "agentes cooperadores" e de "delegados suplentes", elementos que, em geral, não

usavam a carteira que lhes era fornecida, com essa qualificação, para auxiliar o organismo policial, mas para auferir benefícios pessoais;

- a remuneração para os delegados leigos, vinculando-os, com mais responsabilidade, à estrutura formal da polícia e possibilitando às autoridades uma cobrança mais efetiva da qualidade dos serviços que prestam às comunidades, principalmente nos municípios que não são sede de comarcas;

- a mudança de critérios nas promoções da Polícia Civil, com a criação de novos mecanismos para a ascensão funcional interna;

- a descentralização dos cursos de ação policial - anteriormente concentrados em Curitiba - que passaram a ser ministrados nas sedes das microrregiões, permitindo a participação de praticamente todo o pessoal de cada unidade local.

Na área da Polícia Militar, os registros mais importantes dizem respeito ao aumento, em 10,4%, da dotação orçamentária para o setor, entre 1984 e 1985; diminuição do pessoal em funções não-policiais - na própria corporação ou em outros órgãos - com o conseqüente aumento do efetivo nas missões de policiamento; expansão das atividades de assistência supletiva à população mais carente, como, por exemplo, o transporte de doentes e feridos e o atendimento a parturientes, que passaram a representar 31% sobre o total das ações, exceto as do trânsito, na Região Metropolitana de Curitiba (em 1983, esse percentual era apenas de 16%); aumento dos recursos materiais com a adição, ao existente em 1984, de 42 novos postos modulares (sendo que 18 estão na Capital), 147 novas estações de rádio, 75 novas viaturas (18 foram doadas pelas comunidades), 515 novas armas e 7.920 m<sup>2</sup> de área construída em instalações das mais diversas modalidades.

A instalação da Delegacia da Mulher, em Curitiba, no final do ano, sanou uma deficiência da estrutura policial que vinha sendo reclamada pela sociedade. A decisão de criar essa nova unidade corresponde à política, adotada pelo Governo, de atuar no sentido da promoção dos grupos sociais ainda discriminados pelo poder público. É uma consequência da diretriz "democratização do poder", do Plano de Ação do Governo.

Na área do trânsito, entre as realizações de 1985 que objetivaram a melhora do atendimento ao público, destacam-se o aperfeiçoamento dos processos de computação do DETRAN, o que possibilitou ao órgão passar a reduzir para 10 minutos a renovação e a emissão da 2a. via da carteira de habilitação, e a instalação de um posto de serviços no centro de Curitiba para facilitar à população o acesso aos serviços.

O maior testemunho das mudanças ocorridas no DETRAN, entretanto, é o reconhecimento das companhias seguradoras de automóveis que consideravam o Paraná, em 1982, o estado de maior risco do País e, em 1985, inverteram a posição classificando-o entre os de menor risco. As estatísticas confirmam que, em dois anos, a média de furtos de veículos diminuiu no Estado de 25 para 4 veículos por dia.

### 3.5.2 Diretrizes da Justiça

A continuidade das ações destinadas a tornar mais humanas as condições de existência nas penitenciárias paranaenses foi uma das principais preocupações do Governo, em 1985, no âmbito da Secretaria da Justiça. O sistema penitenciário do Estado está constituído de cinco unidades, todas localizadas na Região Metropolitana de Curitiba. A população carcerária desse complexo é de aproximadamente 2.500 internos. As providências mais importan-

tes adotadas pela Secretaria da Justiça, em 1985, para amenizar a condição do preso e assegurar o respeito à sua condição de pessoa, foram as seguintes:

- criação de uma central de dados para, entre outros serviços de computação, manter em dia o cadastro da população carcerária, a partir do qual torna-se possível acompanhar, permanentemente, a situação processual dos presos; esse cadastramento inclui uma entrevista, de 60 em 60 dias, com cada preso, para mantê-los informados da situação prisional em que se encontram;

- criação de um setor de revisão criminal e verificação de penas, com o apoio da Procuradoria-Geral da Justiça;

- criação do Conselho Superior Multidisciplinar, com a finalidade de uniformizar o tratamento penal em todas as unidades do sistema penitenciário estadual;

- criação de uma divisão de saúde, encarregada de manter os serviços médico-odontológico, psicológico, farmacêutico, fisioterápico, de enfermagem e de terapia ocupacional, para melhor atendimento aos apenados, nessas áreas;

- renovação de convênio com a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, para prestação de serviços médico-odontológicos aos internos das penitenciárias.

A qualificação profissional dos presidiários, tanto para reduzir a ociosidade nas prisões quanto para prepará-los a uma vida útil junto à sociedade, após cumprida a pena, é um dos problemas que têm desafiado o sistema penitenciário brasileiro. Para enfrentar essa questão, foram instaladas novas oficinas e criados vários cursos, dos quais participaram presos de todas as instituições penais.

O Fundo Penitenciário foi reestruturado com a criação de setores de planejamento, contabilidade, comercialização, fiscalização e controle. Essa reforma propiciou considerável aumento na produção dos canteiros de trabalho, o que resultou em uma arrecadação de Cr\$ 758,3 milhões, em 1985, numerário este revertido ao Fundo para ser aplicado em benfeitorias e serviços destinados a melhorar as condições de vida nos presídios.

O Governo instituiu o programa PRÓ-EGRESSO, através do Decreto no. 4.788, de 23 de janeiro de 1985, com o objetivo de estabelecer as condições legais para que os dispositivos da nova Lei de Execução Penal - Lei federal no. 7.210, de 11 de julho de 1984 - pudessem ser aplicados em todo o território do Paraná, principalmente no que se refere ao cumprimento de pena no regime aberto, prestação de serviços à comunidade, suspensão condicional da pena, limitação de fim de semana - regime aberto - e outras condições, para a aplicação das quais é necessário que se instalem conselhos da comunidade, casas de albergados e patronatos - instituições previstas na mesma lei federal.

No primeiro ano de execução o PRÓ-EGRESSO manteve convênios com diversas entidades estaduais e municipais, com dispêndios de Cr\$ 329 milhões, o que possibilitou estender a 1.188 egressos do sistema penitenciário, 456 dos quais na Capitale e 732 no Interior, os benefícios da nova lei penal.

O projeto PRÓ-CIDADANIA, iniciado no final de 1984, com a finalidade de possibilitar às pessoas mais necessitadas a aquisição de documentos básicos - certidões de nascimento, de casamento, de óbito, segundas vias - estendeu-se praticamente a todo o Estado. Em dezembro de 1985, 19.753 registros e outros 4.958 documentos já haviam sido facilitados,

através do projeto, às camadas menos favorecidas da população.

A assistência judiciária gratuita - serviço que o Governo coloca à disposição das pessoas mais carentes, quando necessitam defender seus direitos e não dispõem dos recursos necessários - estendeu-se ao Interior do Estado por meio de um convênio entre a Secretaria da Justiça e a Fundação Universidade Estadual de Maringá; essa instituição de ensino superior encarregou-se de prestar, em sua região de influência, serviços jurídicos em idênticas condições.

Encontra-se em fase final de estudo a transformação do serviço de assistência judiciária gratuita, da Secretaria da Justiça, em defensoria pública, entidade autônoma com estrutura mais adequada, dispondo de quadro próprio de profissionais vinculados empregaticamente ao Estado e com regime de dedicação exclusiva.

A concentração, na Região Metropolitana de Curitiba, de todos os presídios existentes no Estado é um dos problemas mais sérios do sistema penitenciário paranaense. A necessidade de descentralização - que já vinha sendo apontada há muitos anos sem que houvesse providências efetivas do poder público estadual para realizar essa tarefa - está sendo finalmente encarada pelo Governo. Já foi adquirido o terreno adequado, com 111.834 alqueires, para a construção de um novo presídio, com instalações de segurança máxima e área para regime semi-aberto, na região de Cascavel.

A construção dessa nova unidade deverá ser iniciada em breve. Também estão sendo realizados os estudos necessários à escolha e aquisição de um terreno, no Norte do Estado, para a construção de uma segunda penitenciária regional.

Com os recursos provenientes das taxas e custas judiciárias, foram aplicados, no exercício, Cr\$ 6,2 bilhões em obras e na compra de equipamentos e materiais permanentes destinados a melhorar as condições das unidades do sistema penitenciário paranaense.

#### **4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS**



#### 4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

No Paraná, o fomento às atividades produtivas tem que levar em conta, necessariamente, as características singulares da economia do Estado. Em primeiro lugar, deve ser considerado o papel das atividades econômicas ligadas à transformação de matérias-primas regionais, principalmente aquelas oriundas da agropecuária e da atividade florestal.

Os dados disponíveis mais recentes mostram que, embora o Paraná não mais se caracterize como "um estado essencialmente agrícola", pois a renda gerada pela indústria é, hoje, quase o dobro da proveniente do setor primário, não obstante, o valor da produção dos gêneros industriais de produtos alimentares, de madeira e de papel e papelão representa cerca de 37% do total do setor secundário. Acrescentando-se o têxtil, muito vinculado à produção algodoeira estadual, essa proporção ultrapassa os 41%. Mais ainda, parcela ponderável de indústrias incluídas na rubrica "indústria química", gênero que se aproxima dos 40% do valor total da produção industrial do Estado - o que a situa, portanto, na primeira posição - é de unidades produtoras de óleos vegetais.

Esse quadro fornece os elementos para uma primeira definição: apesar da reconhecida necessidade de uma política de diversificação, o esforço para consolidar aquele parque industrial já instalado e ampliar as bases de apoio

ao seu fortalecimento é o caminho natural da ação de fomento ao setor secundário, em nosso Estado.

O comportamento das instituições de fomento do Governo do Estado corresponde a essa exigência. Dos financiamentos do BADEP e do BRDE-PR ao setor secundário, em 1985, pouco mais de 74% - totalizando Cr\$ 727,8 bilhões - dirigiram-se aos gêneros têxtil, alimentar, de madeira, e de papel e papelão. Nem por isso, contudo, a expectativa de diversificação do parque industrial paranaense foi desconsiderada. Parcela, também significativa, dos empréstimos ao setor secundário foi comprometida com projetos que contemplam os gêneros mais dinâmicos. Os financiamentos para indústrias de material elétrico e de comunicações, mecânicas, metalúrgicas e de material de transporte totalizaram Cr\$ 102,8 bilhões - 14% do total de empréstimos deferidos ao setor industrial.

As instituições estaduais de fomento destinaram 18,5% de seus financiamentos ao setor privado, em 1985, para as atividades terciárias empreendidas no Estado. Esse percentual é relativamente elevado, quando se considera o conceito vigente, que atribui aos bancos de desenvolvimento, pela atuação exclusiva que têm na área de créditos de longo prazo, o papel de promotores da industrialização. O apoio do Estado ao setor terciário pode ser analisado com mais precisão a partir do desempenho dos empréstimos do BANESTADO, instituição que, pela sua qualidade específica de banco comercial, tem mais afinidade com o tipo de apoio pertinente às atividades comerciais e terciárias que demandam, normalmente, créditos de curtíssimo, curto e médio prazos.

Em 1985, os empréstimos totais do BANESTADO foram da ordem de Cr\$ 5,3 trilhões, resultado superior em 346% ao de 1984. Merece destaque a expansão dos financiamentos às exportações, os quais cresceram 368% em relação

ao exercício anterior e somaram Cr\$ 625,6 bilhões. Os créditos ao comércio ultrapassaram a cifra de Cr\$ 139 bilhões e o acréscimo, proporcionalmente a 1984, foi de 377%.

As ações de incentivo ao setor agropecuário devem ser encaradas sob múltiplos aspectos. Elas podem ser indiretas, como os programas de desenvolvimento industrial dos últimos anos que têm sido, em grande parte, instrumentos para fortalecer as atividades agropecuárias, como indicam os números anteriormente referidos. Alguns desses programas assumem, de maneira mais explícita, essa condição. É o caso do projeto que está mobilizando, numa ação conjunta, o BADEP e o BRDE-PR, para financiar a instalação de 5 fiações de algodão de propriedade de cooperativas, que congregam produtores dessa matéria-prima, com o objetivo de reduzir os prejuízos com a comercialização das safras, em virtude de condições adversas de mercado.

Na ação direta, o apoio às atividades agropecuárias está sendo orientado no sentido de ampliar, via instituições vinculadas à Secretaria da Agricultura, a difusão de tecnologias mais apropriadas às características econômicas, sociais e ambientais do Estado. Para esse objetivo foram dirigidas, prioritariamente, as ações da ACARPA, no campo da assistência técnica; do ITCF, na área de reflorestamento; da CAFE do Paraná, na comercialização de insumos e implementos e na mecanização agrícola; da CLASPAR, na padronização e classificação de produtos; da COPASA, no setor de armazenagem; e do IAPAR, nas atividades de pesquisa.

Para executar a contento suas tarefas, cada um desses órgãos passou, nos últimos três anos, por radical e conscienciosa reforma administrativa e traçou novos programas de trabalho, consentâneo com as diretrizes que orientam o Governo, no conjunto.

## 4.1 Agricultura e Abastecimento

### 4.1.1 Política Agrária

As condições que determinaram o estabelecimento das prioridades governamentais para a agricultura permanecem: o setor mantém-se em posição relativa bastante inferior ao secundário e ao terciário, como elemento gerador da renda interna do Estado, principalmente em função do crescimento desses dois outros setores, nos últimos anos, apesar da grave situação econômica que o País atravessa. Desse modo, a ação do Governo continuou dando ênfase à organização rural, como meio para que as pequenas e médias propriedades se tornem cada vez mais produtivas e rentáveis - são elas que sustentam a produção dos alimentos tradicionais da mesa brasileira; à difusão do uso de tecnologias alternativas, capazes de reduzir os custos da produção e, conseqüentemente, também contribuir para o aumento da renda disponível do agricultor; ao estímulo à auto-suficiência na disponibilidade de insumos, com a utilização cada vez maior de adubos orgânicos; ao combate ao uso indiscriminado e sem controle de defensivos químicos e tóxicos; ao associativismo dos produtores rurais, não só no que se refere à produção, como também quanto à comercialização de seus produtos - o que restringe a ação do intermediário e beneficia os produtores e os consumidores; à conservação dos solos, principal recurso material de que dispõe o Estado para manter uma agricultura produtiva e moderna; à consolidação da infra-

-estrutura de energia e de transportes, com programas que beneficiam direta e indiretamente os produtores rurais.

#### 4.1.2 Apoio ao Pequeno Produtor e ao Trabalhador Rural

A continuidade dos programas que, desde o início do Governo, vêm sendo implementados com resultados sensíveis nas condições de trabalho e na melhora do padrão de vida do homem do campo continuaram a ser enfatizados em 1985. O Programa de Desenvolvimento da Tração Animal, por exemplo, teve importante desenvolvimento, principalmente no que se refere à pesquisa na área de engenharia agrícola. O fato mais importante a destacar foi o lançamento, em outubro, do "Tamanduá IAPAR", arado a tração animal, de aiveca fixa ou reversível, capaz de operar em terrenos com obstáculos, como pedras e tocos, tanto em solos de topografia plana quanto acidentada. Esse equipamento, que demonstrou nos testes condições de trabalhar com 30% a menos de esforço em relação à mesma área, aumentando o rendimento de um só animal, foi inteiramente desenvolvido no setor de engenharia agrícola daquele instituto. Para intensificar as ações desse programa, foram adquiridos pela CAFE do Paraná, em 1985, 81 animais e atendidos 989 produtores.

Tendo em vista o desenvolvimento integrado da propriedade agrícola, o que exige do pequeno agricultor conhecimentos mais especializados quanto à correta utilização dos fatores de produção, existentes ou em potencial, de modo a integrar lavouras, criação e reflorestamento, os órgãos vinculados à Secretaria da Agricultura deram assistência, em 1985, a produtores que manejaram área equivalente a 2,7 milhões de hectares de lavouras diversas e um milhão de cabeças de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e bubalinos. Foram plantadas 12 mil mudas de essências nativas e exóticas.

A participação consciente dos pequenos e médios agricultores em organizações de caráter coletivo, voltadas à defesa de seus interesses, é um dos meios mais eficazes de exercitar-se o aprendizado para o desenvolvimento. Programas da maior importância para o Estado, como o de manejo integrado de solos e água, só obtêm êxito quando essa consciência já está desenvolvida. O Governo tem apoiado as iniciativas nesse sentido e deu assistência, em 1985, a 3.617 grupos de trabalhadores rurais e agricultores, 1.331 grupos de mulheres e 630 grupos de jovens, envolvendo mais de 135 mil pessoas. Além desses, 49 cooperativas, 137 sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades, como associações de defesa ambiental e grupos de comercialização, receberam orientação e amparo.

Outros serviços de apoio ao pequeno produtor tiveram curso em 1985, destacando-se: assistência permanente à COOPESPAR - Posto Cental de Pescados de Guaratuba, entidade cooperativa - nas áreas de comercialização, aquisição de insumos e equipamentos e orientação às famílias dos associados; incentivo à armazenagem, ao nível da propriedade, para evitar as perdas decorrentes da utilização de depósitos e paióis precários e proteger o produtor contra a ação de especuladores; estímulo às atividades culturais, sociais e de lazer; orientação nas áreas de saúde e nutrição, com treinamento nas áreas de produção para consumo familiar e de conservação caseira de alimentos; complementação à educação formal.

A produção de sementes foi orientada para as culturas básicas de subsistência, tais como milho, arroz e feijão. A CAFE do Paraná produziu 40.000 sacas de sementes de feijão, 10.000 sacas de sementes de arroz e 5.650 sacas de sementes de milho para atender a cerca de 15 mil pequenos produtores. Essa produção foi muito importante para suprir as necessidades do Estado, porque, como se trata de culturas

de alto risco - o feijão e o arroz, principalmente - a iniciativa privada não atende, ainda, às necessidades do mercado. A demanda de sementes de algodão girou em torno de 615 mil toneladas e foi plenamente atendida por aquela empresa do Estado.

O programa de fornecimento de sementes à base de troca, da CAFE do Paraná, possibilita aos pequenos agricultores dispor desse insumo, essencial para uma boa safra, sem a necessidade de imobilizar recursos que podem ser aplicados em outros fins. A empresa adquiriu 62.210 sacas de sementes de arroz, feijão e milho, no valor de Cr\$ 9,9 bilhões, e atendeu 45 mil pequenos produtores em 250 municípios.

Outros programas de apoio ao pequeno produtor que tiveram expansão satisfatória, em 1985, foram os de incentivo à piscicultura, implementados com recursos do Tesouro do Estado e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - subprojeto Fomento Agropecuário do PRORURAL. Foram concluídas as obras do posto de coleta de pescados de Paranaguá e da peixaria de Matinhos - esta última incorporada à COOPESPAR -, e encontravam-se em fase conclusiva de construção, no final do ano, o entreposto de pescados de Pontal do Sul, os postos de piscicultura de União da Vitória e de Jaguariaíva, os postos de coleta das lhas das Peças e do Superagui e as estações de piscicultura de Maringá e de Palmas.

#### 4.1.3 Política Fundiária

Entre as iniciativas do Governo, em 1985, para promover uma reordenação da questão fundiária no Paraná, destacam-se: mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado, propondo critérios capazes de impedir, com a instituição do princípio da "concessão de uso", que os beneficiados com o assentamento em terras públicas do patrimônio do Estado co-

mercializem as respectivas posses; identificação de imóveis, caracterizáveis como latifúndios improdutivos, para encaminhamento ao INCRA com proposta de desapropriação por interesse social; levantamento das terras devolutas pertencentes ao Estado, viáveis do ponto de vista agrícola para assentamento rural.

O Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) foi responsável pelo reassentamento dos imóveis rurais já liberados para tal fim e destinados a 799 famílias, nos seguintes projetos: Jaciretã, no Município de Renascença (70 famílias); Imaribo, no Município de Mangueirinha (373 famílias); Ilha das Flores, no Município de Cândido de Abreu (6 famílias); Usina de Morretes, no Município de Morretes (65 famílias); Bugre, no Município de Chopinzinho (30 famílias); Apucarantina, no Município de Londrina (105 famílias); Xagu, no Município de Laranjeiras do Sul (150 famílias). Também participou, realizando as obras de infra-estrutura nos projetos Serrano e Butiã, no Município de Clevelândia, Cavernoso I e II, no Município de Guarapuava, e Passo Fundo, no Município de Palmas - que abrigam 343 famílias -, todos de responsabilidade do INCRA.

Como resultado da ação do órgão estadual, foram expedidos 351 títulos de domínio e 91 títulos de incorporação; 23 ações discriminatórias estão em tramitação, 3 foram ajuizadas e 4 já receberam sentença; 20 ações discriminatórias administrativas foram instruídas e 10 homologadas. Com atendimento jurídico aos agricultores que ocupam áreas de domínio particular, foram ajuizadas 310 ações e obtidas 82 sentenças.

O problema do acesso à terra também foi objeto de um amplo programa de discussão que objetiva esclarecer as comunidades a respeito dos detalhes controversos do Plano Nacional de Reforma Agrária, especialmente nas áreas do Estado consideradas focos de tensão social.



Participaram das reuniões, organizadas pela ACARPA/EMATER, arrendatários, posseiros, parceiros, trabalhadores fixos e volantes, categorias potencialmente beneficiárias da reforma agrária, e outros interessados, como proprietários de terras, autoridades e líderes comunitários.

#### 4.1.4 Apoio Creditício e Financeiro

Uma outra vertente da ação governamental em favor da agricultura são os financiamentos dos bancos de propriedade do Estado. O BADEP e o BRDE destinaram, no exercício, Cr\$ 71,2 bilhões para o setor agropecuário, apoiando um elenco de projetos de iniciativa das cooperativas ou de produtores rurais isolados. A Carteira de Crédito Rural do Banestado ampliou, substancialmente, os financiamentos para custeio de lavouras, investimento em infra-estrutura agropecuária e comercialização de produtos agrícolas e pecuários. Em 1984, o total de recursos aplicados para esses fins foi de Cr\$ 94,8 bilhões. Em 1985, registrou-se um aumento de 497,6% nesses empréstimos, com total de Cr\$ 471,8 bilhões, destinados aos mesmos objetivos.

Teve continuidade o Programa de Recuperação da Pequena Propriedade Rural, implementado com recursos do FINSOCIAL, repassados pelo BADEP, com vistas à recuperação das condições de subsistência e da capacidade de produção das famílias rurais de baixa renda. Em 1984, esses recursos foram destinados, principalmente, às propriedades mais atingidas pelas enchentes que assolaram o Estado de maio a julho de 1983 e, em 1985, foram direcionados para subprogramas especificamente destinados a recompor a infra-estrutura básica de produção de pequenas propriedades agrícolas e custear lavouras de produtos alimentares essenciais. Foram beneficiadas, no exercício, 1.097 famílias de pequenos produtores em 8 municípios.

Para dar prosseguimento às ações do Programa de Recuperação da Pequena Propriedade Rural, o Governo obteve do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a inclusão, no orçamento do FINSOCIAL, de recursos da ordem de Cr\$ 20,7 bilhões, que serão aplicados pelo BADEP a partir de janeiro de 1986. Além dos fins já atendidos em 85 - recomposição de infra-estrutura e custeio de lavouras - outros subprogramas serão implementados, destacando-se os que se destinam a financiar projetos de construção de armazéns comunitários, de consolidação de novas bacias leiteiras, para o aumento da produção de leite no Estado, e de assentamento de pequenos produtores rurais.

Com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), foram atendidas pelo BADEP seis cooperativas. Os projetos financiados objetivaram melhorar a infra-estrutura de recepção e armazenagem de produtos e as condições de comercialização da produção de pequenas propriedades rurais. Propiciaram, também, o aumento da produção de leite na região supridora de Curitiba.

Substanciais investimentos na infra-estrutura produtiva da área rural foram realizados com o apoio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Cerca de 80% dos recursos destinados ao setor primário pelo BRDE-PR, em 1985, reservaram-se a investimento fixo. Foram aprovados projetos no valor de Cr\$ 53,6 bilhões, para mecanização agrícola - compra de tratores, colheitadeiras e outros implementos - e armazenagem - instalações e equipamentos. Merece destaque a preocupação dos empresários rurais com o desenvolvimento tecnológico da nossa agricultura. O BRDE-PR deu apoio às iniciativas nesse sentido, financiando projetos, com recursos da FINEP, para melhorar as condições de estocagem em armazéns graneleiros - com a instalação de sistemas de termometria e aeração - e aprimorar a qualida-

de das mudas de cana-de-açúcar usadas no plantio, com a utilização de novos processos de tratamento térmico do material empregado.

Os empréstimos do BRDE-PR para investimento fixo na agricultura tiveram uma expansão real - deduzida a inflação - de 33,5% em relação a 1984. A participação do investimento fixo, relativamente ao total dos recursos destinados ao setor primário, foi praticamente o dobro da registrada no ano anterior, caindo, conseqüentemente, o percentual destinado a capital de giro e saneamento financeiro.

#### 4.1.5 Comercialização e Armazenagem

A comercialização dos produtos agropecuários pode ser melhor regulada com uma boa infra-estrutura de armazenagem e com a uniformização de padrões dos produtos. O Governo tem empenhado esforços para ampliar a capacidade de armazenagem à disposição dos produtores, com a expansão da rede de armazéns administrados pela COPASA - próprios ou arrendados - ou com programas de financiamento para cooperativas e, ao nível de propriedade, para pequenos produtores.

A capacidade estática dos silos e armazéns operados pela COPASA aumentou, de 252.525 t em 1984, para 344.864 t em 1985. Esse acréscimo de 36,6% deveu-se à incorporação de novas unidades ao patrimônio da empresa e ao arrendamento de outras, de propriedade de terceiros, principalmente do IBC. Refletindo a política do Governo de dar prioridade ao pequeno produtor em todos os serviços prestados pelo Estado, elevou-se, também, o número de usuários desse sistema de armazenagem agrícola: 4.100 em dezembro de 1985, contra 1.262 em dezembro de 1984. Também houve aumento de 55% no volume de produtos armazenados, 126% nos serviços de expurgo, 65,1% nos de limpeza e 58,8% nos de secagem.

A ampliação da estrutura física da empresa estadual de armazenagem resultou da incorporação das seguintes unidades: os entrepostos de Santo Antonio do Sudoeste, Pinhal de São Bento, Salgado Filho e Barracão, de propriedade da Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda. (COOPAVEL), adquiridos por Cr\$ 8,3 bilhões; um conjunto armazenador em Campo Largo, comprado da empresa Santa Cecília Ltda.; um armazém frigorífico construído em Palmas, com capacidade estática para 4.500 t de batata-semente e 2.500 t de maçã, no qual foram aplicados Cr\$ 30 bilhões; um armazém estruturado, construído em Capitão Leônidas Marques. Além desses investimentos, a empresa aplicou Cr\$ 5 bilhões no prosseguimento de obras de reforma nas unidades armazenadoras de Assaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Terra Roxa, Ivai-porã e Pato Branco, de sua propriedade.

Prosseguiu a implementação do Projeto de Armazenagem Coletora, do PRORURAL, que tem o objetivo de compatibilizar a estrutura de armazenagem existente às necessidades dos pequenos produtores cujas obras foram iniciadas no final de 1984. Dos 21 armazéns que tinham obras contratadas no ano anterior, 11 foram concluídos e entregues em 1985. Outros 10 foram paralisados em decorrência da impossibilidade de a empresa empreiteira cumprir o compromisso assumido, motivo pelo qual o problema está entregue ao Poder Judiciário. Equipamentos complementares, indispensáveis ao efetivo funcionamento dessas unidades armazenadoras, cuja operação será entregue às entidades associativas dos pequenos produtores rurais, estão em início de licitação.

A uniformização de padrões dos produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico de origem vegetal, para fins de comercialização, é essencial à conquista e manutenção de mercados. Esses padrões uniformes, que asseguram a qualidade das mercadorias negociadas, são obtidos pela classificação, atividade de respon-

sabilidade do Governo Federal, que é delegada, no Paraná, à Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR).

A atividade da CLASPAR vem se expandindo na medida em que a empresa aperfeiçoa suas estruturas dependendo, porém, de inúmeras providências institucionais e conjunturais que têm sido insistentemente solicitadas pelo Governo do Estado às autoridades federais.

As principais atividades nesse setor, em 1985, envolveram a realização de cerca de 500 inspeções de lacres de pilhas e blocos correspondentes a cerca de 13 mil lotes de feijão nos armazéns credenciados pela Companhia de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura, para prevenir a ocorrência de fraudes no produto estocado; controle de qualidade em cerca de 400 mil toneladas de grãos destinados à exportação; classificação de cerca de 350 mil toneladas de arroz, feijão e milho da safra de pequenas propriedades; acompanhamento da qualidade da safra estadual de soja, feijão e milho; fiscalização do trânsito de produtos de origem vegetal e animal em estradas paranaenses e realização de cerca de 50 mil análises de sementes certificadas.

#### 4.1.6 Pesquisa Agropecuária

A partir de 1985, o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) passou a orientar seu trabalho no sentido de encontrar soluções - criando inovações tecnológicas apropriadas - para os problemas decorrentes do modelo de agricultura praticado no Estado durante as últimas décadas. As principais prioridades adotadas contemplam pesquisas que determinem: melhorar a utilização dos recursos naturais do Estado, de acordo com sua aptidão agrícola ao nível regional, com prioridade à conservação do solo e proteção do meio ambiente; desenvolver práticas e sistemas de produção que favo-

reçam a fixação da mão-de-obra e a melhora das condições de vida da população rural; definir tecnologias alternativas capazes de assegurar a independência tecnológica do Estado e do País.

Em 1985, o IAPAR instituiu um programa de sementes destinado a suprir a necessidade crescente, para o aumento da produtividade da agricultura paranaense, da disponibilidade de sementes certificadas.

O Instituto produziu 761 toneladas de sementes básicas na safra 84/85. A produção de 3 toneladas de semente básica de café propiciará a formação de aproximadamente 12 milhões de mudas, importante contribuição à renovação da cafeicultura paranaense. Após 4 anos de pesquisa, foi colocada à disposição dos agricultores uma nova variedade de semente básica de aveia - cultivar UFP-3 - para forragem e produção de grãos.

O Instituto vem pesquisando, desde 1978, as possibilidades de controle do cancro cítrico, doença que inviabilizou, até recentemente, o desenvolvimento da citricultura paranaense. Os resultados mais relevantes dessa pesquisa comprovaram a possibilidade de convivência, com a doença, de importantes variedades de citros de boa adaptação no Estado, conclusão que fundamentou proposta da Secretaria da Agricultura ao Ministério da Agricultura, no sentido da liberação de áreas até então interditadas para plantio no Paraná. Em agosto, o Ministério oficializou decisão, concordando com o pleito e regulamentando as condições em que o plantio deverá efetuar-se.

Também foram concluídas, em 1985, as instalações de um posto de piscicultura, com tanques e laboratório para pesquisa, na fazenda-modelo mantida pelo Instituto, e duas novas estações experimentais: uma no Município de Cerro Azul e outra no Município da Lapa, in-

cluindo-se, nesta última, um centro de apicultura com laboratório para seleção de rainhas.

#### 4.1.7 Política de Abastecimento

Os sacolões e varejões, instituídos em 1983 com a finalidade de facilitar a compra, de produtos hortigranjeiros, por preços mais acessíveis para consumidores de média e baixa renda e de atuar, conseqüentemente, como elemento regulador dos preços praticados pelo comércio - feiras, quitandas, mercearias e supermercados -, continuaram a funcionar com uma modificação introduzida no sistema, em 1985: as três unidades localizadas em Curitiba, que eram administradas por um atacadista, sob coordenação da CEASA-PR, passaram ao controle da CAFE DO PARANÁ; as demais continuam sob administração desta última entidade, registrando bom desempenho as de Londrina e Maringá e apresentado problemas a de Foz do Iguaçu, em conseqüência da redução das atividades da Itaipu Binacional.

A organização de associações comunitárias constituídas por grupos de habitantes de baixa renda de bairros periféricos das grandes cidades, com o objetivo de adquirir alimentos a custos mais baixos, é um projeto que teve razoável desempenho em 1984. No início de 1985, ele foi prejudicado com o atraso na liberação dos recursos do FINSOCIAL. Só no final do primeiro semestre o BNDES repassou a verba de Cr\$ 2,5 bilhões, que permitiu, de agosto a dezembro, dinamizar o trabalho. Foram atendidos 77 grupos com o fornecimento de mais de 400 toneladas de gêneros de primeira necessidade, e beneficiadas 3.280 famílias da Região Metropolitana de Curitiba.

Realizaram-se, em 1985, 112 feiras do produtor, envolvendo 2.017 feirantes, e 65 feiras de produtos da época com a comercialização de 600 toneladas de produtos. Esse pro-

grama, que objetiva aproximar os produtores dos consumidores, evitando a interferência dos intermediários, foi coordenado pela ACARPA/EMATER.

O projeto Comercialização de Hortigranjeiros, em implementação com recursos do PRO-RURAL, teve andamento, em 1985, com a construção de seis mercados do produtor nos Municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Araucária, Colombo, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais. Dois outros, já em operação desde 1984, localizados em Morretes e Cerro Azul, foram ampliados. Essas unidades são semelhantes às que estão sendo instaladas em todo o País pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), mas se diferenciam pelo fato de que, no Paraná, em consonância com a diretriz de participação comunitária, proposta política do atual Governo, deverão ser administradas pelos próprios produtores, organizados em associações.



## 4.2. FOMENTO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS

### 4.2.1 Geração de Empregos e Mercado Informal

A geração de empregos continuou sendo, no terceiro ano do Governo, uma das preocupações básicas dos órgãos de fomento do Estado. Tanto na área dos investimentos de grande significação econômica, responsáveis pela continuidade do processo de desenvolvimento paranaense, como nos setores informais da economia e no espaço das pequenas e médias empresas - que consolidam esse processo, pois são constituídos por um contingente de centenas de milhares de pequenos e médios consumidores - o Governo esteve presente dando continuidade a programas de incentivo e apoio às iniciativas particulares e implementando outros, por intermédio dos órgãos da administração estadual encarregados do estudo e do encaminhamento de soluções para os problemas que a conjuntura nacional, de crise social e econômica, provocou.

As ações mais significativas, na área de microindústrias, foram desenvolvidas pela Secretaria da Indústria e do Comércio, destacando-se:

- Programa Paranaense de Microindústria
- PROGRAMA NOSSO, com o objetivo de promover a comercialização de produtos de artesãos de indústrias caseiras e de microindústrias paranaenses, criou canais de comercialização que garantiram o fluxo contínuo do processo produ-

tivo. Desde 1983, quando foi interiorizado, instalou 29 lojas, entre padrão e satélites, distribuídas pela Capital e Interior. Conta, atualmente, com 4.254 produtores cadastrados e movimenta 10.000 itens.

- Programa Nosso Coelho, criado e implementado em 1985 com o objetivo de promover a cunicultura no Estado, como elemento gerador de empregos e instrumento para melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda; foram canalizados recursos para fomentar a criação de cooperativas de criadores de coelho no Interior, estruturar um sistema de comercialização e estimular o consumo. No final do ano, haviam sido criadas e instaladas 19 cooperativas com 1.002 associados. Em conjunto com o CEAG, foi desenvolvido um projeto integrado para frigorífico, abatedouro e confecções de pele e implementada a primeira etapa, que corresponde à construção e início de funcionamento do primeiro abatedouro de coelhos no Estado, e realizados todos os trâmites para sua regularização perante o Sistema de Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura. Também foi negociado, com o Ministério da Agricultura, um convênio que permitirá a contratação de 40 técnicos, durante o período de um ano, renovável por mais um, e a organização de programas de treinamento, tanto para o corpo técnico como para diretores das cooperativas. Os recursos são da ordem de Cr\$ 8,8 bilhões, a fundo perdido, de verbas daquele Ministério, via Secretariado Nacional de Cooperativas (SENACOOOP).

No setor informal da economia, prosseguiram as ações de proteção ao artesão, em programas voltados principalmente para o incentivo ao associativismo em todo o Estado. Em 1985, já estavam cadastrados 1.758 artesãos e credenciados 1.363 em 50 municípios. Foram criadas, no ano, 26 associações que, somadas às fundadas nos dois exercícios anteriores, totalizam 62. Para promover a comercialização

dos produtos, foram realizadas 17 feiras regionais e uma estadual, e as cooperativas paranaenses participaram em 4 feiras nacionais, com apoio técnico e financeiro da SEIC.

As microempresas comerciais e industriais, cujo espaço de atuação é a fronteira entre o mercado formal e o informal, são geradoras de emprego, não exigem mão-de-obra especializada e têm estrutura simples. Entretanto, dependem, em grande parte, de assistência e apoio governamental para continuar sobrevivendo. Em 1985, o BADEP e o BRDE-PR destinaram recursos da ordem de Cr\$ 12,4 bilhões para esse segmento do setor empresarial, beneficiando firmas industriais, comerciais e prestadoras de serviços.

O programa mais representativo nessa área é o PROMICRO, que vem sendo conduzido, nos últimos anos, pelo BADEP. Em 1985, a maior dotação de recursos para dar continuidade a essa linha de financiamento proveio do BNDES, que contribuiu com 74% dos recursos aplicados para apoiar as necessidades de capital fixo ou de giro dos microempresários atendidos pelo PROMICRO. Foram financiadas 311 microempresas espalhadas em 80 municípios e que absorveram recursos da ordem de Cr\$ 10,7 bilhões. Desse total, 86% destinaram-se a empresas localizadas em municípios do Interior e 14% na Região Metropolitana de Curitiba.

Um aspecto importante a destacar é o número de microempresas financiadas pela segunda vez: cerca de 30% do total daquelas atendidas. Esse registro é bastante animador, pois indica que empreendimentos de pequeníssimo porte, com o impulso mínimo de um primeiro financiamento, também modesto, não somente sobreviveram em um mercado extremamente competitivo e em crise, mas já dão um segundo passo no caminho para a consolidação e o crescimento.

#### 4.2.2 Pequenas e Médias Empresas

Uma série de programas beneficiaram as pequenas e médias empresas cujo potencial de geração de empregos as transformam em poderoso instrumento para manter a estabilidade social e promover a expansão das atividades econômicas.

De maneira geral, a maior parte das ações da Secretaria da Indústria e do Comércio tem essa finalidade. Um dos projetos bem sucedidos, nessa área, foi o trabalho de caracterização de alternativas e identificação de oportunidades em 280 municípios, realizado com a participação de 23 entidades universitárias, mediante convênios, e que resultou na elaboração de 13 estudos regionais, após serem pesquisadas 16.699 indústrias. Com base nos resultados obtidos foram editados 12 catálogos de produtos paranaenses, para promover sua comercialização ao nível estadual, nacional e internacional. Pequenas e médias empresas, isoladamente, não poderiam suportar os custos de montagem e implementação de um projeto desse porte.

O Programa Paranaense de Microdestilarias, lançado em dezembro de 1983, teve significativo desempenho em 1985. Seu objetivo principal é incentivar a instalação de unidades produtoras de álcool com capacidade nominal de até 5.000 litros, destinados ao autoconsumo. Do ponto de vista social, esse programa promove a geração de empregos tanto nas atividades agrícolas como nas industriais. Apesar de destinada à área rural, a microdestilaria realiza uma função industrial ao produzir, além do álcool, bagaço, vinhoto e ponta de cana, resíduos reaproveitados como insumos, seja como adubo, seja como ração. Em 1985, foram instaladas 15 novas microdestilarias, e o número total de unidades instaladas no Estado é 27.

A Secretaria da Indústria e do Comércio desenvolveu, ainda, em 1985, ações no sentido de: incrementar a comercialização interna e externa de produtos paranaenses, assistindo a 1.300 empresas; ampliar a participação de empresas paranaenses nas licitações de obras e de serviços para empresas públicas; promover treinamento gerencial, coletivo ou com acompanhamento individualizado, ao nível da empresa, programa que atendeu 1.125 empresas e 2.025 empresários; oferecer serviços de consultoria à direção e equipes da administração superior, objetivando aumentar a eficiência da gestão das pequenas e médias empresas, atendendo 241 empresas e envolvendo 5.242 empresários; promover cursos sobre exportações, dos quais participaram 688 empresários.

O BRDE-PR deu financiamento em garantia de empréstimos a 52 pequenas e médias empresas industriais e comerciais, no total de Cr\$ 59,2 bilhões; já o BADEP destinou recursos que totalizam Cr\$ 142,2 bilhões para esse segmento da atividade empresarial paranaense.

#### 4.2.3 Expansão Industrial

De um total ligeiramente superior a um trilhão de cruzeiros, que os bancos de fomento do Governo do Estado aplicaram na economia paranaense, em 1985, Cr\$ 738,6 bilhões, ou seja, 70%, destinaram-se a financiamentos do setor industrial. Esse resultado repete o do ano anterior, quando a parcela dirigida ao setor secundário correspondeu a 71% do total, e demonstra o empenho do Governo em fortalecer o parque industrial do Estado.

Merece ser observado, contudo, que o volume de recursos destinados a investimento fixo - novas indústrias ou ampliação de outras já existentes - representou, apenas, 22,1% do total repassado ao setor secundário. Os restantes 77,9% destinaram-se a capital de giro

ou saneamento financeiro, reflexo das dificuldades que os empresários estão enfrentando para movimentar os negócios e manter a integridade financeira e econômica das empresas. Outro detalhe a destacar, com relação ao percentual de investimento fixo, é que ele vem caindo, desde 1983. Nesse ano, em pleno auge da recessão econômica brasileira, quando, nacionalmente, registrava-se a tendência das empresas de não investir em ativos fixos, 50% dos financiamentos do BADEP e do BRDE-PR foram destinados a inversões fixas. Em 1984, esse percentual caiu para 37,2% e, em 1985, para os 22,1% já referidos.

Outras ações na área de ação dos bancos de desenvolvimento estaduais caracterizaram o exercício de 1985. Foi instituído o Programa de Abertura de Capital de Empresas Paranaenses (PRÓ-CAPITAL), com o objetivo de promover o fortalecimento do setor produtivo do Estado mediante a capitalização, via mercado acionário, de empresas que tenham porte e condições técnicas para esse tipo de iniciativa. Esse programa foi viabilizado através de convênio do qual participaram o BADEP, a Bolsa de Valores do Paraná e a Associação de Corretores e Distribuidores de Valores do Paraná, com o apoio da Secretaria de Finanças. Também foi criado o Programa de Apoio à Racionalização do Parque Moageiro de Óleos Vegetais com o objetivo de financiar projetos de modernização da tecnologia empregada pelas unidades produtoras do setor, reduzindo os custos de produção e assegurando, conseqüentemente, melhores condições de competitividade às empresas paranaenses.

Continua a tendência, dos últimos anos, de expansão dos setores industriais ligados à transformação de matérias-primas regionais. Do total dos financiamentos canalizados para o setor industrial pelos bancos de fomento do Estado, em 1985, 71,8% destinaram-se aos ramos madeireiro, de papel e papelão; de produtos

alimentícios, têxtil - fiações de algodão - e agroindústrias.

Os projetos de industrialização das cooperativas também tiveram a participação expressiva de 24,4% no total dos financiamentos industriais. Outros setores, entretanto, vêm recebendo expressivo apoio dos bancos de desenvolvimento, destacando-se as indústrias produtoras de material elétrico e de comunicações e de equipamentos de informática, fato que indica, também, o esforço que está sendo feito para diversificar o parque industrial do Estado.

O projeto, cuja implementação foi iniciada no ano passado, de fortalecer as 5 cooperativas agrícolas paranaenses de maior representatividade na produção de algodão, teve seqüência. Para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos destinados às unidades de fiação de algodão que cada uma delas está construindo, o BADEP e o BRDE-PR financiaram novos contratos, no valor total de Cr\$ 126,2 bilhões. Esse parque têxtil, que integrará os processos de produção e de industrialização da fibra, contará com aproximadamente 84.200 fusos e produzirá cerca de 10 mil toneladas por ano de fios.

A atuação do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), atendendo basicamente às necessidades de curto prazo das empresas comerciais e industriais, não pode ser elidida. Ela deve ser considerada, também, como um instrumento do Governo para estimular as atividades desses setores. O Banco registrou, em 1985, um aumento de 346% nos empréstimos totais concedidos, no valor de Cr\$ 5,3 trilhões, destacando-se, como de particular interesse para o comércio e a indústria, os financiamentos às exportações, que totalizaram Cr\$ 625,6 bilhões, com expansão de 368% em relação a 1984, e os financiamentos às importações, que cresceram 1.213%, atingindo Cr\$ 19,4 bilhões.

A atividade da construção civil, importante do ponto de vista do emprego de mão-de-obra sem qualificação, foi amparada com financiamentos da ordem de Cr\$ 10,3 bilhões dos bancos de desenvolvimento estaduais - Cr\$ 9,9 bilhões do BRDE-PR - e com recursos do BANESTADO - Crédito Imobiliário, estes para projetos de aquisição da casa própria. Os financiamentos nesse sentido somaram Cr\$ 405,3 bilhões, 610% a mais do que no exercício anterior. Das 4.402 unidades residenciais construídas com esses empréstimos, 1.832 resultaram de contratos com 47 empresas construtoras, 1.467 de programas cooperativos, 2.604 do programa habitacional do servidor público e 499 de aquisições isoladas.

O aperfeiçoamento institucional dos órgãos responsáveis pelas ações de fomento do Governo é fator essencial para que os programas instituídos com essa finalidade sejam bem aplicados e obtenham sucesso. Destacaram-se, em 1985, a reestruturação e o redirecionamento da atuação do BADEP, com resultados importantes já registrados, entre os quais a redução, em cerca de 37%, no prazo médio entre a entrada do pedido de financiamento e a efetiva liberação dos recursos. Além disso, foi criado um Fundo de Antecipação de Liberação que permite ao Banco, independentemente da disponibilidade de recursos junto às fontes - as instituições federais que fornecem fundos para financiamentos -, atender às empresas financiadas com a liberação de parcelas dos recursos de que elas necessitam, desde que nos prazos estipulados em contrato.



## 5. OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BÁSICAS

## 5. OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BÁSICAS

Significativos avanços registraram-se, no cumprimento das propostas do Plano de Ação do Governo, nesse item que destaca um grupo de ações de fundamental importância para a continuidade do processo de desenvolvimento do Estado.

Em relação ao meio ambiente, o programa de maior amplitude, em andamento é o que trata do manejo integrado de solos e de água. Exigindo ação coordenada das ações governamentais e participação voluntária e consciente da totalidade dos proprietários de cada microbacia - unidade regional onde todos os cursos d'água, do menor riacho ao rio de maior caudal, necessitam ser adequadamente manejados - esse projeto pode ser considerado vitorioso. É difícil imaginar que, passado este período de Governo, e seja qual for a política agropecuária adotada pelos futuros dirigentes do Estado haja possibilidade de modificações nas diretrizes básicas que o orientam.

A mobilização dos proprietários de unidades produtoras rurais de todas as dimensões, na prática diária das providências exigidas para sustar a erosão dos solos, onde ela já se havia instalado, e preveni-la, onde o problema ainda não se manifestara, criou uma consciência favorável à preservação, cimentada nos frutos materiais auferidos pelo produtor. Em todas as áreas manejadas, o aumento da produtividade, da produção e da renda foi o fator

decisivo para consolidar o processo educativo que constitui a essência do programa.

O manejo integrado de pragas, destinado a controlar o uso inadequado de agentes químicos na agricultura, substituindo-os, quando possível, por inimigos naturais, também teve respostas notáveis, em termos econômicos, que sensibilizaram os produtores tornando-os aliados. Grande responsabilidade para a continuidade desse projeto cabe, hoje, aos centros de pesquisa, onde são identificados os agentes biológicos ou inimigos naturais, capazes de atacar e destruir as pragas, e desenvolvidos os processos práticos para utilizá-los diretamente nas lavouras. Uma das prioridades estabelecidas pelo IAPAR, em seu novo programa de ação, é intensificar as pesquisas nesta área.

A implementação dos programas de desenvolvimento urbano e regional foi acelerada. O PRORURAL, totalmente reformulado a partir de ampla discussão com lideranças comunitárias dos municípios beneficiados, nas áreas deprimidas do Estado, teve ampliado seu prazo-limite de atividade, mediante acerto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O PRAM, cujo desempenho em 1984 havia sido deficiente, tendo em vista uma série de fatores negativos no relacionamento inicial com as prefeituras, deslançou, em 1985. Também foi reformulado, com o objetivo de serem estabelecidos os projetos capazes de absorver os saldos não utilizados. O Banco Mundial reconheceu os motivos que demandavam tal reformulação e aceita a dilatação do prazo de implementação do programa, mediante a discussão de novo cronograma que será, oportunamente, negociado.

As atenções dos órgãos estaduais de planejamento atribuíram prioridade à busca de soluções para o maior problema urbano que o Estado enfrenta: o processo de conurbação da Região Metropolitana de Curitiba que marcha em ritmo acelerado. Os estudos básicos para a im-

plementação de ações, coordenadas em relação ao tempo e aos espaços urbanos que deverão ser manejados, foram praticamente concluídos. O trabalho efetivo, nesse sentido, depende, a partir de agora, do êxito das negociações que já foram iniciadas com organismos internacionais de crédito, com o Banco Mundial e o BIRD. Instituições do Governo Federal vinculadas ao problema, como o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) deverão atuar, também, no programa em causa.

Avanços importantes, igualmente, registraram-se na política de informática. A Lei de Reserva de Mercado para micro e minicomputadores teve influência na reformulação dos processos de informatização, em uso nos diversos órgãos do Governo. Está em implementação um sistema descentralizado, com base na utilização de microcomputadores na ponta do sistema: os órgãos - secretarias, e empresas e autarquias a elas vinculadas. As informações setorializadas, que interessam exclusivamente a cada órgão, são armazenadas e manipuladas nesses equipamentos, enquanto os dados globalizados, com resultados finais que dizem respeito ao Estado, como um todo, são transferidos para as centrais de informação da CELEPAR, constituídas pelos computadores centrais da empresa. Este sistema permitirá flexibilidade maior no processamento dos dados, facilitando a armazenagem e a recuperação das informações.

Começou a tomar corpo a nova política científica e tecnológica do Estado, a partir da reestruturação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITEC) ocorrida em 1985. Esse órgão, que tem a atribuição de formular e coordenar as diretrizes de ação, na área de ciência e tecnologia, foi aberto à participação ativa da comunidade científica do Estado. Durante o ano foi elaborado o II Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

## 5.1 MEIO AMBIENTE

### 5.1.1 Programa Estadual do Meio Ambiente

As ações do Governo na preservação do meio ambiente, coordenadas pelo Programa Estadual do Meio Ambiente (PEMA), tiveram continuidade em 1985, principalmente com os programas de preservação dos solos e das águas, de controle do uso de agrotóxicos, de fiscalização de indústrias poluentes e de outras providências, de médio, curto e longo prazos, voltadas, sobretudo, à tomada de consciência pelas comunidades, quanto à responsabilidade da participação que devem ter para tornar cada vez mais eficaz a atuação do Governo.

O Governo tem estimulado essa participação. Ela se constitui no elemento central do PEMA, institucionalizado em meados de 1984, depois de uma ampla discussão com segmentos organizados da sociedade, em todo o Estado. Um dos instrumentos então propostos, para efetivar o processo participativo, foi a organização dos "Comitês Ambientais", em nível de municípios ou de regiões. Com o trabalho de coordenação das ações do PEMA, a cargo da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), principalmente em 1985, já estão organizados e em funcionamento 21 desses comitês.

Merece destaque o trabalho que está sendo realizado em Bandeirantes, onde, com a efetiva participação do comitê ambiental local, estão

sendo implementados 4 projetos, objetivando a recuperação da mata ciliar, preservação do solo, controle de esquistossomose e montagem de estação para produzir alevinos. Vale registrar, como exemplo, o caso da multa aplicada pela SUREHMA à Usina de Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A, no valor de Cr\$ 25 milhões, que, em lugar de ser recolhida aos cofres do Estado, está sendo aplicada, diretamente, em obras de recuperação do córrego do Caixão, afluente do rio das Cinzas, afetado pelo despejo de vinhoto proveniente daquela fábrica, que foi penalizada por este motivo.

A Bolsa de Criatividade, destinada a incentivar soluções originais, criativas e viáveis para problemas ambientais, premiou, em 1985, os projetos "Eliminação de Metais Pesados", "Muralhas Verdes", "Cobertura Vegetal na Pequena Propriedade Rural" e "Trigestor". Este último, de autoria do agricultor e técnico autodidata Edgar Azevedo, é um avançado sistema de biodigestão destinado a transformar resíduos de culturas em gás, ração e adubo orgânico.

### 5.1.2 Ações no Meio Rural

O Programa de Manejo Integrado de Solos e Água, projeto de maior amplitude na preservação do meio ambiente do Paraná, é conduzido pela Secretaria da Agricultura. As repercussões de sua execução transcendem o limite da ecologia pelas dimensões econômicas dos resultados obtidos. O aumento da produção e da produtividade agrícola e a valorização das áreas manejadas fazem-no inserir-se, também, entre os projetos de complementação da infra-estrutura econômica ou de fomento às atividades produtivas.

A implementação do Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas exige a atuação de praticamente toda a estrutura da Secretaria da

Agricultura e empresas vinculadas. Em 1985, as principais ações de cada unidade envolvida podem ser assim sumariadas:

- a ACARPA deu assistência aos produtores das microbacias manejadas, induzindo-os às práticas agrícolas de recuperação e preservação e ao uso racional dos recursos hídricos; implementou o plantio de reflorestamento conservacionista e energético em 3.804 hectares; incorporou 4.299 hectares às áreas utilizadas para agricultura irrigada;

- a CAFE DO PARANÁ atendeu a 2.310 proprietários, com 37.553 horas de serviços de mecanização agrícola, que representaram o repasse de subsídios no valor de Cr\$ 1,6 bilhão; distribuiu 24.610 toneladas de calcário, no valor de Cr\$ 889,7 milhões; repassou a 43 prefeituras, para realizarem obras atinentes ao programa, recursos da ordem de Cr\$ 468 milhões;

- o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) incrementou pesquisas, diretamente orientadas para o programa, nas seguintes áreas: estudo da temperatura dos solos; uso e manejo de solos de baixa aptidão agrícola; degradação dos solos em áreas de rotação de culturas; potencial erosivo das chuvas e caracterização dos solos paranaenses, quanto ao efeito de agentes erosivos.

### 5.1.3 Outros Programas e Projetos

O controle da erosão urbana é outra área de ação de grande importância na política governamental de preservação do meio ambiente. Em 1985, os investimentos financeiros realizados na execução de obras sob a responsabilidade da Superintendência do Controle da Erosão do Paraná (SUCEPAR) foram da ordem de Cr\$ 6,9 bilhões, dos quais Cr\$ 4,1 do Tesouro do Estado e Cr\$ 2,8 repassados pelo Governo Federal.

Os núcleos industriais de Arapongas, Cruzeiro do Oeste e Paranavaí, daquela empresa, produziram 78,4 mil metros de tubos de concreto e 28,7 mil metros de tubulações foram fornecidos às prefeituras para utilização em obras de controle da erosão. A SUCEPAR também presta serviços de assistência técnica aos municípios, com a elaboração de projetos de engenharia e orientação executiva de obras. Com essa finalidade, elaborou, no exercício, 18 projetos completos de drenagem pluvial, além de outros com finalidades diversas.

Em junho, foi assinado um convênio de ação conjunta entre os Estados do Paraná e de São Paulo, estabelecendo condições e normas para uma política integrada de estudos e aproveitamento dos recursos naturais e preservação ambiental da região de influência do complexo lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá. Este sistema, de importância ecológica e econômica singular, foi considerado pela União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) como terceiro estuário do mundo, em termos de produtividade primária, além de ser, também, o último estuário em estado de relativa preservação na costa sul-brasileira.

Outra iniciativa do Governo, em 1985, em relação ao meio ambiente, foi o Programa Ambiental 85/88, da COPEL, que implementará os seguintes projetos: restabelecimento do parque florestal de Campo Mourão, com área de 100 ha de reflorestamento heterogêneo; aproveitamento da área de 14 ha, de propriedade da empresa, em União da Vitória, para instalação de infraestrutura de esporte e de lazer; mobilização das entidades que têm interesses no rio Iguaçu, para unirem esforços no sentido de controlar sua qualidade física, química e biológica, para futuros trabalhos de agricultura.



## 5.2 PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

### 5.2.1 Planejamento Regional e Urbano

Os programas voltados à solução dos graves problemas que se avolumam, no Paraná, com o acelerado processo de urbanização, ao lado de outros, que decorrem da inadequação das divisões regionais dos órgãos da administração pública às novas realidades da vida econômica, social e política do Estado, tiveram significativo impulso, em 1985.

A Secretaria do Planejamento concluiu as análises e pesquisas que vinha desenvolvendo, tendo em vista dotar o Estado de sistema coerente de representações interiorizadas dos diversos setores que compõem a administração pública estadual, capaz de propiciar: atuação articulada do Governo, em dimensão regional, mediante a integração do trabalho de cada unidade administrativa; compatibilização do planejamento setorial com as metas do Governo e com as necessidades da região administrativa; redução dos custos e aumento da eficácia dos serviços governamentais.

Atualmente, em conseqüência de um processo histórico de interiorização - promovido desordenadamente e ao livre arbítrio de cada um dos órgãos da administração do Estado, se bem que com o louvável propósito de levar seus serviços às comunidades - há um complexo de fatores fortemente limitantes de uma atuação

melhor coordenada do Governo, em seu conjunto, nessas regiões. Um desses fatores, e dos mais importantes, é a existência de divisões territoriais não-coincidentes, para as unidades regionais da administração estadual. A solução proposta, nesse projeto, para uma nova divisão administrativa do Estado, sugere, além da coincidência das áreas de atuação de todos os órgãos do Governo, a institucionalização de uma autoridade coordenadora central, ao nível da região, capaz de harmonizar as relações intersetoriais e coordenar a ação governamental, de maneira integrada e unitária: um enfoque novo e criativo para a solução dos problemas regionais, em última instância problemas da maior significação para o desenvolvimento equilibrado do Estado.

Ainda com relação ao desenvolvimento regional, é importante destacar o desempenho do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL) e do Programa de Ação Municipal (PrAM); o primeiro concebido para desencadear um processo de reordenação do espaço econômico e modificar as condições sociais de extensa área deprimida do território do Estado; o segundo, destinado a melhorar a infraestrutura urbana das cidades de médio e pequeno portes, através projetos previamente discutidos e apoiados pelo consenso das lideranças representativas da população.

O PRORURAL, reprogramado em 1984, após ampla discussão com as comunidades envolvidas em suas ações, foi novamente avaliado, em 1985, mediante reuniões, nas quais participaram mais de duas mil lideranças municipais e representantes comunitários dos 62 municípios da sua área de influência. Dessa análise resultou a proposta de reformulação das metas anteriormente estabelecidas, revisão de todos os projetos e ampliação dos programas de obras; o que só seria possível com a dilatação do prazo, de 5 de abril de 1986, inicialmente estabelecido pelo Banco Interame-

ricano de Desenvolvimento (BID) para os investimentos previstos.

O Governo negociou e conseguiu, daquela instituição financeira internacional, a prorrogação do contrato até 5 de janeiro de 1987. O adiamento permitirá o aproveitamento dos saldos existentes, principalmente em subprojetos sociais.

Os investimentos do PRAM, em 1985, totalizaram Cr\$ 175,3 bilhões, dos quais Cr\$ 115,5 bilhões representam a contrapartida estadual e Cr\$ 59,8 bilhões o equivalente a US\$ 9 milhões do Banco Mundial (BIRD), financiador do programa. Esse valor em dólares corresponde a 40% do previsto para 1985, percentual bem superior ao obtido em 1984: 21% em relação ao projetado. A utilização parcial dos recursos de empréstimo, nos dois exercícios, deverá resultar na dilação do prazo de implementação do programa, como forma de permitir a aplicação dos saldos. O Governo do Estado negociou, nesse sentido, com o BIRD, que avalizou a sugestão considerando-a exequível, dado que o rendimento obtido no Paraná está bem acima da média de programas da mesma natureza, sustentados pelo Banco em outras regiões.

Em função das medidas adotadas pelo Governo a partir de janeiro de 1985, relativamente à distribuição dos recursos financeiros do programa, 221 municípios já participavam, ao encerrar-se o exercício, na contratação de subempréstimos, 46% a mais que o previsto pelo BIRD no seu documento de avaliação do projeto. No decorrer de 1985, foram iniciadas 750 obras, com a geração de, aproximadamente, 10 mil empregos diretos.

O dramático processo de concentração urbana que ocorre na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), registrado com ênfase no estudo concluído, em 1984, pelo IPARDES, obriga o Governo a tratar com especial atenção o planeja-

mento do espaço urbano da Capital e sua vizinhança. Assim é que a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), órgão vinculado à SEPL, intensificou os estudos sobre as áreas conurbadas da região e desenvolveu uma série de projetos específicos. A conjugação desses elementos está subsidiando um programa de ação global para ser implementado nos próximos anos, com a urgência que a situação emergencial exige. A magnitude dos problemas a resolver requer volume de recursos superior à capacidade do Estado, razão pela qual o Governo já está negociando, com instituições internacionais de crédito, financiamentos privilegiados para os projetos em pauta.

Outro destaque nas ações empreendidas, em relação ao planejamento regional e urbano paranaense, é o trabalho desenvolvido para consolidar a ordenação do espaço urbano do litoral, problema que o Governo sempre teve de permeio com as suas preocupações. Em 1985, foi organizado o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, criado pelo Decreto no. 4.605, de 27 de dezembro de 1984, e montada sua Secretaria Executiva. Constituído de 11 membros natos - Secretários de Estado e Prefeitos da região - e 9 membros efetivos - representantes de entidades comunitárias - esse colegiado tem a função de assessorar a administração estadual na aplicação de normas relativas à ocupação do solo nas áreas especiais de interesse turístico e na solução de problemas correlatos. No desempenho de suas primeiras atividades, o Conselho contratou com o IPARDES, ao custo de Cr\$ 200 milhões, o estudo: Zoneamento da Serra do Mar e do Litoral Paranaense.

Especial atenção também mereceram outros programas de desenvolvimento regional e urbano, de grande significação para o Estado, tais como o METRONOR, o PRODOPAR e o PRONOROESTE. A dependência de recursos federais condicionou a ação do Estado, para dinamizar esses projetos.

Vários convênios e acordos estão sendo negociados, com a União, para viabilizá-los.

### 5.2.2 Ciência e Tecnologia

Foram propostas no Plano de Ação do Governo, entre as medidas para reorientar o processo de desenvolvimento do Estado, duas ações básicas no campo da Ciência e da Tecnologia:

- formulação e sustentação de uma política científica e tecnológica com prioridade ao desenvolvimento de capacidade própria de inovação; à incorporação de novas abordagens teóricas, relativas à chamada tecnologia apropriada; e ao fortalecimento de uma comunidade acadêmica, científica e técnica própria, no Estado;

- estímulo institucional e financeiro à experimentação de novas tecnologias, tanto no campo de ação do poder público, como no sistema produtivo privado, visando à disseminação de processos energéticos e ecológicos mais adequados.

Transformar essa intenção em realidade, em um país carente de recursos de toda ordem e numa conjuntura de crise econômica e social, como a dos últimos três anos, é tarefa nada fácil. A vontade política expressa naquele documento, que no caso em pauta traduz as expectativas de toda a comunidade científica e técnica do Paraná, foi posta em prática na medida em que uma ampla mobilização e um debate responsável permitiram conciliar opiniões, interesses e propósitos. Assim, só em fins de 1984 foi possível, com a somatória dos esforços do Governo e da sociedade, consubstanciar, com os Decretos no. 4.229 e no. 4.230, de 6 de novembro, a reestruturação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITEC). Caracterizou essa reforma a oportunidade de participação, aberta à totalidade dos segmentos da comunida-

de que atuam em atividades de ciência e tecnologia - destacando-se as faculdades isoladas e os trabalhadores na indústria e na agricultura -, ao lado de todas as Secretarias de Estado vinculadas à área.

Apesar da Secretaria Executiva estar trabalhando, desde 1984, na recepção de projetos, só após a nomeação dos conselheiros, pelo Decreto no. 5.977, de 23 de julho de 1985, iniciou-se o processo ativo de trabalho de seleção daqueles que poderiam merecer apoio do Governo. O saldo da ação desenvolvida pelo CONCITEC, no exercício, é positivo e animador. Foram analisados, em 1985, 134 pedidos de auxílio para projetos de pesquisa, oriundos de 18 instituições públicas e particulares; destes, 74 mereceram aprovação para receber auxílios, no valor total de Cr\$ 1,5 bilhão, nas seguintes áreas: 63 projetos de pesquisa, 6 edições de livros e 5 seminários.

Outra importante realização, em 1985, foi a elaboração do II Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Científico do Paraná, resultado de um amplo debate com a comunidade científica e tecnológica do Estado. Em dezembro, esse documento já se encontrava no prelo, para publicação.

### 5.2.3 Outras Ações de Planejamento

Conhecer a realidade do Estado e do País, mediante pesquisas e estudos conduzidos com rigor metodológico e base científica, é um dos instrumentos mais importantes para fundamentar qualquer ação de planejamento e, conseqüentemente, para orientar o desenvolvimento econômico, social e político.

Nesse sentido, inúmeros estudos, projetos, pesquisas e levantamentos estão sendo conduzidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), órgão

que realiza, rotineiramente, o trabalho de acompanhamento e análise da conjuntura da economia paranaense. Entre os mais importantes projetos em andamento, em 1985, destaca-se a pesquisa "Consolidação e Expansão da Agricultura de Alimentos no Estado do Paraná", que analisa as estratégias de desenvolvimento do cooperativismo, da agroindústria, da produção agrícola, do abastecimento e de outros segmentos desse setor fundamental da economia paranaense.

## 5.3 POLÍTICAS DE MEIOS ADMINISTRATIVOS

### 5.3.1 Arrecadação Geral do Estado

A arrecadação geral do Estado alcançou, em 1985, o valor de Cr\$ 6 trilhões, ingresso nominal superior em 340,6% ao de 1984. O crescimento real foi da ordem de 35,3%. As fontes de maior expressão na composição deste montante foram: receita tributária, com 63,9%; operações de crédito, com 20,4%; transferências federais, com 10,5%; e receita patrimonial, com 4,3%. Comparando-se este perfil com o exercício anterior, observa-se uma mudança significativa no peso relativo destas fontes, com destaque para as operações de crédito, que, anteriormente, contribuíram com 11,8% no total das entradas. As receitas obtidas por esta via tiveram um crescimento real de 133,9%, entre 1984 e 1985.

Outras receitas que registraram significativo desempenho foram a patrimonial, obtida, basicamente, com aplicações financeiras tanto de recursos do Tesouro como daqueles originários das amortizações de empréstimos concedidos aos municípios, via PRAM, com crescimento real de 85,7%; as transferências federais, cujo crescimento real, de 44,9%, deveu-se, em grande parte, à evolução positiva das entradas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Imposto de Renda retido na fonte.

Dentre os grupos das receitas mais significativas para o Estado, a menor taxa de cres-



cimento real deu-se na receita tributária: 18,4%; mesmo assim pode ser considerado um excelente desempenho, se confrontado com o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), de 8,9%, em 1985.

### 5.3.2 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias

O ICM contribuiu com 61,6% da receita orçamentária de 1985 com crescimento real de 18,8% sobre o ano anterior.

A avaliação do desempenho desse imposto é realizada mediante a análise do comportamento de três grandes agrupamentos: receita derivada da comercialização de produtos primários, receita oriunda da indústria e recolhimento do setor do comércio.

Vale registrar que a forma de apropriação dos dados baseia-se no processamento de documentos de arrecadação, e pode estar influenciada, cada ano, por resultados decorrentes de alterações na legislação (convênios/ICM e instruções/SEFI), na área tributária. Portanto, as taxas de crescimento obtidas no confronto, ano a ano, não refletem, necessariamente, o crescimento real experimentado pelas atividades econômicas setoriais específicas. Entretanto, os resultados obtidos são significativos, como indicadores globais.

O setor primário participou, em 1985, com 32,8% da arrecadação total do ICM; seu crescimento real foi de 9,6% em relação a 1984. Neste grupo, estão apropriadas as receitas oriundas dos produtos agropecuários e alguns derivados, dos quais são mais expressivos: café, com 30,8%, complexo soja - grãos, farelo e óleo - com 24,6%; trigo, com 15,1%; algodão, com 9%; milho, com 4,2%; bovino e suíno - em pé - com 8%. A taxa de crescimento real, de 1985 sobre 1984, está fortemente influenciada pelo café, trigo e óleo de soja; a receita

deste último provém do extorno de crédito na exportação.

Os recolhimentos da indústria, que participaram, em 1985, com 32,0% do total do ICM, tiveram um crescimento real de 22,6%, relativamente a 1984. Aqui estão apropriados todos os recolhimentos do imposto apurado em conta gráfica.

Participaram, significativamente, no conjunto da arrecadação deste setor, os seguintes gêneros: produtos alimentícios, com 20,4%, química, principalmente a indústria de óleos vegetais, com 14,1%; bebidas, com 10,9%, e minerais não-metálicos, com 9%. Quase todos os gêneros apresentaram crescimento real, com maior destaque para as indústrias de bebidas, rações, material elétrico e de comunicações, papel e papelão, e couros e peles; a indústria química e a de produtos alimentícios apresentaram crescimento real negativo.

Observou-se, em 1985, uma ampliação da participação do setor "comércio" na arrecadação do ICM. Em 1984, o peso da atividade foi de 33,9%, passando a 35,8% no último exercício. A variação real da receita foi de 15,4% em relação ao ano anterior. O perfil de contribuição foi o seguinte: comércio varejista, com 63,6%; atacadista, com 26,0%; e outras atividades, com 10,4%. As atividades que mais se destacaram no comércio varejista foram: veículos, peças e acessórios, com 35,6%; ferragem e material de construção, com 9%; artigos de vestuário e armarinhos, com 8,5%; e se-  
permercados, com 8%.

Destacaram-se no comércio varejista, por sua capacidade contributiva, os gêneros: produtos alimentícios, com 18,9%; cigarros e bebidas, com 18,6%; produtos metalúrgicos e materiais de construção, com 9,8%; e produtos químicos e farmacêuticos, com 8,2%. Registre-se que houve mudança na legislação, com a in-

trodução da figura do substituto tributário, fato que gerou, em alguns casos, recolhimento antecipado do ICM pela indústria e que influenciou para o aumento da contribuição da indústria de bebidas.

Em comparação a 1984, o comércio varejista apresentou um crescimento de 16% e o atacadista de 8,2%. Destacou-se, também, o comportamento do grupo "outras atividades" que, frente ao ano anterior, cresceu em 40,4%. Aqui, estão computados os recolhimentos efetuados pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP), que utiliza o regime de conta gráfica. O resultado positivo deve-se ao aumento das aquisições ao produtor, em 1985, em decorrência das condições pouco atrativas do mercado convencional e de mudança na legislação tributária.

### 5.3.3 Transferências Federais e Outras Receitas

Como já foi dito, o crescimento real de 44,9% das transferências federais foi influenciado pelas entradas do FPE e do Imposto de Renda retido na fonte.

O principal fator do crescimento real de 55,5% do FPE, que é formado com recursos federais a partir do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, foi a reativação da economia nacional, em 1985, e também a elevação das alíquotas sobre os rendimentos de capital.

O incremento real, de 69,8%, do Imposto de Renda retido na fonte pelos estados, é explicado, em parte, pela recomposição salarial dos empregados do Governo do Estado com elevação global da massa de salários desta categoria pelo aumento do quadro funcional nas faixas de maior remuneração, sobre as quais incidem alíquotas mais elevadas.

A reativação da economia nacional também influi sobre o desempenho dos ingressos a título de Salário-Educação, cujo crescimento real foi de 33,6%, pois o mesmo tem como fato gerador o valor da "Folha de Salário de Contribuição" das empresas comerciais, industriais e agrícolas, relativamente aos titulares, sócios, diretores e aos empregados.

Cabe destaque, ainda, ao comportamento do Imposto Único sobre Energia Elétrica, com um crescimento real de 38,3%, resultante do incremento da produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de energia elétrica, cuja demanda, pelos usuários, está correlacionada com o comportamento do PIB.

Além do desempenho da receita patrimonial, já explicitado, convém registrar o resultado atribuído à receita de serviços, que cresceu 7.377,1% em relação ao ano anterior. Aqui estão computadas, além das receitas do FEAP, as receitas de serviço do DETRAN, que ainda não estavam integrando o orçamento próprio da autarquia e que tiveram reajuste, no exercício.

#### 5.3.4 Execução Orçamentária da Despesa

A despesa realizada no exercício de 1985 totalizou Cr\$ 5.719.050 milhões, com crescimento real de 31% em relação a 1984. Setorialmente, a distribuição foi a seguinte: pessoal, com 46%; outras despesas correntes, com 18,9%; e capital, com 34,3%.

Comparando-se estes dispêndios com os observados na execução da despesa de 1984, tem-se uma mudança significativa de comportamento, visto que, anteriormente, as despesas com pessoal comprometiam 51,6% do orçamento e as outras despesas correntes e as despesas de capital foram dirigidos 20,7% e 27,7% dos recursos totais aplicados, respectivamente.

Em valores nominais de 1985, a folha de pessoal e encargos sociais atingiu Cr\$ 2.677.149 milhões, valor superior ao do exercício passado em 18,9%, em termos reais. O maior crescimento deu-se na área institucional, 32,9%, seguido da área econômica, com 23,7%, e da área social, com 11,1%.

As outras despesas correntes, no valor de Cr\$ 1.083 bilhões, cresceram 20,2%, em termos reais, em relação a 1984. Também as despesas de capital, da ordem de Cr\$ 1.959 bilhões, tiveram crescimento real de 61,9% relativamente ao ano anterior. Estão incorporados a esses valores os recursos destinados ao custeio dos serviços da dívida, tanto os encargos como as amortizações do principal. Deduzidas tais parcelas, as despesas correntes realizadas em 1985 baixam para Cr\$ 747 bilhões - aumento de 26,3% em relação a 1984 - e as despesas de capital também se reduzem a Cr\$ 1.425 bilhões, 39,8% a mais do que no ano anterior.

### 5.3.5 Administração da Dívida Pública

As operações de crédito realizadas em 1985 foram da ordem de Cr\$ 1,2 trilhão, recursos que se destinaram às seguintes áreas: rolagem do serviço da dívida em moeda estrangeira, Cr\$ 707,6 bilhões; saneamento, Cr\$ 39,2 bilhões; aumento de capital do BADEP, Cr\$ 37,3 bilhões; Programas Rodoviários Vicinais IV, Cr\$ 113,5 bilhões; BID/PRORURAL, Cr\$ 154,9 bilhões; BID/Rodovias Vicinais III, Cr\$ 141,9 bilhões; BID/PrAM, Cr\$ 47,9 bilhões.

As operações de crédito destinadas a investimentos totalizaram Cr\$ 534,3 bilhões, com obrigações contratuais que exigem contrapartida de recursos do Tesouro do Estado. Em virtude da não-existência, no mercado, de linhas de crédito de longo prazo, tornou-se difícil o acesso do Estado a recursos não vinculados para aplicação em seu orçamento, em pro-

jetos que não exijam contrapartidas. Os contratos assinados em 1985 mantiveram o mesmo perfil da dívida - com prazo médio de 17,2 anos - observado nos últimos exercícios.

Em 1985, os encargos da dívida interna e externa totalizaram Cr\$ 336 bilhões, correspondendo maior parcela - 75,8% - à externa. O incremento real desses dispêndios, em relação a 1984, foi de 8,6%. As amortizações foram da ordem de Cr\$ 534 bilhões, dos quais 55,2% relativos à dívida interna. As despesas totais efetuadas nesse item cresceram 183,9% em relação ao exercício anterior.

### 5.3.6 Administração Financeira de Programas Especiais

A administração dos recursos financeiros aplicados em programas em implementação no Estado tem obedecido, rigorosamente, às obrigações estipuladas nos contratos e às diretrizes do Plano de Ação do Governo, em especial a que recomenda austeridade, parcimônia e respeito pela coisa pública.

Pelo que representam, no contexto das ações voltadas ao desenvolvimento do Paraná, merecem referência os seguintes:

- BID III, programa iniciado em 1984, destinado à construção, restauração e recuperação, no prazo de 4 anos, de 700 km de estradas pavimentadas. O investimento global previsto é de US\$ 256,8 milhões, com contrapartida, do Estado, de US\$ 139,8 milhões. Em 1985, foram liberados Cr\$ 116,1 bilhões do BID e Cr\$ 114 bilhões do Tesouro do Estado.

- PARANA IV, iniciado em 1984, para construção de 316 km de rodovias vicinais pavimentadas, com financiamento do BNDES e do Banco Mundial no valor de US\$ 28 milhões. Em 1985, foram liberados Cr\$ 113 bilhões do BNDES

e Cr\$ 15 bilhões de contrapartida do Tesouro do Estado.

- PRORURAL, para projetos de apoio ao pequeno produtor rural, em municípios de regiões deprimidas. Utiliza recursos do BID, com valor contratado de US\$ 80 milhões e contrapartida do Estado de US\$ 96 milhões. Iniciado em 1981, tem vigência até 1986. Foram liberados, em 1985, Cr\$ 120,4 bilhões do BID e Cr\$ 87,3 bilhões do Tesouro do Estado.

- PRAM, destinado a promover o desenvolvimento de pequenas e médias cidades, com investimentos de US\$ 52,6 milhões do Banco Mundial (BIRD) e US\$ 97,6 milhões de contrapartida do Estado. Foi iniciado em 1983 e tem vigência até 1987. Foram liberados, em 1985, Cr\$ 44,9 bilhões do BIRD e Cr\$ 119,5 bilhões de recursos públicos estaduais - Tesouro do Estado e Municípios.

### 5.3.7 Servidores Públicos e Ações Administrativas

O Governo, que já havia concentrado esforços, nos exercícios de 1983 e 1984, para corrigir uma série de distorções e injustiças que penalizavam os servidores públicos paraenses, prosseguiu, na medida da capacidade do Tesouro do Estado, trabalhando nesse sentido. Como as principais vantagens, tanto no plano salarial como no dos direitos e prerrogativas funcionais, já haviam sido incorporadas ao patrimônio dos servidores de todas as categorias, nos exercícios de 1983 e 1984, os benefícios concedidos em 1985 representaram reajustes e correções, entre as quais se destacam: concessão de aumentos diferenciados entre 110,8% e 130,7% do INPC, beneficiando 117.256 servidores; absorção, ao quadro CLT do Estado, do pessoal celetista que recebia vencimentos graças a convênios com o IPARDES e a FIDEPAR, corrigindo a situação funcional anô-

mala de 1.182 pessoas; melhora na tabela de vencimentos da Procuradoria-Geral do Estado, beneficiando 269 servidores; redistribuição do pessoal, por tempo de serviço, no grupo ocupacional "profissional", atendendo a 360 profissionais; e elevação do percentual da verba de representação do magistério, ministério público e conselheiros, auditores e procuradores do Tribunal de Contas.

Dentre as outras providências adotadas no exercício, que beneficiam os servidores, destacam-se: instalação de mais um escritório regional de recursos humanos, em Maringá; ampliação da competência das Juntas de Inspeção e Perícia Médica, localizadas em 17 municípios, para conceder licença médica de até 30 dias, e não só 7, como anteriormente; expansão das oportunidades de aperfeiçoamento profissional, por meio dos cursos ofertados e das bolsas concedidas pela FIDEPAR, que beneficiam 4.404 funcionários.

A ação previdenciária, exercida pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE), também foi significativamente ampliada. Na área de saúde, a rede de farmácias de propriedade do Instituto foi ampliada, de 5 para 15, e o programa de interiorização dos serviços odontológicos estendeu o atendimento, nessa área, a 8 municípios. O programa da casa própria do servidor foi intensificado: no final do ano, estavam em construção 6 conjuntos residenciais, totalizando 1.015 habitações.

O Governo prosseguiu adotando medidas de racionalização dos serviços públicos. A Secretaria da Administração desenvolveu intensivo trabalho de pesquisa para fundamentar a criação de um sistema de informações centralizadas, nos principais municípios geradores de deslocamento interurbano de passageiros, de forma a ofertar lugares disponíveis em veículos e aviões da frota do Estado, com o objeti-



vo de racionalizar sua ocupação e movimentação. A exemplo do sistema adotado em Curitiba, que já se transformou em modelo nacional, espera-se, com a implementação desse novo serviço, reduzir significativamente os gastos com o transporte intermunicipal de passageiros que usam a frota oficial.

As conquistas do Paraná, nessa área, fizeram com que a Secretaria da Administração fosse convidada para fazer uma avaliação do sistema de transporte oficial de Brasília e sugerisse medidas para a racionalização do uso de veículos oficiais, nos moldes do que foi adotado no Estado.

O número de obras de construção sob responsabilidade da EMOPAR cresceu 310% e o de reforma e melhoramentos, 220%, em relação ao exercício passado. A empresa aplicou, em obras, projetos e serviços técnicos especiais, Cr\$ 132,4 bilhões.

### 5.3.8 Participação Comunitária

Os programas de ação comunitária que começaram, a ser implementados no Estado, desde 1983, têm a finalidade de mobilizar o potencial de trabalho das comunidades, principalmente as marginalizadas, para multiplicar o resultado da ação administrativa pública na produção de obras e na prestação de serviços a essas mesmas comunidades. Assim, quando se organiza um mutirão habitacional e se reduz, em mais de um terço, o custo da construção, a família que participou do processo é beneficiada com o preço menor que vai pagar pela casa própria e, também, com o sentimento que adquire de que aquele patrimônio foi conquistado com o próprio esforço, apesar do apoio do poder público. Estabelece-se, assim, uma nova relação entre comunidade e governo; ao mesmo tempo que o cidadão participa, ele se sente mais responsável e passa a exercitar com maior fre-

quência, e com mais responsabilidade, seu direito de crítica.

Foi para intensificar esse processo que se criou, em 1983, a Secretaria Especial para Assuntos Comunitários (SEAC). Os programas implementados pela SEAC incentivaram a organização da sociedade nas mais variadas formas. A avaliação desse trabalho e sua repercussão já foi feita, em nível internacional e nacional: o Instituto Goethe selecionou as experiências realizadas no Paraná para compará-las, em um seminário de nível internacional, com projetos alternativos que estão sendo ensaiados na Alemanha; a Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, indicou o Paraná, junto com outros dois estados brasileiros, para receber, de um fundo financeiro ligado ao Congresso dos Estados Unidos, recursos para aplicar em projetos alternativos.

Esse desempenho, e mais o compromisso assumido pelo Governo com os trabalhadores, para criar no Estado uma Secretaria do Trabalho, resultou na decisão de transformar a SEAC em Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários (SETC), o que foi feito pelo Decreto no. 5.386, de 30 de abril de 1985. A resposta a um questionamento quanto ao fato dessa Secretaria ter sido criada só dois anos depois de instalado o Governo, não é difícil. Apesar do relacionamento cordial mantido nos dois anos que antecederam a Nova República, com o Governo Federal de então, havia uma natural divergência, principalmente na área de relações do trabalho, que dificultava ao Estado receber, dos órgãos federais, uma série de delegações, sem as quais a atuação de uma secretaria de trabalho, precocemente criada, estaria fadada ao fracasso.

A experiência posterior, quando a situação mudou e o pensamento do Governo do Estado entrou em sintonia com a Administração Federal, somente confirma a premissa anterior. As-

sim, graças ao entendimento entre as áreas estadual e federal do governo, em pouco tempo a SETC teve condições de começar a estruturar-se, somando aos recursos do Estado os da União. O resultado desse entrosamento se reflete no desempenho do órgão, em 1985. Os recursos que lhe foram destinados no orçamento do Estado, de Cr\$ 4 bilhões, foram mais que triplicados com os repasses, no total de Cr\$ 9,4 bilhões, obtidos do Ministério do Trabalho e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, a nova Secretaria teve capacidade para aplicar Cr\$ 13,4 bilhões nos diversos programas de apoio ao trabalhador paranaense e às suas entidades clásticas.

Logo após sua instalação, a SETC recebeu a atribuição de dirigir o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Departamento do Trabalho do Paraná (DETEPAR), órgãos federais vinculados à intermediação de emprego e formação e treinamento de mão-de-obra. Também recebeu, do Governo do Estado, uma área construída, de 3.500 m<sup>2</sup>, de propriedade do Instituto de Assistência ao Menor e que abrigava o antigo CEDIT, e um terreno contíguo, com área de 50.000 m<sup>2</sup>, já destinada à construção de um grande centro de formação para o trabalho e para a cidadania.

A ação da SETC, em 1985, representou, portanto, uma continuidade ao trabalho da anterior SEAC. Assim, em prosseguimento à ação dos anos anteriores, nos programas de assistência - não paternalista - aos trabalhadores sem emprego, foram abertas, no decorrer do ano, 33 frentes de trabalho que utilizaram 264 desempregados na construção de 365 km de obras de saneamento e mais de 7.000 m<sup>2</sup> de recuperação de calçadas. O dispêndio com o pagamento dessa mão-de-obra totalizou Cr\$ 795 milhões.

Na construção de outras 41 obras, na periferia da Capital - 11 módulos policiais, 4 creches, 3 postos de saúde, 1 escola, 20 pon-

tes e passarelas - e na reforma de 88 escolas da rede municipal de ensino, mais de 100 desempregados também foram absorvidos.

A SETC empregou Cr\$ 456,4 milhões para apoiar a criação e dar assistência permanente às associações de trabalhadores autônomos: iniciativa também inédita, no País, como ação de governo. Já existem, no Paraná, 48 dessas entidades, reunindo cerca de 1.400 associados. Com estatuto jurídico, conseqüentemente, existência legal, elas se dedicam à prestação de serviços ou fabricação de produtos - lajotas, artefatos de cimento, e outros - e os rendimentos sustentam as famílias, antes sem nenhum recurso para a sobrevivência.

Na mesma linha de ação, o Governo tem mantido convênios com as prefeituras, para instalar e apoiar a manutenção de atividades produtivas comunitárias - fábrica de sabão, de confecções, lavanderias, oficinas mecânicas, e outras - visando assegurar trabalho remunerado às famílias. Em 1985, foram aplicados Cr\$ 122 milhões, para instalação de 100 hortas comunitárias, em 22 municípios; Cr\$ 81 milhões, para sítios comunitários em 6 municípios; Cr\$ 25,8 milhões, para viveiros comunitários em 2 municípios; e Cr\$ 398,3 milhões, para aquisição e manutenção de 10 vacas mecânicas em 12 cidades do Interior. Em alguns sítios comunitários se instalaram famílias de bóias-frias, como no caso de Santa Isabel do Oeste, onde são beneficiadas mais de 300 pessoas.

Outras ações, no incentivo à participação comunitária, resultaram em: construção de 9 centros comunitários, em 5 municípios, com investimento de Cr\$ 156,7 milhões; mutirões para realização de obras com emprego de mão-de-obra desempregada, em 9 municípios, com inversão de Cr\$ 247 milhões; repasse de Cr\$ 490 milhões para 39 entidades sindicais organizarem cursos e outros eventos; repasse de Cr\$ 169,7 milhões para capacitação de lideranças, ao nível muni-

cipal, formação de comissões de saúde, núcleos comunitários, e outros.

## 6. APÊNDICE ESTATÍSTICO

## 2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Quadro 2.1.1

PRODUÇÃO DE OBRAS - 1985

Discriminação	Concluídas	Em Andamento
Pavimentação (km)	250,9	709,8
Restauração ou Rejuvenescimento de Pavimento (km)	464,0	132,0
Revestimento Primário	3.755,0	790,0
Obras-de-Arte Especiais (pontes) (m)	4.638,5	2.140,8
Construção de Prédios Públicos (m2)	5.257,2	1.511,9
Projetos de Engenharia (km)	1.740,7	1.292,4

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.2

Rede de Manutenção a Cargo do DER - 1985

Leito Estradal	Em km		
	Estadual	Federal Delegada	Total
Pavimentado	7.234,4	2.015,3	9.249,7
Revestido	2.934,3	138,0	3.072,3
Leito Natural	802,0	15,5	817,5
<b>Total</b>	<b>10.970,7</b>	<b>2.168,8</b>	<b>13.139,5</b>

Fonte: SETR/DER



Quadro 2.1.3

Serviços de Restauração de Pavimento - Concluídos - 1985

			Em km
Rodovia	Trecho	Tipo de Serviço	Extensão
PR-427	Lapa - Campo do Tenente	Rest. de Pavimento	35,2
PR-317	Campo Mourão - Rio Ivaí (*)	Rest. de Pavimento	50,4
PR-469	Pato Branco - Itapejara do Oeste	Rest. de Pavimento	32,1
PR-323	Warta - Sertãoópolis - Porto Charles Nauffal (**)	Rest. de Pavimento	51,7
PR-151	Castro - Pirai do Sul (Inclusive Acesso a Castro e Carambeí (**))	Rest. de Pavimento	28,0
PR-239	Jaguariaíva - Sengês (Div.PR-SP) (**)	Rest. de Pavimento	52,1
Estaduais	Diversos	Rest. e Rejuvenescimento do Pavimento	214,5
<b>Total</b>			<b>464,0</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Financiamento BIRD

(\*\*) Financiamento BID

Quadro 2.1.4

Serviços de Restauração de Pavimento - Em Andamento - 1985

			Em km
Rodovia	Trecho	Tipo de Serviço	Extensão
PR-364	Terra Roxa - Palotina (*)	Rest. de Pavimento	33,8
Estaduais	Diversos	Rest. e Rejuvenescimento do Pavimento	98,2
<b>Total</b>			<b>132,0</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Financiamento BID

Quadro 2.1.5

Programa Pró-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Concluídas - 1985

Trecho (Município)	Em km Extensão
Rod. 001 - PR-407-Entr. 304 (Paranaguã)	5,00
Rod. 604 - Entr. 304 - Entr. 606 (Paranaguã)	2,50
Rod. 607 - Entr. 304 - R. Cachoeira (Paranaguã)	5,00
Rod. 304 - Rio das Pombas - Pai Antonio (Paranaguã)	8,50
KJ 201 - Vera-Guarani - L. Dr. Linhares (Paulo Frontin)	8,90
KJ 002 - Santana - BR-153 (Paulo Frontin)	3,30
KJ 204 - São Roque - Rio Iguazu (Paulo Frontin)	8,00
Entr. PR-160 - Entr. TB 404 (Telêmaco Borba)	7,90
Campina do Juca Pedro - Imbaú (Telêmaco Borba)	5,60
Entr. PR-160 - Entr. Camp. do J. Pedro (Telêmaco Borba)	3,60
PR-090 - Lageado (Campo Largo)	22,00
BR-476 - Fazenda - Capinzal (Araucária)	16,00
DT-407 - Campestre - Camp. das Pedras (Araucária)	7,00
DT-405 - Rio Verde (Araucária)	8,00
Rio Verde - Colônia Cristina (Araucária)	6,50
Entr. S. Pedro - Assungui - Licurgo (Rio Branco do Sul)	26,00
Balsa Assungui - S. Pedro (Rio Branco do Sul)	14,50
São Pedro - Bonfim (Rio Branco do Sul)	2,00
Serraria Fuck - Div. Mallet (Cruz Machado)	15,00
Aparecida - Linha Mazzo (União da Vitória)	5,80
Santa Antonio - Aparecida L. Mazzo (União da Vitória)	14,20
Encruzilhada - Porto Almeida (União da Vitória)	5,50
KI 404 - BR-476 - Rio Vermelho (Paula Freitas)	12,50
João XXIII - Faz. Primavera (Bocaiúva do Sul)	29,90
Sede - Barra Bonita (Cerro Azul)	11,00
Cerro Azul - Mato Preto (Cerro Azul)	22,00
Rio do Quebra - Fazenda dos Padres (Antonina)	5,00
Vista do Angico - Rio do Cedro (Antonina)	11,00
Rio do Cedro - Porto das Moças (Antonina)	5,00
Rio do Cedro - Fazenda Isfer (Antonina)	4,00
Rio Pequeno - Estr. do Quebra (Antonina)	5,50
Entr. EV - 007 - Div. Ivaiporã (Cândido de Abreu)	12,20
Entr. EV - 007 - Gleba G (Cândido de Abreu)	12,10
Núcleo Jacaré - Entr. PRT-487 (PRT-487) (Cândido de Abreu)	21,40
Primavera - Marmeleiro (Almirante Tamandaré)	6,10
Marmeleiro - Pacotuba (Almirante Tamandaré)	5,10
Campo Novo - São Sebastião (Almirante Tamandaré)	7,30
Campina de Santa Rita - Barra (Almirante Tamandaré)	3,50
Acesso Capivari - Morro da Santa (Colombo)	1,50

(Continua)

Quadro 2.1.5

Programa Pró-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Concluídas - 1985

(Continuação)	Em km
Trecho (Município)	Extensão
Cercadinho - Ribeirão das Onças (Colombo)	2,50
Ligação Entr. da Gruta - Cercadinho (Colombo)	5,60
São João - Fervida (Colombo)	2,50
Ligação Estr. Grutas - S. Sebastião (Jacu) (Colombo)	1,50
Estr. Itajacuru - Santa Gema (Colombo)	3,80
Itajacuru - São Sebastião (Colombo)	2,00
Santa Gema - Pedreira do Greca (Colombo)	1,50
Estr. Itajacuru - Olaria (Colombo)	1,00
Sede - Rio do Poço (Quitandinha)	8,10
Divisa Lapa - Igreja (Quitandinha)	10,60
Catanduva - Capoeira Grande (Contenda)	8,50
DM204 - Sede - Água A. de Cima (Antonio Olinto)	22,00
Div. Palmeira - Doutor Jacinto (Porto Amazonas)	3,20
Sede - Fazenda Valente (Porto Amazonas)	4,20
Vieras - Div. São João do Triunfo (Palmeira)	10,60
Rincão do Coxo - Encruzilhada (Palmeira)	7,60
PRT-280 - Rio Chopim (Clevelândia)	16,80
São Francisco - Palmital - P. Branco (Clevelândia)	14,20
BR-476 - Div. Antonio Olinto (Lapa)	10,50
São Bento - Butiã de Baixo (Lapa)	6,50
Lavrinha - São Bento (Lapa)	24,30
IN 306 - Mallet - Santa Cruz (Mallet)	12,80
IN 302 - Mallet - Lageado (Mallet)	10,80
Boa Vista - C. dos Maias - Piên - Div. SC (Piên)	5,50
Campina dos Maias - Poço Frio (Piên)	5,20
Poço Frio - Div. Rio Negro (Piên)	8,70
Lagoa Martins - Serraria (Piên)	1,50
Poço Frio - Poço Frio Moreira (Piên)	4,60
Poço Frio Moreira - Quicê - Div. Quitandinha (Piên)	6,70
HE-004 - Dallegrove - R. Potinga (Inácio Martins)	5,00
Rio Iapô - Capinzal (Piraí do Sul)	15,00
Entr. OR 003 - Barreiro - Entr. OR 003 (Tibagi)	5,10
J. Baron - Gaias (Tibagi)	8,80
PR-090 (Barro Preto) - Sapê (Tibagi)	10,30
Entr. PRT-487 - Santo Antonio (Cândido de Abreu)	10,00
BR-376 - Xaxim (Tijucas do Sul)	21,00
Campestre - Tropeiraba (Tijucas do Sul)	6,00
Palmito Tarumã - Div. Santa Catarina (Agudos do Sul)	5,50
Pavãozinho - Lavra (PR-281 - km 12) (Agudos do Sul)	11,00

(Continua)

Quadro 2.1.5

Programa Prô-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Concluídas - 1985

(Continuação)	Em km
Trecho (Município)	Extensão
Tarumã - Taquara Lisa (Agudos do Sul)	16,50
Estrada do Batuva - Rio Verde (Guaraqueçaba)	1,50
Candonga - Serra Canasvieiras - JM 103 (Morretes)	5,50
JM 402 - Rio Bom Jardim - JM 203 (Morretes)	3,50
JM 203 - Pitinga - JM 402 (Morretes)	2,50
Água Clara - Div. São José (Piraquara)	3,60
Água Clara - Botiatuba (Piraquara)	3,20
PR-405 - Assungui (Guaraqueçaba)	4,20
JM 401 - Mundo Novo do Saquarema (Morretes)	2,00
JM 003 - Rio Bromado - Pau Oco (Morretes)	4,00
JM A - JM 003 - JM 002 (Morretes)	6,00
Itajacuru - PR-417 (Rodovia da Uva) (Colombo)	2,60
Itajacuru - Rua Jacob Bertolin (Colombo)	1,00
Rua Jacob Bertolin (Colombo)	1,50
São Sebastião - Embrapa (Colombo)	2,40
Sede - São Pedro (Contenda)	10,50
Trecho Dentro da Lapa (Lig. Balsa Nova) (Contenda)	6,00
Laranjeiras - Div. São José (Piraquara)	8,40
Matulão - Pinhal dos Borges (Tijucas do Sul)	9,00
BR-476 - Guajuvira (Araucária)	11,00
Estrada do Teco (Balsa Nova)	2,50
Sede - Bugre (Balsa Nova)	10,50
Sede - Divisa Araucária (Balsa Nova)	6,40
Rodeio Chapada - Sede (Balsa Nova)	6,30
Div. Araucária - Pedro Kotovski (Balsa Nova)	2,00
Lageado Liso - Rio do Couro (Cruz Machado)	6,00
Sede - Prainha (Porto Vitória)	5,50
DM-101 - Butiã de Baixo - Div. Lapa (Antonio Olinto)	10,30
Sede - Buriti - Div. Rio Negro (Campo do Tenente)	13,00
BR-116 - Lageado Caçador (Rio Negro)	31,00
Guaiaca - Palmira - Cox. das Ameixeiras (São João do Triunfo)	17,00
Rio do Baile - Santo Antonio (Cândido de Abreu)	14,90
Entroncamento PRT-487 - Arroio Grande (Ipiranga)	3,80
Entroncamento PRT-487 - Pombal (Ipiranga)	6,60
Rio Charqueado - Entroncamento BR-376 (Telêmaco Borba)	4,40
Banhadão - Briolândia - R. Apucarana Grande (Ortigueira)	45,00
PR-090 - Piraí Mirim (Piraí do Sul)	17,40
PR-092 - Cerrado das Cinzas (Arapoti)	7,00
Entroncamento PR-151 - Matarazzo - Cachoeira - Lanças - Faxinal (Jaguariaíva)	48,50
BR-277 - Cruz Vermelha (Iratí)	1,60
Sede - Morro Verde (Mangueirinha)	17,70
Lageado - Encruzilhada J. Franco (Campo do Tenente)	4,00

(Continua)

Quadro 2.1.5

Programa Prô-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Concluídas - 1985

(Continuação)		Em km
Trecho (Município)		Extensão
NY 202/413 - Sede - Div. Rio Azul (São Mateus do Sul)		19,00
PR-090 - Boa Vista (Assentamento) (Castro)		8,00
PR-092 - Serra do Leão (Arapoti)		5,90
Imbituva - Fazenda Dallegrove (Imbituva)		6,00
Rio do Couro - Fax. do Rio do Couro (Irati)		13,00
PR-405 - Batuva (Guaraqueçaba)		12,50
<b>Total</b>		<b>1.147,60</b>

Fonte: SETR/DER

Programa Pró-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Em Andamento - 1985

Trecho (Município)	Em km Extensão
Butiã de Baixo - Butiã (Lapa)	6,30
Batuva - Div. São Paulo (Guaraqueçaba)	2,00
Estr. do Quajajara - Espigão das Onças (Mandirituba)	8,50
Santo Amaro - Lagoa dos Ferreiras - Espigão das Onças (Mandirituba)	9,00
Espigão das Antas - Pedra Preta (Mandirituba)	2,60
Coronel Domingos Soares - R. Iguçu (Palmas)	40,00
Sede - Jaciaba - Div. Cândido de Abreu (Prudentópolis)	90,00
Colônia Maciel - Paiol do Fundo (Palmeira)	4,50
Kalinoski - Violas (Teixeira Soares)	21,00
Fazenda Diavan - Barro Preto (Imbituva)	13,00
Elias - Marumbi dos Ribeiros - Taquari (Rio Azul)	26,80
JM-407 - PR-411 - Colônia Marques (Morretes)	5,00
BR-476 - Campina - Entroncamento Salto do Santa Rita (Bocaiúva do Sul)	15,00
PR-281 - Lagoa dos Pretos - Palmito (Agudos do Sul)	9,60
Estrada da Graciosa - Palmitalzinho - BR-116 (Quatro Barras)	9,00
Rib. do Tigre (BR-116) - Graciosa - R. do Meio (Quatro Barras)	6,40
Entroncamento Est. Pangaré - Ganchinho - Quicê - Doce Fino (Quitandinha)	12,70
Linha São Miguel (Porto Vitória)	5,40
GN-101 - Jangada do Sul - Santa Lúcia (General Carneiro)	9,00
NY-306 - Lageado - Porto Ribeiro (São Mateus do Sul)	10,80
Ipiranga - Fazendinha (Ipiranga)	11,70
Entroncamento BR-376 - Palmital - Rosário - Rio do Peixe - Div. Grandes Rios (Ortigueira)	32,00
Reserva - Mirins (Reserva)	7,40
Socavão - Div. Rio Branco do Sul (Castro)	32,20
Miolinho - Porto Felício (Sengês)	5,20
Mandaçaria - Santa Bárbara (Palmeira)	7,00
Violas - Fazenda das Almas (Teixeira Soares)	8,60
Serra Papoa (Irati)	7,80
Volta do Morro Verde II (Mangueirinha)	7,00
KI 306 - BR-476 - Vargem Grande (Paula Freitas)	3,00
Mata do Chiqueiro (Balsa Nova)	3,50
Entr. PRT-487 - Espigão Grande (Ipiranga)	4,60
Passo do Pupo - Princ. do Ribeirão (Ponta Grossa)	23,10
NY-001 - Espigãozinho - Água Branca (São Mateus do Sul)	8,00
NY-404 - Entr. PR-364 - Caitã (São Mateus do Sul)	11,90
NY-501 - Entr. PR-364 (Estiva) Mourão (São Mateus do Sul)	8,00
NY-302 - Colônia Taquaral - Taquaral dos Bugres (São Mateus do Sul)	8,00

(Continua)

Quadro 2.1.6

Programa Prô-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Em Andamento - 1985

(Continuação)	Em km
Trecho (Município)	Extensão
Espigãozinho - Maria Clara (São Mateus do Sul)	7,40
Nova Restinga - PR-427 (Porto Amazonas)	5,30
Restinga - Boqueirão (Porto Amazonas)	8,70
Estrada do Perau (Adrianópolis)	38,00
<b>Total</b>	<b>555,00</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.7

Programa Prô-Rural - Obras-de-Arte  
Concluídas - 1985

Obstáculo (Município)	Em m Extensão
Rio Buriti (Campo do Tenente) (*)	6,5
Rio Lajeado do Tigre (Antonio Olinto) (*)	6,4
Rio Barreiro (São Mateus do Sul) (*)	8,0
Rio Azul (Rio Azul) (*)	9,6
Ponte s/o rio Iraizinho (Piraquara) (**)	14,0
Ponte s/o rio Saí-Guaçu (Barra do Saí) (**)	40,0
Ponte s/o rio Iratim (Palmas) (**)	90,0
Ponte s/o rio Barigüi (Almirante Tamandarê) (**)	25,0
Ponte s/o rio Braço Potinga (Rio Azul) (**)	35,0
Ponte s/o rio dos Antonio (Iratí) (**)	31,0
Ponte s/o rio Farias (General Carneiro) (**)	54,0
Rio Charqueada (Mallet) (*)	9,7
Rio Vargem Grande I (Paula Freitas) (*)	12,0
Rio Vargem Grande II (Paula Freitas) (*)	12,0
Rio Cabeçudo (Lapa) (*)	5,4
Rio Água Amarela (Antonio Olinto) (*)	9,7
Rio Bateias (Piraí do Sul) (*)	5,5
Rio Passa Três (Rio Negro) (*)	12,0
Rio Vaú (São Mateus do Sul) (*)	6,0
Rio Praia Grande (Quitandinha) (*)	2,2
Ponte s/o rio Atuba (Colombo) (**)	12,0
Rio Turvo (São Mateus do Sul) (*)	11,0
Rio Piquira (Ortigueira) (*)	8,0
Rio Jararaca (Paula Freitas) (*)	10,0
Rio Taquara Nova (Araucária) (*)	8,0
Rio Guaraúna (Palmeira) (*)	12,0
Rio da Barra (Jaguariaíva) (*)	9,7
Rio Amaro (Teixeira Soares) (*)	8,1
Rio Butiã (Jaguariaíva) (*)	9,7
Rio Piraí (Piraí do Sul) (*)	12,0
Rio Sem Nome (Araucária) (*)	6,4
Rio Ubazinho (Cândido de Abreu) (*)	5,4
Rio Limeira (Cândido de Abreu) (*)	3,4
Rio Palmital (Lapa) (*)	4,4
Rio Areia Preta (Reserva) (*)	5,4
<b>Total</b>	<b>519,5</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Correntes

(\*\*) Especiais



Programa Pró-Rural - Obras-de-Arte  
Em Andamento - 1985

Obstáculo (Município)	Extensão
Ponte s/o rio da Areia (Cruz Machado) (**)	90,0
Ponte s/o rio Piraquara (Piraquara) (**)	22,0
Ponte s/o rio Açungui (Rio Branco do Sul) (**)	50,0
Ponte s/o rio Açungui (Campo Largo) (**)	26,0
Ponte s/o rio Bromado (Morretes) (**)	30,0
Ponte s/o rio do Burro (Ortigueira) (**)	23,0
Rio Herval (Bituruna) (*)	12,0
Rio Barra do Jaguatirica (Cerro Azul) (*)	7,0
Rio Capivari (Ipiranga) (*)	8,0
Rio Paiol (Ipiranga) (*)	5,1
Rio Jararaca (Inácio Martins) (*)	4,4
Ponte s/o rio Passa Dois (Lapa) (**)	24,0
Rio do Meio (Quatro Barras) (*)	8,0
Rio São Miguel (Inácio Martins) (*)	5,4
Ponte s/o rio Capivari (Tibagi) (**)	20,0
Ribeirão Barra do João Gordo (Cerro Azul) (**)	9,0
Ponte s/o rio Água Quente (Rio Azul) (**)	25,0
Rio Faisqueira (Antonina) (*)	9,6
<b>Total</b>	<b>378,5</b>

Fonte: SETR/DER  
 (\*) Correntes  
 (\*\*) Especiais

Quadro 2.1.9

Resumo do PRAM - 1985

Discriminação	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões	
	Municípios	Valor
Moeda Corrente	77	9.982,3

Fonte: SETR/CPMTE

Quadro 2.1.10

Comparativo do PRAM - 1984/1985

Anos	1984	1985
Municípios Atendidos	27	77
Valor (Cr\$ milhões)	299,1	9.982,3

Fonte: SETR/CPMTE

Programa Prô-Pontes - Obras-de-Arte Especiais  
Concluídas - 1985

Obstáculo (Município)	Em m Extensão
Ponte s/o rio Congonhas (Nova América da Colina)	54,0
Ponte s/o rio Paranavaí (Paraíso do Norte)	18,0
Ponte s/o rio Xambê (Iporã)	47,0
Ponte s/o rio Suruquã (Paranavaí)	12,0
Ponte s/o rio Fartura (Siqueira Campos)	9,0
Ponte s/o rio Ribeirão das Antas (Rio Bom)	20,0
Ponte s/o rio Marumbi (Marumbi)	23,0
Ponte s/o rio São Tomé (São Tomé)	10,0
Ponte s/o rio Marilena (Marilena)	23,0
Ponte s/o rio Chapecô (Paigandu)	23,0
Ponte s/o rio Areia Branca (Marilena)	23,0
Ponte s/o rio São Francisco (Guaraniagu)	30,0
Ponte s/o rio Jacutinga (Coronel Vivida)	23,0
Ponte s/o rio Vorã (Goio-Erê)	10,0
Ponte s/o rio Tricolor (Mamborê)	30,0
Ponte s/o rio Ribeirão Grande (Santa Amélia)	25,0
Ponte s/o rio Marrecas (Turvo)	68,0
Ponte s/o rio das Cinzas (Andirá)	139,8
Ponte s/o rio das Antas (Maria Helena)	25,0
Ponte s/o rio Ligeiro (Jussara)	50,0
Ponte s/o rio Sarandi (Salgado Filho)	40,0
Ponte s/o rio dos Índios (Cianorte)	40,0
Ponte s/o rio Pato Branco (Mariópolis)	25,0
Ponte s/o rio Adelaide (Catanduvas)	23,0
Ponte s/o rio Barra Grande (Prudentópolis)	37,2
Ponte s/o rio Apucarantina II (Londrina)	21,9
Ponte s/o rio Piquirizinho (Corbélia)	23,0
Ponte s/o rio Pacu (Guaraci)	20,0
Ponte s/o rio Capim (Florestópolis)	20,0
Ponte s/o rio Tigre (Jataizinho)	12,0
Ponte s/o rio Guaçu I (Toledo)	23,0
Ponte s/o rio Guaçu II (Toledo)	18,0
Ponte s/o rio Bandeirantes (Colorado)	35,0
Ponte s/o rio Poço Preto (Mariópolis)	25,0
Ponte s/o rio da Paz (Cascavel)	35,0
Ponte s/o rio São Camilo (Palotina)	18,0
Ponte s/o rio Goio-Erê (Janiópolis)	60,0
Ponte s/o rio Limeira (Grandes Rios)	22,0
Ponte s/o rio Formoso (Campo Mourão)	6,5

(Continua)

Programa Prô-Pontes - Obras-de-Arte Especiais  
Concluídas - 1985

(Continuação)	Em m
Obstáculo (Município)	Extensão
Ponte s/o rio das Lontras (Barbosa Ferraz)	50,0
Ponte s/o rio do Moleque (Francisco Alves)	25,0
Ponte s/o rio Coroa do Frade (Terra Rica)	20,0
Ponte s/o rio Itapiracuí (Cidade Gaúcha)	30,0
Ponte s/o rio das Antas (Lupionópolis)	12,0
Ponte s/o rio Iacanga (Altônia)	12,0
Ponte s/o rio Natureza (Wenceslau Braz)	10,0
Ponte s/o rio do Peixe (Nova Cantu)	30,0
Ponte s/o rio Adelaide (Catanduvas)	28,0
Ponte s/o rio Figueirinha (Figueira)	7,0
Ponte s/o rio Santo Inácio (Nossa Senhora das Graças)	20,0
Ponte s/o rio Pau D'Alho (Santo Antonio da Platina)	23,0
Ponte s/o rio Verde (Cafelândia)	18,0
Ponte s/o rio Jangada I (Umuarama)	11,0
Ponte s/o rio Ocoí (Medianeira)	50,0
Ponte s/o rio Cotegipe (Realeza)	70,0
Ponte s/o rio Jacaré (Alto Piquiri)	35,0
Ponte s/o rio São Bento (Barracão)	35,0
Ponte s/o rio Negreiro (Renascença)	30,0
Ponte s/o rio Quietão (Coronel Vivida)	25,0
Ponte s/o rio Girau Alto (Dois Vizinhos)	8,1
Ponte s/o rio Arurão (Peabiru)	25,0
Ponte s/o rio Vitorino (Pato Branco)	50,0
Ponte s/o rio Carajá (Ubiratã)	30,0
Ponte s/o rio Pirapô (Uniflor)	60,0
Ponte s/o rio Capivari (Chopinzinho)	40,0
Ponte s/o rio Cotegipe (Ampêre)	35,0
Ponte s/o rio Congonhinhas (Congonhinhas)	12,0
Ponte s/o rio das Antas (Grandes Rios)	33,0
Ponte s/o rio Dois Irmãos (São João)	30,0
Ponte s/o rio Verê (Verê)	25,0
Ponte s/o rio Jangada (Guaiporã-Jangada)	25,0
Ponte s/o rio Taquara (Londrina)	38,4
Ponte s/o rio Guarapuavinha (Francisco Beltrão)	16,0
Ponte s/o rio Marrecas (Francisco Beltrão)	65,0
Ponte s/o rio Capão Grande (Pinhão)	14,3
Ponte s/o rio Água Cambuta (Borrazópolis)	12,0
Ponte s/o rio Faturinha (S. do Itararé)	27,0
Ponte s/o rio Santana (Francisco Beltrão)	54,0

(continua)

Programa Prô-Pontes - Obras-de-Arte Especiais  
Concluídas - 1985

(Continuação)

Em m

Obstáculo (Município)	Extensão
Ponte s/o rio Tenente (Porecatu)	30,0
Ponte s/o rio Liso (Planalto)	30,0
Ponte s/o rio São João (Cascavel)	25,0
Ponte s/o rio São João II (Guarapuava)	23,0
Ponte s/o rio Apucarantina (Londrina)	27,0
Ponte s/o ribeirão do Salto (Jesuítas)	18,0
Ponte s/o rio Branco - Rio da Prata (Londrina)	18,0
Ponte s/o rio Cambarã (São Pedro do Ivaí)	25,0
Rio Dama (Realeza) (*)	4,4
Rio Córrego da Saúde (Uraí) (**)	6,5
Rio Grajaú (Lobato) (*)	2,8
Rio Água Mineira (Itambê) (*)	4,4
Rio Cachoeira (Guarapuava) (*)	9,6
Rio Azul (Umuarama) (*)	9,6
Rio Cinco de Novembro (Palotina) (*)	5,4
Rio Ô (Santa Fê) (*)	10,0
Rio do Cedro (Missal) (*)	10,0
Rio Iporanga (Itambê) (*)	4,4
Rio Água do Pingüim (Tapejara) (*)	6,4
Rio Baú (Guarapuava) (*)	11,0
Rio Ernesto (Pitanga) (*)	5,0
Rio Butu (Cêu Azul) (*)	12,0
Rio Timburi (Quatiguã) (*)	12,0
Rio Boa Esperança (Siqueira Campos) (*)	6,0
Ribeirão das Maitacas (Sertaneja) (*)	8,1
Ribeirão Bonito (Quatiguã) (*)	9,0
Rio Água Fria (Siqueira Campos) (*)	11,0
Rio dos Veados (Santa Mariana) (*)	12,0
Rio Córrego do Tigre (Nova Cantu) (*)	5,4
Rio Barro Preto (Astorga) (*)	11,0
Córrego Gaúcho (Pranchita) (*)	8,0
Rio dos Patos (Pranchita) (*)	10,0
<b>Total</b>	<b>2.698,2</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Obras-de-Arte Correntes

Programa Prô-Pontes - Obras-de-Arte Especiais  
Em Andamento - 1985

Em m

Obstáculo (Município)	Extensão
Ponte s/o rio Itacolomi (Kalorê)	30,0
Ponte s/o rio Divisa	12,0
Ponte s/o rio Tapera (Laranjeiras do Sul)	50,0
Ponte s/o ribeirão dos Veados (Leópolis)	20,0
Ponte s/o rio Quietão (Nova Prata do Iguaçu)	20,0
Ponte s/o rio Cotegipe (Salto do Lontra)	54,0
Rio Nova Prata (Nova Prata do Iguaçu) (*)	4,4
Rio Grápia (Nova Prata do Iguaçu) (*)	12,0
Ponte s/o rio Capricórnio (Nova Olímpia)	25,0
Ponte s/o ribeirão do Corvo (Terra Rica)	30,0
Ponte s/o rio São Francisco Falso-Braço Sul (Vera Cruz do Oeste)	30,0
Ponte s/o rio Interventor (Munhoz de Mello)	23,0
Ponte s/o rio das Barras (Roncador)	12,0
Ponte s/o rio Barra Grande (Três Barras do Paraná)	25,0
Rio Vermelho (Conselheiro Mairinck) (*)	10,0
Ponte s/o rio Capanema (Santo Antonio do Sudoeste)	65,0
Rio Faxina (São Jorge do Oeste) (*)	6,4
Rio das Pombas (Santana do Itararé) (*)	12,0
Rio Cabrito (Sapopema) (*)	10,0
<b>Total</b>	<b>450,8</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Obras-de-Arte Correntes

Quadro 2.1.13

Programa Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Pavimentação  
Concluídas - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PRT-158	Vitorino - Divisa PR-SC	12,4
PR-568	Verê-Águas do Verê (*)	15,7
PR-281	BR-376 - Tijucas do Sul (*)	18,5
PR-559	Paraíso do Norte - Mirador	18,2
PR-151	Porto Emigdão - Ribeirão Claro	12,9
PR-585	Toledo - Vera Cruz do Oeste (Lote 1)	21,5
PR-585	Toledo - Vera Cruz do Oeste (Lote 2)	20,7
PR-090	Ibiporã - Sertãoópolis	26,0
PR-180	Cafelândia do Oeste - Nova Aurora	16,4
PR-451	Marialva - Aquidaban	16,2
<b>Total</b>		<b>178,5</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Pavimentação poliédrica

Quadro 2.1.14

Programa Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Pavimentação  
Em Andamento - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-317	Santa Fé - Nossa Senhora das Graças	14,0
PR-446	Porto Vitória - BR-153 (Lote 1) (*)	7,7
PR-446	Porto Vitória - BR-153 (Lote 2) (*)	7,6
PR-468	Ivatê - Serra dos Dourados - Umuarama	46,5
PRT-487	BR-373 - Ipiranga	23,0
PR-562	Vista Alegre - Coronel Vívida	18,4
PR-562	São João - Vista Alegre	12,8
<b>Total</b>		<b>130,0</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Pavimentação poliédrica

Quadro 2.1.15

Programa Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Concluídas - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-456	Palmital - Entroncamento PR-460	63,6
<b>Total</b>		<b>63,6</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.16

Programa Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Em Andamento - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-484	Três Barras - Rio Guarani (Lote 1)	7,3
PR-484	Rio Guarani - PR-473 (Quedas do Iguaçu)	23,1
Municipais	Diversos (Adm. Direta) (*)	759,6
<b>Total</b>		<b>790,0</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Rodovias Municipais - Programa Normal - Distrito



Quadro 2.1.17

Programa Rodovias Vicinais - Obras-de-Arte Especiais  
Concluídas - 1985

		Em m
Rodovia	Obstáculo (Município)	Extensão
PR-585	Rio São Francisco Falso	50,0
PR-585	Rio São Francisco	68,0
-	Rio Santa Quitéria	68,0
-	Rio Cágado	38,0
-	Rio Couro de Boi	38,0
-	Rio Suruquã	34,0
-	Rio Jacutinga	38,0
<b>Total</b>		<b>334,0</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.18

Programa Rodovias Vicinais - Obras-de-Arte Especiais  
Em Andamento - 1985

		Em m
Obstáculo (Município)		Extensão
Rio Laranjinha (Cornélio Procópio)		75,0
<b>Total</b>		<b>75,0</b>

Fonte: SETR/DER

Obras-de-Arte Especiais na Administração Direta  
Concluídas - 1985 .

		Em m
Rodovia	Obstáculo (Trecho)	Extensão
PR-412	Rio Perequê (Praia de Leste - Pontal do Sul)	22,9
PR-158	Ponte s/o rio São João (Campo Mourão - Roncador)	7,5
PRT-163	Ponte s/o rio Felício (Pérola do Oeste - Planalto)	15,0
PR-408	Rio Sagrado (Morretes - BR-277)	20,0
PR-410	Deslizamento de Aterro (Alto da Serra - São João da Graciosa)	32,0
PR-427	Rio da Várzea (Lapa - Campo do Tenente)	-
PR-427	Rio da Várzea (Lapa - Campo do Tenente)	152,0
PR-466	Ponte s/o rio Espingarda (BR-153 - Porto Vitória)	45,0
PRT-487	Ponte s/o rio Apucarantina (Cândido de Abreu - Teresa Cristina)	39,0
PRT-487	Ponte s/o rio Barreiro (Cândido de Abreu - Teresa Cristina)	11,0
PRT-487	Ponte s/o rio Ivaizinho (Cândido de Abreu - Teresa Cristina)	62,0
Municipal	Ponte s/o rio Iapô (Castro)	134,5
Municipal	Ponte s/o rio Palmital (Curitiba - Quatro Barras)	16,4
Municipal	Rio Riozinho II (Engenheiro Gutierrez - BR-153)	12,0
Municipal	Ponte s/o rio Laranjinha (Trigolândia - Congonhinhas)	96,0
Municipal	Ponte s/o rio Riozinho (Iratí - Engenheiro Gutierrez)	13,0
PRT-487	Ponte s/o rio Palmital II (Cândido de Abreu - Ivaí)	30,0
Municipal	Rio Taquarimbê (Terra Boa - Araruna)	11,0
Municipal	Ponte s/o rio Sununu I (Mamborê)	13,1
Municipal	Ribeirão do Meio II (Vila Guaí - Campinho)	23,0
Municipal	Rio São Mateus (Jussara)	15,4
PR-182	Rio Iguaçu (Cap. Leônidas Marques)	5,0
PR-239	Ponte s/o rio Taquaruçu (Pitanga - Roncador)	20,0
PR-239	Ponte s/o rio das Pedras (Pitanga - Roncador)	18,0
<b>Total</b>		<b>813,8</b>

Fonte: SETR/DER

Obras-de-Arte Especiais na Administração Direta  
Em Andamento - 1985

		Em m
Rodovia	Obstáculo (Trecho)	Extensão
PR-151	Ponte s/o rio Jaguariaíva (Jaguariaíva - Sengês)	110,0
PR-405	Ponte s/o rio Lajeado (Cacatu - Guaraqueçaba)	13,0
PR-405	Ponte s/o rio Moratinho (Cacatu - Guaraqueçaba)	13,0
PR-480	Ponte Estaiada s/o Rio Marrecas (Francisco Beltrão) (*)	108,4
Municipal	Rio Engano (Vila Guaí - Campinho) (*)	32,0
Interm.	Rio Santo Antonio (Santo Antonio do Sudoeste)	15,0
PRT-487	Ponte s/o rio D'Areia (Cruzeiro do Oeste - Tuneiras do Oeste)	25,0
PRT-487	Ponte s/o rio Corimbatã (Cruzeiro do Oeste)	15,0
Municipal	Ponte s/o Canal DNOS-Av. Maringã (Caibã)	9,0
<b>Total</b>		<b>340,4</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Obras paralisadas

Quadro 2.1.21

Programa Normal - Terraplenagem e Pavimentação  
Concluídas - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-218	Contorno de Astorga	2,9
BR-469	Foz do Iguaçu - Cataratas do Iguaçu	3,1
Acesso	Ao Distrito de Iguatemi	5,2
Acesso	Ao Centro Tecnológico Brasil - Japão (Cidade Industrial)	0,5
Acesso	BR-277 - Guaraniação	2,8
Acesso	À Avenida Guaiãra (Campo Mourão)	4,3
Acesso	PR-469 - Bom Sucesso	6,0
Acesso	À Içara e à PR-340	1,8
Acesso	Irati - BR-153	2,0
Acesso	À Cocamar	1,7
Ligação	Estrada do Boqueirão (Guarapuava)	4,0
-	Contorno de Balsa Nova e Acesso ao Viaduto Rodoviário	3,4
-	Trevo de Guarapuava	0,8
Acesso	Ao Distrito de São Valério (Planalto) (*)	0,5
PR-447	Entr. BR-476 (U. da Vitória) - Entr. BR-153 (*)	2,9
Acesso	A Riozinho (Irati)	2,8
<b>Total</b>		<b>44,7</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Pavimentação poliédrica

Quadro 2.1.22

Programa Normal - Terraplenagem e Pavimentação  
Em Andamento - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
Acesso	A São Miguel do Cambuí	5,1
BR-373	Marmeleiro - Barracão (Lote 1)	37,0
BR-373	Marmeleiro - Barracão (Lote 2)	35,0
BR-376	São Luiz do Purunã - Ponta Grossa (Lote 1)	30,4
BR-376	São Luiz do Purunã - Ponta Grossa (Lote 2)	26,3
Ligação	Contorno Norte de Arapongas	5,2
Acesso	A Ponta Grossa (Av. Visconde de Taunay)	2,8
Acesso	A Marciánópolis	3,5
-	Contorno de Ponta Grossa e Trevo	10,0
Acesso	À Ponte s/o rio São Francisco Falso	0,8
Urbano	Avenida Costa e Silva (Foz do Iguaçu)	3,0
Urbano	Av. Beira-Mar e Rua Damião de Souza (Guaratuba)	6,5
<b>Total</b>		<b>165,6</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.23

Programa Normal - Terraplenagem e Revestimento Primário  
Concluídas - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
Ligação	Ribeirão Bonito - Rosário	26,2
Acesso	À Ponte s/o rio Ocôï (Medianeira - Missal)	1,2
Ligação	Nova Prata do Iguaçú - B. Vista da Aparecida	22,0
Municipais	Diversos (Adm. Direta - Distritos Rodoviários)	3.642,0
<b>Total</b>		<b>3.691,4</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.24

Programa Normal - Obras-de-Arte Especiais  
Concluídas - 1985

		Em m
Obstáculo (Município)		Extensão
Rio Atuba (Curitiba - Shopping)		21,0
Rio Hong-Kong (Formosa do Oeste)		10,0
<b>Total</b>		<b>31,0</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.25

Programa Normal - Obras-de-Arte Especiais  
Em Andamento - 1985

		Em m
Obstáculo (Município)		Extensão
Passagem Inferior da BR-376 (São José dos Pinhais)		22,0
Passagem Inferior da BR-476 (Av. Archelau de A. Torres) (Araucária)		12,0
Córrego 215 (Ivatê - Serra dos Dourados)		30,0
Rio Cantu (Campina da Lagoa - Altamira do Paraná)		150,0
<b>Total</b>		<b>214,0</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.26

Programa BID - Terraplenagem e Pavimentação  
Concluídas - 1985

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-546	Itambê - Bom Sucesso	27,7
<b>Total</b>		<b>27,7</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.27

Programa BID - Terraplenagem e Pavimentação  
Em Andamento - 1985

Em km

Rodovia	Trecho	Extensão
-	Acesso e Contorno de Manoel Ribas	7,0
PR-151	Palmeira - São Mateus do Sul (Lote 1)	20,3
PR-151	Palmeira - São Mateus do Sul (Lote 2)	24,4
PR-151	Palmeira - São Mateus do Sul (Lote 3)	26,9
PR-160/239	Harmonia - Curiúva	45,1
PR-163	Santo Antonio do Sudoeste - Barracão	25,0
PR-218	Jundiá do Sul - Ribeirão do Pinhal	14,0
PR-449/459	Mangueirinha - Palmas (Lote 1)	36,1
PR-449	Mangueirinha - Palmas (Lote 2)	35,2
PR-456	Palmital - Entroncamento PR-460	58,7
PRT-487	Manoel Ribas - Reserva (Lote 1)	26,2
PRT-487	Manoel Ribas - Reserva (Lote 2)	31,0
PRT-487	Manoel Ribas - Reserva (Lote 3)	30,3
PRT-487	Manoel Ribas - Reserva (Lote 4)	31,0
-	Acesso À Ponte s/o rio Iguaçu (União da Vitória)	3,0
<b>Total</b>		<b>414,2</b>

Fonte: SETR/DER



Quadro 2.1.28

Programa BID - Obras-de-Arte Especiais  
Concluídas - 1985

		Em m
Rodovia	Obstáculo (Município)	Extensão
PR-160	Rio das Antas (Harmonia - Curiúva)	50,0
PR-239	Viaduto sobre a RFFSA (Manoel Ribas - Reserva)	52,0
PR-459	Rio Marrecas (Mangueirinha - Palmas)	40,0
PR-459	Rio Covô (Mangueirinha - Palmas)	40,0
-	Rio Munhoz (Manoel Ribas - Reserva)	30,0
PRT-487	Rio Faxinal (Manoel Ribas - Reserva)	30,0
<b>Total</b>		<b>242,0</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.29

Programa BID - Obras-de-Arte Especiais  
Em Andamento - 1985

		Em m
Obstáculo (Município)		Extensão
Ponte s/o Rio Iguaçu (União da Vitória)		470,0
Ponte s/o Rio Ivaí (Manoel Ribas - Reserva)		182,1
Ponte s/o Rio São José (Cascavel)		30,0
<b>Total</b>		<b>682,1</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.30

Construção de Prédios Públicos - Núcleo de Manutenção  
Obras Concluídas - 1985

	Em m2
Local	Área
Andirá	224,54
Bituruna	224,54
Campina da Lagoa	224,54
Cândido de Abreu	224,54
Castro	224,54
Curituba	224,54
Faxinal	224,54
Joaquim Távora	224,54
Mamborê	224,54
Nova Londrina	224,54
Ortigueira	224,54
Palmas	224,54
Palmital	224,54
Planaltina do Paraná	224,54
Quedas do Iguaçu	224,54
Santa Cruz do Monte Castelo	224,54
Tomazina	224,54
Guarapuava (*)	720,00
Piraí do Sul (*)	720,00
<b>Total</b>	<b>5.257,18</b>

Fonte: SETR/DER

(\*) Oficina Mecânica

Quadro 2.1.31

Construção de Prédios Públicos  
Obras em Andamento - 1985

		Em m2
Discriminação	Local	Área
Obras Cíveis no 2o. Centro Regional	Ponta Grossa	1.511,90
<b>Total</b>		<b>1.511,90</b>

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.32

Comparativo de Indenizações Amigáveis e Doações - 1982/1985

Discriminação	Unidade	1982	1983	1984	1985
Escrituras Indenizadas	no.	54	270	479	405
Escrituras Doadas	no.	26	376	920	1.290
Área Total Indenizada	km2	962,1	3.425,0	11.292,7	5.656,2
Área Obtida por Doação	km2	580,5	3.765,0	10.640,0	14.467,5
Valor da Área Indenizada	Cr\$ milhões	20,2	127,1	675,5	2.467,3
Valor das Benfeitorias	Cr\$ milhões	2,1	104,9	423,0	2.176,2
Total das Indenizações	Cr\$ milhões	22,3	232,0	1.098,5	4.643,6
Valor das Doações	Cr\$ milhões	14,3	294,0	1.746,6	14.005,1

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.33

Paraná - Exportações de Longo Curso pelo Porto de Paranaguá - 1983/1985

Discriminação	Em t		
	1983	1984	1985
Carga Geral	716.702	868.508	865.710
Cafê	187.655	134.317	122.561
Madeira	99.702	155.451	148.491
Algodão	73.677	16.165	35.269
Cafê Solúvel	454	256	254
Congelados	150.041	159.684	165.720
Têxteis	9.012	11.980	7.653
Cerâmicas	21.603	42.706	34.478
Papel	50.125	157.789	115.181
Diversos	124.433	190.160	236.103
Granéis Sólidos	5.766.151	5.617.886	7.079.064
Milho	632.885	356.285	63.604
Soja	1.027.123	1.241.046	2.372.140
Farelos	4.077.406	4.009.109	4.633.214
Trigo Mourisco	28.737	11.446	10.106
Granéis Líquidos	616.221	1.533.603	1.684.469
Óleos Vegetais	357.253	306.899	450.338
Derivados do Petróleo	257.918	1.226.704	1.234.131
G.L.P.	1.050	-	-
<b>Total</b>	<b>7.099.074</b>	<b>8.019.997</b>	<b>9.629.243</b>

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.34

Paraná - Exportações de Cabotagem pelos Portos de Paranaguá e Antonina 1983/1985

Discriminação	Em t		
	1983	1984	1985
Carga Geral	82.795	9.545	5.069
Cafê	1.656	1.676	-
Feijão	59.730	-	-
Diversos	21.405	7.869	5.069
Granéis Sólidos	267.664	207.459	535.274
Milho	161.487	58.447	126.764
Farelos	87.875	83.533	78.015
Minérios	18.302	65.479	15.088
Trigo em Grão	-	-	315.407
Granéis Líquidos	2.905.493	2.303.332	1.799.624
Óleos Vegetais	16.515	24.865	18.915
Derivados do Petróleo	2.577.104	1.990.545	1.508.881
G.L.P.	27.155	39.561	-
Comb. para Navios	148.974	170.066	190.860
Água para Navios	76.569	78.295	80.968
Alcool	59.176	-	-
<b>Total</b>	<b>3.255.952</b>	<b>2.520.336</b>	<b>2.339.967</b>

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.35

Paraná - Importações de Longo Curso pelos Portos de Paranaguá 1983/1985

Discriminação	Em t		
	1983	1984	1985
Carga Geral	85.590	110.785	150.725
Carga Containerizada	-	-	11.250
Diversos	85.590	110.785	139.475
Granéis Sólidos	206.472	208.486	250.241
Fertilizantes	120.993	144.534	151.689
Milho	82.202	27.835	52.496
Minérios	3.277	3.228	14.559
Soja em Grão	-	32.889	31.497
Granéis Líquidos	20.697	8.470	36.991
Derivados de Petróleo	20.697	1.448	36.991
Produtos Químicos	-	7.022	-
<b>Total</b>	<b>312.759</b>	<b>327.741</b>	<b>437.957</b>

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.36

Paraná - Importações de Cabotagem pelos Portos de Paranaguá e Antonina - 1983/1985

Discriminação	Em t		
	1983	1984	1985
Carga Geral	26.328	20.526	7.018
Diversos	26.328	20.526	7.018
Granéis Sólidos	521.505	530.814	459.989
Carvão	314.179	271.151	208.489
Fertilizantes	12.527	17.086	41.565
Milho	-	-	2.088
Minérios	43.602	52.166	-
Sal	151.197	190.411	207.847
Granéis Líquidos	65.831	57.671	149.734
Derivados de Petróleo	65.831	57.671	149.734
<b>Total</b>	<b>613.664</b>	<b>609.011</b>	<b>616.741</b>

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.37

**Portos de Paranaguá e Antonina**  
**Movimentação de Mercadorias - 1974/1985**

Em 1000 t

Ano	Porto de Paranaguá			Porto de Antonina	Total
	Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos		
1974	681	2.673	1.664	25	5.043
1975	621	3.308	1.736	47	5.712
1976	589	4.871	1.962	56	7.478
1977	453	5.056	1.443	60	7.012
1978	360	3.870	2.429	41	6.700
1979	524	4.489	1.890	103	7.006
1980	629	5.698	2.550	135	9.012
1981	723	5.837	3.213	249	10.022
1982	602	5.791	2.635	333	9.361
1983	893	6.448	3.608	332	11.281
1984	1.008	6.293	3.903	273	11.477
1985	1.027	8.116	3.671	210	13.024

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.38

## Atividades das Centrais de Informação de Fretes - 1983/1985

Discriminação	Unidade	Quantidade		
		1983	1984	1985
Motoristas Atendidos	no.	32.973	41.000	39.859
Comissionamentos	no.	34.738	41.000	40.510
Tonelagem Comissionada	1000 t	621,8	780,0	785,5
Percurso Total Evitado	1000 km	5.210,7	6.100,0	5.978,9
Combustível Economizado	1000 l	2.084,0	2.500,0	2.391,5

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.39

## Transporte Rodoviário de Passageiros - 1983/1985

Discriminação	Unidade	1983	1984	1985
Movimentação de Passageiros	milhões	95,8	105	112 (*)
Linhas de Operação	no.	741	745	763
Frota de Veículos	no.	2.543	2.861	2.535
Empresas Concessionárias	no.	55	54	54

Fonte: SETR/DER

(\*) Dado preliminar



Quadro 2.1.40

Obras Aeroportuárias Concluídas

---

Localidade	Discriminação do Serviço
Palmital	Iniciada em dezembro/84 e concluída em abril/85, obra de construção da pista, custo de Cr\$ 650 milhões (Cr\$/03/85).
Loanda	Iniciada e concluída em setembro/85, obra de recuperação do pavimento, custo de Cr\$ 400 milhões (Cr\$/09/85).
Arapongas	Iniciada e concluída em outubro/85, obra de ampliação da pista em 30 m, custo de Cr\$ 400 milhões (Cr\$/10/85).

---

Fonte: SETR/DA

Quadro 2.1.41

Obra Aeroportuária em Andamento

---

Localidade	Discriminação do Serviço
Realeza	Iniciada em setembro/85, conclusão prevista para março/86, obra de construção da pista, custo de Cr\$ 1,2 bilhão (Cr\$/09/85).

---

Fonte: SETR/DA

Quadro 2.2.1

COPEL - Redes de Distribuição e Linhas de Transmissão - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Postes Instalados (no.)	492.517	528.353	553.018	574.621	595.642
Transformadores (no.) (1)	60.943	74.471	84.872	95.847	130.643
Linhas de Transmissão e Distribuição (km) (2)	31.070	37.806	42.890	51.009	71.858

Fonte: COPEL

Nota : (1) Inclui transformadores de linhas rurais e também equipamentos de propriedades de terceiros atendidos pelo sistema da COPEL.

(2) Inclui linhas de transmissão e distribuição de empresas incorporadas.

Quadro 2.2.2

COPEL - Disponibilidades e Vendas de Energia Elétrica - 1981/1985

Em MWh

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Geração Própria	4.961.865	5.101.690	6.416.793	7.664.178	5.042.437
Energia Recebida	858.709	1.258.462	309.827	582.211	3.131.558
Energia Requerida	5.820.574	6.360.152	6.726.620	8.246.389	8.173.995
Distribuição Direta	4.826.684	5.380.031	5.756.300	6.436.173	7.485.282
Suprimento em Grosso	547.836	488.364	433.085	1.296.429	174.260
Perdas e Diferenças	446.054	491.757	537.235	513.787	514.453

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.3

COPEL - Consumo por Classe - 1981/1985

Discriminação	Em MWh				
	1981	1982	1983	1984	1985
Residencial	1.087.195	1.253.851	1.397.222	1.486.984	1.607.544
Industrial	2.160.676	2.333.523	2.416.681	2.809.284	3.500.595
Comercial	757.083	831.911	897.716	983.159	1.058.766
Rural	213.766	266.749	309.320	367.242	448.664
Poderes Públicos	128.864	140.765	142.671	152.516	181.838
Iluminação Pública	294.904	341.443	356.557	379.357	413.001
Serviços Públicos	160.704	187.284	209.960	231.232	242.635
Próprio	23.492	24.505	26.173	26.399	32.239
<b>Total</b>	<b>4.826.684</b>	<b>5.380.031</b>	<b>5.756.300</b>	<b>6.436.173</b>	<b>7.485.282</b>

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.4

COPEL - Número de Consumidores por Classe - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Residencial	856.773	937.999	1.001.735	1.053.064	1.123.738
Industrial	15.684	17.243	16.970	16.899	18.006
Comercial	122.786	125.364	128.728	130.520	134.274
Rural	67.180	82.730	96.362	109.016	148.226
Poderes Públicos	10.504	11.122	11.419	12.175	13.635
Iluminação Pública	891	913	917	945	976
Serviços Públicos	639	1.017	1.126	1.217	1.346
Próprio	986	999	1.053	1.091	1.078
<b>Total</b>	<b>1.075.443</b>	<b>1.177.387</b>	<b>1.258.310</b>	<b>1.324.927</b>	<b>1.441.279</b>

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.5

COPEL - Consumo Industrial por Ramo de Atividade 1983/1985

			Em MWh
Atividades	1983	1984	1985 (*)
Indústrias Extrativas de Prod. Minerais	28.270	36.392	35.155
Indústrias de Transformação	2.291.738	2.693.121	2.808.245
Minerais Não-Metálicos	325.489	293.111	266.469
Metalúrgica	158.528	187.832	184.323
Mecânica	47.721	72.695	71.466
Materiais Elétricos e de Comunicação	39.556	47.815	42.194
Construção e Mont. Mat. de Transporte	13.663	19.689	19.813
Madeira	163.255	146.779	132.313
Mobiliário	32.490	31.987	29.359
Papel e Papelão	298.529	342.670	528.332
Couro, Peles e Produtos Derivados	8.385	10.200	9.911
Química	393.921	534.940	521.729
Têxtil	99.185	95.465	85.514
Vestuários, Calçados e Artef. Tecidos	4.469	4.904	5.096
Produtos Alimentares	487.153	703.010	729.848
Bebidas	45.975	57.496	52.932
Editorial e Gráfica	8.785	6.949	6.192
Diversas	88.851	58.518	47.630
Borracha	8.712	8.232	7.709
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	1.623	1.779	1.559
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	4.573	3.279	2.521
Matérias Plásticas	54.352	58.570	55.980
Fumo	6.523	7.201	7.355
Indústrias de Construção Civil	96.673	79.771	70.332
<b>Total</b>	<b>2.416.681</b>	<b>2.809.284</b>	<b>2.913.732</b>

Fonte: COPEL

(\*) Valores preliminares

Quadro 2.2.6

Paraná - Disponibilidade e Vendas de Energia Elétrica - 1981/1985

Discriminação	Em MWh				
	1981	1982	1983	1984	1985
Geração Bruta	10.714.941	11.330.367	14.560.497	19.911.937	13.993.393
Energia Recebida	101.785	88.997	90.204	113.362	417.208
Energia Requerida	10.816.726	11.419.364	14.650.701	20.025.299	14.410.601
Distribuição Direta	5.671.150	6.111.190	6.495.462	7.220.460	8.355.408
Suprimento para					
Fora do Estado	4.666.445	4.814.336	7.599.348	12.271.209	5.499.410
Perdas e Diferenças	479.131	493.838	555.891	533.630	555.783

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

Quadro 2.2.7

Paraná - Consumo por Classe - 1981/1985

Discriminação	Em MWh				
	1981	1982	1983	1984	1985
Residencial	1.164.631	1.299.593	1.448.654	1.540.255	1.664.706
Industrial	2.811.279	2.964.472	3.030.067	3.452.875	4.232.417
Comercial	794.289	851.549	918.416	1.004.286	1.082.659
Rural	234.479	272.398	316.622	375.082	455.396
Poderes Públicos	134.360	143.595	145.933	155.664	185.357
Iluminação Pública	321.374	350.752	366.667	391.060	426.302
Serviços Públicos	177.716	194.380	217.676	239.141	249.874
Próprio	33.022	34.451	51.427	62.097	58.697
<b>Total</b>	<b>5.671.150</b>	<b>6.111.190</b>	<b>6.495.462</b>	<b>7.220.460</b>	<b>8.355.408</b>

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

Quadro 2.2.8

Paraná - Consumo por Classe nas Áreas Urbanas - 1983/1985

Discriminação	Em KWh mil			
	1983	1984	1985	Variação % 1985/84
Industrial	3.030.067	3.452.875	4.232.417	22,6
Residencial	1.448.654	1.540.225	1.664.706	8,1
Comercial	918.416	1.004.286	1.082.659	7,8
Outros	781.703	847.962	920.230	8,5
<b>Total</b>	<b>6.178.840</b>	<b>6.845.378</b>	<b>7.900.012</b>	<b>15,4</b>

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

Quadro 2.2.9

Paraná - Número de Consumidores por Classe - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Residencial	884.911	969.291	1.034.511	1.087.628	1.160.316
Industrial	16.216	17.813	17.546	17.414	18.540
Comercial	126.111	128.761	132.319	134.149	137.991
Rural	68.800	84.482	98.197	110.924	149.950
Poderes Públicos	10.797	11.448	11.762	12.550	14.046
Iluminação Pública	905	926	931	957	988
Serviços Públicos	656	1.037	1.148	1.240	1.369
Próprio	1.009	1.019	1.073	1.113	1.093
<b>Total</b>	<b>1.109.405</b>	<b>1.214.777</b>	<b>1.297.487</b>	<b>1.365.975</b>	<b>1.484.293</b>

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

Quadro 2.2.10

Paraná - Consumo de Energia Primária - 1980/1984

Fontes	Consumo (mil tEP)					Participação (%)				
	1980	1981	1982	1983	1984	1980	1981	1982	1983	1984
Petróleo e Derivados	3381	3203	3321	3272	3277	49,4	46,6	45,8	43,8	41,6
Energia Hidráulica	1630	1784	1891	1996	2130	23,8	26,0	26,0	26,7	27,1
Lenha	1183	1189	1203	1188	1421	17,3	17,3	16,5	15,9	18,1
Cana-de-Açúcar	454	455	559	755	753	6,6	6,6	7,7	10,1	9,6
Carvão Mineral	171	222	266	246	270	2,5	3,2	3,7	3,3	3,4
Outras Fontes	23	20	20	19	18	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
<b>Total</b>	<b>6842</b>	<b>6873</b>	<b>7260</b>	<b>7476</b>	<b>7869</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: COPEL

Nota : tEP - Tonelada Equivalente de Petróleo

### **3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS**



Quadro 3.1.1

Paraná - Ensino de 1o. Grau - Número de Estabelecimentos - 1981/1984

Dependência Administrativa	Zona Urbana				Zona Rural				Total			
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984
Federal	1	1	1	1	5	9	10	11	6	10	11	12
Estadual	1.502	1.449	1.541	1.579	1.396	1.364	1.219	1.196	2.898	2.813	2.760	2.775
Municipal	545	544	705	739	8.612	8.510	8.391	8.286	9.157	9.054	9.096	9.025
Subtotal	2.048	1.994	2.247	2.319	10.013	9.883	9.620	9.493	12.061	11.877	11.867	11.812
Particular	353	387	356	353	183	205	114	85	536	592	470	438
<b>Total</b>	<b>2.041</b>	<b>2.381</b>	<b>2.063</b>	<b>2.672</b>	<b>10.196</b>	<b>10.088</b>	<b>9.734</b>	<b>9.578</b>	<b>12.597</b>	<b>12.469</b>	<b>12.337</b>	<b>12.250</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.2

Paraná - Ensino de 1o. Grau - Matrícula - 1981/1985

Dependência	Zona Urbana				Zona Rural				Total				
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Federal	379	481	491	568	302	402	497	539	681	883	988	1107	1324
Estadual	744314	751725	793108	838309	92108	92954	61820	62991	836422	844679	854928	901300	907788
Municipal	156177	157851	201040	205687	353381	335070	314727	309121	509558	492921	515767	514808	502133
Subtotal	900870	910057	994639	1004564	445791	428426	377044	372651	1346661	1338483	1371683	1417215	1411245
Particular	133835	150195	139751	136995	15834	16689	9125	7208	149669	116884	148876	144203	147912
<b>Total</b>	<b>1034705</b>	<b>1060252</b>	<b>1134390</b>	<b>1181559</b>	<b>461625</b>	<b>445115</b>	<b>386169</b>	<b>379859</b>	<b>1496330</b>	<b>1505367</b>	<b>1520559</b>	<b>1561418</b>	<b>1559157</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

(\*) Dados preliminares, disponíveis para o total do Estado

Quadro 3.1.3

Paraná - Estabelecimentos de Ensino que Ofertam Educação Pré-Escolar - 1981/1984

Dependência Administrativa	Zona Urbana				Zona Rural				Total			
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984
Federal	8	148	338	781	-	41	206	399	8	189	544	1.180
Estadual	349	526	542	549	11	79	40	29	360	605	582	578
Municipal	119	278	287	251	9	153	119	68	128	431	406	319
Subtotal	476	952	1.167	1.581	20	273	365	496	496	1.225	1.532	2.077
Particular	429	481	495	538	7	17	7	10	436	498	502	548
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>1.433</b>	<b>1.662</b>	<b>2.119</b>	<b>27</b>	<b>290</b>	<b>372</b>	<b>506</b>	<b>932</b>	<b>1.723</b>	<b>2.034</b>	<b>2.625</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.4

Paraná - Ensino Pré-Escolar - Matrícula - 1981/1985

Dependência Administrativa	Zona Urbana				Zona Rural				Total				
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Federal	318	6.212	14.722	30.988	-	1.095	4.917	9.532	318	7.307	9.639	40.521	29.558
Estadual	15.590	24.300	26.300	27.095	446	2.008	982	740	16.036	26.308	27.282	27.835	32.426
Municipal	6.926	15.625	17.183	16.002	228	3.748	2.749	1.532	7.154	19.373	19.932	17.534	22.912
Subtotal	22.834	46.137	58.205	74.085	674	6.851	8.648	11.805	23.508	52.988	66.853	85.890	84.896
Particular	36.919	45.431	47.302	48.844	2.290	926	279	355	39.209	46.357	47.581	49.199	55.056
<b>Total</b>	<b>59.753</b>	<b>91.568</b>	<b>105.507</b>	<b>122.929</b>	<b>2.964</b>	<b>7.777</b>	<b>8.927</b>	<b>12.160</b>	<b>62.717</b>	<b>99.345</b>	<b>114.434</b>	<b>135.089</b>	<b>139.952</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

(\*) Dados preliminares, disponíveis para o total do Estado

Quadro 3.1.5

Paraná - Ensino de 2o. Grau - Número de Estabelecimentos - 1981/1984

Dependência Administrativa	Zona Urbana				Zona Rural				Total			
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984
Federal	3	2	2	2	-	-	-	-	3	2	2	2
Estadual	337	330	358	364	6	6	2	2	343	336	360	366
Municipal	4	5	4	1	1	1	1	1	5	6	5	2
Subtotal	344	337	364	367	7	7	3	3	351	344	367	370
Particular	173	173	177	179	8	9	3	3	181	182	180	182
<b>Total</b>	<b>517</b>	<b>510</b>	<b>541</b>	<b>546</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>532</b>	<b>526</b>	<b>547</b>	<b>552</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.6

Paraná - Ensino 2o. Grau - Matrícula - 1981/1985

Dependência Administrativa	Zona Urbana				Zona Rural				Total				
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Federal	5.906	5.781	5.733	6.396	-	-	-	-	5.906	5.781	5.733	6.396	7.012
Estadual	120.092	122.830	124.300	133.132	823	699	218	245	120.915	123.529	124.518	133.377	134.474
Municipal	391	438	423	61	113	121	80	80	504	559	503	119	58
Subtotal	126.389	129.049	130.456	139.589	936	820	298	303	127.325	129.869	130.754	139.892	141.544
Particular	37.985	40.036	40.136	38.248	585	740	343	389	38.570	40.776	40.479	38.637	38.877
<b>Total</b>	<b>164.374</b>	<b>169.085</b>	<b>170.592</b>	<b>177.837</b>	<b>1.521</b>	<b>1.560</b>	<b>641</b>	<b>629</b>	<b>165.895</b>	<b>170.645</b>	<b>171.233</b>	<b>178.529</b>	<b>180.421</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

(\*) Dados preliminares, disponíveis para o total do Estado

Quadro 3.1.7

Paraná - Ensino Especial - Instituições Especializadas  
Zona Urbana - 1981/1984

Dependência Administrativa	1981	1982	1983	1984
Estadual	3	3	2	2
Municipal	6	5	8	5
Subtotal	9	8	10	7
Particular	74	80	85	102
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>88</b>	<b>95</b>	<b>109</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.8

Paraná - Ensino Especial - Estabelecimentos de Ensino Regular que  
Ofertam Classes de Educação Especial  
Zona Urbana - 1981/1984

Dependência Administrativa	1981	1982	1983	1984
Estadual	81	101	118	121
Municipal	20	20	20	24
Subtotal	101	121	138	145
Particular	8	13	4	6
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>134</b>	<b>142</b>	<b>151</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.9

Paraná - Educação Especial - Matrícula em Instituições Especializadas  
Zona Urbana - 1981/1985

Dependência Administrativa	1981	1982	1983	1984	1985
Estadual	434	268	185	165	322
Municipal	373	262	325	251	258
Subtotal	807	530	510	416	580
Particular	6.164	5.166	5.779	6.071	6.654
<b>Total</b>	<b>6.971</b>	<b>5.696</b>	<b>6.289</b>	<b>6.487</b>	<b>7.234</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.10

Paraná - Educação Especial - Matrícula em Classes Especiais nos  
Estabelecimentos que Ofertam Ensino Regular - Zona Urbana - 1981/1985

Dependência Administrativa	1981	1982	1983	1984	1985
Federal	-	-	-	-	121
Estadual	1.783	1.671	1.962	1.745	2.004
Municipal	452	284	315	406	862
Subtotal	2.235	1.955	2.277	2.151	2.987
Particular	328	323	137	173	212
<b>Total</b>	<b>2.563</b>	<b>2.278</b>	<b>2.414</b>	<b>2.324</b>	<b>3.199</b>

Fonte: SEED/FUNDEPAR



**Paraná - Vestibular nas Instituições Oficiais de Ensino Superior  
Candidatos Inscritos e Matrículas - 1981/1984**

Instituição/Município	1981		1982		1983		1984	
	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas
FUEL - Londrina	19.014	2.996	21.194	3.032	20.924	3.016	17.618	2.771
FUEM - Maringá	9.484	1.722	10.769	2.036	10.642	2.127	9.895	2.413
FUEPG - Ponta Grossa	6.294	999	6.325	1.061	7.700	1.225	6.594	1.506
Subtotal	34.792	5.717	38.288	6.129	39.266	6.368	34.107	6.690
FFECEA - Apucarana	611	469	591	490	726	549	650	503
FAFI - Cornélio Procópio	1.065	505	895	524	1.069	651	899	599
EMBAP - Curitiba	190	74	275	158	255	-	132	102
FEMP - Curitiba	414	180	525	180	508	210	460	210
FAFIG - Guarapuava	698	551	756	565	705	526	632	565
FUNDINOP - Jacarezinho	532	70	631	70	567	70	454	70
FFEEFJ - Jacarezinho	181	100	240	100	284	100	229	100
FAFIJA - Jacarezinho	493	385	594	475	815	480	779	450
FUNFAFI - Paranaguá	1.475	495	636	467	666	518	537	467
FAFI - União da Vitória	262	254	363	287	428	264	350	273
Subtotal	5.921	3.083	5.506	3.316	6.023	3.368	5.122	3.339
Total	40.713	8.800	43.794	9.445	45.289	9.736	39.229	10.029

Fonte: SEED

Quadro 3.1.12

Paraná - Número de Matrículas e Graduados por  
Instituição de Ensino Superior - 1981/1984

Instituição/Município	1981		1982		1983		1984	
	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados
FUEL - Londrina	8.711	1.220	9.554	1.152	10.185	1.175	10.287	593
FUEM - Maringá	5.139	605	5.802	615	6.376	651	7.123	340
FUEPG - Ponta Grossa	3.485	610	3.623	483	4.007	607	4.095	272
Subtotal	17.335	2.435	18.979	2.250	20.568	2.433	21.505	1.205
FFECEA - Apucarana	1.372	215	1.314	202	1.379	139	1.262	82
FAFI - Cornélio Procópio	1.158	345	1.746	479	1.660	626	1.718	188
EMBAP - Curitiba	267	26	367	55	352	46	300	45
FEMP - Curitiba	459	69	506	125	545	127	522	89
FAFIG - Guarapuava	931	141	1.109	223	1.169	61	1.282	93
FUNDINOPI - Jacarezinho	309	52	301	66	296	52	251	5
FFEEFJ - Jacarezinho	263	67	260	78	264	65	267	-
FAFIJA - Jacarezinho	1.012	308	1.064	363	1.274	412	1.390	199
FUNFAFI - Paranaguá	1.030	174	1.198	211	1.234	103	1.165	-
FAFI - União da Vitória	514	79	597	97	709	83	667	11
Subtotal	7.315	1.476	8.562	1.899	8.882	1.714	8.824	712
Total	24.650	3.911	27.541	4.149	29.450	4.147	30.329	1.917

Fonte: SEED

Quadro 3.1.13

## Paraná - Construções, Reconstruções e Ampliações Escolares - 1985

Discriminação	Concluídas	Em Andamento
Prédios	447	500
Salas Comuns	784	970
Salas Específicas	12	-
Salas Especiais	19	13
Salas de Orientação	7	11
Total Salas	822	994
Investimento em Cr\$ milhões	17.136,5	70.903,7

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.2.1

Número de Consultas Médicas por Grupos Populacionais - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984 (*)	1985 (**)
Menor de 1 ano	123.552	135.744	146.285	171.839	181.613
1 a 4 anos	171.018	104.635	196.610	248.615	269.232
5 a 14 anos	186.099	225.715	193.908	247.809	258.973
15 e mais anos	445.593	582.244	638.542	794.604	914.748
Gestantes	73.230	107.875	110.015	123.468	140.224
Puérperas	9.722	10.858	10.167	11.003	12.932
<b>Total</b>	<b>1.009.214</b>	<b>1.167.071</b>	<b>1.295.527</b>	<b>1.597.338</b>	<b>1.777.722 (***)</b>

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

(\*\*\*) Incluem 51.545 consultas médicas psiquiátricas

Quadro 3.2.2

Assistência Médico-Hospitalar - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985 (**)
Internamentos	19.395	21.253	22.086	24.569 (*)	24.418
Saídas	19.366	20.561	28.705	25.620 (*)	24.477
Pacientes/Dia/Ano	548.741	527.726	531.331	525.729 (*)	473.076
Taxa de Ocupação	62,5	65,5	67,0	60,0 (*)	55,2
Consultas Médicas	65.325	83.548	82.350	105.436	80.675
Exames Radiológicos	12.994	15.697	15.797	16.329	14.564
Atendimentos Odontológicos	10.485	12.954	13.948	13.018	7.701
Cirurgias	2.030	1.969	2.317	2.308	2.281
Ações Obstétricas	2.557	3.174	3.069	3.435	4.316
Eletrodiagnósticos	442	568	655	1.104	1.119
Exames de Laboratório	46.909	56.001	63.143	82.192	97.871
Ações de Serviço Social	34.558	76.102	49.443	43.145	53.812

Fonte: SESB/FSCMR

Nota : Em "Saídas", estão incluídos os pacientes remanescentes do ano anterior.

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.3

Atendimento de Enfermagem - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984 (*)	1985 (**)
Menor de 1 ano	174.393	174.913	140.938	49.340	104.145
1 a 4 anos	204.325	195.088	151.442	63.439	112.276
5 a 14 anos	199.174	176.439	110.599	41.846	87.054
15 e mais anos	422.947	406.655	356.132	140.329	191.811
Gestantes	81.351	86.338	64.338	29.664	54.049
Puérperas	11.605	11.672	9.644	4.249	8.560
<b>Total</b>	<b>1.093.795</b>	<b>1.051.105</b>	<b>833.093</b>	<b>328.867</b>	<b>557.895</b>

Fonte: SESB/FSCMR

Nota : Atendimento de enfermagem é a atividade prestada pelo pessoal auxiliar sob supervisão, dirigida ao cliente com o objetivo de promover, prevenir, recuperar e reabilitar a saúde. Consta de levantamento de problemas, diagnóstico e tratamento de patologias simples delegadas, atendimento pré-natal, puericultura, hipertensão arterial, orientações e encaminhamentos.

(\*) Dados atualizados. A partir de 1984, houve mudança no critério de registro de atendimento de enfermagem, deixando de ser computadas tarefas como: aplicação de injeção, preparo, entrega de medicamentos, pós-consulta e consulta de enfermagem.

(\*\*) Dados estimados.

Quadro 3.2.4

Consultas de Enfermagem - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984 (*)	1985 (**)
Menor de 1 ano	-	-	-	8.676	11.040
1 a 4 anos	-	-	-	10.450	12.116
5 a 14 anos	-	-	-	8.619	11.647
15 e mais anos	-	-	-	26.037	38.979
Gestantes	-	-	-	8.645	8.396
Puérperas	-	-	-	911	1.049
<b>Total</b>	-	-	-	<b>63.338</b>	<b>83.227</b>

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.5

Assistência Odontológica - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984 (*)	1985 (**)
Aplicação do Flúor (crianças)	916.061	839.956	788.708	927.513	1.034.246
Escolares e Prê-Escolares	106.901	143.634	133.851	146.956	194.894
Gestantes e Outros Grupos	91.342	121.535	100.657	87.287	97.766

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.6

Saúde Mental - 1981/1985

Especificação	1981(*)	1982(*)	1983(*)	1984(*)	1985(**)
Consultas Médico-Psiquiátricas	35.119	39.638	41.994	47.857	51.545
Consultas Psicológicas	15.408	40.236	40.424	51.246	52.938
Atendimento Preventivo (Individual e em Grupo)	-	2.389	18.098	32.256	25.857

Fonte: SESB/DAS

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.7

Ações do Serviço Social - 1981/1985

Especificação	Atendimentos à Clientela Inscrita				
	1981	1982	1983	1984	1985 (*)
Individualizados	19.026	16.814	39.942	48.591	71.940
Grupais	22.305	55.171	56.302	116.084	76.333

Fonte: SESB/FSCMR  
 (\*) Dados estimados

Quadro 3.2.8

Distribuição de Medicamentos - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985
Unidades Distribuídas	37.009.063	50.973.798(*)	35.557.396	45.210.394	54.968.773

Fonte: SESB/FSCMR  
 (\*) O aumento dos medicamentos distribuídos em 1982 deve-se à doação do INAMPS, de 11.064.850 unidades



Quadro 3.2.9

Cobertura da Vacinação de Rotina - 1981/1985  
(Crianças Menores de 1 ano)

Especificação	Percentual de Cobertura				
	1981	1982	1983	1984 (*)	1985 (**)
Contra a Tuberculose (BCG)	91,0	80,7	99,4	100,0	95,7
Contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (Tríplice)	75,5 (1)	66,0 (1)	83,4 (2)	80,2 (2)	78,2 (2)
Contra o Sarampo	88,0	100,0	103,6	89,7	84,0
Contra a Poliomielite	39,0	63,2	73,5	77,0	74,8

Fonte: SESB/FSCMR

Notas: (1) Refere-se à 2a. dose

(2) Refere-se à 3a. dose

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.10

Cobertura da Vacinação nos Dias Nacionais Contra a Poliomielite - 1981/1985  
(Crianças de 0 a 4 anos)

Especificação	Percentual de Cobertura				
	1981	1982	1983	1984	1985
1a. Fase	88,9	91,5	94,9	93,0	88,8
2a. Fase	90,3	100,0	99,9	89,9	87,4

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.11

## Pesquisas Biológicas - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985(**)
Exames Físico-Químicos, Microbiológicos e Microscópicos, para Análises Fiscais e Controle de Alimentos	8.692	8.052	8.123	9.708	8.657
Exames Microbiológicos para o Diagnóstico, Controle e Tratamento das Doenças Infecto-Contagiosas	23.927	15.060	52.117(*)	37.361	34.210
Exames Cito e Histopatológicos	3.619	7.917	16.808	10.164	14.309
Exames Imunológicos	10.382	18.866	15.568	21.470	36.384
Exames de Análises Clínicas	315.048	340.516	321.498	435.936	546.048
<b>Total</b>	<b>361.668</b>	<b>390.411</b>	<b>414.114</b>	<b>514.639</b>	<b>639.608</b>

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Aumento em razão do número de surtos de toxinfecção alimentar ocorridos nesse ano.

(\*\*) Dados estimados.

Quadro 3.2.12

## Vigilância Epidemiológica - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Investigações Realizadas	2.845	6.915	18.672	24.017	10.677

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Dado estimado

Quadro 3.2.13

Pneumologia Sanitária - Controle da Tuberculose - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984(*)	1985(**)
Sintomáticos Respiratórios Examinados	16.986	14.977	16.127	18.428	19.935
Comunicantes Examinados	8.313	8.143	8.974	11.167	11.847
Casos de Tuberculose Diagnosticados e Tratados	3.108	3.017	3.124	3.733	3.393
Casos de Tuberculose que Receberam Alta por Cura	2.491	3.305	2.241	2.511	2.249

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.14

Dermatologia Sanitária - Controle de Hanseníase - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984(*)	1985(**)
Doentes Controlados	15.185	11.817	13.824	13.024	16.141
Pacientes Submetidos às Técnicas de Prevenção de Incapacidades Físicas	288	439	2.356	3.457	9.479

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Dados atualizados

(\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.15

Zoonoses - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Amostras Coletadas em Animais Suspeitos, para Exame de Raiva	861	1.020	1.022	1.251	1.853

Fonte: SESB/FSCMR

(\*) Dado estimado

Quadro 3.2.16

Centro de Informação Toxicológica - 1982/1985

Especificação	1982	1983	1984 (*)	1985 (**)
Atendimentos Prestados às Solicitações de Todo o Estado	921	1.408	1.545	2.138

Fonte: SESB/FSCMR  
 (\*) Dado atualizado  
 (\*\*) Dado estimado

Quadro 3.2.17

Melhorias Sanitárias em Domicílios e em Estabelecimentos Comerciais e Industriais - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984 (*)	1985 (**)
Em Abastecimento de Água	62.513	89.068	75.061	79.217	87.396
Em Destino dos Dejetos	37.013	50.388	44.774	46.034	53.580
Em Destino do Lixo	21.707	41.212	38.202	37.655	42.312
Em Instalações Físicas	30.646	47.248	41.940	41.534	46.404
<b>Total</b>	<b>151.879</b>	<b>227.916</b>	<b>199.977</b>	<b>204.440</b>	<b>229.692</b>

Fonte: SESB/FSCMR  
 (\*) Dados atualizados  
 (\*\*) Dados estimados

Quadro 3.2.18

Higiene e Controle de Alimentos - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Inspecões em Estabelecimentos Comerciais e Industriais	465.330	457.223	380.980	417.716	103.791

Fonte: SESB/FSCMR

Nota : Até 1984, incluem estabelecimentos prestadores de serviços; em 1985, somente estabelecimentos de alimentos.

(\*) Dado estimado

Quadro 3.2.19

Reforma de Unidades de Saúde - 1981/1985

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985
Centros de Saúde	18	9	6	15	68
Escritórios Distritais	-	-	2	-	-
Laboratórios	-	3	2	2	-
Hospitais	12	8	-	3	2
Hospital (Adaptado)	-	-	-	1	-

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.20

Construção e Ampliação de Unidades Sanitárias - 1981/1985

Especificação	1981		1982		1983		1984		1985	
	no.	área (m2)	no.	área (m2)	no.	área (m2)	no.	área (m2)	no.	área (m2)
Postos de Saúde Construídos	49	2.107	24	1.523	8	500	5	315	180	9.683
Postos de Saúde Ampliados	-	-	-	-	1	40	-	-	3	179
Centros de Saúde Construídos	7	2.840	8	2.335	2	252	-	-	17	3.545
Centros de Saúde Ampliados	-	-	3	1.487	1	79	1	35	14	563
Hospitais Ampliados	-	-	1	431	-	-	-	-	1	73
Construídos	-	-	14	2.799	25	5.355	22	4.032	24	4.681
Hospital Construído	-	-	-	-	-	-	-	-	1	778

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.21

Paraná - Serviços de Abastecimento de Água - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
<b>Sanepar</b>					
Sedes Municipais	229	250	258	264	264
Localidades Distritos	33	53	76	132	182
Total	262	303	334	396	446
Ligações	641.757	729.253	797.255	847.605	902.992
População Abastecida	3.490.440	3.649.600	3.911.032	4.223.077	4.498.791
Não-Operados pela Sanepar	60	49	46	46	46

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.22

Paraná - Serviços de Esgotos Sanitários - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
<b>Sanepar</b>					
Sedes Municipais	33	33	33	37	37
Ligações	147.428	170.559	195.709	204.025	211.901
População Atendida	927.400	969.350	1.118.128	1.205.001	1.258.711
<b>Não-Operados pela Sanepar</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.23

SANEPAR - Investimentos em Saneamento - 1981/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Água	2.205,9	8.034,9	13.063,0	33.385,0	168.827,0
Esgoto	1.564,5	2.835,2	4.274,0	6.853,0	56.454,0
Outros	491,0	1.726,8	2.749,0	1.967,0	9.739,0
<b>Total</b>	<b>4.261,4</b>	<b>12.596,9</b>	<b>20.086,0</b>	<b>42.205,0</b>	<b>235.020,0</b>

Fonte: SEIN/SANEPAR



SANEPAR - Novos Sistemas de Abastecimento de Água  
Concluídos - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Localidade		Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos
<b>Município/Distrito</b>				
Adrianópolis	- Sete Barras	168	840	186,2
Almirante Tamandaré	- Tranqueira	409	2.045	798,6
Alto Piquiri	- Paulistânia	174	870	122,9
Antonio Olinto	- Água Amarela de Baixo	75	375	329,2
Arapongas	- Vila Aricanduvas	121	605	521,6
Bituruna	- Santo Antonio do Iratim	31	155	144,7
Bocaiúva do Sul	- Tunas	221	1.105	255,4
Campina da Lagoa	- Herveira	75	375	89,1
	- Salles de Oliveira	125	625	143,7
Campina Grande do Sul	- Jaguatirica	42	210	113,8
	- Mandaçaia	32	160	149,1
	- Paíol de Baixo	36	500	157,5
Campo Largo	- Colonia Antonio Rebouças	74	370	285,7
Campo Mourão	- Farol	103	515	58,8
Capitão L. Marques	- Alto Alegre do Iguaçu	107	535	417,3
Cascavel	- Juvinópolis	120	600	522,2
Castro	- Tronco	85	425	418,6
Cruz Machado	- Santana	30	150	236,2
Dois Vizinhos	- Foz do Chopim	133	665	778,4
General Carneiro	- Jangada do Sul	34	170	85,8
Guaraqueçaba	- Ilha das Peças	80	400	1.071,6
	- Serra Negra	03	15	221,0
Icaraíma	- Porto Camargo	92	460	272,0
Imbituva	- Boa Vista	63	315	174,0
Iratí	- Guamirim	101	505	275,2
Mandirituba	- Espigão das Antas	34	170	178,7
Ortigueira	- Bairro dos Franças	120	600	507,6
	- Lageado Bonito	65	325	274,0
	- Natingui	53	265	231,3
Palmeira	- Quero Quero	17	85	138,7
Paulo Frontin	- Vera Guarani	33	165	299,1
Quatro Barras	- Campininha	10	50	325,8
Reserva	- Rio Novo	55	275	259,8
Rio Negro	- Roseira	65	325	146,9
São Miguel do Iguaçu	- Aparecidinha do Oeste	-	-	-
	- Aurora do Iguaçu	-	-	311,5
	- São Jorge	-	-	309,6
Teixeira Soares	- Guaraúna	68	340	205,0

(Continua)

Quadro 3.2.24

SANEPAR - Novos Sistemas de Abastecimento de Água  
Concluídos - 1985

(Continuação)		Em Valores Correntes - Cr\$ milhões		
Localidade		Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos
Tibagi	- Barro Preto	149	745	341,6
	- Caetano Mendes	61	305	219,5
Subtotal		3.264	16.640	11.577,7
<b>Núcleo Habitacional</b>				
Apucarana		510	2.550	353,6
Assis Chateaubriand		20	100	5,2
Astorga		156	780	18,7
Florestópolis		101	505	44,6
Maringá		292	1.460	387,5
Maringá - Lea Leal		208	1.040	114,7
Palotina		80	400	54,2
Paraíso do Norte		50	250	21,4
Subtotal		1.417	7.085	999,9
Total		4.681	23.725	12.577,6

Fonte: SEIN/SANEPAR

SANEPAR - Obras de Ampliação de Abastecimento de Água  
Concluídas - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Localidade	Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos
<b>Sede Municipal</b>			
Curitiba - Araucária - Sist. Passaúna	-	-	44.234,7
Alto Piquiri	-	-	151,9
Boa Esperança	-	-	88,5
Cambê - Sist. Emergencial 7	-	-	141,5
Cambê - IV Sist. Emergencial 8	20	100	64,7
Campina da Lagoa	-	-	227,5
Chopinzinho	36	180	921,9
Joaquim Távora	-	-	82,3
Londrina - Sist. Emergencial 6	-	-	179,0
Londrina - Sist. Emergencial 3	-	-	210,6
Londrina - Ma. Cecília Serrano de Oliveira	-	-	1.416,8
Londrina - Sist. Emergencial 1 - Vivi Xavier	-	-	982,7
Londrina - Sist. Emergencial 2 - São Lourenço	-	-	675,4
Londrina - Sist. Emergencial 5 - São Lourenço	-	-	734,1
Medianeira	187	935	832,7
Medianeira - 2a. Fase	394	1.970	2.189,7
Nova América da Colina	-	-	333,2
Nova Esperança	02	10	921,8
Ortigueira	462	2.310	777,4
Palmeira	209	1.045	1.098,3
Palotina	-	-	396,0
Piraí do Sul	44	220	2.694,6
Quatro Barras	34	170	637,6
Realeza	-	-	8,5
Salgado Filho	23	115	153,1
Santa Amélia	-	-	50,5
São Miguel do Iguaçu	-	-	239,2
<b>Subtotal</b>	<b>1.411</b>	<b>7.055</b>	<b>60.444,2</b>
<b>Município/Distrito</b>			
Agudos do Sul - Leão	57	285	568,9
Cambira - Itacolomi	-	-	261,9
Cascavel - Lindoeste	123	615	223,6

(Continua)

Quadro 3.2.25

SANEPAR - Obras de Ampliação de Abastecimento de Água  
Concluídas - 1985

(Continuação)		Em Valores Correntes - Cr\$ milhões		
Localidade		Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos
<b>Município/Distrito</b>				
Cruz Machado	- Nova Concórdia	15	75	34,9
Foz do Iguaçu	- Três Lagoas	67	335	52,5
Iporã	- Cafezal	37	185	283,2
Irati	- Riozinho	113	565	177,7
Ivaiporã	- Ariranha	112	560	477,7
Jardim Alegre	- Lidianópolis	-	-	6,7
Laranjeiras do Sul	- Nova Laranjeiras	-	-	8,5
Londrina	- Tamarama	-	-	257,7
	- Paiquerê	-	-	76,7
Mallet	- Dorizon	-	-	209,5
Mandirituba	- Fazenda Rio Grande	01	05	651,0
Maringá	- Floriano	-	-	225,7
	- Iguatemi	-	-	37,2
Paranaguã	- Ilha do Mel	193	965	868,6
Santa Mariana	- Panema	38	190	804,6
Telêmaco Borba	- Imbaú	74	370	409,2
União da Vitória	- Limeira	-	-	104,1
<b>Subtotal</b>		<b>830</b>	<b>4.150</b>	<b>5.739,9</b>
<b>Total</b>		<b>2.241</b>	<b>11.205</b>	<b>66.184,1</b>

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.26

**SANEPAR - Novos Sistemas de Abastecimento de Água**  
**Em Andamento - 1985**

Em Valores Constantes - Cr\$ milhões

Localidade		Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos
<b>Município/Distrito</b>				
Araucária	- Fazendinha	61	305	827,9
Campo do Tenente	- Espírito Santo	27	135	518,9
Colombo	- São Dimas	-	-	4.543,9
Goio-Erê	- Rancho Alegre Oeste	360	1.800	1.224,3
Matelândia	- Vila Agro Cafeeira	200	1.000	845,4
Paula Freitas	- Rondinha	60	300	443,0
	- Vargem Grande	53	265	449,0
Quatro Barras	- Campinha	19	95	274,0
	- São Jorge	81	405	466,4
São Miguel do Iguaçu	- Aparecidinha do Oeste	180	900	122,0
	- Aurora do Iguaçu	117	585	495,6
<b>Total</b>		<b>1.158</b>	<b>5.790</b>	<b>10.210,4</b>

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.27

SANEPAR - Obras de Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água  
Em Andamento - 1985

Em Valores Constantes - Cr\$ milhões

Localidade	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos
<b>Sede Municipal</b>			
Boa Esperança	-	-	145,7
Cândido de Abreu	25	125	758,0
Chopinzinho	102	510	932,8
Guaratuba	370	40.000	855,4
Joaquim Távora	-	-	-
Mandaguari	302	1.510	4.081,0
Mangueirinha	35	175	699,6
Matinhos	-	-	-
Paranavaí	1.500	60.000	15.274,7
Piraí do Sul	2.000	10.000	1.970,0
Ponta Grossa	2.500	12.500	77.901,2
Quatro Barras	106	3.887	1.282,6
Quatro Barras - Reservatório	-	-	106,6
Santa Terezinha do Itaipu	376	1.880	1.574,1
<b>Subtotal</b>	<b>7.316</b>	<b>130.587</b>	<b>105.581,7</b>
<b>Município/Distrito</b>			
Boa Esperança - Palmital	44	220	542,2
Paíandu - Água Boa	43	215	553,9
Pêrola - Boa Esperança	26	130	758,0
<b>Subtotal</b>	<b>113</b>	<b>565</b>	<b>1.854,1</b>
<b>Total</b>	<b>7.429</b>	<b>131.152</b>	<b>107.435,8</b>

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.28

SANEPAR - Obras de Ampliação de Sistemas de Esgotos Sanitários  
Concluídas - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões			
Localidade	Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos
Umuarama - 3a. Fase	56	280	25.306,1
Umuarama - 4a. Fase	-	-	25.306,2
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>280</b>	<b>50.612,3</b>

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.29

**SANEPAR - Novos Sistemas de Esgotos Sanitários  
Em Andamento - 1985**

Em Valores Constantes - Cr\$ Milhões

Localidade	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos
Londrina	1.440	11.200	153.718,4
Total	1.440	11.200	153.718,4

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.30

**SANEPAR - Obras de Ampliação de Sistemas de Esgotos Sanitários  
Em Andamento - 1985**

Em Valores Constantes - Cr\$ milhões

Localidade	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos
Ponta Grossa	15.000	75.000	139.920,5
Total	15.000	75.000	139.920,5

Fonte: SEIN/SANEPAR



Quadro 3.3.1

## Conjuntos Habitacionais Concluídos - 1985

			Em UPC
Município	Fonte de Recursos	Número de Casas	Valor
Bandeirantes	BNH	179	98.279,07
Florestópolis	BNH	101	53.623,64
Paraíso do Norte	BNH	50	25.161,54
Ivaiporã	CEF	96	66.249,58
Maringá	BNH	292	209.607,22
Maringá	BNH	208	162.331,84
Medianeira II	BNH	54	40.034,33
Astorga	BNH	156	91.027,00
Rio Negro	COHAPAR	5	2.121,00
Total		1.141	748.435,22

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.2

## Conjuntos Habitacionais em Construção - Dezembro/1985

			Em UPC
Município	Fonte de Recursos	Número de Casas	Valor Previsto
Medianeira	BNH	100	78.191,00
Lobato	BNH	90	51.380,00
Centenário do Sul	BNH	54	30.118,00
Alto Piquiri	BNH	17	10.433,00
Apucarana	BNH	510	358.393,00
Céu Azul	BNH	80	58.545,00
Foz do Iguaçu	BNH	220	132.013,00
Total		1.071	719.073,00

Fonte: SEIN/COHAPAR

Projetos Habitacionais Financiados com Recursos do Estado (Mutirão)  
Concluídos - 1985

Em UPC

Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Atalaia	31	3.724,36
Apucarana	120	13.613,65
Abatiã	15	2.074,49
Assis Chateaubriand	20	2.045,58
Campina da Lagoa	72	6.206,55
Campo Mourão	100	8.949,18
Cascavel	62	7.296,16
Céu Azul	16	1.823,84
Congonhinhas	16	1.607,46
Cruzeiro do Oeste	15	2.030,70
Doutor Camargo	25	2.920,43
Faxinal	18	2.765,88
Flórida	24	3.059,04
Ibaiti	30	5.592,90
Irati	40	5.672,61
Jacarezinho	112	7.926,24
Marumbi	34	4.458,38
Nova Fátima	8	867,40
Paíçandu	30	3.079,80
Quatiguá	38	4.314,90
Quedas do Iguaçu	30	3.153,97
Quinta do Sol	13	1.561,29
Realeza	15	2.532,68
Rio Negro	40	5.556,95
São Jerônimo da Serra	24	1.779,90
São Tomé (2a. Etapa)	10	1.637,69
Siqueira Campos	20	2.752,76
Tamoara	15	1.421,93
Tapejara	30	3.057,75
Xambê	34	3.063,43
Sta. Cruz do M. Castelo - Autoconst.	10	2.921,97
Guarapuava	64	5.047,80
Cidade Gaúcha	25	2.622,48
Itambaracá	21	1.684,43
Realeza (2a. Etapa)	30	3.673,48
Santo Antonio da Platina	102	13.817,94
Sertaneja	33	3.809,45

(Continua)

Quadro 3.3.3

Projetos Habitacionais Financiados com Recursos do Estado (Mutirão)  
Concluídos - 1985

(Continuação)

Em UPC

Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Terra Boa	17	1.748,80
Toledo	50	5.987,76
Guarapuava	49	5.555,19
Pinhalão	20	1.883,58
Quedas do Iguaçu (2a. Etapa)	30	3.694,17
Rancho Alegre	34	3.385,17
Umuarama	85	7.829,76
Cambê (casas isoladas)	05	2.178,29
Califórnia	54	6.353,18
<b>Total</b>	<b>1.686</b>	<b>188.742,35</b>

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.4

Habitações Financiadas com Recursos do Estado (Mutirão)  
Em Construção - Dezembro/1985

Em UPC

Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Guarapuava (2a. Etapa)	51	10.200,00
Alto Paranã	20	4.000,00
Pranchita	30	6.000,00
Quinta do Sol (2a. Etapa)	08	1.600,00
Janiópolis	20	4.000,00
Braganey	30	6.000,00
Atalaia (2a. Etapa)	26	5.200,00
Jacarezinho (2a. Etapa)	61	12.200,00
Terra Boa (2a. Etapa)	14	2.800,00
Umuarama (2a. Etapa)	52	10.400,00
Tibagi	24	4.800,00
Andirá	26	5.200,00
Arapoti	41	8.200,00
Cambê (casas isoladas)	12	2.400,00
Cambira	100	20.000,00
Capitão Leônidas Marques (2a. Etapa)	25	5.000,00
Conselheiro Mairinck (2a. Etapa)	19	3.800,00
Fênix	24	4.800,00
Foz do Iguaçu	76	15.200,00
Goio-Erê	54	10.800,00
Grandes Rios	30	6.000,00
Guarapuava - Guarã	15	3.000,00
Ibaiti (2a. Etapa)	70	14.000,00
Inajã	24	4.800,00
Ivaiporã	50	10.000,00
Marechal Cândido Rondon	36	7.200,00
Maringá	100	20.000,00
Medianeira	42	8.400,00
Nossa Senhora das Graças (2a. Etapa)	14	2.800,00
Palotina	80	16.000,00
Rio Negro (2a. Etapa)	49	9.800,00
Salto do Lontra	30	6.000,00
Santa Amélia	23	4.600,00
<b>Total</b>	<b>1.276</b>	<b>255.200,00</b>

Fonte: SEIN/COHAPAR

## Projetos Mutirão em Elaboração na COHAPAR - 1985

Em UPC

Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Abatiã	18	3.600,00
Ampère	20	4.000,00
Antonina (2a. Etapa)	10	2.000,00
Araruna	15	3.000,00
Bandeirantes	50	10.000,00
Bom Sucesso	40	8.000,00
Cambarã	50	10.000,00
Campina da Lagoa	40	8.000,00
Campo Mourão	20	4.000,00
Cantagalo	30	6.000,00
Cruzeiro do Oeste (2a. Etapa)	20	4.000,00
Colorado	25	5.000,00
Cafelândia do Oeste	21	4.200,00
Campina da Lagoa (2a. Etapa)	36	7.200,00
Campo Mourão (Farol)	30	6.000,00
Centenário do Sul (2a. Etapa)	44	8.800,00
Cianorte	41	8.200,00
Corbélia	10	2.000,00
Douradina	24	4.800,00
Engenheiro Beltrão (Ivailândia)	52	10.400,00
Francisco Beltrão	30	6.000,00
Floraí	31	6.200,00
Guaíra (1a. Etapa)	30	6.000,00
Guaíra (2a. Etapa)	30	6.000,00
Guaíra (2a. Etapa)	30	6.000,00
Guarapuava (2a. Etapa)	51	10.200,00
Indianópolis	25	5.000,00
Irati (2a. Etapa)	40	8.000,00
Juranda	28	5.600,00
Lobato	20	4.000,00
Mirador	12	2.400,00
Paçandu (Água Boa)	21	4.200,00
Paraíso do Norte (2a. Etapa)	32	6.400,00
Peabiru (2a. Etapa)	16	3.200,00
Pinhalão (2a. Etapa)	14	2.800,00
Ponta Grossa (Vila Rural)	21	4.200,00
Ponta Grossa (1a. e 2a. Etapa)	72	14.400,00
Quedas do Iguaçu (3a. Etapa)	30	6.000,00
Rebouças	20	4.000,00
Sta. Terezinha do Itaipu	22	4.400,00
Sabáudia	32	6.400,00
Tamboara (2a. Etapa)	15	3.000,00

(Continua)

Quadro 3.3.5

Projetos Mutirão em Elaboração na COHAPAR - 1985

(Continuação)

Em UPC

Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Três Barras do Paraná (1a. Etapa)	20	4.000,00
Três Barras do Paraná (2a. Etapa)	30	6.000,00
São Tomé	14	2.800,00
Tuneiras do Oeste	15	3.000,00
Umuarama	60	12.000,00
União da Vitória	53	10.600,00
<b>Total</b>	<b>1.410</b>	<b>282.000,00</b>

Fonte: SEIN/COHAPAR

## Projetos Habitacionais Aprovados pelo BNH - 1985

Em UPC

Município	Fonte de Recursos	Número de Casas	Valor do Investimento Previsto
Programa FICAM/Div. Munic.	BNH	600	300.000,00
Programa Pequenos Conjuntos	BNH	2.000	1.000.000,00
Cascavel	BNH	350	244.718,00
Jussara	BNH	176	99.949,00
Francisco Beltrão	BNH	208	134.042,00
Maringá	BNH	257	181.990,00
Apucarana	BNH	254	172.170,00
Maringá	BNH	384	291.726,00
Cianorte	BNH	94	66.296,00
Campo Mourão	BNH	426	309.141,00
Cascavel	BNH	421	295.304,00
Atalaia	BNH	16	8.689,00
Flórida	BNH	26	16.007,00
Grandes Rios	BNH	16	9.547,00
Marilândia do Sul - Mauá	BNH	27	16.050,00
Matelândia	BNH	45	27.010,00
Nossa Senhora das Graças	BNH	41	24.043,00
Rio Bom	BNH	24	12.949,00
Sabáudia	BNH	20	11.677,00
Santa Cecília do Pavão	BNH	34	15.683,00
Sarandi	BNH	40	26.570,00
Rondon	BNH	55	31.650,00
Projeto Mutirão - Div. Munic.	BNH	2.548	303.375,00
<b>Total</b>		<b>8.062</b>	<b>3.598.586,00</b>

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.7

Projetos Habitacionais Encaminhados ao BNH para Aprovação - 1985

Em UPC

Município	Número de Casas	Valor do Empréstimo
Rolândia	228	171.189,00
Foz do Iguaçu	256	186.436,00
Umuarama	114	73.743,00
Ponta Grossa	423	287.501,00
Rolândia - Pitangueiras	22	12.636,00
Rolândia - São Martinho	49	40.079,00
<b>Total</b>	<b>1.092</b>	<b>771.584,00</b>

Fonte: SEIN/COHAPAR



Quadro 3.5.1

Paraná - Ocorrências Policiais Registradas na Capital - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Crimes Contra:					
a Pessoa	5.641	3.786	3.135	4.628	4.680
o Patrimônio	13.111	9.183	3.625	3.184	10.255
os Costumes	457	326	330	393	344
a Fé Pública	87	52	31	63	260
a Administração Pública	119	227	248	289	356
a Família	31	21	16	20	27
Tóxicos	139	182	238	180	330
Contravenções Penais	3.626	1.626	1.770	2.602	2.660
Acidentes de Trânsito	7.065	6.540	6.713	2.092	2.078
Diversas	9.393	9.893	1.397	4.147	11.897
<b>Total</b>	<b>39.669</b>	<b>31.836</b>	<b>17.503</b>	<b>17.598</b>	<b>32.892</b>

Fonte: SESP/Departamento da Polícia Civil

(\*) Dados estimados

Quadro 3.5.2

Paraná - Ocorrências Policiais Registradas no Estado - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Crimes Contra:					
a Pessoa	21.063	19.072	19.238	23.211	28.474
o Patrimônio	27.003	22.150	18.476	20.838	30.371
os Costumes	1.897	1.762	1.565	1.939	-1.849
a Fé Pública	280	271	233	351	602
a Administração Pública	598	811	924	1.372	1.611
a Família	204	105	130	135	181
Tóxicos	326	410	477	580	754
Contravenções Penais	16.105	10.707	11.117	13.414	23.109
Acidentes de Trânsito	9.361	9.286	9.358	5.390	6.182
Diversas	15.843	16.523	8.161	11.119	19.302
<b>Total</b>	<b>92.680</b>	<b>81.097</b>	<b>69.679</b>	<b>77.349</b>	<b>112.444</b>

Fonte: SESP/Departamento da Polícia Civil

(\*) Dados estimados

#### **4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS**

Quadro 4.1.1

Situação das Microbacias Onde Está Sendo Executado o Programa de  
Manejo Integrado dos Solos e Água- 1985

Região Administrativa	Número de Microbacias	Área (ha)	Número de Produtores	Número de Municípios Envolvidos
Maringá	30	43.160	1.090	21
Cascavel	97	157.389	6.692	17
Jacarezinho	8	6.338	371	8
Francisco Beltrão	25	12.743	583	13
Pato Branco	16	13.653	396	10
Toledo	72	207.704	8.182	12
Paranavaí	30	124.884	1.392	25
Umuarama	27	15.943	729	17
Campo Mourão	23	98.447	1.976	18
Cornélio Procópio	37	62.088	1.599	18
Londrina	30	43.160	1.090	18
Guarapuava	12	15.668	409	6
Ivaiporã	14	28.410	419	14
Paranaguá	9	31.704	365	6
Curitiba	29	23.651	1.095	22
Ponta Grossa	27	15.698	605	15
União da Vitória	20	34.459	993	12
<b>Total</b>	<b>506</b>	<b>935.129</b>	<b>27.986</b>	<b>252</b>

Fonte: SEAG

Quadro 4.1.2

CEASA/PR - Movimentação de Produtos - 1981/1985

Em t

Discriminação	Quantidade Ofertada				
	1981	1982	1983	1984	1985
Ceasa de Curitiba	305.574,7	319.375,5	287.479,1	308.164,3	321.863,3
Ceasa de Maringá	90.815,0	113.611,1	114.555,2	88.024,0	87.083,6
Ceasa de Foz do Iguaçu	42.790,0	48.022,1	50.527,6	27.405,5	23.685,1
Ceasa de Cascavel	18.997,0	21.638,2	19.799,9	14.553,8	13.392,4
Ceasa de Londrina	-	64.652,3	76.962,5	78.520,6	78.067,2
Mercado Produtor de Morretes	840,9	977,2	914,9	1.271,5	1.202,6
Mercado Produtor de Cerro Azul	-	66,0	92,3	209,9	693,5
Hortomercado de Santa Quitéria	538,4	4.384,4	7.946,0	9.072,6	9.284,7
Hortomercado de Maringá	954,8	1.311,1	1.114,6	801,3	675,5
Hortomercado Cornélio Procópio	-	-	114,2	534,3	816,4
Hortomercado de Foz do Iguaçu	349,0	-	-	-	-
Feira de Foz do Iguaçu	499,7	570,7	443,7	42,4	-
Feira de Cascavel	1.326,2	1.571,7	1.119,4	740,0	449,0
Feira de Toledo	264,0	186,8	158,4	217,4	179,7
Varejão da Ceasa/Foz do Iguaçu	367,3	890,1	842,8	422,4	139,0
Varejão do Capão Raso	2.152,0	1.407,3	1.339,6	3.625,3	2.600,9
Varejão da Ceasa/Londrina	-	342,0	333,2	5,5	-
Varejão do Capão da Imbuia	-	-	-	2.410,1	2.176,2
Sacolão da Vila Hauer	-	-	1.826,1	5.858,2	1.013,2
Sacolão do Bacacheri	-	-	-	852,4	838,9
Sacolão de Pinhais	-	-	-	583,4	622,6
Sacolão de Maringá	-	-	-	829,0	1.700,8
Sacolão de Cascavel	-	-	-	139,1	374,8
Sacolão de Londrina	-	-	194,4	3.216,9	2.380,6
<b>Total</b>	<b>465.469,0</b>	<b>579.006,5</b>	<b>565.763,9</b>	<b>547.499,9</b>	<b>549.240,0</b>

Fonte: SEAG/CEASA

Quadro 4.1.3

ACARPA - Apoio ao Programa de Eletrificação Rural - 1983/1985

Trabalho Realizado	1983	1984	1985
Assistência a Produtores	1.862	16.576	23.676
Eletrificação de Propriedades	659	6.605	11.248
Instalação de Carneiros Hidráulicos	20	44	8
Instalação de Turbinas	7	13	1
Instalação de Cataventos	6	8	-
Instalação de Rodas d'Água	28	30	4

Fonte: SEAG/ACARPA

Quadro 4.1.4

BANESTADO S/A - Operações Contratadas por Finalidade - 1985  
Crédito Rural

Discriminação	Operações	Em Cr\$ milhões
		Valor
Custeio Agrícola	18.707	322.593
Custeio Pecuário	699	17.696
Investimento Agrícola	1.263	42.576
Investimento Pecuário	645	20.160
Comercialização Agrícola	333	52.747
Comercialização Pecuária	83	16.031
<b>Total</b>	<b>21.730</b>	<b>471.803</b>

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.1.5

BADEP - Financiamentos Contratados por Destino dos Recursos - 1981/1985  
Setor Primário

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Finalidade	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	638,2	100,0	573,3	41,5	1.639,1	94,1	3.583,1	50,4	3.543,0	65,2
Capital de Giro	-	-	807,3	58,5	103,6	5,9	2.658,6	37,4	1.892,0	34,8
San. Financeiro	-	-	-	-	-	-	862,7	12,1	-	-
<b>Total</b>	<b>638,2</b>	<b>100,0</b>	<b>1.380,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.742,7</b>	<b>100,0</b>	<b>7.104,4</b>	<b>100,0</b>	<b>5.435,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.1.6

BRDE/PR - Repercussões do Apoio Financeiro ao Setor Primário - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Subsetores de Atividades	Investimentos			Total	Valor do Financia- mento	Incremento		Empregos Gerados	Empresas Atendidas
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro			Faturamento	ICM		
Cooperativas	27.297	48.082	2.712	78.091	32.645	23.527	1.705	69	21
Empresas Agrícolas	5.325	100	-	5.525	4.313	-	-	9	8
Produtores Rurais	43.100	-	-	43.100	28.900	1.423	-	497	132
<b>Total</b>	<b>75.722</b>	<b>48.182</b>	<b>2.712</b>	<b>126.616</b>	<b>65.858</b>	<b>24.950</b>	<b>1.705</b>	<b>575</b>	<b>161</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.1.7

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Finalidade - 1981/1985  
Setor Primário

Em Valores Constantes - Cr\$ mil

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento	-	-	129.661	0,2	521.820	0,4	7.572.264	8,3	-	-
Inversões Fixas	82.770.483	78,8	18.490.592	32,1	24.314.151	19,3	37.389.013	41,0	49.926.098	75,8
Capital de Giro	21.286.421	20,2	39.023.835	67,7	4.452.659	3,5	35.319.433	38,7	13.762.177	20,9
Saneamento Financeiro	1.027.978	1,0	-	-	96.863.088	76,8	10.983.339	12,0	2.170.000	3,3
<b>Total</b>	<b>105.084.882</b>	<b>100,0</b>	<b>57.644.088</b>	<b>100,0</b>	<b>126.151.718</b>	<b>100,0</b>	<b>91.264.049</b>	<b>100,0</b>	<b>65.858.275</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores corrigidos pelo IGP/FGV médio de 1985



Quadro 4.1.8

BRDE/PR - Financiamentos Contratados por Objetivos - 1985  
Setor Primário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Discriminação	Operações	Valor	%
Implantação	39	7.836.270	11,9
Expansão	167	46.674.128	70,9
Desenvolvimento Tecnológico	2	320.270	0,5
Saneamento Financeiro	5	2.170.000	3,3
Capital de Giro	11	8.857.607	13,4
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>65.858.275</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.1.9

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Segundo a Finalidade - 1984/1985  
Setor Primário

Em Valores Constantes - Cr\$ mil

Discriminação	1984		1985	
	Valor	%	Valor	%
Mecanização	5.582.217	6,1	27.204.983	41,3
Armazenagem	39.538.378	43,3	26.090.934	39,6
Implantação de Lavouras de				
Cana para Usinas de Alcool	2.160.898	2,4	449.970	0,7
Benfeitorias/Instalações	6.607.049	7,2	-	-
Conservação e Recuperação Solos	-	-	753.267	1,1
Outras Inversões na Agricultura	37.375.507	41,0	11.359.121	17,2
<b>Total</b>	<b>91.264.049</b>	<b>100,0</b>	<b>65.858.275</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores Corrigidos pelo IGP/FGV médio de 1985

Quadro 4.1.10

Paraná - Evolução da Área Plantada e da Produção Agrícola das Culturas de Verão - 1984/1985

Produto	Área Plantada (1000 ha)		Produção (1000 t)	
	1984/85	1985/86	Obtida em 1984/85	Estimada para 1985/1986
Algodão	540,0	400,0	1.035,7	650,0/ 710,0
Amendoim das Águas	12,6	12,2	25,4	17,0/ 18,0
Arroz	206,6	215,0	296,0	300,0/ 330,0
Batata das Águas	24,9	25,1	353,7	310,0/ 330,0
Cafê Beneficiado	424,0	424,0	288,0	220,0/ 240,0
Cana-de-Açúcar	150,0	160,0	11.250,0	11.000,0/1.200,0
Feijão das Águas	692,0	650,0	475,0	320,0/ 340,0
Mamona	27,2	26,1	43,2	40,0/ 42,0
Mandioca	90,0	92,0	1.800,0	1.840,0/1.930,0
Milho	2.332,8	2.300,0	5.803,7	5.500,0/5.700,0
Sericicultura	17,0	20,0	5,3	5,7
Soja	2.200,0	2.100,0	4.413,0	4.200,0/4.400,0
Tomate	0,9	0,9	37,5	41,0/ 44,0

Fonte: SEAG/DERAL

## Paraná - Evolução da Área e da Produção - 1980/1981 - 1984/1985

Produtos	1980/81		1981/82		1982/83		1983/84		1984/85(*)	
	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)
<b>Grãos e Algodão</b>										
<b>Culturas de Verão</b>										
Algodão	305.790	581.000	369.500	739.000	440.000	695.608	322.124	611.865	540.000	1.035.661
Amendoim das Águas	26.000	41.820	24.700	36.530	20.480	28.000	9.586	14.302	12.598	25.425
Amendoim da Seca	3.550	2.308	2.393	1.463	860	525	678	480	1.300	1.400
Arroz	275.000	493.632	204.000	256.620	216.400	368.313	196.700	242.570	200.000	296.000
Cafê Beneficiado	700.000	498.000	303.000	96.000	440.000	354.000	424.000	240.000	424.000	240.000
Feijão das Águas	748.835	522.860	790.700	618.000	642.135	320.920	670.327	461.887	659.500	475.000
Feijão da Seca	104.000	48.000	89.290	48.800	57.550	26.115	70.674	17.221	63.354	25.210
Girassol	39.250	26.690	30.615	30.615	5.130	2.720	2.645	2.357	1.500	1.650
Mamona	28.800	42.048	28.570	43.286	26.500	37.100	27.220	39.556	27.000	43.200
Milho	2.161.999	5.363.109	2.276.700	5.430.000	2.361.800	5.018.870	2.447.000	5.400.000	2.332.840	5.803.713
Soja	2.266.200	4.983.210	2.100.000	4.200.000	2.022.000	4.315.000	2.177.900	4.121.000	2.196.350	4.413.000
Sorgo	1.170	4.282	5.904	16.285	12.320	33.092	15.054	39.574	7.908	24.546
<b>Subtotal</b>	<b>6.660.594</b>	<b>12.606.959</b>	<b>6.225.372</b>	<b>11.516.599</b>	<b>6.245.175</b>	<b>11.200.263</b>	<b>6.363.908</b>	<b>11.190.812</b>	<b>6.466.350</b>	<b>12.384.805</b>
<b>Culturas de Inverno</b>										
Aveia	9.785	18.125	16.400	14.022	17.462	18.439	21.277	28.036	26.000	40.000
Centeio	15.371	15.254	1.820	1.856	1.862	1.092	2.597	1.835	11.000	12.100

(Continua)

## Paraná - Evolução da Área e da Produção - 1980/1981 - 1984/1985

(Continuação)

Produtos	1980/81		1981/82		1982/83		1983/84		1984/85(*)	
	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)
Cevada	34.775	35.392	35.950	27.247	21.442	18.915	19.574	18.400	36.000	45.000
Trigo	785.000	915.000	1.175.000	1.025.000	898.265	1.066.000	829.211	1.113.009	1.280.000	2.500.000
<b>Subtotal</b>	<b>844.931</b>	<b>983.771</b>	<b>1.229.170</b>	<b>1.068.125</b>	<b>939.031</b>	<b>1.104.446</b>	<b>872.659</b>	<b>1.161.280</b>	<b>1.353.000(**)</b>	<b>2.597.100(**)</b>
<b>Hortalças</b>										
Alho	781	2.730	1.365	4.180	1.360	3.580	900	2.205	919	2.258
Batata das Águas	19.976	250.000	31.300	415.000	30.128	271.000	25.904	333.415	24.888	353.708
Batata da Seca	19.170	209.357	19.160	188.553	14.876	151.870	15.000	172.500	14.000	154.000
Cebola	5.097	26.706	4.180	21.903	4.184	23.000	3.485	19.089	4.590	27.635
Tomate	1.018	46.373	1.080	46.494	1.090	46.000	1.107	45.197	1.028	42.300
<b>Subtotal</b>	<b>46.042</b>	<b>535.166</b>	<b>57.085</b>	<b>676.130</b>	<b>51.638</b>	<b>495.450</b>	<b>46.396</b>	<b>572.406</b>	<b>45.425</b>	<b>579.901</b>
<b>Outros</b>										
Cana-de-Açúcar	69.126	4.888.038	90.000	6.840.000	110.930	9.664.965	121.696	8.428.836	150.000	11.250.000
Fumo	16.663	29.273	17.150	30.000	19.130	29.250	19.474	34.844	19.150	35.980

(Continua)

Quadro 4.1.11

Paraná - Evolução da Área e da Produção - 1980/1981 - 1984/1985

(Continuação)

Produtos	1980/81		1981/82		1982/83		1983/84		1984/85(*)	
	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)
Mandioca	58.700	1.100.380	62.500	1.218.750	69.870	1.383.000	73.688	1.446.258	90.000	1.840.000
Rami	7.160	10.164	5.818	9.477	4.670	9.583	4.495	9.625	4.887	10.004
Sericicultura	15.260	3.548	10.754	3.491	13.582	4.071	16.298	4.563	17.000	5.262
Subtotal	166.909	6.031.403	186.222	8.101.718	218.182	11.090.869	235.651	9.924.126	281.037	13.141.246
Total	7.718.476	-	7.697.849	-	7.454.026	-	7.518.614	-	8.145.812	28.703.052

Fonte: SEAG/DERAL-IBGE

(\*) Preliminar

(\*\*) Área plantada e produção esperada

Quadro 4.1.12

Paraná - Evolução da Produção Pecuária - 1980/1985

Produto	1980	1981	1982	1983	1984	1985 (2)
Carne Bovina (t) (1)	162.644	171.353	212.908	187.104	139.131	150.000
Carne Suína (t) (1)	108.823	107.632	101.838	107.324	90.892	95.400
Carne Avícola (t) (1)	69.739	106.246	133.971	176.286	207.171	228.000
Pescado (t) (2)	-	-	-	-	6.000	6.000
Leite (1000 litros)	794.608	866.849	896.775	905.808	950.000 (2)	950.000
Ovos (1000 dúzias)	133.303	141.159	156.191	141.540	140.000 (2)	150.000
Mel (t)	682	626	637	2.500 (3)	5.000 (3)	5.000
Lã (t)	159	179	196	211	220 (2)	220
Ovos de Codorna (1000 dúzias)	163	75	57	78	78 (2)	78
Cera de Abelha (t)	30	43	52	56	56 (2)	56
Casulo de Bicho-da-Seda (t) (4)	2.995	3.548	3.491	4.071	4.563	5.200

Fonte: M.A. - IBGE

- (1) Referente a Abates com Inspeção Federal
- (2) Estimativa SEAG-DERAL
- (3) Associação Paranaense de Apicultores
- (4) EMATER - PARANÁ - ACARPA

## Paraná - Evolução do Rebanho Pecuário - 1980/1985

Rebanho	Em Cabeças					
	1980	1981	1982	1983	1984 (3)	1985 (3)
Bovino (1)	6.621.359	7.512.432	7.780.307	7.655.892	7.636.607	8.000.000
Bubalino	27.992	34.595	43.727	46.306	52.000	52.000
Suïno	5.712.220	5.078.701	5.122.929	4.210.724	4.300.000	4.500.000
Aves Total (2)	48.347.370	51.739.313	55.781.253	54.036.005	56.000.000	56.000.000
Aves de Corte (3)	14.000.000	18.000.000	22.000.000	26.000.000	30.000.000	32.000.000
Aves de Postura (3)	13.300.000	12.500.000	13.000.000	11.000.000	10.000.000	10.000.000
Aves de Subsistência (3)	21.047.370	21.239.313	20.781.253	17.036.005	16.000.000	14.000.000
Asinino	1.714	1.821	1.875	1.710	1.870	1.870
Muar	124.542	122.549	123.371	122.343	123.000	123.000
Eqüino	401.757	419.528	408.905	412.899	410.000	410.000
Caprino	194.996	250.671	269.817	282.757	290.000	290.000
Ovino	186.493	204.892	231.725	248.497	250.000	250.000
Coelho	44.626	56.291	56.704	76.124	80.000	80.000
Cordornas	17.378	9.142	9.142	11.897	12.000	12.000
Perus	63.326	82.293	86.852	83.342	90.000	90.000
Patos, Marrecos e Gar.sos	598.090	652.699	693.327	645.826	700.000	700.000

Fonte: IBGE

(1) DEFIS

(2) Galinhas, Galos, Frangos, Frangas e Pintos

(3) Estimativa SEAG-DERAL

Quadro 4.2.1

**Bancos de Fomento**  
**Financiamentos Contratados Segundo os Setores de Atividades - 1981/1985**

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões										
Discriminação	1981	%	1982	%	1983	%	1984	%	1985	%
Setor Privado	29.095	85	49.523	57	135.303	88	254.414	96	895.422	85
Primário	2.662	8	2.875	3	13.831	9	35.141	13	71.293	8
Secundário	23.246	68	31.951	37	110.132	72	187.753	71	738.596	82
Terciário	3.187	9	14.697	17	11.340	7	31.520	12	85.533	10
Setor Público	5.030	15	36.436	43	18.935	12	9.304	4	159.872	15
<b>Total</b>	<b>34.125</b>	<b>100</b>	<b>85.959</b>	<b>100</b>	<b>154.238</b>	<b>100</b>	<b>263.718</b>	<b>100</b>	<b>1.055.294</b>	<b>100</b>

Fontes: BADEP-APL e BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.2

**BADEP - Fontes de Recursos - 1983/1985**

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões										
Discriminação	1983		1984		1985					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%				
Tesouro Estadual (FDE)	612	1,1	2.665	1,5	6.710	0,9				
Convênios e Repasses	18.367	31,9	78.646	44,6	386.483	48,7				
- BNDES	9.829	17,1	56.454	32,0	262.616	33,1				
- FINAME	5.383	9,4	12.662	7,2	61.296	7,7				
- BACEN	961	1,6	6.785	3,8	21.234	2,7				
- Outros	2.194	3,8	2.745	1,6	41.337	5,2				
Captação Líquida no Mercado	22.997	40,0	57.302	32,5	207.358	26,1				
- Interno (CDB)	3.402	5,9	-	-	-	-				
- Externo (Moeda Estrangeira)	19.595	34,1	57.302	32,5	207.358	26,1				
Arrecadação Própria	674	1,2	2.170	1,2	70.887	8,9				
Subtotal (Financiamentos)	42.650	74,2	140.783	79,8	671.438	84,6				
Avais e Fianças Concedidos	7.642	13,3	16.498	9,4	47.075	5,9				
Subtotal (Aplicações)	50.292	87,5	157.281	89,2	718.513	90,5				
Arrecadação Própria (Custeio)	7.237	12,5	19.068	10,8	75.180	9,5				
<b>Total</b>	<b>57.529</b>	<b>100,0</b>	<b>176.349</b>	<b>100,0</b>	<b>793.693</b>	<b>100,0</b>				

Fonte: BADEP-APL



Quadro 4.2.3

BADEP - Operações Contratadas por Gênero de Atividade - 1985

Discriminação	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões			
	Contratos	Investi- mentos	Financia- mentos	Total Mão-de-Obra
Setor Primário	1.152	6.400,3	5.435,0	7
Setor Secundário	489	644.488,8	523.972,2	2.345
Minerais Não-Metálicos	15	64.585,0	64.179,6	30
Metalurgia	35	19.287,0	10.163,8	230
Mecânica	48	39.666,5	27.874,9	227
Material Elétrico e de Comunicação	20	28.989,8	17.706,5	350
Material de Transporte	3	1.950,2	1.264,3	18
Madeira	37	33.903,5	28.610,0	225
Mobiliário	29	20.284,1	11.136,6	250
Papel e Papelão	91	160.171,5	133.033,6	57
Borracha	9	2.600,7	1.806,0	42
Couro, Peles e Similares	5	301,8	220,0	3
Química	11	4.712,3	3.162,2	46
Produtos Farmacêuticos e Similares	1	8,0	6,0	-
Perfumes, Sabões e Velas	2	816,9	479,6	5
Produtos de Matéria Plástica	10	2.468,2	1.664,4	49
Têxtil	14	48.982,6	40.235,5	67
Vestuário, Calçados e Artigos Tecidos	30	4.260,6	2.865,5	114
Produtos Alimentares	87	206.291,1	175.455,4	505
Bebidas	12	2.529,7	2.023,1	-
Editorial e Gráfica	17	1.656,8	1.291,0	39
Diversos	13	1.020,1	794,3	88
Setor Terciário	227	57.138,4	50.131,0	1.170
Total Setor Privado	1.868	708.027,5	579.538,2	3.522
Setor Público	10	14.229,6	13.034,0	-
<b>Total</b>	<b>1.878</b>	<b>722.257,1</b>	<b>592.572,2</b>	<b>3.522</b>

Fonte: BADEP-APL

Quadro 4.2.4

BADEP - Financiamentos Contratados Segundo o Tamanho das Empresas - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Contratos	Investimentos	Financiamentos	%
Micro	1.454	17.874,7	14.401,9	2,4
Pequena	127	43.802,9	30.714,3	5,2
Média	116	151.195,7	113.353,2	19,1
Grande	171	495.154,2	421.068,8	71,1
Setor Privado	1.868	708.027,5	579.538,2	97,8
Setor Público	10	14.229,6	13.034,0	2,2
<b>Total</b>	<b>1.878</b>	<b>722.257,1</b>	<b>592.572,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BADEP-APL

Quadro 4.2.5

BADEP - Principais Atividades Apoiadas no Setor Industrial -- 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Financiamentos Contratados		Investimento Resultante
	Valor	%	
Agroindústrias	137.547	26,3	153.477
Cooperativas	54.937	10,5	66.704
Indústria de Papel e Papelão	159.282	30,4	132.402
Indústria Metal-Mecânica	57.009	10,9	89.894
Indústria Madeireira	28.550	5,4	33.828
Indústria de Produtos Alimentares	13.607	2,6	18.605
Outras Atividades	73.040	13,9	149.579
<b>Total</b>	<b>523.972</b>	<b>100,0</b>	<b>644.489</b>

Fonte: BADEP-APL

Quadro 4.2.6

BADEP - Operações Contratadas por Microrregião - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Contratos	Investi- mentos	Financia- mentos	Total Mão-de-Obra
Curitiba	277	195.161,9	160.819,3	1.137
Litoral Paranaense	6	5.284,5	2.609,1	32
Alto Rio Negro Paranaense	1	2,9	2,9	-
Campos da Lapa	9	2.777,5	2.456,3	13
Campos de Ponta Grossa	92	51.060,5	33.623,3	192
Campos de Jaguariaíva	8	33.580,0	26.633,7	2
Colonial de Iratí	16	7.064,4	6.014,2	102
Alto Ivaí	3	624,5	591,9	10
Norte Velho de Wenceslau Braz	9	1.504,1	886,9	4
Norte Velho de Jacarezinho	17	15.488,8	10.815,0	112
Algodoeira de Assaí	1	41,7	25,0	2
Norte Novo de Londrina	69	187.586,5	177.987,9	218
Norte Novo de Maringá	50	38.808,2	23.140,1	286
Norte Novíssimo de Paranavaí	25	3.217,3	2.202,2	58
Norte Novo de Apucarana	21	33.830,4	31.173,9	752
Norte Novíssimo de Umuarama	20	2.745,4	2.178,1	36
Campo Mourão	14	15.585,6	10.773,5	68
Pitanga	4	375,9	239,3	11
Extremo Oeste Paranaense	90	37.919,7	26.430,4	234
Sudoeste Paranaense	76	41.775,1	31.157,7	160
Campos de Guarapuava	112	41.234,9	37.266,2	62
Médio Iguaçú	958	6.587,3	5.545,3	31
<b>Total</b>	<b>1.878</b>	<b>722.257,1</b>	<b>592.572,2</b>	<b>3.522</b>

Fonte: BADEP-APL

Quadro 4.2.7

BADEP - Recursos do CEBRAE e BNDES Aplicados no PROMICRO por Microrregião - 1985

Discriminação	Em Valores Correntes - Cr\$ mil			
	Operações	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
Curitiba	42	1.947.702	1.498.000	87
Litoral Paranaense	1	50.000	30.000	9
Campos de Lapa	2	175.000	140.000	5
Campos de Ponta Grossa	10	438.340	348.000	25
Campos de Jaguariaíva	2	25.000	20.000	-
Colonial de Irati	9	231.020	170.000	12
Alto Ivaí	2	64.590	50.000	2
Norte Velho de Wenceslau Braz	1	58.333	35.000	-
Norte Velho de Jacarezinho	14	590.173	434.000	41
Algodoeira de Assaí	1	41.670	25.000	2
Norte Novo de Londrina	24	1.157.398	865.500	31
Norte Novo de Maringá	29	1.730.303	1.294.800	83
Norte Novíssimo de Paranavaí	15	1.050.430	719.000	32
Norte Novo de Apucarana	14	592.500	396.500	20
Norte Novíssimo de Umuarama	8	354.000	265.000	36
Campo Mourão	4	173.000	130.000	4
Pitanga	3	65.000	50.000	7
Extremo Oeste Paranaense	63	2.745.425	2.131.500	90
Sudoeste Paranaense	48	1.838.500	1.441.000	45
Campos de Guarapuava	3	136.000	105.000	2
Médio Iguaçú	16	673.750	517.000	13
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>14.138.134</b>	<b>10.665.300</b>	<b>546</b>

Fonte: BADEP-APL

Quadro 4.2.8

## BADEP - Operações Contratadas - 1981/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Ano	Investimento		Saneamento Financeiro	Total	Valor dos Financiamentos	Empregos Gerados	ICM
	Fixo/Misto	Giro					
1981	10.149,6	13.454,2	-	23.603,8	17.350,3	4.714	3.115,4
1982	14.574,4	59.407,3	-	73.981,7	62.119,8	4.595	10.341,7
1983	121.455,6	44.694,4	-	166.150,0	85.069,6	5.353	28.089,1
1984	95.409,0	47.530,4	62.039,3	204.978,7	155.457,1	3.735	37.300,9
1985	216.551,1	254.214,4	251.489,6	722.257,1	592.572,2	3.545	172.660,0

Fonte: BADEP-APL

Quadro 4.2.9

BADEP - Financiamentos Contratados Segundo a Finalidade dos Investimentos - 1981/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	7.450,7	42,9	12.248,4	19,7	39.363,4	46,3	72.508,6	46,7	159.986,3	27,0
Capital de Giro	9.899,6	57,1	49.871,3	80,3	45.706,2	53,7	34.709,6	22,3	187.140,6	31,6
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	48.238,9	31,0	245.445,3	41,4
<b>Total</b>	<b>17.350,3</b>	<b>100,0</b>	<b>62.119,7</b>	<b>100,0</b>	<b>85.069,6</b>	<b>100,0</b>	<b>155.457,1</b>	<b>100,0</b>	<b>592.572,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BADEP-APL

## BADEP - Financiamentos Contratados por Setores - 1981/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Primário	638,2	3,7	1.380,6	2,2	1.742,7	2,0	7.104,4	4,6	5.435,0	0,9
Secundário	13.695,9	78,9	20.599,6	33,2	66.912,6	78,7	128.691,6	82,8	523.972,2	88,4
Terciário	1.359,7	7,8	4.526,9	7,3	4.198,8	4,9	10.357,4	6,7	50.131,0	8,5
Setor Privado	15.693,8	90,5	26.507,1	42,7	72.854,1	85,6	146.153,4	94,0	579.538,2	97,8
Setor Público	1.656,5	9,5	35.612,6	57,3	12.215,4	14,4	9.303,7	6,0	13.034,0	2,2
<b>Total</b>	<b>17.350,3</b>	<b>100,0</b>	<b>62.119,7</b>	<b>100,0</b>	<b>85.069,5</b>	<b>100,0</b>	<b>155.457,1</b>	<b>100,0</b>	<b>592.572,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BADEP-APL

Quadro 4.2.11

BADEP - Financiamentos Contratados por Destino dos Recursos - 1981/1985  
Setor Secundário

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	5.541,9	40,5	6.830,4	33,2	31.402,1	46,9	55.702,7	43,3	140.317,4	26,8
Capital de Giro	8.154,0	59,5	13.769,2	66,8	35.510,5	53,1	27.461,1	21,3	138.611,8	26,5
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	45.527,8	35,4	245.043,0	46,8
<b>Total</b>	<b>13.695,9</b>	<b>100,0</b>	<b>10.599,6</b>	<b>100,0</b>	<b>66.912,6</b>	<b>100,0</b>	<b>128.691,6</b>	<b>100,0</b>	<b>523.972,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BADEP-APL



Quadro 4.2.12

BADEP - Financiamentos Contratados por Destino dos Recursos - 1981/1985  
Setores Terciário e Público

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Setor Terciário	1.359,7	45,1	4.526,9	11,3	4.198,8	25,6	10.357,4	52,7	50.131,0	79,4
Inversões Fixas	931,1	30,9	1.533,7	3,8	1.446,0	8,8	5.371,5	27,3	12.651,5	20,0
Capital de Giro	428,6	14,2	2.993,2	7,5	2.732,8	16,7	3.933,8	20,0	37.479,5	59,4
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	1.052,1	5,4	-	-
Setor Público	1.656,5	54,9	35.612,5	88,7	12.215,4	74,4	9.303,7	47,3	13.034,0	20,6
Inversões Fixas	339,2	11,2	3.311,0	8,2	5.135,2	31,3	7.851,2	40,0	3.474,3	5,5
Capital de Giro	1.317,3	43,7	32.301,5	80,5	7.080,2	43,1	656,2	3,3	9.157,4	14,5
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	796,3	4,0	402,3	0,6
<b>Total</b>	<b>3.016,2</b>	<b>100,0</b>	<b>40.139,4</b>	<b>100,0</b>	<b>16.414,2</b>	<b>100,0</b>	<b>19.661,1</b>	<b>100,0</b>	<b>63.165,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BADEP-APL

## BRDE - Fontes de Recursos - 1984/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1984		1985	
	Valor	%	Valor	%
Tesouro Estadual	1.500,0	1,1	7.177,0	1,7
Convênios e Repasses	77.875,3	59,0	267.742,8	63,6
BNDES	55.532,1	42,0	112.574,6	26,7
FINAME	12.999,8	9,9	97.632,3	23,2
BACEN	3.992,2	3,0	41.073,6	9,8
OUTROS	5.351,2	4,1	16.462,3	3,9
Captação Líquida no Mercado	28.790,1	21,8	92.373,7	22,0
Interno	4.740,4	3,6	70.012,0	16,7
Externo	24.049,7	18,2	22.361,7	5,3
Arrecadação Própria	5.247,0	4,0	4.297,8	1,0
Sub-Total (Financiamentos)	113.412,4	85,9	371.591,3	88,3
Avais e Fianças Honrados	10.883,8	8,2	27.576,4	6,5
Sub-Total (Aplicações)	124.296,2	94,1	399.167,7	94,9
Arrecadação Própria (Custeio)	7.802,4	5,9	21.657,1	5,1
<b>Total</b>	<b>132.098,6</b>	<b>100,0</b>	<b>420.824,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

## BRDE/PR - Montante das Liberações por Fundos - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Liberações					
	Operações Contratadas em 1984		Operações Contratadas em 1985		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Recursos Próprios	2.636,4	5,6	75.800,6	23,4	78.437,0	21,0
Contratos Específicos	-	-	71.048,9	21,9	71.048,9	19,9
Com Fundos	2.636,4	5,6	4.751,7	1,5	7.388,1	2,0
Recursos de Terceiros	43.867,4	94,4	249.286,9	76,6	293.154,3	79,0
BACEN	796,1	1,7	39.705,1	12,2	40.501,2	10,9
PAGRI	275,2	0,6	-	-	275,2	0,1
PRONAGRI	-	-	37.875,3	11,6	37.875,3	10,2
PROINVEST	520,9	1,1	1.829,8	0,6	2.350,7	0,6
BNDES	24.975,0	53,7	86.604,1	36,6	111.579,1	30,1
POC	10.836,3	23,3	84.566,3	26,0	95.402,6	25,7
PNA	12.921,4	27,8	-	-	12.921,4	3,5
CONSERVE	1.164,3	2,5	-	-	1.164,3	0,3
PROMICRO	53,0	0,1	2.037,8	0,6	2.090,8	0,6
FINAME	5.887,4	12,7	90.986,1	28,0	96.873,5	26,1
FINEP	1.381,5	3,0	392,4	0,1	1.773,9	0,5
EMBRATUR	72,5	0,2	-	-	72,5	0,0
CEF	-	-	435,0	0,1	435,0	0,1
RES.63	-	-	28.994,2	8,9	28.994,2	7,8
CIRC. 761	-	-	2.170,0	0,7	2.170,0	0,6
BID/BNCC	10.754,9	23,1	-	-	10.754,9	2,9
<b>Total</b>	<b>46.503,8</b>	<b>100,0</b>	<b>325.087,5</b>	<b>100,0</b>	<b>371.591,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

## BRDE/PR - Contratações por Origens de Recursos e Setores de Atividades - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
<b>Recursos Próprios</b>								
BRDE/PR - Contrapartida	-	-	-	-	1	2.146,7	1	2.146,7
BRDE/PR - Recursos Próprios	-	-	5	8.124,2	1	28.339,1	6	36.463,3
BRDE/PR - Part. Acionária	-	-	1	4.281,6	-	-	1	4.281,6
Lease Back - Rec. Próprios	-	-	2	306,0	2	941,9	4	1.247,9
<b>Subtotal</b>	-	-	8	12.711,8	4	31.427,7	12	44.139,5
<b>Recursos de Terceiros</b>								
BNDES/POC - FINEM - FIX/MISTO	-	-	22	33.254,5	7	3.997,9	29	37.252,4
BNDES/POC - FINEM - Giro	4	7.034,6	26	50.956,8	25	4.909,5	55	62.900,9
FINAME/Longo Prazo	51	8.384,9	49	5.442,2	38	10.465,5	138	24.292,6
FINAME/Especial	-	-	43	65.892,4	2	78.162,2	45	144.054,6
FINEP/ADTEN	2	320,3	2	519,0	-	-	4	839,3
Resolução 63 Dólar US\$	-	-	14	23.316,3	6	43.580,2	20	66.896,5
BRDE/Convênio MCR18 - COOP	5	2.170,0	-	-	-	-	5	2.170,0
BACEN/PROINVEST	20	1.609,8	1	220,0	-	-	21	1.829,8
BACEN/PRONAGRI	135	44.515,7	1	707,9	-	-	136	45.223,6
BNDES/ POC - FINEM - SAN. FIN.	-	-	7	7.458,8	1	400,8	8	7.859,6
FINAME/ Peq. e Média Empresa	-	-	11	1.434,5	-	-	11	1.434,5

(Continua)

Quadro 4.2.15

BRDE/PR - Contratações por Origens de Recursos e Setores de Atividades - 1985

(Continuação)

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
BNDES/PROMICRO	-	-	49	1.993,9	39	513,5	88	2.507,4
BNDES/POC-FINAC	-	-	2	282,0	1	400,1	3	682,1
Proinfo	-	-	1	1.783,7	-	-	1	1.783,7
<b>Subtotal</b>	<b>217</b>	<b>64.035,3</b>	<b>228</b>	<b>193.262,0</b>	<b>119</b>	<b>142.429,7</b>	<b>564</b>	<b>399.727,0</b>
<b>Prestação de Garantias</b>								
CEF/PIS Normal	6	780,0	8	2.970,0	15	2.310,0	29	6.060,0
CEF/Mini - PIS	-	-	-	-	10	435,0	10	435,0
Garant./Empr. Moeda Nac.	1	1.043,0	2	1.400,0	-	-	3	2.443,0
Garant./Fornecimento	-	-	13	2.811,2	1	5.637,5	14	8.448,7
Garant./Licitação	-	-	7	1.469,0	-	-	7	1.469,0
<b>Subtotal</b>	<b>7</b>	<b>1.823,0</b>	<b>30</b>	<b>8.650,2</b>	<b>26</b>	<b>8.382,5</b>	<b>63</b>	<b>18.855,7</b>
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>65.858,3</b>	<b>266</b>	<b>214.624,0</b>	<b>149</b>	<b>182.239,9</b>	<b>639</b>	<b>462.722,2</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.16

## BRDE/PR - Contratações por Setor de Atividade - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação Gênero Atividade (IBGE)	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais(*)		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
<b>Setor Primário</b>								
Agricultura e Silvicultura	212	62.382,0	7	1.823,0	-	-	219	64.205,0
Criação de Animais	5	1.653,3	-	-	-	-	5	1.653,3
<b>Subtotal</b>	<b>217</b>	<b>64.035,3</b>	<b>7</b>	<b>1.823,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>224</b>	<b>65.858,3</b>
<b>Setor Secundário</b>								
Extração de Minerais	1	253,1	-	-	1	180,0	2	433,1
Ind. Prod. Miner. Não-Met.	11	9.764,7	10	1.720,5	2	4.407,5	23	15.892,7
Ind. Metalúrgica	3	235,0	2	819,9	-	-	5	1.054,9
Ind. Mecânica	11	2.890,1	-	-	-	-	11	2.890,1
Ind. Matl. Elet. Comunic.	3	6.478,5	-	-	-	-	3	6.478,5
Ind. Matl. Transporte	1	45,0	2	480,3	-	-	3	525,3
Ind. Madeiras	15	23.137,4	2	220,0	-	-	17	23.357,4
Ind. Mobiliário	14	3.200,7	5	1.229,6	-	-	19	4.430,3
Ind. Papel e Papelão	29	16.841,8	-	-	-	-	29	16.841,8
Ind. Borracha	1	15,0	-	-	-	-	1	15,0
Ind. Couros Pel. Art. Viag.	4	7.227,5	-	-	-	-	4	7.227,5
Ind. Química	9	12.144,2	5	1.680,0	-	-	14	13.824,2

(Continua)

## BRDE/PR - Contratações por Setor de Atividade - 1985

(Continuação)

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação Gênero Atividade (IBGE)	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais(*)		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Ind. Perf. Sabões e Velas	4	83,8	-	-	-	-	4	83,8
Ind. Prod. Matl. Plast.	8	2.199,2	-	-	-	-	8	2.199,2
Ind. Têxtil	43	65.892,4	-	-	-	-	43	65.892,4
Ind. Vest. Calç. Artef. Tec.	11	1.553,6	-	-	-	-	11	1.553,6
Ind. Prod. Alimentares	48	41.899,9	4	2.500,0	-	-	52	44.399,9
Ind. Bebidas	1	399,6	-	-	-	-	1	399,6
Ind. Editorial e Gráfica	8	2.445,0	-	-	-	-	8	2.445,0
Ind. Diversas	7	4.214,6	-	-	-	-	7	4.214,6
Ativ. Apoio a Serv. Caráter Indl.	1	464,9	-	-	-	-	1	464,9
<b>Subtotal</b>	<b>233</b>	<b>201.386,0</b>	<b>30</b>	<b>8.650,3</b>	<b>3</b>	<b>4.587,5</b>	<b>266</b>	<b>214.623,8</b>
<b>Setor Terciário</b>								
Construção Civil	26	7.477,8	20	2.311,0	1	115,0	47	9.903,8
Serv. Ind. Util. Pública	2	80.308,9	-	-	-	-	2	80.308,9
Comércio Varejista	56	5.162,7	4	5.957,5	1	826,9	61	11.947,1
Comércio Atacadista	6	1.265,7	1	50,0	-	-	7	1.315,7

(Continua)

Quadro 4.2.16

BRDE/PR - Contratações por Setor de Atividade - 1985

(Continuação) Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação Gênero Atividade (IBGE)	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais(*)		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Transportes	21	8.550,9	-	-	-	-	21	8.550,9
Serviços	9	70.149,6	1	64,0	-	-	10	70.213,6
Subtotal	120	172.915,6	26	8.382,5	2	941,9	148	182.240,0
Total	570	438.336,9	63	18.855,8	5	5.529,4	638	462.722,1
Setor Público	5	146.837,8	-	-	-	-	5	146.837,8
Iniciativa Privada	565	291.499,1	63	18.855,8	5	5.529,4	633	315.884,3

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

(\*) Operações de Leasing Back, participação acionária, CDC e aquisição de debêntures



## BRDE/PR - Contratação por Objetivo do Financiamento - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Implantação	39	7.836,3	58	49.930,4	-	-	97	57.766,7
Expansão	167	46.674,1	54	45.770,8	47	94.772,3	268	187.217,2
Relocalização	-	-	3	756,2	-	-	3	756,2
Aumento de Produtividade	-	-	4	1.148,6	-	-	4	1.148,6
Desenvolvimento Tecnológico	2	320,3	1	464,9	-	-	3	785,2
Modernização Adm. e/ou Organiz.	-	-	1	1.783,7	-	-	1	1.783,7
Proteção Ambiental	-	-	1	286,0	-	-	1	286,0
Economia de Combustível	-	-	2	696,9	-	-	2	696,9
Saneamento Financeiro	5	2.170,0	26	42.669,7	8	72.320,1	39	117.159,8
Capital de Giro	11	8.857,6	116	71.116,7	93	15.147,5	220	95.121,8
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>65.858,3</b>	<b>266</b>	<b>214.623,9</b>	<b>148</b>	<b>182.239,9</b>	<b>638</b>	<b>462.722,1</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

## BRDE/PR - Contratações por Microrregião - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Microrregiões	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Curitiba	1	146,1	81	68.822,9	54	80.044,1	136	149.013,1
Litoral Paranaense	-	-	1	7.574,4	-	-	1	7.574,4
Campos da Lapa	6	1.345,1	8	5.015,3	1	8,4	15	6.368,8
Campos de Ponta Grossa	36	9.314,1	32	7.569,4	21	7.287,7	89	24.171,2
Campos de Jaguariaíva	1	647,2	24	814,2	-	-	25	1.461,4
Colonial de Irati	5	1.169,4	-	-	-	-	5	1.169,4
Alto Ivaí	3	746,6	-	-	-	-	3	746,6
Norte Velho de Wenceslau Braz	2	1.083,4	-	-	-	-	2	1.083,4
Norte Velho de Jacarezinho	1	284,0	5	500,1	2	209,0	8	993,1
Norte Velho de Londrina	15	5.424,4	16	21.620,1	5	6.763,7	36	33.808,2
Norte Novo de Maringá	1	14.076,3	33	31.890,6	17	1.887,7	51	47.854,6
Norte Novíssimo de Paranavaí	9	209,8	2	1.400,0	-	-	11	1.609,8
Norte Novo de Apucarana	-	-	9	25.256,7	1	10,0	10	25.266,7
Norte Novíssimo de Umuarama	8	317,2	7	1.656,3	6	52,0	21	2.025,5
Campo Mourão	7	1.260,4	17	22.152,7	6	677,2	30	24.090,3
Extremo Oeste Paranaense	20	3.106,8	22	16.291,2	20	3.524,4	62	22.922,4
Sudoeste Paranaense	21	9.448,2	4	1.881,6	11	958,9	36	12.288,7
Campos de Guarapuava	61	13.164,7	4	694,6	2	507,9	67	14.367,2
Médio Iguaçu	7	1.607,2	-	-	-	-	7	1.607,2
Fora do Estado	20	2.507,4	1	1.483,8	2	80.308,9	23	84.300,1
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>65.858,3</b>	<b>266</b>	<b>214.623,9</b>	<b>148</b>	<b>182.239,9</b>	<b>638</b>	<b>462.722,1</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.19

BRDE/PR - Síntese das Repercussões do Apoio Concedido - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Setor	Investimentos			Total	Valor dos Financiamentos	Incremento		Empregos Gerados
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro			Faturamento	ICM	
Primário	75.722	48.182	2.712	126.616	65.858	24.950	1.705	575
Secundário	61.615	168.122	52.193	281.930	214.623	544.181	58.971	950
Terciário	129.716	31.402	72.491	233.609	182.240	13.454	50	50
<b>Total</b>	<b>267.053</b>	<b>247.706</b>	<b>127.396</b>	<b>642.155</b>	<b>462.721</b>	<b>582.585</b>	<b>60.726</b>	<b>1.575</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

BRDE/PR - Repercussões do Apoio Financeiro ao Setor Secundário - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Subsetores de Atividades	Investimentos			Total	Valor do Financia- mento	Incremento		Empregos Gerados	Manutenção de Empregos	Empresas Atendidas
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro			Faturamento	ICM			
Extração de Minerais	-	542,3	-	542,3	433,1	-	-	-	72	02
Minerais Não-Metálicos	331,8	8.570,5	9.546,8	18.449,1	15.892,8	4.854,4	204,7	30	1.701	12
Metalurgia	-	1.126,9	-	1.126,9	1.054,9	-	-	-	169	04
Mecânica	774,1	3.395,4	522,7	4.692,2	2.890,0	2.791,2	65,7	20	700	08
Material Elét. e de Comun.	155,9	9.323,8	-	9.479,7	6.478,5	-	-	-	1.035	03
Material de Transporte	-	537,3	-	537,3	525,3	696,0	37,8	03	87	02
Madeira	2.137,6	6.908,0	17.371,8	26.417,4	23.357,4	5.764,1	710,3	36	5.464	13
Mobiliário	1.326,7	3.651,3	1.380,3	6.358,3	4.430,2	7.277,0	505,0	44	1.206	15
Papel e Papelão	38.749,9	12.723,5	1.729,9	53.203,3	16.841,8	204.565,6	23.856,4	334	2.601	06
Borracha	-	21,0	-	21,0	15,0	-	-	-	10	01
Couros, Peles e Similares	2.272,8	8.084,7	-	10.357,5	7.227,5	31.280,8	4.935,6	134	653	04
Química	2.313,6	43.314,0	3.698,3	49.325,9	13.824,2	65.721,2	6.953,3	54	3.613	09
Perfumes, Sabões e Velas	47,6	66,1	-	113,7	83,8	5,8	1,9	04	15	02
Prod. de Matéria Plástica	893,4	2.084,6	136,3	3.114,3	2.209,6	-	-	-	310	09
Têxtil	(*)	-	-	(*)	65.892,3	-	-	-	-	05
Vest., Calçados, Art. Tecidos	997,2	1.400,8	-	2.398,0	1.543,2	18.067,0	970,0	33	98	08
Produtos Alimentares	7.718,9	64.695,0	6.697,1	79.111,0	44.399,9	202.858,8	20.730,7	258	8.364	23
Bebidas	(**)	-	-	(**)	399,7	-	-	-	172	01
Editorial e Gráfica	2.960,7	1.567,3	-	4.528,0	2.445,1	-	-	-	1.205	08

(Continua)

BRDE/PR - Repercussões do Apoio Financeiro ao Setor Secundário - 1985

(Continuação)

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Subsetores de Atividades	Investimentos			Total	Valor do Financia- mento	Incremento		Empregos Gerados	Manutenção de Empregos	Empresas Atendidas
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro			Faturamento	ICM			
Diversos	270,8	110,0	11.110,0	11.490,8	4.214,6	-	-	-	151	02
Atividades Apoio Serviços de Caráter Industrial	664,1	-	-	664,1	464,9	300,0	-	-	643	01
<b>Total</b>	<b>61.615,1</b>	<b>168.122,5</b>	<b>52.193,2</b>	<b>281.930,8</b>	<b>214.623,8</b>	<b>544.181,9</b>	<b>58.971,4</b>	<b>950</b>	<b>28.269</b>	<b>138</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

(\*) Refere-se às fiações, cujos dados de investimento e incremento foram computados em 1984

(\*\*) Investimento computado em 1984

Quadro 4.2.21

BRDE/PR - Repercussões do Apoio Financeiro ao Setor Terciário - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Subsetores de Atividades	Investimentos			Total	Valor dos Financia- mentos	Incremento		Empregos Gerados	Manutenção de Empregos	Empresas Atendidas
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro			Faturamento	ICM			
Construção Civil	6.703	6.631	2.205	15.539	9.904	-	-	-	6.931	24
Serv. Ind. Util. Pública	112.044	-	-	112.044	80.309	-	-	-	-	01
Comércio Varejista	448	16.448	572	17.468	11.947	-	-	-	2.744	61
Comércio Atacadista	72	2.261	-	2.333	1.316	-	-	-	292	07
Transportes	10.102	5.453	-	15.555	8.551	13.454	-	50	925	07
Serv. Alojamento Alim.	-	-	3.185	3.185	3.185	-	-	-	37	01
Serv. Rep. e Conserv.	347	121	-	468	297	-	-	-	71	03
Serv. Pessoais	-	177	-	177	123	-	-	-	37	01
Serv. Domiciliares	-	21	-	21	15	-	-	-	08	01
Serv. Técnico Profis.	-	290	-	290	64	-	-	-	337	01
Adm. Pública	-	-	66.529	66.529	66.529	-	-	-	-	01
<b>Total</b>	<b>129.716</b>	<b>31.402</b>	<b>72.491</b>	<b>233.609</b>	<b>182.240</b>	<b>13.454</b>	<b>-</b>	<b>50</b>	<b>11.382</b>	<b>108</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.22

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Finalidade - 1981/1985  
Setor Secundário

Em Valores Constantes - Cr\$ mil

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Prê-Investimento	1.123.404	0,2	2.422.071	0,9	407.124	0,1	1.846.238	0,9	-	-
Inversões Fixas	186.729.002	37,7	60.260.878	21,2	250.579.216	55,6	46.645.179	24,3	93.396.518	43,5
Capital de Giro	249.475.037	50,3	160.980.286	56,8	107.874.909	23,9	63.057.065	32,8	78.672.354	36,7
Saneamento Financeiro	58.469.333	11,8	59.941.439	21,1	92.187.466	20,4	80.701.523	42,0	42.555.008	19,8
<b>Total</b>	<b>495.796.776</b>	<b>100,0</b>	<b>283.604.674</b>	<b>100,0</b>	<b>451.048.715</b>	<b>100,0</b>	<b>192.250.005</b>	<b>100,0</b>	<b>214.623.880</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores Corrigidos pelo IGP médio de 1985

Quadro 4.2.23

BRDE/PR - Contratação por Objetivo do Investimento - 1984/1985  
Setor Secundário

Discriminação	Em Valores Constantes - Cr\$ mil			
	1984	%	1985	%
Pré-Investimento	856.912	0,4	-	-
Implantação	29.095.913	15,1	49.930.408	23,3
Expansão	18.987.480	9,9	45.770.799	21,3
Relocalização	2.859.823	1,5	756.246	0,4
Aumento de Produtividade	375.879	0,2	1.148.648	0,5
Desenvolvimento Tecnológico	604.980	0,3	464.885	0,2
Modernização Administrativa e/ou Org.	-	-	1.783.701	0,8
Proteção Ambiental	216.640	0,1	285.963	0,1
Economia de Combustível	2.386.607	1,2	696.914	0,3
Saneamento Financeiro	81.409.446	42,4	42.669.703	19,9
Capital de Giro	55.456.325	28,9	71.116.613	33,1
<b>Total</b>	<b>192.250.005</b>	<b>100,0</b>	<b>214.623.880</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores Corrigidos pelo IGP médio de 1985

Quadro 4.2.24

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Beneficiários - 1984/1985  
Setor Secundário

Discriminação	Em Valores Constantes - Cr\$ mil					
	1984			1985		
	No.	Valor	%	No.	Valor	%
Microempresas	43	1.229.940	0,7	44	1.689.070	0,8
Pequenas Empresas	31	13.824.193	7,2	28	19.609.511	9,2
Médias Empresas	15	16.207.673	8,4	24	21.108.002	9,8
Grandes	33	114.241.494	59,4	33	99.215.014	46,2
Cooperativas	14(1)	46.746.755	24,3	9(2)	73.002.283	34,0
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>192.250.055</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>214.623.880</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Porte de empresas segundo padrão ABDE

Valores Corrigidos pelo IGP médio de 1985

(1) Estão incluídas 6 cooperativas que receberam financiamentos iniciais no setor primário

(2) Estão incluídas 5 cooperativas que receberam financiamentos iniciais no setor primário



Quadro 4.2.25

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Segundo o  
Gênero de Atividade - 1985  
Setor Secundário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Gênero	Total	%	Cooperativas	%
Extração Minerais	433.093	0,2	-	-
Ind. Prod. Min. Não-Metal.	15.892.772	7,4	-	-
Ind. Metalúrgica	1.054.888	0,5	-	-
Ind. Mecânica	2.890.064	1,3	-	-
Ind. Mat. Elet. Comum	6.478.472	3,0	-	-
Ind. Mat. Transporte	525.337	0,2	-	-
Madeira	23.357.422	10,9	-	-
Mobiliário	4.430.245	2,1	-	-
Papel e Papelão	16.841.776	7,8	-	-
Borracha	15.000	-	-	-
Couros e Peles	7.227.516	3,4	-	-
Química	13.824.195	6,4	3.102.410	4,3
Perf. Sabões e Velas	83.806	0,1	-	-
Prod. Mat. Plástico	2.199.198	1,0	-	-
Têxtil	65.892.358	30,7	65.892.358	90,3
Vest., Calc., Artif. Tec.	1.553.591	0,7	-	-
Prod. Alimentares	44.399.937	20,7	3.535.258	4,8
Bebidas	399.630	0,2	-	-
Editorial e Gráfica	2.445.040	1,1	-	-
Diversos	4.214.655	2,0	-	-
Ativ. Apoio Serv. Ind.	464.885	0,2	464.885	0,6
<b>Total</b>	<b>214.623.880</b>	<b>100</b>	<b>72.994.911</b>	<b>100</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.26

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Finalidades - 1981/1985  
Setor Terciário

Em Valores Constantes - Cr\$ mil

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Prê-Investimento	624.056	0,2	-	-	-	-	353.833	0,5	-	-
Inversões Fixas	180.584.131	66,9	18.020.347	6,2	65.857.994	45,5	7.233.005	10,5	92.459.190	50,8
Capital de Giro	79.460.444	29,4	231.756.508	79,4	27.263.143	18,9	25.672.628	37,3	17.368.939	9,5
Saneamento Financeiro	9.314.990	3,5	42.238.432	14,4	51.533.200	35,6	35.627.978	51,7	72.411.824	39,7
<b>Total</b>	<b>269.983.621</b>	<b>100,0</b>	<b>292.015.287</b>	<b>100,0</b>	<b>144.654.337</b>	<b>100,0</b>	<b>68.887.444</b>	<b>100,0</b>	<b>182.239.953</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores Corrigidos pelo IGP médio de 1985

Quadro 4.2.27

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Contratados  
por Objetivo do Investimento - 1984/1985  
Setor Terciário

Em Valores Constantes - Cr\$ mil

Discriminação	1984		1985	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento	353.833	0,5	-	-
Implantação	2.898.029	4,2	-	-
Expansão	5.723.263	8,3	94.772.279	52,0
Saneamento Financeiro	35.627.978	51,7	72.320.124	39,7
Capital de Giro	24.284.342	35,3	15.147.549	8,3
<b>Total</b>	<b>68.887.444</b>	<b>100,0</b>	<b>182.239.952</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores Corrigidos pelo IGP médio de 1985

Quadro 4.2.28

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Beneficiários - 1984/1985  
Setor Terciário

Em Valores Constantes - Cr\$ mil

Discriminação	1984			1985		
	No.	Valor	%	No.	Valor	%
Microempresas	22	301.422	0,4	25	258.200	0,1
Pequenas Empresas	6	6.809.949	9,9	31	2.046.265	1,1
Médias Empresas	25	23.467.813	34,1	21	9.181.372	5,1
Grandes Empresas	14	38.308.260	55,6	31	170.754.116	93,7
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>68.887.444</b>	<b>100,0</b>	<b>108</b>	<b>182.239.953</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores Corrigidos pelo IGP médio de 1985

**BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Contratadas  
Segundo o Gênero de Atividade - 1984/1985  
Setor Terciário**

Em Valores Constantes - Cr\$ mil

Gênero	1984	1985	%
Construção Civil	24.318.940	9.903.775	5,4
Serv. Ind. Utilid. Pública	-	80.308.867	44,1
Comércio Varejista	9.464.197	11.947.103	6,5
Comércio Atacadista	937.521	1.315.664	0,7
Comércio Imóveis	312.490	-	-
Transportes	28.045.271	8.550.881	4,7
Serv. Alojamento e Alim.	32.551	3.185.064	1,7
Serv. Reparação e Conserv.	-	297.491	0,2
Serv. Pessoais	-	123.137	0,1
Serv. Domiciliares	16.275	15.000	-
Serv. Div. Radiod. e Televisão	916.490	-	-
Serv. Tec. Profissionais	1.575.573	64.000	-
Serv. Aux. de Atividade Econômica	2.898.028	-	-
Ensino	353.833	-	-
Adm. Pública	-	66.528.970	36,5
Atividade não Especificada	16.275	-	-
<b>Total</b>	<b>68.887.444</b>	<b>182.239.952</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Valores Corrigidos pelo IGP médio de 1985

## BRDE/PR - Distribuição Microrregional dos Financiamentos Contratados - 1981/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curitiba	6.127,0	36,5	13.135,7	55,1	18.836,5	27,2	45.595,7	42,1	149.013,1	32,2
Litoral Paranaense	32,2	0,2	783,2	3,3	1.077,3	1,6	287,8	0,3	7.574,4	1,6
Campos de Lapa	279,1	1,6	308,1	1,3	1.050,1	1,5	598,4	0,6	6.368,8	1,4
Campos de Ponta Grossa	903,9	5,4	1.161,1	4,9	2.930,8	4,2	12.047,5	11,1	24.171,2	5,2
Campos de Jaguariaíva	66,0	0,4	481,2	2,0	5.229,3	7,6	2.046,2	1,9	1.461,4	0,3
Colonial de Irati	12,5	0,1	61,5	0,3	-	-	62,7	-	1.169,4	0,3
Alto Ivaí	27,5	0,2	-	-	-	-	22,5	-	746,7	0,2
Norte Velho de Wenceslau Braz	32,8	0,2	23,2	0,1	80,0	0,1	-	-	1.083,4	0,2
Norte Velho de Jacarezinho	133,7	0,8	231,7	1,0	791,7	1,1	2.073,9	1,9	993,0	0,2
Norte Novo de Londrina	584,5	3,5	1.446,6	6,1	8.324,2	12,0	8.448,0	7,8	33.808,1	7,3
Norte Novo de Maringá	691,9	4,1	787,1	3,3	1.026,0	1,5	8.825,3	8,2	47.854,6	10,3
Norte Novíssimo de Paranavaí	966,9	5,8	26,9	0,1	1.575,5	2,3	34,3	-	1.609,9	0,3
Norte Novo de Apucarana	364,5	2,2	532,8	2,2	298,2	0,4	4.732,4	4,4	25.266,7	5,5
Norte Novíssimo de Umuarama	889,4	5,3	32,8	0,1	2.572,8	3,7	3.556,4	3,3	2.025,5	0,4
Campo Mourão	362,3	2,2	75,2	0,3	6.996,6	10,1	6.081,7	5,6	24.090,3	5,2
Pitanga	-	-	-	-	-	-	86,2	0,1	-	-
Extremo Oeste Paranaense	1.559,5	9,3	1.437,8	6,1	11.798,4	17,1	6.807,4	6,3	22.922,4	5,0
Sudoeste Paranaense	328,0	1,9	214,5	0,9	1.570,0	2,3	3.278,3	3,0	12.288,7	2,7
Campos de Guarapuava	15,7	0,1	1.406,2	5,9	1.110,1	1,6	3.071,2	2,8	14.367,2	3,1
Médio Iguaçu	49,1	0,3	80,1	0,3	1.232,7	1,8	136,9	0,1	1.607,2	0,4
Fora do Estado	3.347,1	19,9	1.602,9	6,7	2.666,6	3,9	468,5	0,4	84.300,1	18,2
<b>Total</b>	<b>16.773,6</b>	<b>100,0</b>	<b>23.828,7</b>	<b>100,0</b>	<b>69.166,8</b>	<b>100,0</b>	<b>108.261,2</b>	<b>100,0</b>	<b>462.722,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.31

BANESTADO S/A - Composição da Rede de Agências - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Agências no Paraná	217	286	287	287	287
Agências em Outros Estados	19	21	22	22	22
Total de Agências	236	307	309	309	309
Agências Pioneiras	55	50	45	42	41
Postos Especiais de Prestação de Serviços	57	56	58	61	68
Caixas Avançadas	1	2	9	28	58
Postos Avançados de Crédito Rural	9	9	9	6	6
Municípios Atendidos no Paraná	187	249	249	249	250

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.32

## BANESTADO S/A - Aplicações Totais - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Agropecuária	7.143	13.474	44.659	82.199	378.726
Indústria	7.635	16.401	37.057	98.134	342.408
Comércio	1.968	4.472	12.711	29.178	139.322
Instituições Financeiras	4	4	-	687	-
Outras Atividades	1.331	7.753	23.717	44.024	184.227
Pessoa Física	961	1.565	11.551	13.445	140.042
Operações Especiais	39.819	90.839	251.289	784.096	3.500.489
Demais Operações do Setor Público	34	4.004	14.966	49.744	25
Adiantamentos a Depositantes	28	56	75	2.083	8.987
Desconto de Títulos	8.950	13.159	5.942	102.458	687.354
Crédito em Liquidação	487	2.184	23.885	52.309	272.196
Rendas de Crédito em Liq. a Apropriar	(388)	(992)	(7.637)	(21.347)	(89.131)
Rendas a Apropriar de Operações de Crédito	-	-	(145)	(5.847)	(49.626)
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa	(653)	(2.264)	(16.248)	(36.962)	(183.065)
<b>Total</b>	<b>67.319</b>	<b>150.655</b>	<b>401.822</b>	<b>1.194.201</b>	<b>5.331.954</b>

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.33

## BANESTADO S/A - Indicadores - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Capital Social	4.543	11.128	19.931	70.909	215.015
Patrimônio Líquido	11.146	23.012	38.341	180.095	701.657
Depósitos Totais	30.936	51.088	119.752	409.068	2.067.468
Empréstimos Totais	67.319	150.656	401.822	1.194.201	5.331.954
Financiamentos Rurais	7.143	13.474	44.659	82.199	378.726
Financiamentos à Exportação	8.498	8.562	15.884	133.707	625.595
Financiamentos à Importação	1.967	289	224	1.480	19.434

Fonte: BANESTADO

BANESTADO S/A - Execução Financeira - 1981/1985

Em Cr\$ milhões

Discriminação	1981		1982		1983		1984		1985	
	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.
Receitas	6.646	11.346	28.823	47.570	79.815	159.930	311.178	614.501	1.439.391	3.077.730
Operacional	6.511	10.107	28.629	47.466	79.724	159.751	310.791	613.198	1.438.199	3.070.774
Não-Operacional	135	1.239	194	104	91	179	387	1.303	1.192	6.956
Despesas	4.642	8.340	26.367	46.140	92.702	162.435	327.505	610.462	1.385.972	2.971.186
Operacional	4.617	8.287	26.355	46.095	92.655	162.368	327.262	610.327	1.385.732	2.970.533
Não-Operacional	25	53	12	45	47	67	243	135	240	653
Correção Monetária	(104)	(90)	(653)	(935)	1.196	3.941	18.102	19.273	(5.777)	(14.350)
Resultado do Semestre	1.900	2.916	1.803	495	(11.691)	1.436	1.775	23.312	47.642	92.194
Resultado do Exercício		4.816		2.298		(10.255)		25.087	-	139.836

Fonte: BANESTADO



Quadro 4.2.35

BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário  
Execução Financeira - 1981/1985

Em Cr\$ milhões

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	745	1.976	3.587	12.141	38.079
Patrimônio Líquido	2.119	5.053	13.189	41.632	1.135.921
Depósitos de Poupança	19.077	44.111	151.282	557.821	2.378.441
Letras Imobiliárias	348	699	1.650	6.761	11.713
Recursos do BNH	7.257	15.499	38.436	141.460	571.886
Aplicações Imobiliárias	25.143	58.399	149.912	554.012	2.630.239
Receita	17.404	42.078	141.472	594.897	2.411.489
Despesa	15.537	38.404	135.225	576.448	2.359.694
Correção Monetária	(613)	(1.502)	(5.407)	(18.012)	(47.396)
Resultado	1.254	2.172	840	437	4.399

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.36

BANESTADO S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Execução Financeira - 1981/1985

Em Cr\$ milhões

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	216	650	1.530	4.054	13.770
Patrimônio Líquido	700	1.596	4.220	13.817	63.470
Refinanciamentos e Repasses	47	298	97	16	-
Títulos Cambiais (*)	2.591	5.738	10.384	79.311	335.738
Financiamentos (**)	3.105	7.065	13.172	95.085	472.835
Receita	2.259	5.243	11.106	50.937	411.145
Despesa	1.662	4.084	8.575	41.742	333.705
Correção Monetária	(253)	(647)	(2.321)	(8.094)	(26.231)
Resultado	344	512	210	1.101	51.209

Fonte: BANESTADO

(\*) Estão sendo consideradas as despesas com recursos de aceites cambiais a apropriar

(\*\*) Estão sendo consideradas as rendas de financiamentos a apropriar

Quadro 4.2.37

BANESTADO S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos  
 Gerências Regionais - Relação dos Financiamentos Realizados - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Apucarana	-	326	1.050	-	-
Campo Mourão	338	964	1.259	-	-
Cascavel	344	890	2.083	33.239	224.292
Cornélio Procópio	145	356	1.179	-	-
Curitiba	779	1.857	4.277	15.035	91.351
Francisco Beltrão	-	741	1.276	-	-
Jacarezinho	179	406	1.104	-	-
Londrina	219	499	1.163	32.929	223.890
Maringá	276	575	1.619	31.590	222.488
Paranavaí	191	438	1.517	-	-
Pato Branco	457	343	780	-	-
Ponta Grossa	561	1.933	1.954	10.680	72.505
São Paulo	59	326	724	3.233	15.057
Toledo	297	714	1.775	-	-
Umuarama	350	731	2.269	-	-
Balcão	463	1.536	2.067	13.387	-
Prefeituras	128	147	230	146	-
Poderes Públicos	-	-	-	650	15.644
Funcionários Públicos	-	-	-	6.006	-
<b>Total</b>	<b>4.786</b>	<b>12.782</b>	<b>26.326</b>	<b>146.895</b>	<b>865.227</b>

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.38

BANESTADO LEASING S/A - Arrendamento Mercantil - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Serviços	-	-	750	766	7.531
Indústria	738	1.748	159	721	12.043
Comércio	563	1.446	324	153	8.667
Prefeitura	733	2.005	18	-	-
Outros	672	2.369	35	96	12.818
<b>Total</b>	<b>2.706</b>	<b>7.568</b>	<b>1.286</b>	<b>1.736</b>	<b>41.059</b>

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.39

BANESTADO LEASING S/A - Execução Financeira - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	117	264	469	2.681	4.726
Patrimônio Líquido	250	679	1.356	2.194	19.492
Arrendamento a Receber	1.482	7.568	14.649	25.532	120.114
Receita	922	3.153	10.873	24.982	72.060
Despesa	836	2.832	12.352	28.283	82.239
Correção Monetária	34	170	216	(489)	16.915
<b>Resultado</b>	<b>120</b>	<b>491</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(4.279)</b>	<b>6.736</b>

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.40

BANESTADO LEASING S/A - Tipos de Bens Arrendados - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Equipamentos em Geral	1.285	6.069	1.068	1.282	25.271
Veículos e Afins	887	2.699	218	453	15.788
<b>Total</b>	<b>2.172</b>	<b>8.768</b>	<b>1.286</b>	<b>1.735</b>	<b>41.059</b>

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.41

BANESTADO S/A - Corretora de Seguros  
Execução Financeira - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	12	32	64	300	1.500
Patrimônio Líquido	41	105	333	1.643	6.834
Receitas Técnicas Líquidas	49	112	285	1.027	5.433
Receitas Financeiras e Eventuais	15	65	222	1.466	8.290
Despesas Operacionais	29	69	166	505	2.407
Correção Monetária	(12)	(35)	(152)	(652)	(3.440)
Resultado Antes do IR	23	73	189	1.336	7.876

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.42

**BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários**  
**Execução Financeira - 1981/1985**

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	333	1.060	6.173	9.876	31.148
Patrimônio Líquido	951	2.184	9.973	32.075	114.977
Títulos e Valores Mobiliários	960	2.332	11.382	17.530	42.571
Receita	1.405	2.878	12.057	41.997	238.225
Despesa	435	1.338	7.001	21.162	149.651
Correção Monetária	(286)	(860)	(3.127)	(20.077)	(69.126)
Resultado	684	680	1.929	758	19.448

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.43

**BANESTADO S/A - Reflorestadora**  
**Projetos de Reflorestamentos - 1981/1985**

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Áreas Reflorestadas no Exercício (ha)	3.000	3.000	1.389	1.389	1.389
Áreas Reflorestadas Acumuladas (ha)	29.822	32.822	34.211	35.600	36.989
Árvores Plantadas no Exercício (milhares)	7.500	7.500	3.472	3.472	3.472
Árvores Plantadas Acumuladas (milhares)	100.905	108.405	111.877	115.350	118.822

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.44

BANESTADO S/A - Reflorestadora  
Atividades Desenvolvidas - 1981/1985

Discriminação	Em ha				
	1981	1982	1983	1984	1985
Reflorestamentos Implantados	3.000	3.000	1.389	1.389	1.389
Área Preservada Permanente	300	300	139	139	139
Agricultura e Pecuária	200	200	-	-	-
Reserva para Reflorestamento 1984	-	-	1.116	-	-
<b>Total</b>	<b>3.500</b>	<b>3.500</b>	<b>2.644</b>	<b>1.528</b>	<b>1.528</b>

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.45

BANESTADO S/A - Reflorestadora  
Execução Financeira - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	168	411	796	2.043	6.443
Patrimônio Líquido	394	691	941	4.468	11.405
Receita	400	750	1.179	3.341	4.648
Despesa	375	875	2.088	3.767	10.966
Correção Monetária	(13)	( 8)	458	2.031	3.459
Resultado	12	(133)	(451)	1.065	(2.859)

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.46

BANESTADO S/A - Processamento de Dados e Serviços  
Execução Financeira - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	223	535	1.058	2.720	18.589
Patrimônio Líquido	447	1.313	3.823	12.288	55.791
Receita	1.485	3.932	10.288	34.280	150.176
Despesa	1.399	3.517	10.604	36.864	151.329
Correção Monetária	85	273	948	3.000	5.586
Resultado	171	688	632	416	4.433

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.47

BANESTADO CLUBE S/C - Execução Financeira - 1984/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões	
	1984 (*)	1985
Donativos	310	3.488
Fundo Social	100	100
Patrimônio Líquido	1.329	3.955
Receita	1.615	7.192
Despesa	494	4.566
Saldo	1.121	2.626

Fonte: BANESTADO

(\*) Ocorreram alterações no Balanço de 1984

BANCO DEL PARANÁ S/A - Execução Financeira - 1981/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Capital	273	711	4.714	10.199	12.324
Patrimônio Líquido	293	777	4.915	9.181	6.731
Depósitos	945	3.038	25.065	54.193	79.799
Empréstimos	834	2.814	17.978	39.835	51.454
Receita	185	591	4.207	11.599	16.067
Despesa	162	568	4.306	12.564	19.639
Resultado	(23)	23	(99)	(965)	(3.572)

Fonte: BANESTADO

Nota : As taxas utilizadas para a conversão do guarani em cruzeiros foram as seguintes:

1981 - 0,4279

1982 - 0,9260

1983 - 6,0883

1984 - 13,1740

1985 - 15,9070

As modificações no item "Patrimônio Líquido" devem-se à adoção do critério de dedução do item "Perdidas y Ganancias".



## **5. OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BÁSICAS**

Quadro 5.1.1

Produção de Tubos de Concreto - 1985

Núcleo Industrial	Diâmetro das Tubulações (m)					Total
	0,40	0,60	0,80	1,00	1,20	
Arapongas	20.347	8.818	4.888	3.838	-	37.891
Cruzeiro do Oeste	6.626	5.904	3.512	2.786	1.227	20.055
Paranavaí	9.788	4.602	2.856	1.591	1.666	20.503
<b>Total</b>	<b>36.761</b>	<b>19.324</b>	<b>11.256</b>	<b>8.215</b>	<b>2.893</b>	<b>78.449</b>

Fonte: SEIN/SUCEPAR

Quadro 5.1.2

Programação de Obras - Recurso Estadual - 1985

	Em Cr\$ mil
Município	Valor
Apucarana	240.000
Arapongas	20.000
Araruna	15.000
Assis Chateaubriand	47.000
Boa Vista da Aparecida	15.000
Cambira	45.000
Capitão Leônidas Marques	25.000
Catanduvas	15.000
Cascavel	65.000
Cianorte	30.000
Cruzeiro do Oeste	20.000
Jardim Alegre	30.000
Londrina	94.000
Marechal Cândido Rondon	25.000
Maringá	100.000
Medianeira	23.000
Missal	11.000
Paranavaí	80.000
Quatiguá	10.000
Santa Cruz do Monte Castelo	40.000
Santa Helena	25.000
Santa Izabel do Ivaí	40.000
Santa Terezinha do Itaipu	5.000
Santo Antonio do Caiuã	24.054
São Miguel do Iguaçu	15.000
Siqueira Campos	10.000
Tapejara	20.000
Terra Boa	15.000
Terra Rica	40.000
Tomazina	10.000
Ubiratã	15.000
Umuarama	60.000
<b>Total</b>	<b>1.229.054</b>

Fonte: SEIN/SUCEPAR

Quadro 5.1.3

## Programação de Obras - Recurso Federal - 1985

Município	Valor
Altônia	40.000
Alto Piquiri	120.000
Apucarana	80.000
Arapongas	80.000
Assis Chateaubriand	40.000
Barbosa Ferraz	45.000
Campo Mourão	120.000
Colorado	45.000
Engenheiro Beltrão	30.000
Florestópolis	30.000
Guairaçã	180.000
Icaraíma	70.000
Iguaraçu	50.000
Iporã	55.000
Iretama	40.000
Japurá	120.000
Jardim Alegre	80.000
Kalorê	30.000
Loanda	80.000
Mandaguari	100.000
Munhoz de Mello	120.000
Nova Londrina	100.000
Paranavaí	300.000
Pêrola	150.000
Roncador	30.000
Santa Cruz do Monte Castelo	100.000
Santa Fê	30.000
Santa Izabel do Ivaí	100.000
Santo Antonio do Caiuã	150.000
Terra Boa	40.000
Terra Rica	150.000
Terra Roxa	65.000
Uniflor	30.000
<b>Total</b>	<b>2.800.000</b>

Fonte: SEIN/SUCEPAR

Quadro 5.2.1

CONCITEC - Auxílios Concedidos - 1985  
Por Setores

Em Cr\$ mil

Setores de C&T	Número de Auxílios Concedidos	Valores Aprovados	%
Pesquisa Básica	16	253.284	16,7
Biótecnologia	9	230.668	15,2
Tecnologia Energética	3	73.385	4,8
Tecnologia Ambiental	10	249.012	16,4
Tecnologia Industrial	5	118.690	7,8
Tecnologia Agropecuária	11	215.614	14,2
Tecnologia Biomédica	8	164.566	10,8
Desenvolvimento Social	11	178.836	11,8
Informática	1	34.300	2,3
Tecnologia de Transporte	-	-	-
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>1.518.355</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPL/CONCITEC

Quadro 5.2.2

CONCITEC - Auxílios Concedidos - 1985  
Por Instituição

Em Cr\$ mil

Instituições (*)	Número de Auxílios Concedidos	Valores Aprovados	%
FUEL	23	460.790	17,0
PUC	10	259.259	30,0
FUEM	11	252.467	0,7
UFPR	13	218.557	14,3
SUREHMA	4	80.199	17,1
FUEPG	3	48.692	1,2
TECPAR	1	39.230	1,3
FSCMR	2	37.670	3,2
FECEPASC	2	35.163	2,3
APAH	1	29.998	2,6
IHGEP	1	19.500	2,5
FAFIPA	1	18.000	0,5
ADEA	1	10.800	2,0
FEMP	1	8.030	5,3
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>1.518.355</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPL/CONCITEC

- (\*) FUEL - Fundação Universidade Estadual de Londrina
- PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- FUEM - Fundação Universidade Estadual de Maringá
- UFPR - Universidade Federal do Paraná
- SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
- FUEPG - Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa
- TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná
- FSCMR - Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha
- FECEPASC - Fundação de Educação e Cultura Espírita Paraná - Santa Catarina
- APAH - Associação Paranaense de História
- IHGEP - Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense
- FAFIPA - Fund. Fac. Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí
- ADEA - Associação de Defesa e Educação Ambiental
- FEMP - Faculdade de Educação Musical do Paraná

Quadro 5.3.1

Paraná - Execução Orçamentária da Receita em 1984 e da Prevista e Realizada - 1985

Em Cr\$ milhões

Discriminação	1984	1985				
	Receita Realizada (1)	Receita Orçada (2)	2/1 %	Receita Realizada (3)	3/1 %	3/2 %
Receita Tributária	1.006.204	2.919.628	190,2	3.878.188	285,4	32,8
ICM	966.881	2.830.022	192,7	3.740.391	286,9	32,2
ITBI	17.431	38.600	121,4	65.658	276,7	70,1
Taxas	21.892	51.006	133,0	72.139	229,5	41,4
Receita Patrimonial	43.014	115.197	167,8	259.999	504,5	125,7
Receita Agropecuária	48	125	160,4	231	381,3	84,8
Receita Industrial	197	375	90,4	562	185,3	49,9
Receita de Serviços	18	100	455,6	4.323	23.916,7	4.223,0
Outras Receitas Correntes	30.402	32.340	6,4	48.193	58,6	49,0
Alienação de Bens	3	4	33,3	19	533,3	375,0
Transferências Federais	135.347	480.741	255,2	638.500	371,8	32,8
Operações de Crédito	163.109	822.915	404,5	1.241.891	661,4	50,9
Amortizações de Empréstimos Concedidos a Municípios	-	1	-	460	-	-
<b>Total</b>	<b>1.378.342</b>	<b>4.371.426</b>	<b>217,2</b>	<b>6.072.366</b>	<b>340,6</b>	<b>38,9</b>

Fonte: SEFI/CAFE

Nota : Deflator IGP - Col. 2 (média dos meses)

Quadro 5.3.2

Paraná - Composição da Receita Total - Comportamento Histórico - 1981/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Anos	Receita Tributária	Participação Relativa %	Operações de Crédito	Participação Relativa %	Transferências Federais	Participação Relativa %	Receita Total	Receita Total Variação %
1981	63.357	67,8	7.619	8,2	12.359	13,2	93.376	117,0
1982	119.697	70,2	14.557	8,5	24.681	14,5	170.431	82,5
1983	288.209	67,5	71.833	16,8	51.604	12,1	427.208	150,7
1984	1.006.204	73,0	163.109	11,8	135.346	9,8	1.378.342	122,6
1985	3.878.188	63,9	1.241.891	20,4	638.500	10,5	6.072.366	340,6

Fonte: SEFI/CAFE



Quadro 5.3.3

Paraná - Transferências Federais 1984/1985

Discriminação	Em Cr\$ milhões					
	1984	1985			3/1	3/2
	Receita Executada (1)	Receita Orçament. (2)	2/1 %	Receita Executada (3)		
Fundo de Participação dos Estados	59.024	202.400	242,9	298.858	406,3	47,7
Imposto de Renda Retido na Fonte	21.205	60.862	187,0	117.184	452,6	92,5
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gás	6.388	24.203	278,9	22.830	257,4	(5,6)
Fundo Rodoviário Nacional	5.724	21.551	276,5	20.321	255,0	(5,7)
Adicional	664	2.652	299,4	2.509	277,9	(5,4)
Taxa Rodoviária Única	9.604	22.306	132,3	26.894	180,0	20,6
Conservação e Melhorias	4.567	11.076	142,5	12.968	183,9	17,1
Prog. Mobil. Energética	5.037	11.230	122,9	13.926	176,5	24,0
Salário Educação	16.544	47.840	189,2	71.973	335,0	50,4
Imposto s/ Serv. Transporte Rodoviário	3.521	12.194	246,3	12.845	264,8	5,3
Imposto Único s/ Energia Elétrica	16.282	70.715	334,3	73.316	350,3	3,7
Imposto Único s/ Minerais	2.779	9.363	236,9	9.188	230,6	(1,9)
Outras Transferências da União	-	30.858	-	5.412	-	(82,5)
<b>Total</b>	<b>135.347</b>	<b>480.741</b>	<b>255,2</b>	<b>638.500</b>	<b>371,7</b>	<b>32,8</b>

Fonte: SEFI/CAFE

Nota : Deflator IGP - Col. 2 (média dos meses)

Quadro 5.3.4

Paraná - Operações de Crédito Internas e Externas - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Orçamento Inicial 1985	Operações de Crédito Realizadas Ingressadas em 1985
<b>Interna</b>	<b>73.195</b>	<b>653.095</b>
Vinculada	73.195	190.360
Não-Vinculada	-	462.735
<b>Externa</b>	<b>749.720</b>	<b>588.794</b>
Vinculada	375.593	345.419
Não-Vinculada	374.127	243.375
<b>Total</b>	<b>822.915</b>	<b>1.241.889</b>

Fonte: SEFI/CAFE

## Brasil - Arrecadação do ICM - 1981/1985

Região/Estados	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985(*)
<b>Norte</b>	20.787	44.574	107.980	403.399	1.619.743
Acre	667	1.343	2.774	8.578	33.734
Amazonas	8.672	18.869	44.679	169.789	694.265
Pará	9.315	18.014	44.202	161.620	633.911
Rondônia	1.694	4.800	12.648	49.750	213.100
Amapá	247	884	2.006	7.441	24.829
Roraima	193	664	1.672	6.221	19.904
<b>Nordeste</b>	148.595	308.244	728.001	2.507.253	9.489.227
Maranhão	5.809	12.775	27.173	95.372	395.118
Piauí	4.300	8.799	18.955	67.690	256.655
Ceará	16.307	35.076	78.785	275.084	1.028.283
Rio Grande do Norte	6.629	13.230	28.864	91.072	351.275
Paraíba	8.863	17.622	42.576	134.360	479.621
Pernambuco	36.272	73.742	165.009	548.408	2.125.633
Alagoas	12.510	26.627	59.210	179.583	676.449
Sergipe	5.255	10.976	23.422	83.661	329.165
Bahia	52.650	110.398	284.006	1.032.023	3.847.028
<b>Sudeste</b>	750.030	1.528.057	3.284.054	10.754.916	41.743.404
Minas Gerais	111.466	225.421	465.859	1.643.348	6.594.653
Espírito Santo	19.154	41.706	88.649	311.908	1.260.878
Rio de Janeiro	129.704	265.000	559.865	1.919.558	6.800.004
São Paulo	489.706	995.929	2.169.682	6.880.102	27.087.869
<b>Sul</b>	228.818	455.766	1.033.271	3.445.792	13.435.104
Paraná	77.570	144.730	349.062	1.209.787	4.663.071
Santa Catarina	43.062	88.568	180.212	617.403	2.665.348
Rio Grande do Sul	108.186	222.469	503.998	1.618.602	6.106.685
<b>Centro Oeste</b>	61.585	131.119	336.795	1.227.750	4.576.253
Mato Grosso	7.785	17.162	47.192	197.631	801.739
Mato Grosso do Sul	15.147	30.251	76.609	283.475	999.721
Goias	26.024	53.128	144.367	520.322	1.856.126
Distrito Federal	12.628	30.578	68.627	226.322	918.667
<b>Brasil</b>	1.209.815	2.467.760	4.490.101	18.339.110	70.863.731

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria Especial de Assuntos Econômicos

(\*) Dados preliminares

Quadro 5.3.6

## Paraná - Arrecadação do ICM por Setores - 1984/1985

Discriminação	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões				
	1984(*)	Participação Relativa %	1985(*)	Participação Relativa %	Evolução 1985/1984 %
Produtos Primários	342.799	35,4	1.226.770	32,8	257,9
Indústria	297.698	30,7	1.200.392	32,1	303,2
Comércio	328.849	33,9	1.317.796	35,2	300,8
<b>Total</b>	<b>969.346</b>	<b>-</b>	<b>3.745.138</b>	<b>-</b>	<b>286,4</b>

Fonte: SEFI/A.E.

Nota : A arrecadação inclui os acessórios do imposto e a dívida ativa.

(\*) Os valores expressam 80% da arrecadação, excluindo a participação dos municípios.

Quadro 4.3.7

## Paraná - Detalhamento da Arrecadação do ICM sobre Produtos Primários - 1984/1985

Produtos	1984		1985	
	Arrecadação do ICM Cr\$ milhões	Quantidades Comercializadas	Arrecadação do ICM Cr\$ milhões	Quantidades Comercializadas
Algodão (t)	42.503	181,8	110.071	184,4
Arroz (sc)	3.012	960,1	8.018	734,3
Cafê (sc)	76.642	4.777,6	377.867	4.881,8
Feijão (t)	10.867	169,3	27.930	114,2
Milho (t)	17.997	1.216,0	51.210	1.069,8
Soja em Grão (t)	40.283	918,4	118.293	1.075,0
Farelo de Soja (t)	59.533	2.555,9	134.221	1.868,5
Óleo de Soja (t)	10.680	148,0	49.526	201,4
Trigo (t)	23.448	827,0	185.701	1.364,0
Bovinos - Arroba	18.922	4.803,5	45.848	4.458,9
Suínos - Arroba	18.179	7.359,6	53.192	7.608,1
Outros	20.733	-	64.894	-
<b>Total</b>	<b>342.799</b>	<b>-</b>	<b>1.226.770</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFI/CAFE

Nota : Os valores expressam 80%, parcela estadual

Quadro 5.3.8

Paraná - Execução Orçamentária da Despesa - 1984/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Realizada em 1984 (1)	Prevista em 1985 (2)	2/1 %	Realizada em 1985 (3)	3/2 %	3/1 %
Pessoal	692.579	1.913.597	176	2.677.149	40	287
Outros Custeios	277.041	997.184	260	1.082.774	9	291
Dívida	95.195	404.699	325	335.979	(17)	253
Outras	181.846	592.485	226	746.795	26	311
Capital	371.714	1.420.645	282	1.959.127	38	427
Dívida	58.099	272.191	368	534.274	96	820
Outras	313.615	1.148.451	266	1.424.853	24	354
Reserva de Contingência	-	40.000	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.341.334</b>	<b>4.371.426</b>	<b>226</b>	<b>5.719.050</b>	<b>31</b>	<b>326</b>

Fonte: SEFI/CAFE

## Paraná - Execução Orçamentária por Órgãos - 1985

Em Cr\$ milhões

Área/Órgãos	Realizada em 1984 (1)	Realizada em 1985			Total (2)	2/1 %
		Pessoal	Despesas Correntes	Capital		
<b>Institucional</b>	<b>526.690</b>	<b>963.187</b>	<b>625.339</b>	<b>1.003.043</b>	<b>2.591.569</b>	<b>392,0</b>
ALE	24.307	59.012	16.940	9.526	85.478	251,6
TC	8.912	38.240	1.700	6.096	46.036	416,5
TJ	56.132	134.551	18.762	45.416	198.729	254,0
TA	2.490	9.629	913	599	11.141	347,4
GOV	20.120	8.904	18.273	88.488	115.665	474,8
SETC	1.343	264	4.627	468	5.359	298,9
SEPL	12.542	16.405	15.811	15.037	47.253	276,0
SEFI	45.922	90.285	38.341	134.103	262.729	472,1
SEAD	26.367	18.434	75.337	16.281	110.052	317,4
AGE/SEPL	23.179	-	1.348	152.727	154.075	564,7
AGE/SEFI	305.376	584.278	424.254	534.274	1.542.806	405,2
SECS	-	3.185	9.033	28	12.246	-
<b>Social</b>	<b>534.749</b>	<b>1.546.813</b>	<b>261.236</b>	<b>175.152</b>	<b>1.983.201</b>	<b>270,8</b>
PGJU	8.975	35.740	415	20	36.175	303,0
SECE	8.192	16.849	13.751	2.286	32.886	301,4
SEED	341.151	1.013.485	129.563	103.592	1.246.640	265,4
SESB	59.477	140.618	58.517	28.368	227.503	282,5
SESP	105.124	307.437	49.551	26.904	383.892	265,2
SEJU	11.830	32.684	9.439	13.982	56.105	374,3

(Continua)

Quadro 5.3.9

## Paraná - Execução Orçamentária por Órgãos - 1985

(Continuação)

Em Cr\$ milhões

Área/Órgãos	Realizada em 1984 (1)	Realizada em 1985			Total (2)	2/1 %
		Pessoal	Despesas Correntes	Capital		
Econômica	279.891	167.149	196.199	780.932	1.144.280	308,8
SEAG	43.990	52.993	102.866	86.152	242.011	450,1
SEIN	52.590	16.721	15.348	135.940	168.009	219,5
SETR	174.261	93.585	59.858	548.685	702.128	302,9
SEIC	9.050	3.850	18.127	10.155	32.132	255,0
<b>Total</b>	<b>1.341.330</b>	<b>2.677.149</b>	<b>1.082.774</b>	<b>1.959.127</b>	<b>5.719.050</b>	<b>326,4</b>

Fonte: SEFI/CAFE.

Nota : Deflator IGP - Col. 2 (média dos meses)

Quadro 5.3.10

Paraná - Operações de Crédito Realizadas, Contratadas e  
Ingresso Financeiro - 1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Operações de Crédito Realizadas no Exercício	Contratadas		Ingresso Financeiro 1985
		Exercício 1985	Exercícios Anteriores	
Dívida Interna	653.095	501.992	156.103	659.095
BNH/Sanepar	39.257	39.257	-	39.257
BNDES/BADEP	37.339	-	37.339	37.339
BNDES/Paraná IV	113.681	-	113.681	113.681
EBTU/COMEC	83	-	83	83
Aviso 09 MF-BB	450.213	450.213	-	450.213
Res. 63	12.522	12.522	-	12.522
Dívida Externa	588.794	243.375	345.419	588.794
BID/PRORURAL	156.401	-	156.401	156.401
BID III	141.097	-	141.097	141.097
BIRD/PrAM	47.921	-	47.921	47.921
4131-Rolagem	243.375	243.375	-	243.375
<b>Total</b>	<b>1.241.889</b>	<b>745.367</b>	<b>501.522</b>	<b>1.241.889</b>

Fonte: SEFI/CAFE



Quadro 5.3.11

## Paraná - Saldo Devedor da Dívida Pública - Tesouro Geral do Estado - 1984/1985

Discriminação	Saldo Devedor em 31.12.84		Saldo Devedor em 31.12.85		Evolução do Saldo da Dívida	
	Moeda Original em mil	Equivalente em Cr\$ milhões	Moeda Original em mil	Equivalente em Cr\$ milhões	Moeda Original %	Equivalente em Cr\$ %
<b>Dívida Interna</b>						
Cr\$	-	10.800	-	10.982	-	0,1
ORTN	158	3.508	2.973	209.964	1.781	5.885
UPC	7,508	134.144	7.512	437.965	0,3	226
US\$	51,439	163.782	78.447	822.926	52	402
Soma em Cr\$ milhões		312.234		1.481.837		374
<b>Dívida Externa</b>						
US\$	271,427	864.224	311.434	3.266.947	15	278
DM	73,401	74.715	84,585	361.558	15	383
Sw.Fr	30.891	38.163	42,363	214.815	37	463
YEN	18,027,416	230.102	17,999,373	943.365	(0,1)	309
FL	12,435	11.215	12,572	47.699	-	325
£	1,556	5.788	1,533	23.248	(0,1)	301
Soma em Cr\$ milhões		1.224.207		4.857.632		297
<b>Total da Dívida TGE</b>		<b>1.536.441</b>		<b>6.339.469</b>		<b>312</b>

Fonte: SEFI/CAFE

Quadro 5.3.12

Paraná - Situação dos Recursos Humanos do Poder Executivo - 1982/1985

Discriminação	1982	1983	1984	1985
Administração Direta e Autárquica				
Ativos	91.237	86.649	90.094	92.942
Inativos	20.688	25.718	29.014	32.087
<b>Total</b>	<b>111.925</b>	<b>112.367</b>	<b>119.108</b>	<b>125.029</b>

Fonte: SEAD/DRH

Nota : As diferenças verificadas no período 1982/84 são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

Quadro 5.3.13

Paraná - Frota de Veículos Oficiais - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Direta	2.216	2.358	2.271	2.417	2.586
Indireta	4.278	5.265	5.036	5.432	5.921
<b>Total</b>	<b>6.494</b>	<b>7.623</b>	<b>7.307</b>	<b>7.849</b>	<b>8.507</b>

Fonte: SEAD/DETO

Quadro 5.3.14

Paraná - Consumo de Combustível - Administração Direta - 1981/1985

					Em 1000 l
Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Gasolina	3.266	2.883	2.513	2.526	2.096
Alcool	1.360	2.018	2.399	3.254	3.617
Diesel	426	520	567	597	562
<b>Total</b>	<b>5.052</b>	<b>5.421</b>	<b>5.479</b>	<b>6.377</b>	<b>6.275</b>

Fonte: SEAD/DETO

(\*) Dados estimados

Quadro 5.3.15

Paraná - Consumo de Combustível - Administração Indireta - 1981/1985

					Em 1000 l
Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985(*)
Gasolina	6.823	6.484	5.034	4.799	4.206
Alcool	3.679	6.006	7.146	8.194	9.633
Diesel	9.212	12.947	13.368	14.313	13.557
<b>Total</b>	<b>19.714</b>	<b>25.437</b>	<b>25.548</b>	<b>27.306</b>	<b>27.396</b>

Fonte: SEAD/DETO

(\*) Dados estimados

Quadro 5.3.16

Plano de Reparos - Obras Realizadas - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Educação	1.642	890	237	523	907
Segurança	54	20	12	71	61
Finanças	20	2	7	1	4
Saúde	30	9	3	1	-
Outras	62	49	33	43	76
<b>Total</b>	<b>1.808</b>	<b>970</b>	<b>292</b>	<b>639</b>	<b>1.048</b>

Fonte: SEAD/CCR

Quadro 5.3.17

Recursos Aplicados no Plano de Reparos - 1981/1985

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985
Recursos Aplicados (Cr\$ milhões)	350,5	332,8	419,5	1.758,4	23.276,8
Municípios Atendidos	283	232	102	174	265

Fonte: SEAD/CCR

Execução de Obras e Serviços de Engenharia - 1983/1985

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1983		1984		1985 (*)	
	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento
Construções	340	4.518,8	710	75.603,1	915	102.104,0
Obras de Reparos e Melhoramentos	333	587,7	1.065	7.756,1	1.057	28.354,9
Projetos	24	22,0	160	484,0	90	1.383,7
Serviços Técnicos Especiais	8	21,9	17	105,3	98	518,7
<b>Total</b>	<b>705</b>	<b>5.150,4</b>	<b>1.952</b>	<b>83.948,5</b>	<b>2.160</b>	<b>132.361,3</b>

Fonte: SEAD/EMOPAR

(\*) Dados até 10.12.1985